

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH
LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO ESTADO E SOCIEDADE CIVIL - LESCE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA - PPGSP**

Ana Carla de Oliveira Pinheiro

**“Ver e não enxergar, escutar e não ouvir, ver e não falar”:
um estudo sobre a sociabilidade e as formas de conviver com
o medo e o sentimento de (in) segurança em uma comunidade
de periferia em Campos dos Goytacazes (RJ)**

Campos dos Goytacazes
2018

Ana Carla de Oliveira Pinheiro

**“Ver e não enxergar, escutar e não ouvir, ver e não falar”:
um estudo sobre a sociabilidade e as formas de conviver com
o medo e o sentimento de (in) segurança em uma comunidade
de periferia em Campos dos Goytacazes (RJ)**

Tese de Doutorado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Sociologia Política.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Luciane Soares da Silva.

Campos dos Goytacazes

2018

Ana Carla de Oliveira Pinheiro

**“Ver e não enxergar, escutar e não ouvir, ver e não falar”:
um estudo sobre a sociabilidade e as formas de conviver com
o medo e o sentimento de (in) segurança em uma comunidade
de periferia em Campos dos Goytacazes (RJ)**

Tese de Doutorado apresentada junto ao Programa de Pós Graduação em Sociologia Política, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Sociologia Política.

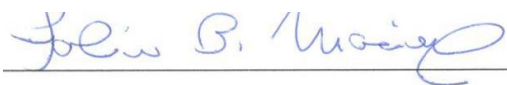
BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Luciane Soares da Silva (Orientadora)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Prof. Dr^a Gláucia Maria Pontes Mouzinho
Universidade Federal Fluminense



Prof^a. Dr^a. Palloma Valle Menezes
Universidade Federal Fluminense



Prof. Dr. Fabrício Barbosa Maciel
Universidade Federal Fluminense



Prof^a. Dr^a. Juliana Blasi Cunha
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Campos dos Goytacazes.

2018

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os resistentes das
batalhas cotidianas.

AGRADECIMENTOS

Venci mais uma etapa e não teria conseguido sozinha, por isso, a melhor parte desta tese, meus agradecimentos, é também a mais difícil. Pois, corro o risco de cometer alguma injustiça esquecendo-me de alguém que tenha contribuído comigo em mais esta vitória. Assim, desde já me desculpo pelas possíveis omissões.

Primeiramente, tenho que agradecer à luz que me anima diariamente e que permitiu que tudo isso acontecesse, obrigada meu Deus. Aos meus pais por me aceitarem em seu seio me dando amor e zelando para que eu me tornasse uma pessoa de bem, especialmente, minha mãe que com sua singeleza me comove e me surpreende com sua força.

Aos meus queridos irmãos Andréia, Gustavo, Patrícia, Rafael (*in memorian*), Tiago, Eduardo, Rayssa e Tayssa amores inquestionáveis da minha vida. Aos meus lindos e amados sobrinhos que foram saudades constantes em meu coração durante todo esse período, amo todos vocês. À família: tios, tias, primos e primas, cunhado. A todos que sei torcem por mim.

Ao meu querido marido Rogério Rodrigues que nesse processo de produção desta tese recebeu e acolheu com ternura e paciência todas as minhas angústias, incertezas, raivas e contentamentos. Obrigada por ser a luz dos meus dias sombrios, me abrindo horizontes e me dando forças em minhas dificuldades.

Às instituições que possibilitaram este empreendimento financiando meu projeto e me oportunizando este título, FAPERJ, UENF, PPGSP. Aos colegas que encontrei em Campos, no (NEEV) e na UENF. Aos professores da UENF que contribuíram para aguçar em mim a necessidade de estudar e trabalhar em prol do crescimento da disciplina, muito obrigada.

Às minhas orientadoras que me conduziram nesta selva que é a academia, mas que me dispus a desbravar, ora com medo, ora com coragem. Obrigada Lana Lage da Gama Lima por compartilhar comigo um pouco do seu grandioso instrumental intelectual e científico espero ter feito jus ao esforço empreendido. À minha querida orientadora que aprendi a admirar Luciane Soares da Silva, que fez eu me reapaixonar diariamente pela sociologia

demonstrando empiricamente que esta disciplina é um esporte de luta, devo este título a você que me encaminhou quando estava completamente perdida, por confiar em mim e assim possibilitar meu crescimento.

Aos professores que compuseram as bancas de projeto e qualificação e me indicaram os caminhos mais fecundos para orientar meu trabalho, apontando suas fragilidades e potencialidades, Ana Paula Miranda, Heloisa Alves, Juliana Blasi, Paloma Menezes, Roberto Dutra, José Luiz Viana.

Ao meu eterno amigo Rafael França, um presente que a universidade me deu, palavras não dão conta do que desejo a você. A todos os meus colegas de turma do doutorado, em especial, nosso querido Moisés Machado (*in memoriam*) que nos deixou tão cedo e por quem nutria um carinho muito especial.

Aos meus entrevistados, que mais que informantes, foram meus companheiros de jornada, e a quem devo este título, pois, foi meu compromisso com eles que me fez continuar. Espero que aprovelem o resultado final de um projeto que eles ajudaram a materializar. Ao apoio e compreensão das escolas onde trabalho juntamente com todos os meus colegas que foram luz e incentivos constantes, C. E. Rotary II e C.E. Thiers Cardoso.

A lista ainda é muito grande e não conseguirei findá-la neste espaço simbólico dos agradecimentos, pois, muitos foram aqueles com quem compartilhei ideias, leituras, materiais, trabalhos e devaneios. Mas fica registrada a minha gratidão a todos aqueles que comigo torceram, contribuíram e compartilharam deste processo.

EPÍGRAFE



Muro localizado no Jardim Carioca, Beira Rio, Lado de Guarus. Acervo Pessoal.

RESUMO

Este trabalho é resultado de um estudo realizado na localidade de Santa Rosa, no município de Campos dos Goytacazes, região norte do Rio de Janeiro. Nele analiso como o medo e a sensação de insegurança provocada pela ação do tráfico de drogas moldam a sociabilidade de seus moradores. Meu objetivo foi compreender como esses sentimentos modelam as relações sociais em Santa Rosa e quais estratégias são adotadas para lidar com eles, e assim dar curso ao fluxo ordinário da vida cotidiana. Este estudo está embasado na abordagem teórica *elisiana* sobre (con)figurações por meio da qual descrevo relações e interações que constituem aquela ordem social. Analiso os discursos e as práticas dos indivíduos sobre a vida em Santa Rosa assim como os aspectos institucionais daquela configuração com dados obtidos por meio de entrevistas, questionários, documentos primários e secundários, e grupos de discussão.

Palavras-chaves: Sociabilidade, Santa Rosa, configuração, medo, sentimento de (in)segurança.

ABSTRACT

The present work is the result of a study carried out in the locality of Santa Rosa, in Campos dos Goytacazes, northern region of Rio de Janeiro. In this work, I analyzed how fear and sense of insecurity caused by the action of drug trafficking shape the sociability of its inhabitants. My goal was to understand how these feelings shape social relations in Santa Rosa and what strategies are adopted to deal with them, and thus to guide the ordinary flow of everyday life. This study is based on the Elisian theoretical approach to (con) figurations through which I describe the relations and interactions that constitute that social order. I examine the discourses and practices of individuals about life in Santa Rosa as well as the institutional aspects of that configuration with data obtained through interviews, questionnaires, primary and secondary documents, and discussion groups.

Keywords: Sociability, Santa Rosa, configuration, fear, feeling of (in) security.

Sumário

INTRODUÇÃO	16
Do geral ao particular: situando Santa Rosa no quadro geral da cidade de Campos dos Goytacazes (RJ)	18
A construção do campo e do objeto de pesquisa	28
Percurso metodológico	31
CAPÍTULO 1. ABORDAGEM TEÓRICA: CATEGORIAS E CONCEITOS DO TRABALHO	38
O conceito de (con)figuração como ferramenta analítica	40
Subúrbio, periferia, favela ou comunidade? Em busca da categoria adequada para definir o aglomerado de Santa Rosa.....	42
Os conteúdos subjacentes desta configuração: o medo, o sentimento de insegurança e a sociabilidade violenta	46
A intervenção estatal nos sentimentos de medo e (in) segurança: o conceito de segurança pública	56
CAPÍTULO 2. DOS CANAVIAIS AO PARQUE SANTA ROSA: PROCESSOS HISTÓRICOS E SOCIAIS DE SUA CONSTITUIÇÃO.....	61
Da Cidade de Palha ao Morro de Fátima, e deste ao Parque Santa Rosa: uma reconstrução histórica por contrastes.....	64
Os narradores de Santa Rosa: oito personagens de uma história.....	67
Dona Estela: a matriarca da família Silva	69
Seu Everaldo: um pacato lavrador.....	71
Seu Luizinho: o “arquiteto” da igreja.....	72
Dona Rita de Cássia: a filha de “gente que é nome de rua”.....	74
Seu Antônio: o supervisor do bairro Santa Rosa	75
Dona Lídia: a “lutadora” pelo bairro	76
Pedro Ernesto: o político comerciante	76
Síntese das narrativas sobre a configuração de Santa Rosa	80
Por que Santa Rosa? Por que não, Santa Rosa? Alguns aspectos da vida no Parque Santa Rosa	84
Uma experiência de sociabilidade I: notas de campo sobre a festa das vans	96
Uma experiência de sociabilidade II: notas de campo sobre a espera à porta da igreja	102

CAPÍTULO 3. SOBRE HABITAR E CONVIVER: UMA VISÃO GERAL DO “PROGRAMA MORAR FELIZ” SOB A ÓTICA DE SEUS OPERADORES E BENEFICIÁRIOS.....	105
A política municipal de habitação popular: o Programa “Morar Feliz”	108
A política no nível da rua: notas sobre a visão da equipe técnica sobre a execução do “Programa Morar Feliz”	114
Os moradores “ <i>das casinhas</i> ”: os <i>outsiders</i> (ou não) em Santa Rosa	124
CAPÍTULO 4. DO “MORAR FELIZ” AO MEDO DE MORAR: NOTAS SOBRE AS RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES NA SOCIABILIDADE LOCAL COM A CHEGADA DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS	151
A configuração estabelecidos-outsiders em Santa Rosa: um modelo baseado em Winston Parva.....	154
Do “Morar Feliz” ao medo de morar: as bases da constituição do sentimento de (in) segurança	170
CAPÍTULO 5. A VIOLÊNCIA URBANA NUMA CIDADE DE MÉDIO PORTE: CAMPOS DOS GOYTACAZES “UM CASO BOM PARA PENSAR”	180
Uma visão geral da violência urbana em Campos dos Goytacazes	180
A presença das facções em Santa Rosa: elementos para entendermos a dinâmica do medo e da (in) segurança em sua (con) figuração	195
A união das facções: é possível a formação do TCA?.....	211
Então, vamos chamar a polícia? Notas sobre a relação entre a comunidade e as instituições de segurança em Santa Rosa	214
CAPÍTULO 6. “VER E NÃO ENXERGAR. ESCUTAR E NÃO OUVIR. VER E NÃO FALAR”: MODOS DE LIDAR COM O MEDO E A SENSAÇÃO DE INSEGURANÇA EM SANTA ROSA.....	224
“Quando o bairro está calmo, tem que ficar ligado”: o aguçamento da sensibilidade e a leitura do clima em Santa Rosa	232
Estar dentro, sendo de fora: o que dizem os operadores de serviços públicos sobre Santa Rosa?.....	249
CONSIDERAÇÕES FINAIS	261
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	270
ANEXOS E APÊNDICES	282

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Mapa do Estado do Rio de Janeiro e suas microrregiões. Fonte: Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ, 2011.	19
Figura 2: Localização dos Distritos de Campos dos Goytacazes. Fonte: Anuário Estatístico de Campos dos Goytacazes. Centro de Informações e Dados de Campos (CIDAC), 2015.....	20
Figura 3: Localização do Subdistrito de Guarus. Fonte: Adaptação do Google Earth, elaboração própria, 2017.	22
Figura 4 Limites geográficos de Santa Rosa. Fonte: Adaptação do Google Earth, elaboração própria. 2017.	27
Figura 5 Localização das entradas e pontos principais de Santa Rosa. Adaptado do Google Maps, 2018.	68
Figura 6: Local onde ficava a antiga capela de Santa Rosa. Acervo pessoas, 2016.....	85
Figura 7: Localização das principais ruas do Parque Santa Rosa. Fonte: Perfil dos bairros 2014, CIDAC - Campos dos Goytacazes.....	87
Figura 8: "Praça do Lions", localizada na área central de Santa Rosa. Acervo pessoal, 2017.....	90
Figura 9: Praça Principal do Parque Santa Rosa, a "Roda". Acervo pessoal, 2017.....	92
Figura 10: Outra perspectiva da Praça Principal de Santa Rosa. Acervo pessoal, 2017. 92	92
Figura 11: Festa das Vans realizada na "Roda" em dezembro de 2015. Acervo pessoal, 2015.....	96
Figura 12: Espacialidade dos conjuntos habitacionais em Santa Rosa. Adaptação Google Earth, 2017.	107
Figura 13: Casas inacabadas de Ururaí. Foto na internet. Fonte: Jornal O Globo, 2017.	122
Figura 14: Condomínio Minha Casa Minha Vida em Santa Rosa. Acervo Pessoal, 2017.	123
Figura 15: Sala da "casinha" de Maria Clara. Acervo pessoal. 2017.	157
Figura 16: Banheiro da "casinha" de Maria Clara. Acervo pessoal. 2017.	157
Figura 17: Sala da "casinha" de Reginaldo. Acervo pessoal. 2017.	158
Figura 18 Sala de jantar da "casinha" de Reginaldo. Acervo pessoal. 2017.....	158
Figura 19: Sala da casa de Karina - Condomínio Terra Nova. Acervo pessoal. 2017....	159
Figura 20: Cozinha da casa de Karina - Condomínio Terra Nova. Acervo pessoal. 2017.	159
Figura 21: Anúncios de vendas de "casinhas" em uma rede social. Acervo pessoal. 2017.....	174
Figura 22: Mapa esquemático do Distrito de Campos a partir das divisões de bairro e das facções. Fonte: Adaptado de SIQUEIRA, 2016.....	198
Figura 23: Territorialização das facções em Santa Rosa. Elaboração Sargento L. V. do 8º BPM.....	201
Figura 24: Pichação nos muros da Rua Cidade Lima, região central de Santa Rosa. Acervo pessoal. 2017.	204

Figura 25: Pichação nos muros da Rua Manoel da Silva, região central de Santa Rosa. Acervo pessoal. 2017.	205
Figura 26: Localização da "Faixa de Gaza". Adaptado do Google Earth. 2017.....	207
Figura 27: Contêiner da PM em Novo Eldorado, "UPP". Foto da internet. Fonte G1 Norte Fluminense. 2014.....	221
Figura 28: Reportagem Jornal Terceira Via sobre a infância em "ambiente de risco". Janeiro de 2017.	244
Figura 29: Reportagem especial do Jornal Terceira Via sobre infância em "ambiente de risco". Janeiro de 2017.....	244
Figura 30: Manifestação popular em Santa Rosa em prol da paz. Foto do telejornal RJ Intertv. Julho de 2017.	248

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Cadeia de relações no tráfico de drogas de varejo. Adaptado de SOUZA (2000).	203
Quadro 2: Relações cruzadas produzidas nas favelas em torno do tráfico de drogas de varejo. Adaptado de SOUZA (2000).	209
Quadro 3. Sexo dos Entrevistados.....	250
Quadro 4. Primeiro sentimento do entrevistado quando começou a trabalhar em Santa Rosa.	251
Quadro 5. Sentimento do entrevistado em ir para Santa Rosa no período da pesquisa.	252
Quadro 6. Desejo do entrevistado em trabalhar em outro lugar.	253
Quadro 8. Situação ruim citada pelo entrevistado em Santa Rosa.....	255
Quadro 9. Casos conhecidos de recusa de ida à Santa Rosa.....	255
Quadro 10. Justificativas para as recusas.....	256
Quadro 11. Pontos positivos observados em Santa Rosa	257
Quadro 12: Episódio positivo apontado ocorrido em Santa Rosa	258

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Números absolutos de homicídios em Guarus em 2016. Fonte ISP – RJ.....	189
Gráfico 2 Perfil das vítimas de homicídios em Guarus em 2016. Fonte ISP -RJ	191
Gráfico 3 Dinâmica temporal dos homicídios em Guarus em 2016. Fonte: ISP-RJ.....	193

Lista de Siglas

ADA – Amigos dos Amigos

BPM – Batalhão de Polícia Militar

CIDAC - Centro de Informações e Dados de Campos

CIEP – Centro Integrado de Educação Pública

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

CQV – Centro de Qualidade de Vida

DP – Delegacia de Polícia

EMEF – Escola Municipal Ensino Fundamental

FDC – Faculdade de Direito de Campos

FMC – Faculdade de Medicina de Campos

GD – Grupo de Discussão

HGG – Hospital Geral de Guarus

IES – Instituições de Ensino Superior

IFF – Instituto Federal Fluminense

ISP – Instituto de Segurança Pública

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

PM – Polícia Militar

PMCG – Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PMF – Programa Morar Feliz

SEEDUC – Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro

SMDHS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social

TCP – Terceiro Comando Puro

TG – Tira Gosto

UBS - Unidade Básica de Saúde

UCAM – Universidade Cândido Mendes

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro”

UFF – Universidade Federal Fluminense

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

INTRODUÇÃO

Este é um estudo sobre um lugar com nome de santa, de sua origem à atualidade, com praticamente uma igreja em cada esquina, mas com toda sorte de problemas mundanos. Seu nome é Santa Rosa.

Embora esteja situada na periferia da cidade de Campos dos Goytacazes, distante cerca de 6km da área central, o Parque Santa Rosa não passa despercebido aos transeuntes que circulam no Centro já que o recorrente chavão “HGG¹- SANTA ROSA” - do qual, em regra, ouve-se “GAGEGÊ-Santa Rosa” - entoado pelos cobradores do transporte alternativo de carros particulares ou vans, chama atenção para sua existência.

Estas são algumas das muitas características que dão origem a um lugar para o qual direcionei meu olhar nos últimos quatro anos e cuja configuração (ELIAS,1970)² será descrita nesta tese.

De acordo com Wright Mills (1972), *escrever é pretender a atenção dos leitores. Isso é parte de qualquer estilo. Escrever é também pretender para si um status pelo menos bastante para ser lido (p.235)*. Este é o desafio na escrita deste trabalho. Pretendo guiar o leitor na descoberta de uma localidade do interior do Rio de Janeiro, pouco explorada inclusive por seus conterrâneos, rica em histórias e memórias, mas que à semelhança de outras periferias brasileiras tem sofrido com o aumento do medo e do sentimento de insegurança produzidos, especialmente, pela ação de grupos que disputam o tráfico de drogas de varejo (SOUZA, 2000, 2004, 2008)³.

A intenção inicial da pesquisa foi problematizar as pré-noções⁴ (DURKHEIM, 2012) sobre o bairro de Santa Rosa que o reduzem

¹ HGG é a sigla do Hospital Geral de Guarus, um ponto de referência para quem se dirige aos bairros de Guarus.

²O conceito de configuração exprime a dinâmica relacional que dá origem ao tecido social, ou seja, ele define que *a sociedade é um entrelaçamento das interdependências formadas pelos indivíduos* (ELIAS, 1939).

³Esta é a expressão utilizada por Marcelo Lopes de Souza que considero pertinente dada as complexidades inerentes à cadeia do narcotráfico no Brasil, considerando que o contexto de redes locais que analiso relaciona-se mais diretamente com o que autor denomina de subsistema de varejo.

⁴Durkheim, em “As regras do método sociológico” define como pré-noções, *as notions vulgares ou praenotions*, o movimento pré-científico de colocar as ideias no lugar dos fatos, constituindo-se assim numa *espécie de fantasmas que desfiguram o aspecto verdadeiro das coisas e que nós tomamos como as coisas em si* (2012, p. 43).

exclusivamente a uma das localidades mais violentas de Campos dos Goytacazes. Buscava-se descortinar os preconceitos que impedem de compreendê-la em sua totalidade. Por isso, no desenho inicial me recusei a utilizar a noção de violência enquanto categoria analítica para tratar a realidade de Santa Rosa, buscando focalizar outras dimensões da vida naquele bairro, tais como, a sociabilidade e a vida comunitária.

Entretanto, os dados se impuseram impedindo que eu desconsiderasse as questões relativas à violência, já que este é um dos pontos constituintes da rede de relações em Santa Rosa. Lá, assim como em muitas comunidades brasileiras, se estabeleceu uma “ordem social” *que compõe-se de um exercício de dominação em que os integrantes do tráfico dão a última palavra, se não a primeira, sobre o que é permitido nas atividades e relações cotidianas* (FRIDMAN, 2008, p.88).

Qualifico assim a violência, à luz de Machado da Silva (2004, 2008), como um termo polissêmico a ser entendido como uma categoria coletivamente construída para identificar um complexo de práticas da qual a força é um princípio de coordenação responsável por sua articulação e relativa permanência ao longo do tempo. Por isso, a fim de simplificar a argumentação, e consequentemente o entendimento adoto aqui a definição de violência urbana como um conjunto de *práticas que envolvem ameaças físico-pessoal e ao patrimônio material representadas pela expansão de ações violentas em todas as áreas da cidade* (MACHADO DA SILVA, 2008).

Em Santa Rosa as situações de expressão do fenômeno são marcadas pela imprevisibilidade e aleatoriedade o que acarreta na constituição de um ambiente onde se observa um medo difuso e um vivo sentimento de insegurança⁵ (ROCHÉ, 1993) entre os seus moradores.

Lá está sendo construída uma competência que observo como o “aguçamento da sensibilidade” (SILVA, 2009), que implica na constituição de um

⁵Em sua elaboração original dada por Sebastian Roché (1993), o sentimento de insegurança diz um processo de leitura do mundo, que se apodera dos indivíduos como uma síndrome de emoções que se cristalizam acerca do crime e de seus autores. Em outro trabalho Roché (1996) aponta que os atos de incivilidades são contribuintes líquidos para emergência do sentimento de insegurança.

conjunto de indícios e sinais que são incorporados pelas pessoas que orientam seus modos de agir no cotidiano e que lhes permitem identificar quando a rotina será quebrada e quais as consequências disso. O que também é verificado pela noção de “leitura do clima” (CAVALCANTI, 2008), que se orienta na mesma direção.

Por isso, abandonei os melindres que fundamentavam minha recusa em abordar o fenômeno da violência incorporando-o em minhas problematizações. Todavia, tomando o cuidado de não reforçar os preconceitos e estigmas que tal enfoque poderia acarretar, imbuída talvez de uma perspectiva que pode ser nomeada de engajada, busquei apresentar a multiplicidade de vivências e experiências sociais que aquela configuração comporta.

Meu intento com isso foi produzir um conhecimento academicamente situado e qualificado sobre a sociabilidade no Parque Santa Rosa, sendo mais um meio a contribuir na elaboração coletiva de estratégias para mitigar os efeitos de ações que confinam e silenciam os moradores de periferia.

Do geral ao particular: situando Santa Rosa no quadro geral da cidade de Campos dos Goytacazes (RJ)

Santa Rosa é um bairro do subdistrito de Guarus, na cidade de Campos dos Goytacazes (RJ). Para uma compreensão precisa de suas delimitações, espaciais e sociais, começemos por uma exposição sobre o seu contexto mais amplo, a cidade. Entretanto, a criação e segmentação dos bairros adjacentes à Santa Rosa que faz dela muito mais que um bairro permite qualificá-la como um aglomerado de bairros devido à sua contiguidade com os bairros limítrofes. E assim me referirei a ela daqui em diante.⁶

Campos dos Goytacazes é um município de médio porte da região norte do estado do Rio de Janeiro. Ele se constitui como um polo regional do interior fluminense em virtude de sua extensão territorial, uma área de 4.027km² (Anuário Estatístico de 2015), e quantitativo populacional, da ordem de 487,186

⁶ O “aglomerado de Santa Rosa” é formado pelos bairros de Santa Rosa, Residencial Planície, Parque São Domingos, Parque Dom Rodrigo, além de seus adjacentes Parque Santa Clara, Novo Mundo, Custodópolis, Novo Eldorado e Eldorado.

habitantes (IBGE, 2016). Na figura 1 é possível verificar sua localização e seus limites geográficos.

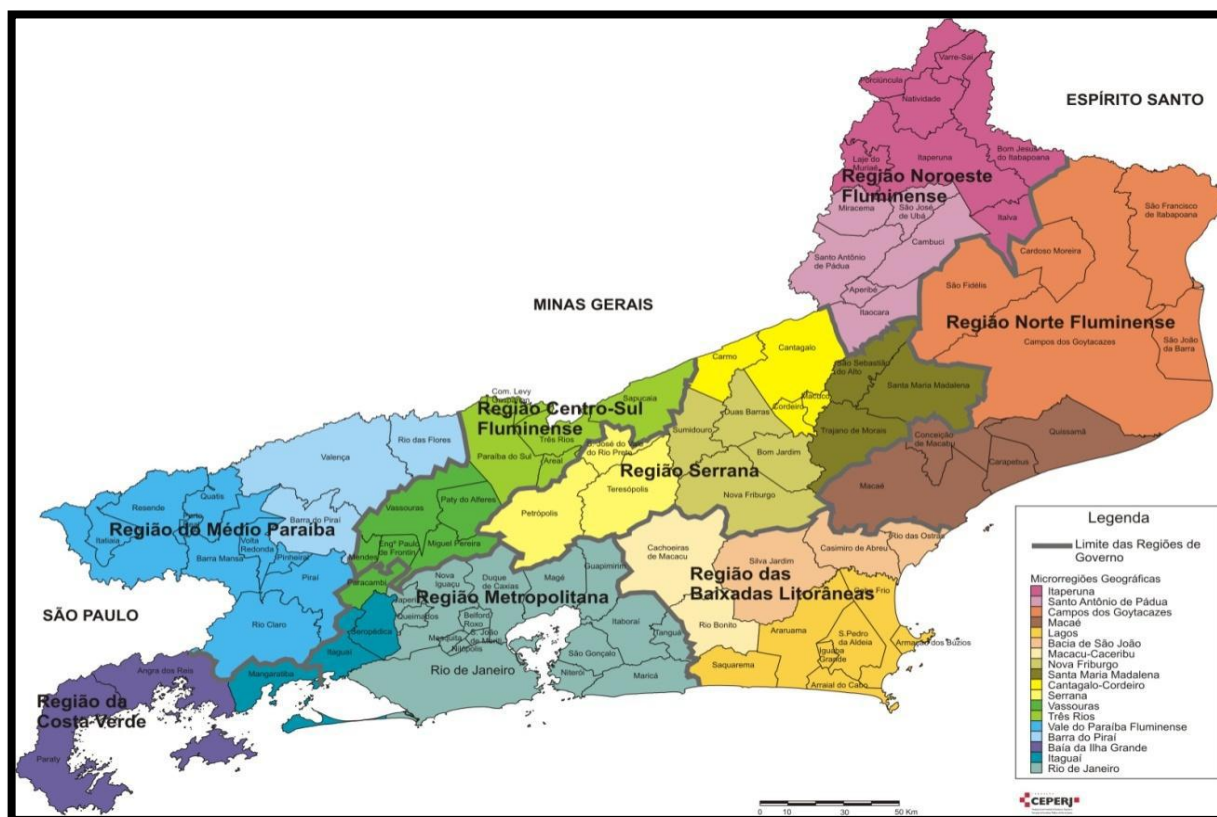


Figura 1 Mapa do Estado do Rio de Janeiro e suas microrregiões. Fonte: Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ, 2011.

Por muito tempo teve sua economia sustentada pela monocultura de cana-de-açúcar e produção sucroalcooleira, sendo o principal fornecedor do mercado interno nas primeiras décadas do século XX. O segmento atingiu o auge de seu declínio a partir dos anos de 1980, momento em que ganharam vigor novas atividades industriais ligadas ao petróleo, à cerâmica e à dinamização do setor de serviços (ZACHI e FARIA, 2011).

Desde então, os royalties advindos da exploração do petróleo e gás na Bacia de Campos representam a principal fonte de arrecadação e recursos municipais, embora eles tenham diminuído significativamente após a queda no preço desta *commoditie* acompanhada da crise na sua principal empresa, a Petrobrás. Ademais, outra característica do município é o fato de aparecer como “centro prestador de serviços qualificados”, atingindo os municípios vizinhos (PIQUET, 2003, p. 223).

O município de Campos se divide em catorze distritos, a saber: Santo Eduardo, Santa Maria, Morro do Coco, Vila Nova de Campos, Travessão, Campos dos Goytacazes, São Sebastião de Campos, Mussurepe, Santo Amaro de Campos, Tocos, Dores de Macabu, Serrinha, Ibitioca e Morangaba. Abaixo, na figura 2, se pode vê-los representados.

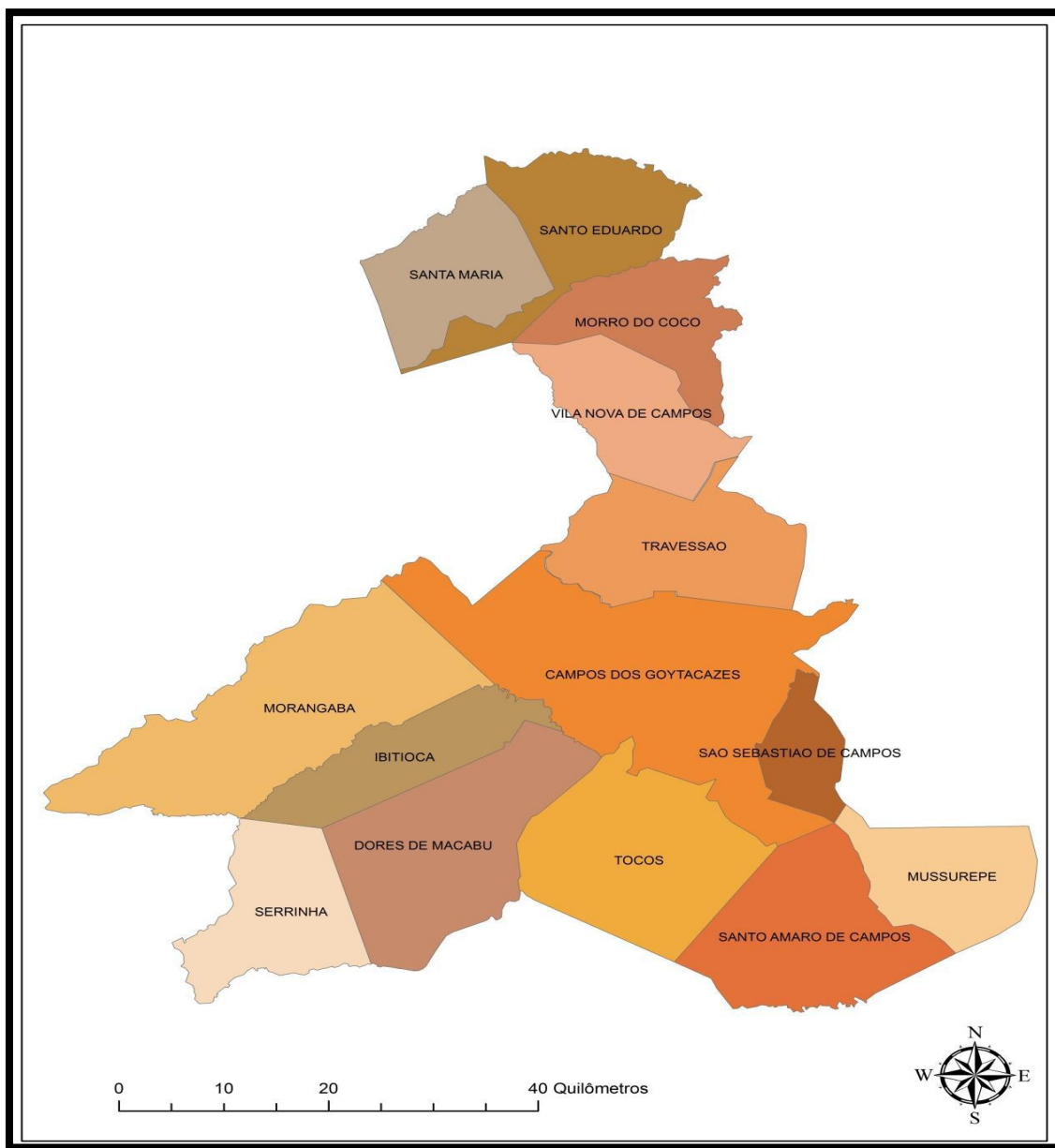


Figura 2: Localização dos Distritos de Campos dos Goytacazes. Fonte: Anuário Estatístico de Campos dos Goytacazes. Centro de Informações e Dados de Campos (CIDAC), 2015.

A sua sede, o distrito de Campos dos Goytacazes, é a região mais urbanizada. Nela está localizada a prefeitura e o centro administrativo do município, assim como uma grande rede de serviços e comércio que atende a cidade (*shoppings centers*, bares e restaurantes, rede hospitalar, os

empreendimentos imobiliários de médio e alto padrão, uma rede hoteleira diversificada etc). Em Campos também se encontram importantes instituições de ensino superior, públicas e privadas, dentre as quais destacam-se a UENF, IFF, UFF, UCAM, FDC, UNIFLU e FMC.

A presença dessas instituições tem possibilitado uma pujante produção acadêmica sobre aspectos históricos, físicos, sociais, econômicos e políticos da cidade, e contribuído para o conhecimento da realidade campista. Essas várias instituições com seus diversos laboratórios e grupos de pesquisa contribuem para se pensar a cidade em termos mais amplos nos contextos local, regional e nacional.

O subdistrito de Guarus, anexado à sede em 1967⁷, possui um território de 213 mil km² onde uma população de 123 mil habitantes (IBGE, 2010)⁸ está distribuída em seus vinte e seis bairros. Nele está localizado Santa Rosa e suas áreas adjacentes, locais onde situa-se meu objeto de estudo.

Localizado no lado esquerdo do rio Paraíba do Sul, Guarus se liga à região central pelas pontes Saturnino de Brito (Ponte da Lapa), Ponte Metálica (ponte ferroviária sem uso, construída em 1873 que substituiu a primeira ponte de madeira), a ponte General Dutra, e a Ponte Leonel Brizola (popularmente conhecida como Ponte de Rosinha).

Na figura abaixo se pode observar essa divisão física:

⁷Fonte: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riodejaneiro/camposdosgoytacazes.pdf> acesso em 04/ab/2017.

⁸ Cheguei a este quantitativo com o auxílio da jornalista Uli Marques que os consolidou a partir dos dados desagregados sobre as populações dos bairros de Campos dos Goytacazes fornecidos pelo IBGE. Registro aqui meu agradecimento.



Figura 3: Localização do Subdistrito de Guarus. Fonte: Adaptação do Google Earth, elaboração própria, 2017.

De acordo com Faria (2008), a construção da ponte metálica, em 1873, estimulou o crescimento da cidade em direção à margem esquerda, que até então era considerada uma zona rural e não tinha recebido nenhum equipamento urbano.

Já no século XX, nas décadas de 1940/50 houve em Guarus um significativo crescimento populacional, sobre o qual fala Viera (2004). De acordo com esta autora, a cidade não podia mais se expandir em direção ao sul do rio Paraíba, devido ao aproveitamento das ricas terras de massapê pelas usinas de açúcar. Em razão do tipo de solo (de tabuleiros) as terras de áreas de Guarus eram de fácil divisão de loteamentos, o que facilitou o aumento da concentração populacional na margem esquerda (VIEIRA, 2004, p. 36).

Além disso, foi uma localidade vista como uma região de bairros operários, por ter abrigado principalmente as pessoas oriundas das usinas e nas indústrias canavieiras que por muito tempo sustentaram economicamente a região. De acordo com Vieira (*op.cit.*):

o ex-prefeito Zezé Barbosa apontava que Guarus poderia ter sido considerada por muito tempo, o Distrito Operário, por comportar a maior parte dos trabalhadores braçais da cidade, que ainda trabalhavam no campo, na fase de corte de cana-de-açúcar. De acordo com o ex-prefeito, a instalação destas pessoas em Guarus se dava pela tamanha facilidade, caracterizada entre tantos motivos, principalmente, pelo preço consideravelmente baixo dos terrenos (Entrevista com Zezé Barbosa, in: VIEIRA, *op.cit.*, p. 39).

O capítulo 2 desta tese será dedicada a contar essa parte da história do aglomerado de Santa Rosa, que como será possível verificar foi habitado majoritariamente por trabalhadores rurais e ex-colonos que lá se instalaram nos anos de 1950, a partir do seu loteamento.

Faria, cujos trabalhos se concentraram nas análises sobre os processos urbanos e conformação dos espaços físicos da cidade de Campos dos Goytacazes, indica que somente no ano de 1944 é que se começa a direcionar o olhar para a região de Guarus visando seu desenvolvimento. Segundo esta autora, foi com o plano urbanístico de 1944, contratado por Salo Brand à Empresa Coimbra Bueno que se *prevê áreas para a futura expansão da cidade com o planejamento de novos bairros: em seu projeto, uma parte de Guarus, finalmente é integrada à cidade...* (FARIA, 2000; 2005).

Grande parte do preconceito que se construiu a respeito do subdistrito, e por consequência de seus moradores, derivaram do seu processo histórico de ocupação, pois, num primeiro momento foi território indígena e área de quilombos, e atualmente é habitada majoritariamente por pessoas de estratos sociais mais baixos. Estas categorias diferenciam os campistas como os do “lado de lá”, ou seja, moradores de Guarus, e os do “lado de cá”, moradores do lado direito do Rio Paraíba (ASSIS, 2016).

No entanto, atualmente já se observa que o isolamento e os preconceitos têm perdido um pouco de sua força tendo em vista a expansão e aumento da importância de Guarus, pois tem servido de residência a populações mais abastadas que buscam fugir da agitação e problemas da região central e que passaram a morar em habitações de alto padrão como o edifício Concorde e o Condomínio Vila Alice. Foram construídos e/ou estão em construção empreendimentos imobiliários direcionados à classe média, além de uma diversificada rede de serviços e comércios.

Na região localiza-se o Aeroporto, o Hospital Geral de Guarus (HGG), a Igreja Santo Antônio – a primeira igreja da Freguesia de Santo Antônio de Guarulhos, de onde se originou o nome do subdistrito -, o 56º Batalhão de Infantaria do Exército, o IFF - UNED Guarus, um hipermercado, a 146ª Delegacia de Polícia, uma unidade de Furnas, um bairro industrial.

Por esses exemplos, se pode considerar que Guarus representa uma nova centralidade frente às dinâmicas urbanas pelas quais passam as cidades na contemporaneidade. Ou seja, *surgem as novas áreas de centralidade, de caráter fragmentado, criadas fora do centro expandido, como resultado de fortes operações imobiliárias e urbanísticas, ou ainda, dentro dele, como produto de operações de revitalização urbana* (MARTINS, 2007, p.24)

É o que se vê com a implantação de novos empreendimentos imobiliários no subdistrito, a formação de bairros planejados e a ampliação da rede de comércio e serviços em bairros como Jardim Carioca e Parque Guarus. É um fenômeno para o qual Zacchi e Faria chamam atenção quando afirmam que:

novas espacialidades têm surgido reforçando o processo de fragmentação urbana, resultado da crescente complexificação da estrutura da cidade. Essas novas estruturas estão ligadas à produção de um espaço urbano cada vez mais descontínuo, reflexo de um conjunto de interesses ligados aos agentes fundiários e promotores imobiliários, através da produção de

espaços que reforçam a autossegregação e o isolamento das classes sociais mais abastadas (ZACCHI e FARIA, *op. cit.*, p.2).

Em razão disso, se observa hoje um processo de valorização e urbanização que vem ocorrendo em muitos bairros de Guarus, dentre os quais o Parque Rio Branco, que se limita ao Parque Prazeres e Santa Clara, situados nas imediações de Hospital Geral de Guarus (HGG), onde já foi construído o Condomínio Terra Nova, a formação de um loteamento para classe média e a previsão de um novo condomínio, ambos da empresa MRV⁹.

Outro exemplo da resignificação por que passa Guarus é trazido pela reportagem do Jornal Terceira Via, do dia 12 de março de 2017, que traz estampada a foto do subdistrito com uma manchete de capa dizendo: “Guarus mostra seu potencial e ganhará o 1º shopping¹⁰. Na reportagem a localidade é assim descrita:

“Guarus mostra sua força e o seu futuro:

(...) na margem esquerda está Guarus, também formosa e intrépida, mas ainda subestimada. Razões para tal desdém, não há: com mais de 120 mil habitantes, o 3º subdistrito de Campos reúne inúmeras características que o tornam parte fundamental na engrenagem econômica, social e cultural do município. E agora, mais do que nunca, mostra sua força: esta importante região da cidade foi escolhida pelo [...] para a construção de um shopping Center ... (O JORNAL TERCEIRA VIA, 12/03/17, p. 04)

Há que se ressaltar que este “novo olhar” não é em nada fortuito, pois além do fato de o atual prefeito lá residir não se ignora que, em termos políticos, nesse território estão as origens políticas do novo grupo político iniciadas pelo seu avó e ex-prefeito da cidade, Zezé Barbosa.

Entretanto, é importante considerar que essas novas representações construídas sobre Guarus não se estendem a todo o seu território. Ao contrário, é adentrando seus bairros que observamos onde e como se materializam de modo mais cabal os preconceitos e estigmas direcionados ao subdistrito.

⁹ Vide encartes e anúncios em anexo.

¹⁰ Esta reportagem encontra-se nos documentos em anexo.

Assim, continuando meu percurso, em Guarus focalizo o aglomerado de Santa Rosa. A complexidade socioespacial de Santa Rosa demonstra a inadequação que é delimitá-lo simplesmente como um bairro, ou seja, esta categoria efetivamente não é a mais apropriada para expressar as pluralidades que aquele espaço que analiso comporta.

Portanto, as análises são realizadas aqui à luz desta compreensão em virtude das inter-relações, tanto espaciais quanto sociais, que se apresentam na configuração de Santa Rosa, pois são as interações e interdependências inter e intra bairros que dão o tom daquela realidade social.

Para os órgãos oficiais do município, Santa Rosa limita-se territorialmente, diretamente, com os bairros Jardim Residencial e Planície, Parque São Domingos. Entretanto, em termos geopolíticos o bairro também se limita, influencia e sofre influência direta dos bairros Santa Clara, Parque Rio Branco, Custodópolis, Parque Novo Mundo, Parque Bandeirantes, Eldorado e Novo Eldorado, conforme podemos observar na figura 4. Formando, assim, o aglomerado de bairros do Santa Rosa.

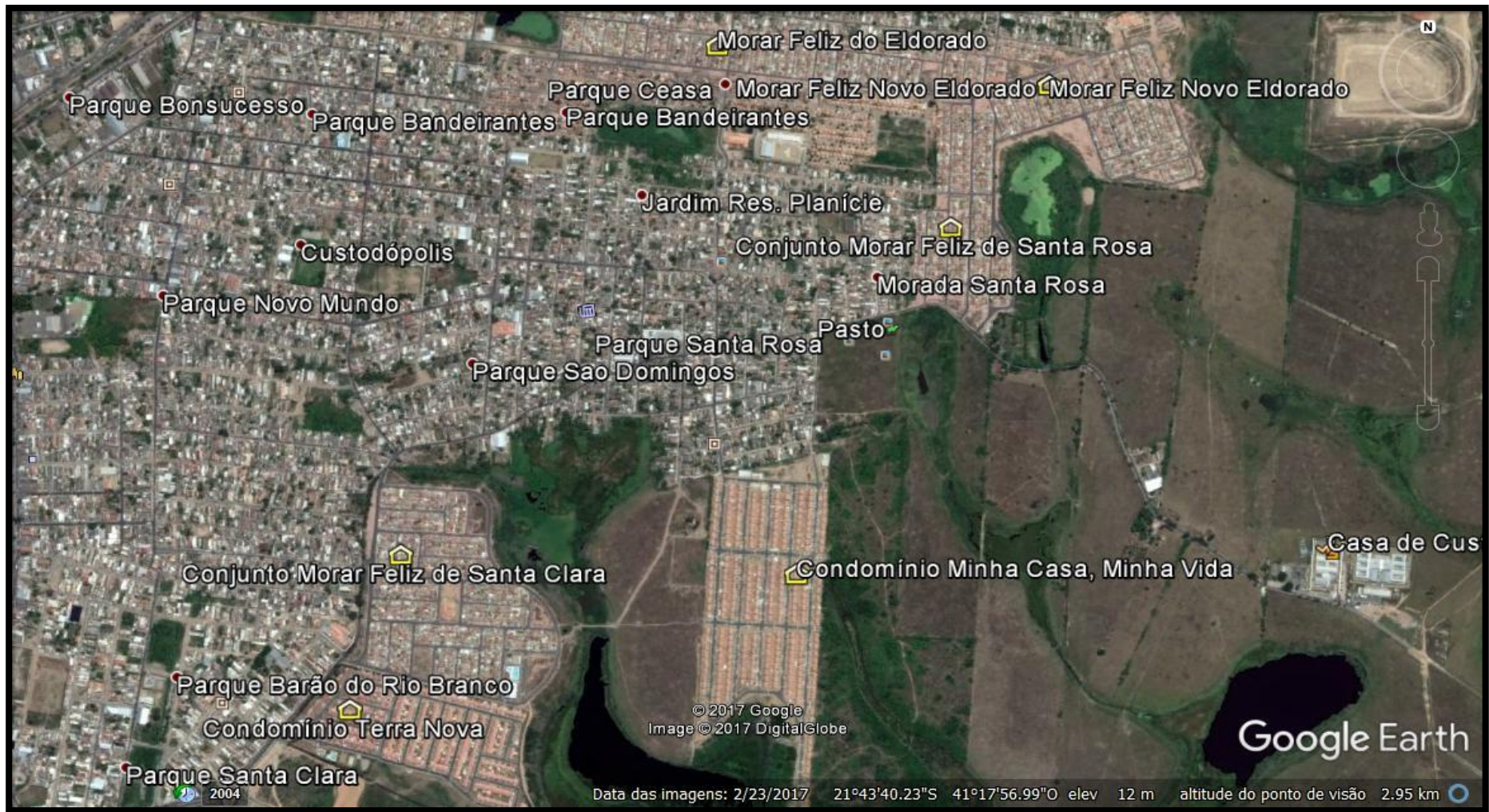


Figura 4 Limites geográficos de Santa Rosa. Fonte: Adaptação do Google Earth, elaboração própria. 2017.

A construção do campo e do objeto de pesquisa

Segundo Lenoir (1996), *a primeira dificuldade encontrada pelo sociólogo deve-se ao fato de estar diante das representações preestabelecidas de seu objeto de estudo que induzem a maneira de apreendê-lo e, por isso mesmo, defini-lo e concebê-lo* (p. 61).

Indiscutivelmente essa dificuldade esteve presente na construção do objeto da pesquisa, pois, como será demonstrado ao longo do trabalho, situa-se num espaço cujas representações construídas pelos diversos atores sociais afetam sobremaneira a forma como ele é olhado e, conseqüentemente, as interações sociais que nele se estabelecem.

Embora o primeiro contato com o bairro tenha se dado a partir de um vínculo de amizade, sua descoberta como objeto de estudo se originou depois da minha participação na pesquisa “Novos Territórios Urbanos¹¹”, em 2013, momento em que percorri os conjuntos habitacionais do Programa Morar Feliz (PMF) de Santa Rosa e Eldorado.

No mesmo ano, outra oportunidade surgiu e me possibilitou um contato mais próximo com o *outro lado* (ASSIS, *op. cit.*), a minha efetivação como professora de um colégio estadual, localizado em Custodópolis, um dos bairros contíguos à Santa Rosa. Local onde ainda trabalho até o presente momento.

As representações de que o território de Santa Rosa era um lugar violento, foram reproduzidas e reafirmadas pelos próprios moradores. Exemplifico. Na minha primeira aula com uma turma de terceiro ano do noturno, constituída em sua maioria por jovens do sexo masculino, o tema foi “Violência e Criminalidade”, atendendo às diretrizes do currículo mínimo¹² da Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC), e, portanto à revelia de qualquer intencionalidade. Ao expor o tema da aula um aluno em tom jocoso disse: “só tem bandido aqui professora”, causando o riso geral da turma.

¹¹Coordenada pelo professor Geraldo Timóteo da UENF esta pesquisa tinha o objetivo de avaliar o acesso ao Mercado de Trabalho: Efeitos da aquisição habitacional sobre o processo segregação/integração social e espacial em conjuntos habitacionais de interesse social. A pesquisa foi realizada em nove condomínios do Programa Habitacional Morar Feliz, dentre os quais, Santa Rosa.

¹² O currículo mínimo é um documento produzido pela SEEDUC no qual estão expressos os conteúdos, habilidades e competências que devem ser trabalhados com os alunos separados por séries e disciplina.

O comentário não me intimidou sendo respondido com a afirmação de que numa sala de aula só há alunos, não cabendo julgar as atividades dos mesmos fora dos portões da escola. A resposta foi satisfatória no sentido de amenizar a agitação provocada pela fala do aluno.

Outro fato inusitado também me chamou a atenção para Santa Rosa, e reforçou o meu interesse por aquele local como campo de pesquisa. Em 2013, em viagem à Vitória, minha cidade natal, estava com mais duas amigas num famoso bar no Centro da cidade, lá fomos abordadas por dois rapazes que flertaram com minhas amigas, durante a conversa eles disseram que eram oriundos de Campos.

Dando curso à conversa disse-lhes que também morava nesta cidade. Neste momento me perguntaram se o local de moradia era Santa Rosa, pergunta para qual a resposta foi negativa. Sem muito refletir sobre a questão no momento, posteriormente ela veio a me intrigar. Por que a associação com Santa Rosa, considerando que Campos tem quatorze distritos e dezenas de bairros?

A questão não foi desenvolvida com os rapazes. Mas as reflexões sobre ela também não foram abandonadas. A dúvida persistia em saber quais características os levaram àquela associação. Comecei a conjecturar que o fato de ter a pele negra e estar num lugar em que seus frequentadores são de classes populares poderia tê-los levado à conclusão de que eu seria uma “favelada”.

Assim, a intriga desinteressada transformou-se em um problema de pesquisa. Mas, tendo sempre em perspectiva que para *o sociólogo, o que constitui o objeto da pesquisa não é tomar partido nas lutas simbólicas, mas analisar os agentes que as travam, as armas utilizadas, as estratégias postas em prática* (LENOIR, *op.cit.*,p. 68).

Todavia, não há como desconsiderar que tendo vindo de uma comunidade capixaba pobre e também considerada violenta, eu tinha ainda como horizonte mostrar neste trabalho as outras características de Santa Rosa avançando do lugar comum que a focaliza a partir de suas carências e violências. E neste aspecto, minha biografia está a todo tempo impressa num engajamento teórico, mas também político no sentido de construir outros sentidos para as representações sobre Santa Rosa.

Pois,

Por serem ao mesmo tempo ilusórias, contraditórias e “verdadeiras”, as representações podem ser consideradas obra-prima para a análise do social e também para a ação pedagógico-política de transformação, pois retratam e refratam a realidade segundo determinado segmento da sociedade (MINAYO, 1995, p. 110).

Contudo, as representações não são um completo falseamento da realidade, pois, traduzem em certa medida os problemas que são vivenciados pelas pessoas em Santa Rosa. Uma localidade formada por pessoas de cor, trabalhadores de setores comerciais e de serviços semiquualificados ou manuais, ou oriundos da atividade canavieira – no caso dos mais velhos -, pertencentes aos estratos sociais baixos ou médio-baixos.

Uma configuração bem próxima da que Wacquant (2005) conceitua como periferia, ou seja:

(...) comunidades estigmatizadas, situadas na base do sistema hierárquico de regiões que compõem uma metrópole, nas quais os párias urbanos residem e onde os problemas sociais se congregam e infeccionam, atraindo a atenção desigual e desmedidamente negativa da mídia, dos políticos e dos dirigentes do Estado (WACQUANT, 2005, p.7).

Obviamente, não se está tratando de uma grande metrópole brasileira, mas a importância geopolítica de Campos no cenário do interior fluminense permite fazer determinadas aproximações.

E, um dos problemas sociais que se apresenta lá é sem dúvidas a violência, em suas múltiplas manifestações. O contexto por ela produzido fez com que, no decurso do trabalho e o contato mais direto com o campo, eu compartilhasse dos medos e ansiedades apresentados pelos moradores do território.

Por isso, construí como objeto desta pesquisa a compreensão sobre o medo e o sentimento de insegurança como elementos modeladores da sociabilidade das pessoas em Santa Rosa, a fim de analisar como esses sentimentos produzidos pela criminalidade violenta presente no local, percebida principalmente a partir da ação do tráfico de drogas do varejo, influenciam os hábitos e a sociabilidade dos seus moradores.

Partindo da hipótese de que os sentimentos de medo e insegurança enfraquecem os processos sociativos, por meio da evitação dos espaços públicos, e, conseqüentemente deterioram a vida comunitária inviabilizando a

construção de estratégias coletivas para o enfrentamento dos problemas. Tendo como objetivo compreender as estratégias adotadas pelos indivíduos para conviverem e se protegerem das violências existentes em Santa Rosa.

Percurso metodológico

Esta tese resulta de uma pesquisa ancorada na abordagem epistemológica da etnometodologia. A perspectiva etnometodológica se organiza em torno da ideia de que todos nós somos “sociólogos em estado prático”, posto que o real já se encontra descrito pelas pessoas (COULON, 1995, p.7).

Sendo a etnometodologia a pesquisa empírica dos métodos que os indivíduos utilizam para dar sentido e ao mesmo tempo realizar as suas ações de todos os dias, ela analisa as crenças e os comportamentos de senso comum como os constituintes necessários de “todo comportamento socialmente organizado” (*op. cit.* p.30).

Sem negligenciar a natureza qualitativa deste estudo, adotei a combinação de várias técnicas para dar conta da diversidade de fontes e interlocutores que possibilitaram compreender a configuração de Santa Rosa. Optei por essa abordagem a partir do entendimento de que,

o tratamento de fontes diversas permite alcançar o conjunto de pontos de vista (e de posições sociais) que formam uma figuração social, e compreender a natureza dos laços de interdependência que unem, separam e hierarquizam indivíduos e grupos sociais (ELIAS, SCOTSON, 2000, p.90).

Essa abordagem, além de contribuir para o enriquecimento das análises, me preveniu da crítica *bourdieusiana* à perspectiva etnometodológica, segundo a qual:

A oposição tradicional entre os métodos ditos quantitativos, como a pesquisa por questionários, e os métodos ditos qualitativos como a entrevista, mascaram que eles têm em comum se apoiarem nas interações sociais que ocorrem sob a pressão das estruturas sociais. Os defensores das duas categorias de métodos têm em comum ignorar estas estruturas, como os etnometodólogos, cuja visão subjetivista do mundo social os leva a ignorar os efeitos que as estruturas objetivas exercem não somente sobre as interações (...) que registram e analisam, mas também na sua interação com as pessoas submetidas à observação ou à interrogação (BOURDIEU, 2008).

Consequentemente, nesta pesquisa preferi a articulação de métodos, em vez de sua oposição. Assim, utilizei como fontes as diferentes modalidades de observação (flutuante, direta e participante; além da participação observante), pesquisa bibliográfica, a história oral, entrevistas semiestruturadas, questionários, diário de campo e grupos de discussão. Cada uma destas técnicas contribuindo de modo especialmente rico com a construção dos dados para maior precisão das análises.

Com pouca estruturação o trabalho de campo foi iniciado em 2015 pela observação flutuante (PÉTONNET, 2009), pois ainda não estavam claramente delimitados nem o campo e tampouco o objeto a ser pesquisado. Então eu circulava de forma livre e espontânea pelos bairros de Custodópolis, Nova Campos, Novo Mundo, Codin, Bandeirantes, Santa Clara, Eldorado e Novo Eldorado e Santa Rosa. Durou pouco mais de um mês esse processo exploratório realizado de ônibus, de van (ou “carrinho”, como dizem os moradores a respeito do transporte alternativo em carro particular) ou a pé.

Naquele momento, essa busca “cega” me dava um pouco de aflição, pois estava de frente a um grande território, em termos geográficos e populacionais, cujas diversidades jamais um único investigador poderia dar conta. Hoje constato que esta etapa serviu para a compreensão efetiva dos limites e interações, espaciais e sociais do campo, e maior definição de meu objeto de estudo.

A primeira fase teve prosseguimento com a realização de entrevistas semiestruturadas seguidas de observações diretas. As primeiras entrevistas aconteceram com duas senhoras, avós de duas conhecidas, sob o argumento de entender o processo de formação e constituição do bairro. Na defesa do projeto a indicação da banca foi que eu realizasse uma etnografia, e para isso sugeriram que fosse fixada residência em Santa Rosa. Naquele momento a orientação foi acatada.

No entanto, à medida que adentrava o campo esse método se mostrou difícil e infrutífero para esta pesquisa até ser abandonado. Isso se deu pela compreensão, mesmo que incipiente, das disputas do tráfico de drogas de varejo que territorializam os espaços e seus ocupantes. Morar num bairro me fixaria e

“filiaria” a um território e inviabilizaria o “livre trânsito”, ainda que relativo, que estava sendo realizado até aquele momento.

A tentativa de conseguir uma casa para morar em Santa Rosa serviu como argumento para explorar o campo, conversar com pessoas desconhecidas e interagir *na* e *com* a comunidade. Mas fixar residência me colocaria os limites espaciais constantemente narrados pelos interlocutores. Além disso, a ida para lá não traria garantias de obter informações sobre o local uma vez que as relações de vizinhança são indiscutivelmente afetadas pelo medo e pela violência.

Muitos foram os relatos dos interlocutores, de testemunho ou de “ouvir falar”, sobre expulsões de moradores do bairro, especialmente das *casinhas*¹³, pela suspeição de serem delatores, ou para que a casa fosse passada para outras pessoas, dentre outras situações. Por isso, a chegada fazendo perguntas sobre a vida em Santa Rosa poderia ser vista com suspeita colocando, deste modo, minha segurança em risco.

Diante disso, optei pela minha apresentação como pesquisadora da UENF interessada na história e constituição do bairro. Essa foi uma estratégia segura e exitosa no contato com as pessoas de lá. Colaborou também com a inserção no campo o fato de ser professora de uma escola da região, isto sim abriu as portas para entrevistas e empatia. Trabalhar naquela instituição, uma escola que goza de prestígio na comunidade, especialmente por causa da figura da gestora da unidade, diretora há mais de trinta anos na escola e conhecida por todos por sua fama de ser “durona” com alunos e professores faz com que a escola tenha uma boa imagem frente às pessoas, e isso se estende aos funcionários da escola. Assim, a identidade de professora daquele colégio me franqueou um capital de confiança do qual me apropriei em todos os momentos da pesquisa.

Com efeito, a sala de aula também serviu como importante campo de observação, possibilitando acesso privilegiado a conversas e interações com os alunos, numa intensa participação-observante (CARDOSO, 1986, p. 101). Nela soube e discuti fatos ocorridos no bairro que de outro modo não teria acesso.

¹³ Esta é uma categoria local utilizada para se referir às pessoas que moram no conjunto habitacional. Ora é utilizada de forma neutra, ora é utilizada de forma pejorativa e estigmatizante.

Também na escola, sob o pretexto de uma atividade pedagógica, realizei três grupos de discussão (GDs) com as turmas do terceiro ano do noturno dos quais obtive dados interessantes sobre como a violência afeta a vida dos jovens moradores da região de Santa Rosa.

Entrevistas semiestruturadas foram realizadas por meio da técnica “bola de neve”¹⁴, sendo os interlocutores iniciais pessoas conhecidas, e, estas serviam como “avalistas” para os novos entrevistados. O medo em falar era real e objetivo, sendo relatado durante as entrevistas. Por isso, contava bastante quem indicava e já havia sido entrevistado¹⁵. O método permitiu que eu realizasse vinte e duas entrevistas semiestruturadas sobre o processo de formação espacial e social de Santa Rosa, em que foram abordados temas como os sentimentos que as pessoas têm em relação à localidade e os principais aspectos da vida ordinária.

Enquanto as entrevistas se restringiram às pessoas mais antigas do bairro não encontrei muitos entraves, embora estivessem sempre recobertas pela desconfiança de não saberem ou entenderem o que eu queria saber e o que elas poderiam falar sobre Santa Rosa. Quando a perspectiva voltou-se para os moradores dos conjuntos habitacionais as dificuldades se ampliaram ocorrendo, assim, muitas recusas e desmarcações de entrevistas.

Também foram realizadas entrevistas com operadores das políticas públicas implementadas em Santa Rosa, tais como: assistentes sociais, conselheiras tutelares, policiais, gestores e coordenadores de projetos.

No total consegui realizar trinta e quatro entrevistas, a maioria tendo sido gravada e transcrita em momento ulterior¹⁶.

As observações diretas foram realizadas de forma periódica, com pelo menos três visitas semanais ao campo, em distintos períodos do dia, ao longo do ano de 2016. Tentei estabelecer contato com lideranças locais, que no caso de Santa Rosa, não eram líderes comunitários, mas sim supervisores de

¹⁴Essa técnica consiste na composição do grupo de entrevistados a partir da indicação de outras pessoas feita por um participante da pesquisa, ou seja, o indivíduo X indica o indivíduo Y, e assim sucessivamente.

¹⁵Tenho consciência de que a técnica criou um viés na seleção dos entrevistados e limitou meu universo às pessoas que em regra estavam enquadradas na norma, contudo, foram as possibilidades trazidas pelo campo. E por isso também busquei articular distintas técnicas de construção dos dados para desse modo eliminar parte dos vícios da pesquisa.

¹⁶ Dos entrevistados que moravam nos conjuntos apenas um teve sua entrevista gravada, e a realizei no seu local de trabalho, distante de onde morava.

bairros¹⁷, com o intuito de que me acompanhassem no trajeto e nos percursos dentro do bairro, mas o contexto não foi propício porque se avizinhavam as eleições municipais, o que acabou por tomar o tempo dos interlocutores¹⁸.

Assim resolvi realizar um levantamento junto aos trabalhadores das instituições públicas localizadas em Santa Rosa. Por meio de um questionário (em anexo), minha intenção foi registrar as percepções externas sobre o bairro, além de buscar maior inserção naquele meio social e ampliar o universo de interlocutores da pesquisa.

Entre os meses de março e junho de 2016 realizei a aplicação de questionários em cinco instituições educacionais e uma unidade de saúde que se situam na interseção dos bairros e atendem às muitas pessoas da região. Essa etapa resultou na produção de 154 questionários que foram respondidos por pessoas que trabalham nas instituições existentes em Santa Rosa, mas que não residem lá. Busquei, por meio deste instrumento, analisar as falas e percepções que as diferentes pessoas tinham sobre a localidade bem como compreender a natureza das interações que se estabelecem entre os moradores e os não moradores. Oportunamente, durante a aplicação do questionário registrava os comentários dos respondentes, aprofundando os pontos que se apresentavam mais relevantes sobre as interações daqueles sujeitos. Os dados e resultados desta etapa da pesquisa são apresentados no último capítulo desta tese.

No intuito de construir os dados sobre a natureza da sociabilidade em Santa Rosa realizei oito grupos de discussão (GD)¹⁹, em instituições públicas e religiosas presentes na localidade. Três grupos focais foram realizados com alunos do 3º ano do colégio onde trabalhava, conforme já mencionado. Um GD foi realizado com crianças de nove a quinze anos participantes de um projeto social de uma igreja neopentecostal. Outro foi realizado junto ao grupo de jovens com idades entre doze e vinte quatro anos integrantes da igreja católica. Por fim,

¹⁷ O supervisor de bairro é uma função ligada à Secretaria de Governo da PMCG e serve como um fiscal de obras dentro do bairro, responsável por encaminhar as demandas do local para os setores competentes eles acabam servindo como “cabos eleitorais” no seu local de moradia.

¹⁸ Dois dos supervisores me dedicaram especial atenção e a eles encaminho meus agradecimentos.

¹⁹ Os Grupos de Discussão foi uma adaptação da técnica de grupo focal. Eu não contava com a estrutura e recursos materiais e humanos para a realização de um grupo focal. Por isso, propus um debate sobre a vida em Santa Rosa sempre acompanhada de uma confraternização e um lanche. Os GDs foram registrados por meio de fotos e gravações de vozes.

na igreja batista do bairro foram realizados três GDs que foram segmentados por gênero e faixa etária (um grupo realizado com adolescentes do sexo feminino, outro com mulheres adultas, e o último com homens adultos). As falas foram registradas em áudios e transcritas posteriormente.

A realização dos grupos de discussão nestes espaços contribuiu para garantir a participação dos entrevistados devido à confiança e sensação de proteção e segurança que os locais ofereciam, um fator de grande relevância neste trabalho haja vista a recusa de participação de várias pessoas que foram procuradas em razão do receio de represálias. Esses locais também contribuíram para que os trabalhos ocorressem com uma estrutura física mínima, ou seja, com mobiliário, materiais e privacidade. Resultaram dessa etapa dados sobre as características da vida em Santa Rosa, os espaços e a natureza da sociabilidade de seus moradores, e sobre os modos de se relacionar com a insegurança no local.

As análises e argumentos deste trabalho são apresentados nesta tese por meio dos seis capítulos que a compõem, além desta introdução.

No capítulo 1 apresento, de forma geral, as principais categorias e conceitos que ajudaram a analisar o objeto pesquisado. Nele articulo, de forma dialógica, alguns dados do campo e o arcabouço teórico que servem de luz ao seu exame. Já no capítulo 2 construo uma narrativa histórica do aglomerado de Santa Rosa por meio das histórias orais dos interlocutores da pesquisa. Nele narro o surgimento do bairro enquanto tal, além de caracterizar seus principais pontos de sociabilidade e interação.

No capítulo 3, dando curso a caracterização socioespacial de Santa Rosa abordo a implantação do Programa Morar Feliz, em seus aspectos institucionais, relacionando a compreensão da equipe técnica e dos beneficiários da política e iniciando uma reflexão sobre os sentidos de morar em Santa Rosa à luz das clivagens criadas em seu interior. No capítulo 4, como continuidade ao capítulo anterior, analiso a relação entre os dois grupos formados pela implantação do PMF considerando as relações de interdependência entre as pessoas que não moram nos conjuntos habitacionais, que chamei de “moradores do bairro”, e, os beneficiários do programa habitacional da prefeitura “Morar Feliz”, a quem denominam de “moradores das casinhas”, que analiso a partir da categoria “configuração *estabelecido-outsiders*” (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Avançando no debate, no capítulo 5 abordo a questão da violência urbana em Campos dos Goytacazes, enquadrando-a teoricamente e analisando os diferentes elementos que a compõem na dinâmica social de Santa Rosa, em particular, e de Campos no plano mais geral. O sexto e último capítulo vai tratar das questões que motivaram o meu interesse pela região e me ajudaram a construir o objeto desta pesquisa, qual seja, o medo e o sentimento de (in) segurança em Santa Rosa e as estratégias utilizadas pelos habitantes daquela localidade para conviverem com estes sentimentos e ainda assim dar curso às suas atividades cotidianas. A título de considerações finais, deixo o registro das principais omissões que reconheço ter no trabalho bem como sintetizo os principais achados da pesquisa.

CAPÍTULO 1. ABORDAGEM TEÓRICA: CATEGORIAS E CONCEITOS DO TRABALHO

A meta da Ciência é a edificação da teoria, um corpo de proposições logicamente relacionadas, que indicam determinadas relações entre os fenômenos estudados (CHINOY, 1982).

A teoria é a ferramenta fundamental do trabalho intelectual, e os conceitos que ela encerra são a bússola que guia e orienta a pesquisa científica, por isso não é desnecessário dedicar-lhe algumas considerações.

Neste tópico apresento, de forma geral, os principais aportes conceituais e as categorias que ajudaram a analisar o objeto pesquisado. Nesse trabalho se articulam, de forma dialógica, os dados do campo e o arcabouço teórico que servem de luz ao seu exame.

Em termos epistemológicos, como um trabalho inscrito no campo da Sociologia Política, pretendo por meio dele *analisar a inscrição no espaço de grupos sociais; e interrogar seu modo de reprodução social e as trajetórias dos indivíduos que as compõem* (BOURDIEU, 2008, p.262).

Tendo em vista que o trabalho sociológico consiste em analisar os *mecanismos sociais* que dão origem a uma determinada estrutura social, concordo com Bourdieu que,

levar à consciência os mecanismos que tornam a vida dolorosa, inviável até, não é neutralizá-las; explicar as contradições não é resolvê-las. Mas, por mais cético que se possa ser sobre a eficácia social da mensagem sociológica, não se pode anular o efeito que ela pode exercer ao permitir aos que sofrem que descubram a possibilidade de atribuir seu sofrimento a causas sociais e assim se sentirem desculpados; e fazendo conhecer amplamente a origem social, coletivamente oculta, da infelicidade sob todas as suas formas, inclusive as mais íntimas e as mais secretas (BOURDIEU, 2008, p. 735)

O autor ainda completa *que esta constatação, apesar das aparências, não tem nada de desesperador [a]. O que o mundo social fez, o mundo social pode, armado deste saber, desfazer* (Idem). E assim é porque são construções sociais.

Considerando estas questões, servem de horizonte teórico a esta tese dois trabalhos fundamentais, que distintos em suas épocas discutem muito adequadamente, cada um a seu modo, a questão das relações de poder na conformação das estruturas sociais. São eles: “Os Estabelecidos e os

Outsiders”, de Elias e Scotson, publicado em 1965, que se ocupa de analisar as relações de poder que se constituem no microespaço social da vida comunitária e como elas vão dar origem a figurações sociais muito específicas. E, “A miséria do mundo”, organizado por Pierre Bourdieu e mais uma equipe de sociólogos, publicado em 1993, em que se discute, num âmbito macro, os aspectos institucionais dos determinantes econômicos, políticos e culturais que dão origem aos mecanismos de inclusão/exclusão em uma estrutura social.

Ambos têm o mérito de apontar que uma estrutura de poder compõe-se de campos de dominação. E estes campos compreendem “redes de homens e grupos humanos interdependentes, agindo em conjunto ou em oposição num sentido bem determinado” (ELIAS, 2001, p. 134).

Espero com este trabalho aquilo que Bourdieu produziu em sua obra, ou seja:

mostrar que os lugares ditos “difíceis” (...) são, primeiramente, *difíceis de descrever e de pensar* e que é preciso substituir as imagens simplistas e unilaterais (...), por uma representação complexa e múltipla, fundada na expressão das mesmas realidades em discursos diferentes, às vezes inconciliáveis... (BOURDIEU, *idem*, p. 11. Grifos no original).

E neste sentido, examinar o meu objeto em sua concretude e pluralidade, captando suas dimensões relacionais e simbólicas uma vez que *a análise sociológica baseia-se no pressuposto de que todos os elementos de uma configuração com suas respectivas propriedades, só são o que são em virtude da posição e função que têm nela* (ELIAS, 2000, p.58).

Considerando que *os lugares intervêm na associação ou na dissociação dos grupos de indivíduos* (COURY, 2010, p. 137) é que realizo as análises sobre a configuração de Santa Rosa. Parte deste empreendimento sendo realizado à luz da sociologia elisiana pelo fato de Elias ter sido *um sociólogo com habilidade em combinar enfoques macro e micro dos processos sociais, transcendendo a dicotomia indivíduo-sociedade, e produzindo uma análise social e histórica consistente e rigorosa* (LOYAL, 2009, p. 87).

O conceito de (con)figuração como ferramenta analítica

O conceito de *figuração*²⁰, elaborado por Norbert Elias, define que a sociedade é o próprio entrelaçamento das interdependências formadas pelos indivíduos (ELIAS, 1939). A figuração representa o tecido das relações humanas e exprime os processos de interpenetração e interdependência de ações mutuamente referidas. Para Elias, *os indivíduos sempre vêm em figurações e as figurações sempre estão formadas por indivíduos* (ELIAS, 1992).

Assim, no estudo em Santa Rosa, analiso as sociações (SIMMEL, 1983)²¹ que dão curso à vida social dos sujeitos em interação. Um método em que busco, a partir da descrição da sua configuração social e espacial, possibilitar ao leitor o entendimento adequado daquela realidade que comporta muitas similaridades com outras periferias brasileiras no que diz respeito a seus problemas estruturais, como suas características socioeconômicas ou suas relações em termos políticos.

Segundo Elias, não conseguimos explicar as configurações,

se estudarmos os seres humanos isoladamente. Em muitos casos é aconselhável um procedimento contrário – só podemos compreender muitos aspectos do comportamento ou das ações das pessoas individuais se começarmos pelo estudo do tipo da sua interdependência, da estrutura das suas sociedades em resumo, das configurações que formam uns com os outros (ELIAS, 1999, p.79).

²⁰ O termo pode ser encontrado como “figuração” ou “configuração”, ambos foram usados por Elias. Segundo esclarece o tradutor do texto de Steven Loyal, na obra “50 grandes sociólogos contemporâneos”, em grande parte de sua obra, Elias adota “configuração” vocábulo escolhido para fazer frente ao termo parsoniano “sistema”. Mais tarde incomodou-se com o fato de que, no latim, o prefixo “con” significa exatamente “com”, ou seja, se figuração (*figuration*) quer dizer “padrão” (em inglês, *pattern*), “con-figuração” (*configuration*) querer dizer “com padrão” (*withpattern*). Assim, uma vez que o objetivo do autor era entender o padrão em si, o prefixo passou a ser visto como redundante e ele preferiu o uso de “figuração”. (Nota de rodapé, 2009, p. 83).

²¹ Para Simmel, como ciência empírica, a sociologia deve ter por campo ou objeto a multiplicidade de interações, numa incessante vida de aproximação e de superação, de consenso e de conflito, de permanente vir-a-ser. A sociedade não é algo estático, acabado; pelo contrário, é algo que acontece, que está acontecendo. O objeto da sociologia são esses processos sociais, num constante fazer, desfazer e refazer, e assim incessantemente. É através das múltiplas interações de uns –com-os-outros, contra-os-outros e pelos-outros, que se constitui a sociedade, como realidade inter-humana. O autor traduz esse “processo fundamental como ”sociação”. O processo básico de sociação é constituído pelos impulsos dos indivíduos, ou por outros motivos, interesses e objetivos; e pelas formas que essas motivações assumem (p. 21).

Neste sentido, têm-se como foco de análise um dos elementos que estruturam as relações em Santa Rosa que são as clivagens extra e intra-bairros. No primeiro caso, me refiro aos preconceitos direcionados aos bairros de Guarus, e de modo mais contundente, aos bairros que compõem o aglomerado de bairros de Santa Rosa. Ao passo que, a segunda diz respeito ao redirecionamento interno desses preconceitos entre as diferentes áreas em que se habita naquela localidade, e que se relaciona com a acusação de que a implantação dos conjuntos habitacionais acarretou na deterioração das condições de vida dos seus moradores, especialmente, no que se refere à violência e criminalidade.

Assim, nesta pesquisa busquei captar junto aos grupos pesquisados os sentimentos mantidos em relação ao bairro e sua rede comunitária, bem como discutir os modos de vida produzidos a partir das interações desenvolvidas naquele contexto social. Focalizo as narrativas e práticas acerca de como as pessoas se viam enquanto integrantes daquele todo social, que a despeito de inúmeras representações negativas e depreciativas, compunham seus modos e padrões de vida e comportamento. Um ponto de grande relevância uma vez que Elias sustenta a hipótese de *que os indivíduos são condicionados socialmente ao mesmo tempo pelas representações que fazem de si mesmos e por aquelas que lhes são impostas pelos outros com quem entram em relação* (COURY, *op. cit.* p.124).

A visão figuracional conduz ao entendimento de que os seres humanos nascem em redes de relações de interdependência entre indivíduos, e as estruturas sociais que eles formam entre si possuem uma dinâmica emergente que não pode ser reduzida a ações ou motivações individuais (LOYAL, *op.cit.* p.84). Um movimento em que não se tem a prevalência nem de uma nem de outra, mas sim, um condicionamento recíproco que vai sendo produzido e reproduzido a partir das práticas sociais.

Por isso, é que o conceito de figuração remete também às noções de processo de dinâmica, de interpenetração e interdependência de ações mutuamente referidas, e se aplica a relações sociais conflituosas, instáveis, de disputa ou de colaboração (QUINTANEIRO, *op. cit.*, p.50).

E tudo isso é possível de ser apreendido por meio da observação das interações. Mas, uma estratégia igualmente necessária é a escuta dos relatos

de pessoas dispostas a compartilhar conosco suas experiências sociais. E, neste aspecto, me auxilia o trabalho de Bourdieu no qual realizou um esforço de reunir depoimentos de homens e mulheres a propósito de sua existência e de sua dificuldade de viver, organizando-os e apresentando-os ao leitor para que lhes fossem concedidos um olhar *compreensivo*, ou seja, uma atitude de tomar os sujeitos como eles são, *oferecendo-lhes os instrumentos necessários para os apreender como necessários* (1993, p.10).

Subúrbio, periferia, favela ou comunidade? Em busca da categoria adequada para definir o aglomerado de Santa Rosa

Todas as relações se desenvolvem sobre uma base local que dão as conotações e orientações das (con)figurações. Por isso, é importante o acesso às mais distintas fontes para que o conjunto de informações seja o mais completo acerca dos lugares. No meu caso, sobre a cidade de Campos dos Goytacazes encontrei uma vasta bibliografia sobre sua história (SILVA, 1984; CARVALHO, 1985; PESSANHA, 1999; ACRUCHE, 2002; FEYDIT, 2004; MARTINS, 2004; LAMEGO, 2007; FERREIRA, 2012;), sua formação econômica, política e social (CARVALHO, TOTTI (*et al*), 2006; PINTO, 2006; CRUZ, 2003; ALVES, 2009, 2013), sua configuração urbana e socioespacial (VIERA, 2004; ZACCHI, FARIA, 2011; FARIA, 2000, 2005; OLIVEIRA, 2009; ARRUDA, 2014; PÓVOA, 2012), sua matriz cultural (MESQUITA, 2009;2012; FARIAS, 2013, BERTOLI 2014), dentre outros.

Refinando um pouco mais, e buscando o entendimento sobre o aglomerado de bairros que se tornaram foco do meu trabalho as fontes já foram escasseando um pouco, mas, ainda assim, o material encontrado compôs um importante arcabouço sobre a ocupação e formação de Guarus (ASSIS, 2016; AZEREDO, 2015; SOUZA, SILVA, 2009), sobre os processos socioespaciais pelos quais passou o território (CORDEIRO, 2004, ALMEIDA, 2017a) e sobre o perfil social e ocupacional dos seus moradores (ALMEIDA, 2017b), que, indiscutivelmente iluminaram minhas análises. Preciso ainda apontar a importância dos relatórios de pesquisas produzidos nas principais IES da cidade, que nem sempre acessados por todos, constituem uma rica fonte de conhecimento sobre a realidade local. Pois, em Campos dos Goytacazes tem se

consolidado importantes núcleos de pesquisas interessados em investigar suas diferentes questões.

Grande parte da configuração urbana atual de Santa Rosa resultou de um processo mais amplo produzido na cidade provocado pelo ordenamento territorial da cidade por parte dos empreendimentos imobiliários (grandes incorporadoras e fundos imobiliários) que impôs uma agenda de remoções forçadas em nome da proteção ambiental e do combate à vulnerabilidade e ao risco pessoal e social nas últimas duas décadas, provocando uma verdadeira reconfiguração do espaço urbano e no modo de vida de uma parcela da classe que vive do trabalho e se reproduz nas favelas e periferias da cidade (ALMEIDA, 2017).

Uma das dificuldades que tive neste trabalho foi o de caracterizar terminologicamente o conjunto de bairros do meu estudo que estou assumindo como aglomerado de Santa Rosa. As leituras realizadas me levaram ao entendimento de que ele pode ser definido como um *subúrbio*, nos termos de Bourdieu, em face de compor uma parte do tecido urbano presente e ao mesmo tempo afastado dos centros urbanos. Considerando sobretudo que *a identificação de um subúrbio, qualquer que seja ele independentemente do tempo e do lugar, implica uma ideia de fragmentação do espaço urbano* (DOMINGUES, 1996, p.6).

Entretanto, antes de assumi-lo de pronto cabem algumas mediações que justificam as variações que aparecerão ao longo de minha argumentação decorrentes da natureza epistemológica deste trabalho. Pois, embora busque o diálogo, ele não se inscreve no campo da geografia, assim, ao utilizar algumas de suas categorias poderá incorrer em algumas ambiguidades. Contudo, saliento minha preocupação em não cometer erros na busca dessas definições para produzir um entendimento mínimo sobre o contexto em que ocorrem as interações por mim analisadas.

Começamos pelas categorias subúrbio e periferia donde têm-se que a banalidade dos seus usos terminológicos tem causado imprecisões quando não equívocos, sendo utilizado no mais das vezes como oposição a um centro (PALLONE, 2005; DOMINGUES, 1994).

No entanto, os subúrbios são caracterizados cada vez mais por outros contextos, alicerçados nas condições e contradições econômicas e sociais dos

seus moradores, pelas infraestruturas existentes, pelas territorialidades estabelecidas, restabelecidas, enfim, pelas suas espacialidades (RITTER E FIRKPWSKI, 2009.p. 22). Ao passo que a periferia é um agregado social que define-se pela dependência, pela subalternidade face às áreas centrais e aos locais de destino dos habitantes-pendulares (DOMINGUES, *op.cit.*,p.5).

Ao cabo, o subúrbio é uma das variações da condição periférica que se liga a formações urbana e territorialmente mais alargadas. Ele corresponde normalmente a uma representação social estigmatizada, constituindo-se como o lugar da exclusão, da marginalidade e da segregação sociais, da anomia, da ausência de uma noção de pertença a um lugar, do déficit de cidadania, etc (idem).

Esta descrição, extrapolada para um contexto tipicamente carioca, pode nos remeter à noção de favela que pelo seu sentido mais tradicional é uma categoria que designa o *lócus* da pobreza, o território urbano dos pobres (VALLADRES, 2005, p. 151). Sobre o tema há importantes trabalhos como VALLADARES (1974; 1977; 1978; 2005), ZALUAR e ALVITO (1998); ZALUAR (1984), VENTURA (1994) para citar alguns.

E “favela” é a terminologia corrente na literatura acadêmica de Campos dos Goytacazes para se referir aos bairros localizados nos territórios de periferia (PÓVOA (2002), ARRUDA (2009, 2014), FREIRE (2017). Por isso, ela poderá aparecer em algumas partes desta tese quando em diálogo com a teoria. Entretanto, minha opção é por me referir ao território na maioria das vezes pelas categorias êmicas de *bairro* ou *comunidade*.

Faço essa escolha admitindo a perspectiva de Birman (2008) sobre a conotação pejorativa que o termo favela pode assumir tendo em vista que seu derivado “favelado” é uma das designações mais segregadoras no uso corrente da cidade do Rio de Janeiro. E, mais, a autora ainda argumenta que tal tema pode ser abordado como uma política de identificação, a partir da qual se constroem os discursos e políticas governamentais que supõe que a população de favelas possui um perfil próprio, inconfundível que faria dela um grupo com uma cultura específica no interior da cidade (BIRMAN, 2008, p.103).

Em Campos dos Goytacazes quando se conjugam os temas da ação estatal e segregação socioespacial, o principal objeto a ser focalizado é o

programa habitacional Morar Feliz. Tema de muitos trabalhos sobre seus efeitos políticos, urbanos, econômicos e sociais.

Neste meu trabalho destaco as influências de Arruda (2014), que realizou uma análise dos impactos sociais do PMF, tendo como mote principal a consonância entre o direito à habitação e à cidade, entendida como o acesso não apenas à moradia, mas a equipamentos e serviços urbanos e sociais. E, Dutra (2015) que se dedicou a analisar a percepção dos moradores dos conjuntos habitacionais sobre o novo contexto de moradia, observando de que forma a política habitacional interferiu em suas vidas. Além de vários outros artigos que analisam o programa sob os mais distintos prismas.

Todos esses trabalhos me serviram de amparo conceitual e empírico para a compreensão da política. Entretanto, meus objetivos se relacionam muito mais com a compreensão sobre os aspectos relacionais que dão origem à sociabilidade local e sua relação com a criminalidade violenta. E neste sentido, comecei a dialogar com FREIRE (et al), a partir de sua análise de que:

os conjuntos passaram a ser associados ao recrudescimento da violência em Campos dos Goytacazes (cujo auge, situamos aproximada e temporalmente, nos três últimos anos seguindo as novas pautas que surgiram no debate público da cidade). Aos poucos, estes lugares eram tidos como áreas de concentração do tráfico de drogas, de assassinatos e, mais amplamente, da condensação da criminalidade violenta (FREIRE, 2017, p. 175).

Também colaborou com minhas reflexões acerca do tema o artigo de Souza (et. al.) (2016) em que os autores relatam alguns resultados de uma pesquisa etnográfica em um conjunto habitacional periférico numa cidade média do interior de São Paulo. Nele os autores analisaram as interações violentas entre jovens vinculados ao mercado ilegal da droga e a polícia.

Por seu turno, analisando o cenário carioca e com uma perspectiva mais alinhada à minha proposta, recorro ao clássico estudo de Zaluar (2000) sobre a formação da Cidade de Deus onde, por meio de uma etnografia, a autora analisou naquele conjunto habitacional as dimensões familiares, do trabalho, do lazer e da religião a fim de entender as diferentes histórias de vida que interferem nas escolhas entre o trabalho e a vida de bandido.

No meu trabalho busco entender como a implantação dos conjuntos habitacionais interferiu nos processos relacionais entre os moradores da localidade e as pessoas que foram assentadas pelo programa visando

compreender os modos como se constituem as relações sociais entre os habitantes do território considerando a dicotomia produzida pelo PMF.

Isso tudo porque, como já dito, a percepção sobre a deterioração das condições de vida dos moradores da região se relaciona com a chegada das pessoas assentadas nos conjuntos, sobretudo o recrudescimento da criminalidade violenta. Mesmo sendo lugar comum o fato de que as representações sobre a vida em Guarus, de um modo geral, sempre foram permeadas por estigmas e preconceitos.

Os conteúdos subjacentes desta configuração: o medo, o sentimento de insegurança e a sociabilidade violenta

Para Bauman:

O medo é mais assustador quando difuso, disperso, indistinto, desvinculado, desancorado, flutuante, sem endereço nem motivo claros; quando nos assombra sem que haja uma explicação visível, quando a ameaça que devemos temer pode ser vislumbrada em toda parte, mas em lugar algum se pode vê-la. “Medo” é o nome que damos a nossa *incerteza*: nossa *ignorância* da ameaça e do que deve ser feito – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além de nosso alcance (BAUMAN, 2008, p. 8, grifos no original).

O medo tem sido um dos sentimentos a permear as relações dos indivíduos na sociedade brasileira de um modo geral, decorrente da percepção do aumento da sensação de insegurança disseminada, sobretudo, pela mídia.

Esse sentimento pode tomar diferentes conotações, e há na literatura fecundas fontes para pensá-lo como modelador das relações sociais por meio de suas diversas formas de manifestação, dentre elas, o medo à criminalidade violenta cada vez mais presente, simbólica e objetivamente, na vida das pessoas.

De acordo com Caldeira, a violência e o crime não existem isoladamente na sociedade brasileira, mas sim num tenso diálogo com a consolidação democrática (2011, p.45). Por isso, que em seu trabalho a autora analisou a forma pela qual o crime, o medo da violência e o desrespeito aos direitos da cidadania se combinou às transformações urbanas para produzir um novo padrão de segregação espacial nas últimas décadas do século passado e que

ajudou a pensar a relação entre as expressões da violência e o desenvolvimento urbano.

Conseqüentemente, diz Caldeira, o crescimento do crime violento em São Paulo, local de seu estudo, desde meados dos anos 80 gerou medo e uma série de novas estratégias de proteção e reação, dentre as quais a construção de muros é a mais emblemática (*op.cit*, p. 9).

Pastana (2003), também analisando o contexto de São Paulo, afirma que o medo pode ser um veículo que permite compreender algumas relações sociais no espaço sendo um importante ingrediente que, intencionalmente ou não, muda os valores de um grupo aumentando ou diminuindo o grau de coesão entre os indivíduos. Em seu estudo a autora buscou compreender como e por que o medo, no seu caso associado à violência criminal, tornou-se tão evidente no Brasil logo após o longo período da ditadura civil-militar pelo qual passou.

Para ela o tema mostra-se como instrumento de dominação política por meio de uma cultura do medo. E sustenta que a despeito da constituição de 1988 ter instituído um regime político mais democrático exacerbou-se o medo e a insegurança cultivados socialmente.

Por seu turno, no contexto do Rio de Janeiro, é Batista (2003) quem me ajuda a pensar a questão. A autora analisa as rupturas e permanências de histórias de medo na cidade do Rio de Janeiro visando compreender, no campo simbólico, os discursos, as mensagens e representações e suas funções ideológicas e políticas.

Embora sirvam de horizonte para refletir sobre meu objeto de trabalho, utilizo a categoria “medo” associado ao sentimento que se constrói em relação a uma representação coletiva que conduz à determinadas práticas na sociedade brasileira, que é o medo da violência urbana.

Assim, a discussão produzida por Souza (2008), se mostrou a mais alinhada aos meus propósitos. Pois, em seu trabalho o autor por meio do neologismo “fobópole” analisa como o medo e a percepção do crescente risco, sob o ângulo da segurança pública, têm assumido proeminência nos debates e discussões produzidos na cidade.

Segundo o autor ainda que metrópoles como o Rio de Janeiro e São Paulo sejam exemplos notavelmente didáticos da problemática em pauta, não é apenas nelas. Em muitas outras grandes cidades brasileiras os riscos direta ou

indiretamente relacionados com a criminalidade violenta ganham importância e visibilidade: mais e mais, também cidades médias vão assumindo papel de destaque nesse cenário (2008, p.33).

Por isso, seu trabalho me ajuda a pensar Campos dos Goytacazes, uma cidade de médio porte que tem aparecido nos últimos anos com relativo destaque nos rankings que monitoram o fenômeno da violência e criminalidade urbanas.

Com efeito, focalizo a questão no contexto de Santa Rosa onde observo que o medo e a sensação de insegurança têm se agravado pela imprevisibilidade de situações de crise que às vezes interrompe o fluxo da vida ordinária do bairro. Não foram raros os relatos sobre a emergência repentina de tiros ou fatos violentos a surgirem nas ruas, em diferentes horários do dia ou da noite. Próximo às escolas, unidade de saúde e/ou no trânsito comum pelo bairro²².

Recordo que antes do início da pesquisa, quando ainda construía meu interesse pelo campo um ex-aluno, um jovem rapaz com pouco mais de dezoito anos, narrou como um fato positivo o *toque de recolher* imposto pelos traficantes, que restringia aos moradores os horários de acesso às vias públicas do bairro. Na avaliação daquele rapaz o *toque* era benéfico por ser um aviso para que os moradores se protegessem em suas casas. Quem ficasse na rua após o horário imposto saberia exatamente os riscos que corria.

Normalmente, os *toques de recolher* ocorriam em períodos de “guerras” entre os dois grupos que disputam o controle do tráfico de drogas de varejo em Santa Rosa, as facções, os Amigos dos Amigos (ADA) e o Terceiro Comando Puro (TCP). Assim, pela perspectiva daquele rapaz, eles serviam como “proteção” para os moradores que não tinham envolvimento na disputa²³.

Considerarei aquela observação interessante, pois a leitura externa do fenômeno *toque de recolher* é completamente outra. Externamente, ele é sempre visto como um cerceamento das liberdades, e, conseqüentemente, da

²² A discussão sobre essas dinâmicas será realizada no capítulo 6.

²³ Neste ponto ficou explícito o dinamismo que é inerente à uma realidade social, pois, durante os três anos de pesquisa de campo a perspectiva que balizava a percepção da violência em Santa Rosa era o conflito entre as facções TCP e ADA. Entretanto, agora enquanto escrevo sou tomado pelo *imponderável da vida real*, como diria Malinowski, que foi a associação entre as facções agora sob a denominação de TCA (Terceiro Comando dos Amigos). Pretendo desenvolver algumas dessas análises quando discutir as questões da segurança pública no capítulo 5.

cidadania. E, pessoalmente não imaginei que ele poderia ser visto como positivo. E é normal que eu não percebesse, pois, não era um sujeito que compunha aquela teia de relações, e, por consequência, não compartilhava dos valores daquela sociação não podendo assim partilhar de seus significados.

Por outro lado, com o desenrolar da pesquisa pude observar que nem sempre os códigos são tão claros assim, como o é a imposição do *toque de recolher*. A aleatoriedade também faz parte daquela configuração, abrindo espaço para indeterminações e insegurança no fluxo de ação. Assim, o medo difuso também é um elemento constituinte das relações sociais em Santa Rosa.

Por isso, os sujeitos que compõem aquela figuração constroem na relação estratégias e signos para diminuir essa imprevisibilidade, e assim se protegerem um pouco mais da violência que organiza a ordem local. Algumas experiências ilustram bem o que pretendo dizer.

Certa vez, conversando com uma professora da creche que fica no bairro, ela comentou:

tem algumas mães aqui que se vierem buscar os filhos mais cedo é porque vai acontecer alguma coisa, então a gente já liga para os pais que puderem vir apanhar seus filhos e ficamos em alerta” (Professora do CMEI, anotação no caderno de campo, 25 /jun/2016).

Para os integrantes daquela configuração, moradores ou não, nenhum sinal é desprezado estando sempre alertas para responder a uma situação problemática. Produzindo comportamentos a partir dos quais constroem sua *temporalidade antecipatória* (CAVALCANTI, 2008), ou seja, uma noção do tempo concretamente experimentada como uma antecipação, como uma quase espera pela próxima ocorrência, engendrando uma série de rotinas de evitar e avaliar os riscos (p. 37).

Mesmo que o sinal não seja plenamente visível, ou que pouca coisa possa ser feita caso se irrompa uma crise servem como mecanismos de proteção. Mas, são estratégias que ainda são incipientes e adotadas no plano mais individual, não “institucionalizadas” nos modos de ação coletivos em Santa Rosa.

Toda essa situação gera um sentimento de (in) segurança traduzido por um *conjunto de representações e manifestações de inquietação, de perturbação ou de medo e de preocupação pela ordem, quer individuais quer coletivas* (LOURENÇO; LISBOA, 1992, 1996).

Para Lourenço (2009), o sentimento de insegurança refere-se à percepção da segurança individual e da segurança coletiva, sendo gerador de identidades coletivas associadas à percepção das causas e de medidas de prevenção e de combate da insegurança. Ele ainda afirma que o sentimento de insegurança é resultante de uma representação social do meio, pois o medo do crime é sempre real nos seus efeitos para os indivíduos que o sentem, independentemente de terem sido ou não vítimas ou intervenientes em atos de violência.

Foi por isso que também me vi pessoalmente afetada por ele. Um medo que não tinha antes de iniciar a pesquisa em Santa Rosa. Como já informado, havia participado de uma pesquisa em Santa Rosa e Eldorado no ano de 2013, indo lá sozinha e saindo quando já era noite. Mesmo sendo avisada por outros participantes do trabalho sobre a “periculosidade do local” e tendo um dos colegas abordado no momento de realização da pesquisa, não me sentia amedrontada.

Por outro lado, na atual pesquisa, na medida em que ela foi se desenvolvendo, e que adentrei no campo, comecei a compartilhar dos medos e do sentimento de (in) segurança que atingem os habitantes do aglomerado de Santa Rosa. Pessoalmente nunca enfrentei uma real situação de perigo, mas os relatos reiterados das pessoas, as reportagens sobre os homicídios de pessoas que agora não eram mais completamente estranhas²⁴, me traziam uma sensação de vulnerabilidade e de insegurança frente aos perigos que pareciam se tornar maiores e mais reais com o conhecimento cada vez mais próximo daquela realidade.

Por essa experiência pude perceber que *o medo implica uma narrativa. Ela é feita de informações, rumores, histórias que vão sendo construídas coletivamente e que, em certos momentos, passam a ter o status de verdade* (OLIVEN, 2014, p.8)

Mas, a despeito desses sentimentos, devido a experiências pessoais registrei relatos de pessoas que disseram não querer sair de lá, mesmo tendo que conviver com as condições impostas pelo medo e pela violência, pelo fato de ter sido ali construída sua história e família. Por outro lado, muitos

²⁴ Cabe registrar o choque que tive quando vi a notícia do assassinato de um dos cobradores de van no Santa Rosa, o Carioca (nome fictício), do qual voltaremos a falar mais a frente.

manifestaram sim o desejo de sair, mesmo com pesar, caso tivessem as condições materiais para isso.

Não é incomum as casas em Santa Rosa serem protegidas por muros e portões altos, inclusive nos conjuntos habitacionais do Programa Morar Feliz²⁵, a fim de resguardar o seu interior de invasões por parte de pessoas em fuga²⁶. Como um dos padrões de vida reproduzidos na cidade esta tem sido uma das estratégias de proteção e reação (CALDEIRA, *op.cit*), e que surgem como reflexo de crescimento do crime violento.

Ouvi muitos relatos de saída de moradores mais antigos em razão do aumento da violência, atribuída atualmente aos conjuntos habitacionais. Pessoas que saíram do bairro preocupadas com a criação dos filhos ou porque foram vítimas, diretas ou indiretas, da violência. Em Santa Rosa encontramos uma realidade semelhante à descrita por Gilberto Velho em seu breve artigo “Medo, Insegurança e Violência”, em que, de acordo com este autor:

Geralmente se atribui o aumento da criminalidade ao crescimento do tráfico de drogas associado ao de armas. Essas atividades teriam sido a alavanca para o desenvolvimento de numerosas gangues e organizações de tamanho e duração variáveis que passaram a criar um clima cada vez mais inseguro para os mais variados segmentos sociais. Esses grupos criminosos ocuparam ou foram gerados em favelas, comunidades, conjuntos habitacionais, periferias, áreas habitadas predominantemente pelas camadas populares onde passaram a exercer um domínio (...) (VELHO, 2014, p.19)

Quase a totalidade dos interlocutores da pesquisa atribuem os problemas com a violência no bairro à implantação dos conjuntos habitacionais, inclusive os próprios moradores dos conjuntos, isso a despeito das informações de que a região sempre foi representada como violenta e problemática, mesmo antes do “Morar Feliz”.

Neste ponto de análise recorro mais uma vez a Elias (2000) e à sua obra, que nos auxilia no entendimento sobre o relacionamento que se estabeleceu

²⁵ De acordo com Arruda a construção dos muros estão entre as principais modificações realizadas nas casas populares, no entanto, estas modificações não foram bem vistas pela prefeitura em razão de não obedecerem ao padrão por ela estabelecido. Cf: ARRUDA, 2014, p. 154.

²⁶ Não tive conhecimento nem ouvi relatos de assalto a residências ou coisas do gênero. O que normalmente ocorre são as expulsões para a posse das casas, exclusivamente nos conjuntos habitacionais, ou a invasão de casas ou quintais para esconderijo e fuga da polícia.

entre os moradores mais antigos do bairro e os moradores mais novos assentados nos conjuntos habitacionais por eles analisados.

Estabelecidos e Outsiders (2000), é o único livro propriamente etnográfico de Elias, associado à sociologia histórica, em que ele analisa os diferenciais de poder de um grupo social em razão de grau de coesão interna e de controle comunitário. Segundo o autor, esses diferenciais podem desempenhar um papel decisivo na relação de forças entre um grupo e outro.

Utilizando as categorias *estabelecidos* e *outsiders*, Elias apresenta esses diferenciais em termos de considerações, preconceitos e estigmas em que o grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo outsider as características “ruins” de sua porção “pior” – de sua minoria anômica. Em contraste, a autoimagem do grupo estabelecido tende a se modelar em seu setor exemplar, mais “nômico” ou normativo -a minoria de seus “melhores” membros (ELIAS e SCOTSON, *op. cit.*, pp. 22-23).

Essa configuração se apresenta em Santa Rosa na relação entre os “moradores do bairro” e os “moradores das casinhas”²⁷. O discurso corrente sustenta que o acirramento do crime e da violência, e todas as suas consequências, derivaram da implantação dos conjuntos habitacionais. Assim, toda sorte de violências e problemas que “contaminam” a imagem do bairro se deve às “casinhas da Rosinha”²⁸.

A frequência de ocorrências problemáticas nos conjuntos habitacionais, por vezes, conduz os seus moradores a assumirem a pecha estigmatizante de que seu local de moradia é o mais violento e que foi a implantação das “casinhas” que aumentou a violência na região. Há quem faça as ponderações de modo a minimizar o estigma, mas ainda assim ao final concordam em parte com esse argumento.

Disso resulta que:

Os conceitos usados pelos grupos estabelecidos como meio de estigmatização podem variar, conforme as características sociais e as tradições de cada grupo. Em muitos casos, não têm nenhum sentido fora do contexto específico em que são

²⁷ Adoto essas categorias para me referir às clivagens entre os sujeitos de Santa Rosa, a exemplo das categorias utilizadas por Elias.

²⁸ Rosinha é o nome popular pelo qual é chamada a senhora Rosângela Barros Assed Matheus de Oliveira, que governou a cidade de Campos dos Goytacazes nos anos de 2008-2012 e de 2012 -2016. Foi na sua gestão que foi construído o maior número de unidades habitacionais pelo Programa Morar Feliz, voltarei a este tema no capítulo 3.

empregados, mas, apesar disso, ferem profundamente os outsiders, porque os grupos estabelecidos costumam encontrar um aliado numa voz interior de seus inferiores sociais. Com frequência, os próprios nomes dos grupos que estão numa situação de outsiders trazem em si, até mesmo para os ouvidos de seus membros, implicações de inferioridade e desonra (IDEM, pp.26 - 27)

Na realização da pesquisa pude presenciar alguns embates entre “morador do bairro” e o “morador das casinhas”, em que este não aceitava ser responsabilizado pelo aumento da violência. Entretanto, essa postura não foi muito comum, pois mesmo os que se defendiam dessas falas o faziam timidamente assumindo de forma tácita que seu local de moradia concentrava esses problemas.

Por seu turno, compete considerar que toda análise da cultura do medo que ignora a ação da imprensa ficaria evidentemente incompleta (GLASSNER, 2003, p.33). Para este autor, entre as diversas instituições com mais culpa por criar e sustentar o pânico, a imprensa ocupa indiscutivelmente um dos primeiros lugares (Idem). Assim, é importante compreender que:

os mapas mentais de medo da e na cidade não dependem apenas da experiência vivida, direta, imediata – ainda que esta não seja sem consequências – **mas também de mediações da mídia**, de relatos de segunda mão, de comentários cotidianos, de memórias e trajetórias pessoais (CAVALCANTI, 2008, p.52, grifos meus).

Desse modo, também na pesquisa pude observar que a imprensa tem um papel importante na disseminação de medo e de seus sentimentos correlatos. Na experiência em Santa Rosa eu sempre recebia alertas de companheiros e amigos quando algo de mais notório acontecia, especialmente, os casos de homicídios que são sempre noticiados com um tom impactante.

Sem pretender um aprofundamento na análise sobre o papel da mídia na disseminação do medo em Santa Rosa, mas a fim de considerar seu impacto na criação de uma representação do local, busquei por meio de uma pesquisa simples e despretensiosa²⁹ na internet as reportagens veiculadas sobre a região no ano de 2016. Concentrei a procura nos dois jornais locais *online* e de

²⁹ A pesquisa foi realizada por meio de visitas aos sites e inserindo no campo de busca a palavra Santa Rosa, filtramos todos os resultados e analisamos as notícias veiculadas de 01/01/2016 a 13/01/2017. Os resultados encontram-se nos anexos.

conteúdo popular mais acessados na cidade, neles encontrei setenta e quatro reportagens sobre Santa Rosa³⁰ destas, cinquenta e cinco diziam respeito à notícias policiais, das quais trinta e seis foram notícias de homicídios somente em Santa Rosa (ver apêndice B)

Neste sentido, concordo com Champagne (2008) quando afirma que,

a mídia age sobre o momento e fabrica coletivamente uma representação social que, mesmo quando está muito afastada da realidade, perdura apesar dos desmentidos ou das retificações posteriores porque ela nada mais faz, na maioria das vezes, que reforçar as interpretações espontâneas e mobiliza, portanto, os prejulgamentos e tende, por isso a redobrá-los (idem, p. 64)

Além da mídia oficial, há também vários outros meios virtuais responsáveis por distribuir as notícias e imagens sobre a violência em Santa Rosa tais como, grupos de *whatsapp* e páginas de facebook. Por esse dado, pude julgar a mídia como um ator relevante no processo de construção das representações sociais sobre Santa Rosa.

Entretanto, mesmo considerando o alarmismo que é característico da produção midiática, não há como desconsiderar que Santa Rosa é uma comunidade que vive as ambiguidades impostas por uma ordem social concomitante denominada *sociabilidade violenta* (MACHADO DA SILVA, 2008), ou seja, lá se observa uma *forma de vida autônoma, diferente dos moradores comuns, responsável por uma ordem social que submete os moradores aos traficantes* (Idem).

Para este autor, a sociabilidade violenta é uma “nova” ordem social, onde atua o ordenamento jurídico-legal em concomitância com a lei do mais forte, em que estão no topo dessa sociabilidade violenta dos bandidos que se valem da demonstração excessiva da força na imposição de suas regras (MACHADO DA SILVA, 2004a, 2004b, 2008, 2010).

Sobre este ponto, devo ressaltar que a sala de aula constituiu-se num importante espaço de construção dos dados, seja por meio da interação direta com os alunos, seja pela observação da interação entre eles expressas nos diálogos e brincadeiras. Para ilustrar chamo atenção para duas situações.

³⁰ As reportagens de ambos os jornais, em regra, são as mesmas. Isso justifica o quantitativo apresentado.

Numa noite durante a aula na turma do terceiro ano do ensino médio, houve um assassinato de um policial militar, morador de um dos bairros adjacentes a Santa Rosa e à escola, o fluxo de informações sobre tiroteios e crimes na região é rápido, e os alunos logo são informados das ocorrências, especialmente os do noturno. Quando os alunos foram informados do episódio, foi interessante o comentário pronunciado por um deles: “Deixa a gente ir professora, se estão matando militar, imagine nós que somos civis!”. Obviamente que não tive argumentos contra isso e eles foram liberados.

Outro episódio que também me deixou sem palavras foi num diálogo com uma turma de primeiro ano, no turno matutino, estes mais jovens, com não mais de dezesseis anos. Ao explicar uma matéria que falava sobre o papel da mídia na construção de estigmas e preconceitos sobre o bairro, dialogando sobre os pontos positivos e comentando que alguns moradores não tinham o desejo de sair do bairro etc. houve uma veemente contestação por grande parte da turma, com o agravante de algumas piadas como: “claro, os traficantes!”. No entanto, o comentário que me deixou sem fala foi a de um aluno que me fitou seriamente e disse “E quando a gente vê, professora?”

Esta fala demonstrou de forma incontestável como o medo e a violência constituem aquela ordem social submetendo seus moradores a uma socialização ancorada no medo e na evitação e no desejo constante, especialmente pelos mais jovens, de deixar o lugar.

No cotidiano são comuns brincadeiras e comentários jocosos acerca de qualquer barulho ouvido no exterior da escola. Noutro momento, enquanto passava a matéria no quadro, ouvimos um barulho na rua e dois alunos disseram ao mesmo tempo, “matou!”

Estes poucos casos narrados compõem uma mostra dos muitos que presenciei ou tive conhecimento, e são pequenas demonstrações de como a violência urbana tem se consolidado em Santa Rosa como:

uma representação que focaliza o crime a partir da força nele incrustada que é interpretada como responsável pelo rompimento da “normalidade” das rotinas cotidianas, ou seja, da certeza sobre o fluxo regular das rotinas em todos os aspectos: cognitivo, instrumental e moral. (...) É a categoria coletivamente construída para identificar um complexo de práticas da qual a força é um princípio de coordenação responsável por sua articulação e relativa permanência ao longo do tempo (MACHADO DA SILVA, *op. cit.* P.57).

O trabalho em Santa Rosa tem me conduzido a pensar que compete a todos nós problematizarmos os padrões sob os quais estamos alicerçando nossa vida social a fim construirmos estratégias coletivas para esses problemas que embora pareçam individuais têm causas e consequências sociais.

A intervenção estatal nos sentimentos de medo e (in) segurança: o conceito de segurança pública

Na contemporaneidade, a violência funciona cada vez mais como categoria geral para apreender a vida social bem como relações internacionais (WEVIORKA, 1997). Assim, tem se assentado sob novos paradigmas à luz da globalização mundial, incorporando práticas como terrorismo, sectarismo político e o narcotráfico. Há que se ter em conta que muitos estudos apontam que um dos fundamentos para o crescimento do sentimento de insegurança é a generalização do crime organizado, em bases empresariais e internacionais, sobretudo em torno do narcotráfico (ADORNO; PERALVA, 1997).

E uma das formas de se atuar sobre essa problemática é acionar o aparato de segurança pública e de justiça criminal, composto pelas polícias e tribunais.

Contudo, focalizando o contexto brasileiro, uma das interpretações verificadas é a de que:

que o aumento da violência é resultado de um ciclo complexo que **envolve fatores como o padrão violento de ação da polícia**; descrença no sistema judiciários como mediador público e legítimo de conflitos e provedor de justa reparação; respostas violentas e privadas ao crime; resistência à democratização; e a débil percepção de direitos individuais e o apoio a formas violentas de punição por parte da população (CALDEIRA, *op. cit.*, p. 101, grifos meus)

Dadas as complexidades que envolvem cada um dos fatores apontados pela autora vou me deter especificamente no papel das forças policiais cuja ação será analisada como elemento que influencia a dinâmica da vida em Santa Rosa. Embora este tema não seja o mote fundamental de minha discussão, não posso passar ao largo dela, pois, estudos em diferentes países identificam a existência de crise no sistema de justiça criminal, manifesta em meados da década de 70,

e cujos sinais mais agudos se revelam na atualidade (ADORNO, PERALVA, 1997, p. 2).

Neste ponto está inserido a questão da segurança pública que pode ser entendida como uma política que deve ser desenvolvida pelos órgãos públicos dentro dos limites da lei, garantindo a cidadania de todos. E, muito já se produziu a respeito do tema, especialmente, no âmbito das grandes cidades. Sendo a cidade do Rio de Janeiro, um enorme e importante laboratório sobre o tema desde o período de redemocratização, momento em que instituiu o paradigma da segurança pública.³¹

Como afirma Misse, Kant de Lima, e Miranda (2000), a constituição de 1988 representou uma reforma na concepção ideológica e doutrinária da segurança pública. Para eles:

Além de “dever do Estado, como está postulado no art. 144 da Constituição, a segurança pública passou a ser também, responsabilidade de todos, o que significa formalmente, o reconhecimento de um Estado democrático, no qual a concepção de ordem está diretamente relacionada às atitudes e valores do cidadão, quer isoladamente, ou em coletividade. Porém, a estrutura do sistema de segurança pública não foi alterada, cada polícia cumprindo parte das funções previstas para o ciclo completo de atividades policiais. (2000, p.56)

Diante disso, ainda segundo os autores, os debates produzidos neste campo ainda não se distanciaram das veementes discussões sobre como “exterminar” a violência, tendo proeminência uma perspectiva punitivista jurídico-militar.

Além disso, embora a nova constituição tenha conseguido incorporar muitos direitos individuais que foram violados sistematicamente no período da ditadura militar (como o direito à vida, à liberdade, à integridade pessoal juntamente com a criminalização da tortura e da discriminação racial), esse reconhecimento formal não suplantou a violência oficial (PINHEIRO, 1997). Ou seja, a redemocratização trouxe consigo, formalmente, a ampliação da cidadania, mas não a garantiu em termos substanciais, o que permitiu a utilização de práticas mistas nas instituições de controle social e de seus agentes

³¹ Sobre este tema conferir PINHEIRO, 2013 e FREIRE, MOEMA D. **Paradigmas de Segurança no Brasil: da Ditadura aos nossos dias**. In: AURORA, ano III número 5, p. 49 - 58 – dez. 2009. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/FREIRE.pdf>. Acesso em 09/abr/2012.

e demonstrando as dificuldades de eliminar práticas oriundas de paradigmas ultrapassados (PINHEIRO, 2013).

E nisso reside a maior parte dos problemas da segurança pública brasileira. Pois, no Brasil, além da existência de indivíduos completamente alijados do exercício da cidadania, de um modo geral, os cidadãos ainda têm muitas dificuldades em acessar os direitos dela inerentes, dos quais os direitos civis são os que apresentam as maiores deficiências em termos de seu conhecimento, extensão e garantias cuja falta se reflete na ausência de segurança individual, integridade física, a acesso à justiça, a restrição das liberdades etc (CARVALHO, 2005, p.126).

E, são esses os problemas que precisam ser efetivamente enfrentados pelas políticas públicas e que não foram até então. Por isso, elas acabam por serem temporárias, paliativas e ineficazes no longo espaço de tempo, pois são produzidas a partir da forte pressão das percepções sociais de insegurança e medo, bem como das taxas, muitas vezes crescentes, de criminalidade urbana.

Em Campos dos Goytacazes, um enquadramento relevante foi dado por Freire (et al), que aponta para o fato de que,

ao acompanhar a trama do problema “violência” desta cidade, observamos uma conexão de sentidos relacionada com as progressivas formas de problematizar a segregação urbana em Campos que cada vez mais parece se articular com os modos de elaborar e publicizar, recentemente, a “violência urbana” em Campos: diferentes divisões geográficas da cidade que se associam paulatinamente com fronteiras simbólicas fundamentadas nas disputas de facções que contribuiria para a multiplicação de modos de dividir a cidade (...), por respectivos controles generalizados (não em territórios circunscritos, e sim em extensas zonas da cidade) de grupos de narcotraficantes na cidade em função de áreas de atuação do tráfico em expansão (FREIRE (et al), 2017, p. 173).

Seu enfoque se mostra pertinente especialmente porque há o entendimento de que a violência e o medo combinam-se a processos de mudanças sociais nas cidades contemporânea, gerando novas formas de segregação espacial e discriminação social (CALDEIRA, *op. cit.*, p. 9). E no bojo destes processos encontramos as territorializações produzidas pelas facções, que no contexto de Santa Rosa compõem a figuração social estabelecida.

Para compreensão deste problema no âmbito do Rio de Janeiro Souza (2000) é a minha principal referência, já que a ênfase do seu trabalho foi produzir um diagnóstico consistente da problemática socioespacial das metrópoles brasileiras, buscando sempre extrair consequências teóricas, abordando, neste sentido o tráfico de drogas e a criminalidade urbana violenta como problemas e desafios relevantes e cruciais para entender a dinâmica da crise metropolitana. Mas, que analiso, e como o autor afirmou em outro lugar (SOUZA, 2008) não se restringe ao contexto das metrópoles.

Para Souza,

embora o tráfico de drogas e criminalidade urbana violenta não sejam sinônimos – pois nem o tráfico precisa sempre e em todas as instancias da violência nem a criminalidade violenta, naturalmente, se reduz aos crimes vinculados com o tráfico -, é indiscutível que a dinâmica da violência urbana passou, nas últimas décadas, a estar fortemente marcada pelos efeitos diretos (guerras entre quadrilhas e entre estas e a polícia, “balas perdidas”) e indiretos (empréstimos de armamentos de traficantes para criminosos comuns, delitos praticados por viciados etc.) do tráfico de tóxicos (SOUZA, 2000, p. 53).

Portanto, este é um assunto que está na ordem do dia, não sendo de estranhar, portanto, que seja um importante ponto problemático na cidade de Campos dos Goytacazes, em geral; e Santa Rosa, em particular. Sobre esse tema, me ajudam a compreender o fenômeno localmente SOUZA (2010); CORTES, SIQUEIRA E MENDES (2016), FREIRE ET AL (2017) e SIQUEIRA (2016).

Souza (2010) cujo trabalho concentrou-se em analisar a circulação e a sociabilidade de jovens envolvidos com o tráfico de drogas numa das favelas de Campos concluiu que a *dominação territorial exercida pelo tráfico de drogas é o “vetor” que impede que os jovens, principalmente os envolvidos com esta atividade, se beneficiem da liberdade básica de ir e vir e do direito de movimentar-se livremente pela cidade* (SOUZA, 2010, p. 76).

Por sua vez, Siqueira (2016), num estudo de natureza similar, apresenta que a proximidade ou distanciamento entre os territórios de facções rivais influencia no modo como o tráfico se organiza, e, conseqüentemente na intensidade com que interfere nas circulações e práticas dos jovens na cidade argumentando que o direito de ir e vir, ao lazer, ao transporte, ao estudo e ao trabalho, assim como o acesso aos serviços que a cidade oferece são

comprometidos por estas relações de proximidade com o tráfico de drogas e as divisões territoriais de facção, bem como pelos processos de segregação socioespacial.

Ambos os trabalhos me ajudaram na compreensão sobre a dinâmica do comércio de entorpecentes nesta cidade tendo em vista que focalizaram nestes estudos os significados dos territórios e as percepções das fronteiras na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ mediante a territorialização das facções nos bairros periféricos e favelas do município.

Complementarmente, contribui também para minhas reflexões e discussão sobre o assunto em âmbito local o Plano Municipal de Prevenção à Violência e Criminalidade do Município de Campos dos Goytacazes (2012), resultado de um diagnóstico qualitativo cujo objetivo foi embasar as ações de segurança pública do município. O plano culminou num conjunto de propostas de ações de prevenção e monitoramento dos fatores intervenientes nas questões da segurança pública sem, entretanto, produzir efetivamente ações práticas.

Assim, será a partir desse quadro geral de conceitos e categorias que passo à análise dos dados obtidos nestes quatro anos de trabalho junto a uma realidade que ao ser estranhada foi se tornando familiar.

CAPÍTULO 2. DOS CANAVIAIS AO PARQUE SANTA ROSA: PROCESSOS HISTÓRICOS E SOCIAIS DE SUA CONSTITUIÇÃO

Falar hoje de “subúrbio com problemas” ou de “gueto” é evocar, quase automaticamente, não “realidades”, aliás muito amplamente desconhecidas daqueles que falam disso de muito bom grado, mas fantasmas, alimentados de experiências emocionais suscitadas por palavras ou imagens mais ou menos não controladas, como aquelas que a imprensa sensacionalista e a propaganda ou boatos políticos veiculam. **Mas para romper com as ideias recebidas e o discurso corriqueiro, não basta, como algumas vezes se quer acreditar, “ir ver” o que existe.** Efetivamente, a ilusão empirista jamais se impõe sem dúvida tanto como no caso em que, como aquele, o confronto direto com a realidade não ocorre sem algumas dificuldades, e até alguns riscos, portanto sem méritos. E, não obstante, tudo leva a pensar que o essencial do que se vive e se vê *no campo*, isto é, as evidências as mais impressionantes e as experiências as mais dramáticas, encontra seus princípios completamente em outro lugar (BOURDIEU, 2008, p. 159, grifos meus).

Escusas pela extensão da citação. Entretanto, seu uso literal se justifica pela densidade de seu conteúdo, que dificulta sua fragmentação, e pelo fato de que sua ampla perspectiva orienta a argumentação que será feita neste e no próximo capítulo.

Esse excerto foi retirado de um breve, porém robusto, artigo denominado *Efeitos de lugar* (2008) em que Bourdieu discute o processo de *reificação* do espaço social³², uma ação que se dá por meio da objetivação das desigualdades sociais no espaço físico. Nele o autor ressalta o papel do Estado como agente produtor e reproduzidor de desigualdades, realizado por meio da apropriação desigual dos espaços físicos, em virtude da posse de bens e capitais pelos grupos sociais, o que favorece a concentração de *grupos homogêneos em base espacial* (p. 166).

Esse é o aspecto para o qual Bourdieu chama atenção quando diz que as experiências mais dramáticas com as quais nos chocamos em contextos sociais problemáticos, como os subúrbios ou guetos, fundamentam-se em princípios que se encontram em outro lugar, isto é, na ação institucional. Ou seja, muitas das dificuldades das quais padecem os *subúrbios com problemas* podem ter

³²De acordo com Bourdieu, os espaços físicos são os espaços ocupados por um indivíduo em termos de extensão, superfície e volume; ao passo que os espaços sociais são os campos que se realizam relacionalmente sob a forma de oposições espaciais e a incorporação destas em estruturas mentais.

como fonte a ação do próprio Estado que em vez de mitigá-las contribui para reforçá-las.

Por exemplo, seu absenteísmo frente à oferta dos serviços públicos essenciais ou a desassistência aos mais vulneráveis em favor de políticas de subvenção fiscal que favoreçam o mercado colaboram para o aprofundamento dos níveis de privação, segregação, violência institucional e pobreza das populações mais carentes.

Por isso, as reflexões suscitadas no texto iluminam as análises sobre as realidades apresentadas nesta tese, a de Guarus em geral e de Santa Rosa em particular, que em razão das políticas públicas – ou ausência delas – condicionadas pela ação do mercado fizeram daqueles espaços lugares fragmentados espacial e socialmente. Fragmentação que se expressa de modo mais evidente no fato de que por ter *terras mais baratas, longe das áreas nobres e de potencial crescimento da classe média/alta, o subdistrito de Guarus parece ser o destino principal dos empreendimentos populares* (ARRUDA, 2014, p.141).

Embora esta feição esteja mudando com a implantação de novos empreendimentos destinados aos setores sociais médios, em razão da expansão urbana para o lado esquerdo do rio Paraíba do Sul decorrente, por exemplo, da saturação do solo urbano nas áreas centrais, ou do desejo desses segmentos de se livrarem dos transtornos das zonas centrais³³ – mas mantendo com ela relativa proximidade – se observa agora o processo de fragmentação “intra-distrito” que resulta no aprofundamento da segregação interna cujos efeitos negativos se direcionam aos territórios mais carentes e estigmatizados de Guarus. Estes passam então a sofrer ainda mais com as deficiências dos serviços públicos oferecidos e os preconceitos direcionados às pessoas que neles residem.

Também redundam deste processo a deliberada invisibilidade a que são relegados esses territórios em relação à sociedade mais ampla que eles compõem, reconhecidos mais por seus fantasmas, materializados nas representações sociais e midiáticas sobre a violência e a pobreza, e desconhecidos em sua complexidade que é empobrecida pela evitação e apartação social.

³³Por exemplo, a desordem urbana, o trânsito, a poluição sonora e visual etc.

No caso específico desta pesquisa, a despeito da advertência feita pelo autor, a que foi sublinhada, e de reconhecer assim como ele que muitas causas dos problemas por quais passam Santa Rosa possam estar em *outro lugar*, e cuja fonte esteja a cargo da própria ação do Estado³⁴, optei por ir conhecer aquela realidade de perto. Ensejando observar e compreender os processos históricos que produziram as *reificações* sociais naquele lugar, pois *é no espaço ocupado (ou habitado) que se realiza a simbolização espontânea das estruturas do espaço social (op.cit.)*.

Além do que, entendo não haver outra forma de desconstruir as representações que são forjadas à revelia de seus ocupantes. Isso porque, segundo o próprio Bourdieu, só se pode romper com as falsas evidências e com as representações sobre os lugares quando se realiza uma rigorosa análise das relações entre as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico (*op.cit.*).

Santa Rosa se formou a partir das pressões sobre o setor sucroalcooleiro que sustentou a economia campista por muitas décadas, e que como se verá mais adiante, criou as condições e circunstâncias para o povoamento da região pesquisada. Todo aquele aglomerado se caracteriza de forma mais apropriada como locais de moradia da classe trabalhadora. Isto é, a exemplo de outras

favelas das metrópoles brasileiras, que são frequentemente retratadas como refúgios de abandono e desorganização, [eles] nada mais são do que bairros da classe trabalhadora com laços bem definidos com a indústria como com os bairro afluentes, aos quais fornecem serviços caseiros (WACQUANT, 2004, p. 159).

As cidades brasileiras - e Campos dos Goytacazes é um exemplo - se estruturam a partir da separação entre os centros e a periferia, porém, criam vasos comunicantes entre esses espaços e seus grupos sociais colocando-os numa situação de interdependência, para assim poder funcionar a engrenagem capitalista. E, é a dinâmica da produção da vida material nos moldes capitalistas que acirra as desigualdades confinando os trabalhadores com baixa qualificação nas periferias das cidades.

Este é um dos quadros que compõem a configuração de Santa Rosa e que ensejo demonstrar neste trabalho. Uma região formada por ex-trabalhadores

³⁴ Estas causas serão tratadas nos próximos capítulos.

do corte de cana ou das usinas de cana-de-açúcar que lá conseguiram se instalar em razão dos valores mais baixos das terras, permitindo assim que essa parcela da população construísse ali sua moradia e se estabelecesse com suas famílias.

Pude constatar por meio das observações, e a partir dos diálogos com vários interlocutores, que a região abriga os trabalhadores do comércio varejista, vendedores ambulantes, trabalhadores domésticos e prestadores de serviços, trabalhadores médios do setor *offshore*, servidores públicos, diversos profissionais autônomos e desempregados.

Por outro lado, ironicamente, morar na região de Santa Rosa também tem gerado algumas dificuldades para a inserção no mercado laboral, seja pela desconfiança decorrente dos preconceitos em relação aos seus moradores, seja pelas dificuldades oriundas da organização urbana de Campos que dificultam o acesso entre os diferentes pontos da cidade.

Enfim, embora a discussão sobre as condições materiais de vida dos moradores de Santa Rosa não seja o mote deste trabalho, não há como negligenciar a influência dessas questões no estado de coisas que dão origem à sua configuração. E, antes de adentrar nos temas mais específicos que dizem respeito à sociabilidade em Santa Rosa compete que conheçamos um pouco dos seus aspectos históricos a fim de que possamos entender os elementos que lhe dão vida.

Da Cidade de Palha ao Morro de Fátima, e deste ao Parque Santa Rosa: uma reconstrução histórica por contrastes

A narrativa histórica sobre Santa Rosa é feita aqui a partir da memória dos interlocutores da pesquisa, um procedimento que encontra respaldo no método da história oral³⁵, uma técnica que

centra-se na memória humana e [na] sua capacidade de rememorar o passado enquanto testemunha do vivido. Podemos entender a memória como presença do passado, como uma construção psíquica e intelectual de fragmentos representativos

³⁵A história oral aqui é utilizada como um procedimento metodológico de pesquisa que busca registrar impressões, vivências, daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e dessa forma permitir um conhecimento muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos (MATOS e SENA, 2011, p. 97).

desse mesmo passado, nunca em sua totalidade, mas parciais em decorrência dos estímulos para sua seleção (MATOS e SENNA, 2011, p. 96).

A opção por este recurso metodológico se dá, para além de sua validade científica, pelo fato de não haver registros de uma história oficial de Santa Rosa, contada em livros e documentos. Os dados que são aqui expostos foram acessados por meio do esforço de rememoração dos entrevistados e do cotejamento das várias reminiscências trazidas por eles, e que foram se confirmando nos seus pontos mais essenciais. Pois, *a memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento* (BOSI, 1994, p. 39). E, segundo esta autora,

por muito que se deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum (idem, p. 411).

Em termos epistemológicos, este empreendimento se torna válido à luz da “política da indiferença metodológica” (HERITAGE, 1999), uma prática defendida pela etnometodologia, que como já dito é uma das perspectivas sociológicas adotadas e que orienta as análises contidas neste trabalho. A política da indiferença metodológica implica

num procedimento em que o analista desconsidera versões privilegiadas da estrutura social – tanto do analista quanto dos participantes- **em favor do estudo de como os participantes criam, reúnem, produzem e reproduzem as estruturas sociais** para as quais se orientam (HERITAGE, 1999, p. 331, grifos meus) .

A partir desse procedimento foi possível produzir um importante material que desejo também sirva a estudos posteriores, tendo em conta as condições disponíveis para a produção deste conhecimento.

O empreendimento de compreensão da trajetória histórica de Santa Rosa também se realiza contrastando-a com o bairro vizinho Custodópolis, que, ao contrário dela é bem servido de fontes documentais e históricas presentes em livros, artigos, jornais, relatórios etc³⁶.

³⁶Dentre os quais podemos citar o Guia Geral da Cidade de Campos dos Goytacazes de 1947; o relatório do Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Cotidiano e Saúde-UFF (GRIPES-UFF), 2008; COURA, 2012, AZEREDO, 2012, dentre outros.

Custodópolis deve seu nome e notoriedade a Custódio Siqueira, dono das terras que abrigaram os primeiros habitantes da região, que da “cidade de palha” se tornou um bairro com a atual nomenclatura nos fins dos anos de 1940³⁷. Segundo Azeredo (2012):

Da Cidade de Palha, as Terras de Custódio deram origem ao bairro mais antigo de Guarus: Custodópolis. Para os antigos moradores, o nome não poderia ser outro: uma homenagem ao Dr. Custódio Siqueira, dono das terras loteadas (AZEREDO, 2012, p. 41).

A história de Custodópolis está na mente e nos lábios de muitos de seus moradores, inclusive jovens e crianças, que em razão do que representou a figura do “Dr. Custódio”, tem sido repassada entre as pessoas. Associada a essa referência histórica esteve também a sua localização geográfica que colocou Custodópolis à frente de Santa Rosa em muitos aspectos. De acordo com Assis (2016),

a localização privilegiada possibilitou a realização de atividades comerciais e desenvolvimento de uma centralidade. Guarus, a partir dos anos quarenta, na gestão do prefeito Salo Brand, ganha novos delineamentos na medida em que é integrado ao projeto de expansão do município. Custodópolis é diretamente integrado ao projeto de expansão da área urbana em 1960, a partir da construção da Ponte Saturnino Brito, inaugurada no ano de 1964 pelo prefeito então prefeito Rockefeller de Lima. (ASSIS, 2016, p.60)

A proximidade geográfica e social entre Santa Rosa e Custodópolis permitiu, a partir do material produzido sobre este último, corroborados pelas histórias de meus interlocutores, as inferências que são aqui expostas sobre o processo de formação e povoamento de Santa Rosa, caracterizando-a como um bairro de migrantes, trabalhadores das lavouras e usinas de cana-de-açúcar pertencentes aos estratos sociais mais baixos

Será um pouco a partir da trajetória de algumas dessas pessoas que poderemos colimar a história de uma região cujo processo de urbanização se inicia nos anos 70 e cujas complexidades se ampliam em virtude tanto de fatores endógenos, como o crescimento vegetativo com sua coetânea produção e apropriação do espaço físico, quanto de fatores exógenos como os processos migratórios e a intervenção do Estado em sua dinâmica espacial e social.

³⁷ Sobre a história de formação de Custodópolis conferir Assis (2016) que faz uma importante e densa pesquisa bibliográfica e etnográfica sobre a formação do bairro.

Os narradores de Santa Rosa: oito personagens de uma história

Orientados para a proposta de reconstrução da narrativa histórica de Santa Rosa os fios condutores dessa tarefa são as lembranças e histórias dos interlocutores da pesquisa. Por isso, neste tópico será feita a apresentação de alguns deles a fim de que os leitores com eles se familiarizem e compreendam seu papel dentro daquela estrutura social³⁸.

Metodologicamente, me inspirei na experiência de Bourdieu e seus colaboradores e que deu origem à seminal obra que orienta este trabalho. Assim, esclareço que,

na transcrição da própria entrevista, que faz o discurso oral passar por uma transformação decisiva, (...), o texto que fazemos preceder [e suceder] ao diálogo, estão lá para direcionar o olhar do leitor para os traços pertinentes que a percepção distraída e desarmada deixa escapar. Eles têm a função de lembrar as condições sociais e os condicionamentos, dos quais o autor do discurso é o produto, sua trajetória, sua formação, suas experiências profissionais, tudo o que se dissimula e se passa ao mesmo tempo no discurso transcrito, mas também na pronúncia e na entonação, apagadas pela transcrição, como toda a linguagem do corpo, gestos, postura, mímicas, olhares, e também nos silêncios, nos subentendidos e nos lapsos (BOURDIEU, *op.cit.*, p.10).

Os interlocutores, apresentados como personagens serão constituídos neste momento para tornar mais fácil o entendimento do lugar de fala de cada um, pois voltarão a aparecer em outros momentos da tese, mas de modo menos enfático e em articulação com os demais participantes daquela configuração.

Meus narradores são apresentados a partir de suas histórias com o bairro, onde embora componham uma mesma territorialidade, não necessariamente compartilham os mesmos atos e espaços em virtude algumas vezes das distâncias sociais, apesar da proximidade física. Pois, alguns moradores de Santa Rosa percebem o preconceito em caráter duplo, ou seja, externa e internamente.

Externamente, frente aos outros espaços da cidade, e, internamente pelas divisões dentro do próprio território onde se recriam os preconceitos e

³⁸ Aqui são apresentados oito dos entrevistados apontados como os moradores mais antigos do bairro, contatados a partir da técnica “bola de neve”. Um perfil mais detalhado desses personagens constitui o apêndice com uma descrição básica dos interlocutores da pesquisa. As entrevistas foram realizadas no período de outubro de 2015 a dezembro de 2016.

estigmatizações dos outros habitantes da cidade. A noção de que *lá pra dentro ou lá para baixo é mais perigoso e eu não vou lá* impera nas representações dos moradores e estruturam as clivagens internas nas interações entre seus habitantes. De modo mais objetivo, morar próximo à entrada do bairro, não é a mesma coisa que morar próximo às “casinhas”, ou nas próprias “casinhas”, que estão nos espaços mais interiores do bairro³⁹. A figura 5 permite uma noção dessas espacialidades.

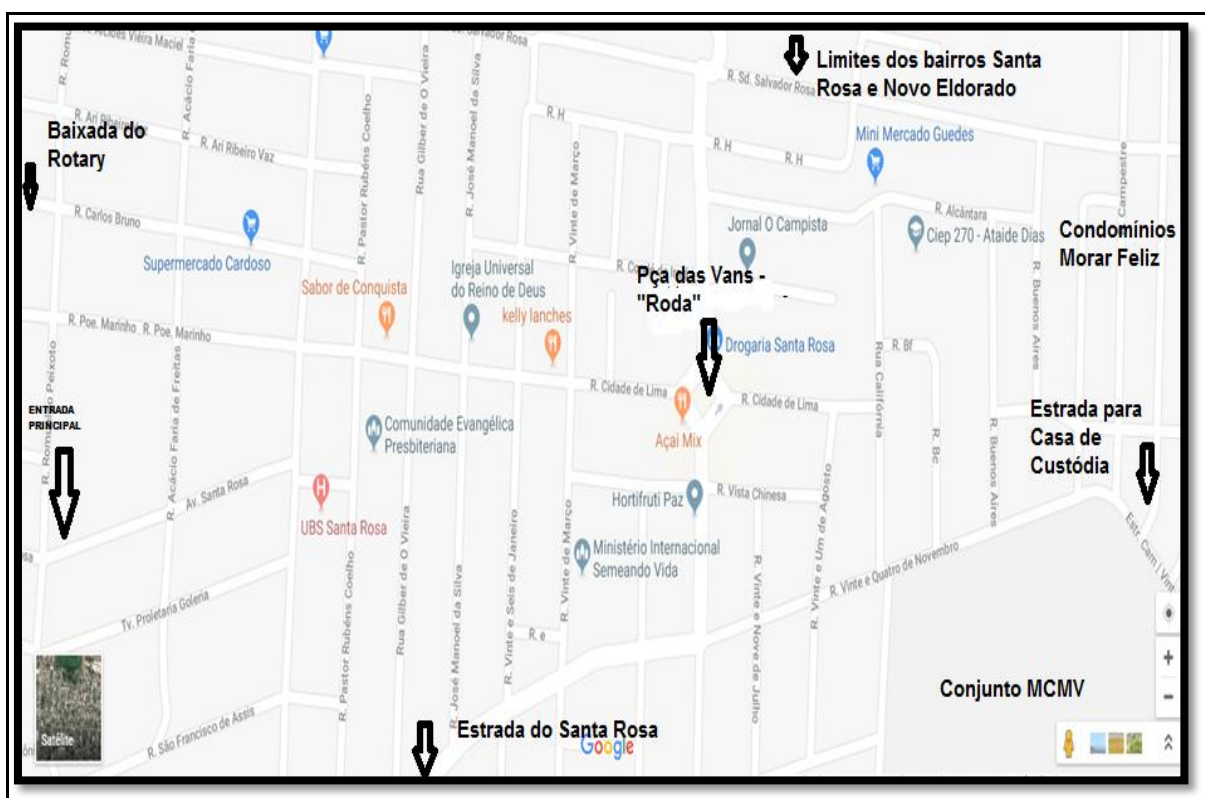


Figura 5 Localização das entradas e pontos principais de Santa Rosa. Adaptado do Google Maps, 2018.

Retomando a ideia deste tópico. Em todas as entrevistas⁴⁰ abordei temas como: *a chegada à Santa Rosa; constituição familiar: mobilidade e permanências; elementos positivos e negativos na vida em Santa Rosa* dentre outros. Isso foi feito porque as entrevistas foram concedidas sob o argumento de registrar a história de Santa Rosa para assim afastar os melindres e recusas em falar à pesquisa. No decurso das entrevistas, as personagens já se sentiam a

³⁹ Este tema será abordado de forma mais detalhada nos terceiro e quarto capítulos.

⁴⁰ As entrevistas, de natureza semiestruturada, serviram de roteiro para as conversas que foram sendo orientadas de acordo com a interação e interlocução entre a pesquisadora e o entrevistado. Vide roteiro em anexo.

vontade para discorrer sem reservas sobre todos os temas referentes ao bairro. Apresentamos, portanto, aqui D. Estela, Seu Everaldo, Seu Luizinho, Seu Antônio, Dona Lídia, Pedro Ernesto, Silmara e Antônia.

Dona Estela⁴¹: a matriarca da família Silva

Moradora do Parque Santa Rosa há mais de cinquenta anos, chegou ao local no período de loteamento daquelas terras, época em que segundo ela o bairro ainda fazia parte de Custodópolis, este último ainda sendo chamado de Cidade de Palha.

Dona Estela é oriunda de outra parte da periferia de Campos, da região do Turf Club, pertencente à margem direita da cidade. Como outros entrevistados, cobrou para si o título de ser uma das moradoras mais antigas da região falando com saudosismo dos tempos passados em que apesar das dificuldades, em termos estruturais e materiais (falta de água, luz, transporte, trabalho pesado etc.), compartilhava uma vida comunitária mais densa.

A exemplo de muitos de seus vizinhos criou todos os filhos no bairro, onde quase todos ainda permanecem. Casaram-se e mantiveram-se na localidade. Hoje D. Estela tem netos e bisnetos que dividem sua vida no bairro de Santa Rosa, e, segundo ela, não exibem o desejo de deixar a localidade, e, com exceção de uma de suas filhas que reside no local onde trabalha, na zona central de Campos, todos os outros filhos e alguns netos de D. Estela ainda moram em Santa Rosa.

Sua entrevista permitiu corroborar a percepção de contiguidade entre a história de Custodópolis e Santa Rosa. Como muitos, a entrevistada não separa a história de ambas entendendo a última como extensão do bairro vizinho. Um dado que atesta a pertinência do método de sua reconstrução histórica por meio de contrastes.

Diferentemente da trajetória de muitos de seus vizinhos, ela e sua família não trabalhavam no setor da cana, mas sim na indústria de tecidos da cidade. Assim, D. Estela me apresentou mais um elemento da economia campista, ou seja, o de *que além da diversificação agropecuária, a região [de Campos] tem*

⁴¹ Todos os nomes são fictícios e registrei sempre um traço característico da personagem que nos marcou no momento do trabalho.

tradição de diversificação manufatureira, nos ramos têxtil – no qual Campos chegou a ter projeção nacional, no início do século XX (CRUZ, 2003, p. 89).

Registrou em suas falas a preocupação com o adensamento populacional da região ocorrido a partir das políticas habitacionais do “Programa Morar Feliz” (PMF) e do “Programa Minha Casa, Minha Vida”⁴² (PMCMV), e com o aumento da percepção de violência decorrente da ação tráfico de drogas de varejo. Entretanto, ressaltou que não alterou suas rotinas em razão disso. No decurso da entrevista conversamos um pouco sobre isso.

Entrevistadora – Tem diferença, por exemplo, de 15 anos atrás e hoje?

D. Estela – Tem porque chegaram novas pessoas e tem pessoas perigosas e tem pessoas que não e aí e agora tem, como é que chamam!? Coisa de tráfico aqui pra baixo aqui e lá agora fizeram uma porção de casinhas que vão entrar 600 famílias. E você sabe que já vai...

Entrevistadora – A senhora já teme que mude também, né?

D. Estela – ninguém sabe quem é que vem morar aqui e aqui eu criei meus filhos aqui e nenhum deu pra fazer mal a ninguém e nenhum deu pra... e são todos bem graças a Deus e quem precisa da gente, a gente está sempre ajudando assim como quando eu preciso dos outros eles também me ajudam.

Entrevistadora – existe alguma coisa que a Senhora fazia há 15 anos atrás e que hoje a senhora não faz mais?

D. Estela – como assim?

Entrevistadora – por exemplo, andar livremente pela rua...

D. Estela – hoje também eu ando

Entrevistadora – do mesmo jeito?

D. Estela – do mesmo jeito, tanto faz ser bom ou não ser eu procuro ajudar todo mundo e conversar porque não adianta você dar uma de bobo que é pior. A gente tem que ter amigos porque as vezes aquele que você não dá nada por ele que vai te ajudar numa hora difícil.

Chamada a opinar sobre a vida em Santa Rosa, D. Estela nos diz:

Olha, eu acho que pra mim não existe melhor não porque se você vai lá na frente tem problema e vai pra outro e tem problema então antes a gente viver amigavelmente com esses de onde a gente vive. Eu procuro viver com todo mundo porque quem faz o bairro e os vizinhos somos nós porque se eu não gosto dos meus vizinhos como é que vai ser? Eu aqui não tenho inimigo, você acredita? (D. Estela, fevereiro, 2016).

⁴² Essas políticas e seus impactos na configuração territorial e social em Santa Rosa serão analisados no próximo capítulo.

O “procurar viver bem com todo mundo” é uma tônica na sociabilidade em Santa Rosa e se apresentou na fala dos meus entrevistados como um código de conduta do local. É o que poderá ser notada na narrativa de Seu Everaldo sobre sua experiência de vida naquela localidade

Seu Everaldo: um pacato lavrador

Seu Everaldo é um senhor de oitenta e seis anos que também diz morar há mais de cinquenta anos no bairro. Em sua narrativa, apresentou Santa Rosa primeiramente como um grande canavial que depois se transformou em pasto para bois. Segundo ele, as terras eram *dos Vieira*, ou seja, da família Vieira, para quem Seu Everaldo ainda trabalha.

Nosso diálogo durou mais de uma hora, variando entre a formação do bairro, seu trabalho e sua relação com a vizinhança. Vejamos o que ele tem a falar:

Seu Everaldo – então, quando eu cheguei aqui, porque eu não sou daqui eu sou de Barcelos⁴³ mas quando eu vim pra cá o lugar que eu conheci aqui era a cidade de Palha que era o nome de tudo aqui e eram só casinhas de palha.

Entrevistadora – eram casinhas de palha mesmo?

Seu Everaldo – casinhas de palha, de sapê, de taboa⁴⁴ e era coisa feia mesmo.

(...) olha eu vim parar aqui em Santa Rosa pelo seguinte, eu sou de Barcelos e meu pai, M. F., tinha aqui uma lavoura de cana que na verdade naquela época era colônia e plantava cana de meia⁴⁵ e o proprietário era Juno Ferreira que era o dono da lavoura então ele plantava cana de meia para o proprietário. Então, eu vim pra cá pra tratar da lavoura dele e pra limpar cana, cortar cana, naquele tempo a profissão daquela época era essa aí depois que eu modifiquei a minha profissão porque o que tinha era isso.(...) (Seu Everaldo, 12 de março de 2016).

Seu Everaldo, a exemplo de outros personagens desse enredo é um dos constituidores daquela formação. Veio de um município vizinho a Campos trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar em Santa Rosa, ali se fixando

⁴³ Barcelos é um distrito de São João da Barra, município limítrofe a Campos dos Goytacazes.

⁴⁴ Sapê e taboa são plantas encontradas na região que serviam para autoconstrução das casas.

⁴⁵ O entrevistado se refere à modalidade de trabalho na agricultura denominada de meação, em que o agricultor trabalha em terras de outra pessoa. Em geral o meeiro ocupa-se de todo o trabalho, e reparte com o dono da terra o resultado da produção. O dono da terra fornece o terreno, a casa e, às vezes, um pequeno lote para o cultivo particular do agricultor e de sua família.

profissionalmente. Também constituiu família na localidade, onde grande parte permaneceu confirmando a trajetória de muitos habitantes de Santa Rosa. Conhecendo outras realidades – ele morou no Rio – se disse feliz por morar em Santa Rosa. De acordo com o que disse ele é bem conhecido pelas pessoas da vizinhança e isso o deixa seguro no seu local de moradia.

Assim como D. Estela, o relato de Seu Everaldo também nos permite associar a história de Santa Rosa à de Custodópolis. Ele também narrou as modificações ocorridas no bairro com o passar do tempo, associando-as especialmente ao tráfico de drogas e à chegada de outras pessoas. Mas disse não temê-los, pois segundo ele:

a pessoa tem que saber conversar com eles e não tratar da vida deles porque se tratar da vida deles, eles morre, aqui não tem isso se tratar mal, morre. (Seu Everaldo, 12 de março de 2016).

Para ele, saber viver em Santa Rosa é *de acordo com a sabedoria da pessoa, o bom tratar da pessoa*. E, isso foi observado nos relatos e nos atos de muitas pessoas com as quais tive interação naquela região, o que me levou a perceber que este é um traço constitutivo do *habitus*⁴⁶ (BOURDIEU, 1974; 1983; 1999) de muitos de seus moradores que buscam na cordialidade comunitária formas de viver tranquilamente naquela localidade, e assim manejarem uma realidade perpassada pelo medo e pelo sentimento de insegurança, conforme apresentarei no sexto capítulo.

E que numa perspectiva elisiana, esse *habitus* fundamentaria a base que os membros de uma figuração compartilham, e cujos traços recombina, o que contribui para moldar suas personalidades (QUINTANEIRO, 2010).

Chegado um pouco mais recentemente à Santa Rosa, na década de 1970, Seu Luizinho que conheci no GD da igreja batista, também foi uma personagem chave para a compreensão da formação de Santa Rosa.

Seu Luizinho: o “arquiteto” da igreja

⁴⁶ Conceito de *habitus* trabalhado por Bourdieu se refere ao conjunto de predisposições incorporadas produto de um trabalho social de nomeação e de inculcação que institui uma identidade social que é conhecida e reconhecida por todos e se torna uma lei socialmente incorporada.

Seu Luizinho chegou a Santa Rosa por intermédio de seu cunhado que lhe deu as indicações sobre o loteamento do bairro nos anos 70. Como pedreiro se orgulha em ter construído sua própria casa – uma boa casa de alvenaria com quintal amplo e muitas plantas, onde se conjugam outras duas casas, uma das quais é alugada-, e ter também contribuído para a construção de sua igreja que é uma das primeiras de Santa Rosa.

Sua narrativa sobre o bairro privilegia suas oportunidades de vida, pois, segundo ele, foi onde apesar das dificuldades criou seus filhos com honradez. Residem no bairro de Santa Rosa e adjacências três dos seus cinco filhos. Uma de suas filhas saiu do bairro indo morar em outra cidade do Rio de Janeiro após seu filho ter sido baleado, tema sobre o qual o entrevistado não discutiu os pormenores, e, considerando o motivo que justificava a entrevista não houve contexto para insistir nele.

Pelas memórias de Seu Luizinho podemos supor um pouco do que era Santa Rosa nos anos 70.

Esse bairro é como eu falei foi assim, abriram as ruas, lotearam. Isso aqui era canavial, tudo cana e pasto de boi, essas coisas assim. Aí fizeram as ruas e depois foram vendendo aos poucos (...). Quando eu cheguei aqui tinha umas casinhas bem longe uma da outra, alguns moradores mais velhos que eu, mas muito já morreram.

O relato de Seu Luizinho de forma um pouco mais detalhada me apresentou mais caracteres da formação social e histórica que deu origem à configuração de Santa Rosa. Corrobora muitas outras falas que apontam que a localidade se formou a partir da falência das usinas. E atesta o pioneirismo do Senhor M. L., ao comprar-lhe seu lote, como um dos primeiros proprietários de terras da região, o que inclusive motivou o diálogo com outra entrevistada pelo fato de ser sua filha, conforme veremos mais adiante.

Como muitas pessoas que ajudaram a povoar a região Seu Luizinho era um trabalhador da usina e adquiriu ali seu pedaço de chão. Disse que estando sempre envolvido com as questões da igreja sua vida comunitária e associativa esteve sempre relacionada a este espaço.

Assim como outros entrevistados ele não se queixa do bairro. Pois,

Pra mim é, porque foi aqui que eu criei os meus filhos né, vivo de maneira que não tenho que reclamar tanto, foi difícil, mas eu passei pior em outros lugares do que aqui. Aqui foi difícil, teve

umas fases muito difíceis pra gente criar os filhos, porque até hoje muitos dizem que não tá bom, tá difícil, mas já foi pior.

Seu Luizinho já começa a apontar para a presença do poder público na localidade a partir, especialmente, das políticas de assistência social, afirmando que os tempos atuais são bem melhores em comparação com o tempo em que criava seus filhos. Esse, dentre outros pontos, faz com que o entrevistado tenha uma visão positiva de seu bairro.

A prefeitura, o governo não ajudava ninguém naquela época. Se a gente tivesse alguma coisa, se não tivesse passava até necessidade, porque os governantes, prefeito, ninguém ajudava ninguém não. Tinha os colégios, mas era só até a quarta série, daí por diante...

Com bom humor e otimismo, Seu Luizinho segue sua vida em Santa Rosa sem pensar em deixar o bairro, segundo ele, nem por lazer no período de verão como os campistas normalmente fazem⁴⁷. A igreja e as atividades a ela relacionadas acabam por ocupar lhe o tempo de pessoa aposentada e disponível para as atividades ordinárias de seu grupo religioso.

Dona Rita de Cássia: a filha de “gente que é nome de rua”⁴⁸

Dona Rita de Cássia vive há trinta e três em Santa Rosa. É a filha mais nova de um dos fundadores do bairro, o senhor M. L., citado por Seu Luizinho, que participou do processo de loteamento da região. Por consequência, ele acabou se tornando uma referência para o bairro chegando, por isso, a dar nome à uma de suas ruas.

Sua entrevista, muito lacônica, me serviu para corroborar as histórias que já vinham sendo contadas pelos outros interlocutores. Pertencente a uma família de comerciantes, mora numa casa confortável na região central de Santa Rosa,

⁴⁷ Campos possui uma única praia, a do Farol de São Tomé, distante mais de 40 Km da cidade. Assim, é um hábito que as pessoas tenham casa na praia e lá fiquem no período de verão. Além da praia do Farol, os campistas também frequentam as praias de Grussaí e Atafona, no município de São João da Barra, ou as praias de Santa Clara, Gargaú e Guaxindiba, no município de São Francisco do Itabapoana. Os campistas com maiores recursos frequentemente vão para as praias do sul do ES, especialmente, Guarapari.

⁴⁸ Referência ao livro de mesmo nome que narra as trajetórias das principais personalidades campistas e que nomeiam as ruas da cidade. Cf: CARVALHO, Waldir P. Gente que é nome de rua. Vol. 1. 1985.

onde também moram outros dois filhos que possuem comércio (uma loja de roupas e uma lanchonete) no mesmo local.

Neste sentido, sua entrevista também serviu para verificar que há pessoas que mesmo tendo condições materiais para saírem do bairro permanecem morando em Santa Rosa, ao contrário do que pode levar a crer as representações do senso comum. Isso se aplica a D. Rita de Cássia e à sua família, mas também a muitas outras pessoas com as quais tive contato durante a pesquisa.

Os três narradores a seguir, além de atestarem por meio de suas memórias o processo de formação do bairro, também se engajaram no trabalho comunitário, e, conseqüentemente na arena política da cidade. Os três já se candidataram a cargos eletivos, em que um deles teve relativo êxito assumindo como vereador suplente na Câmara de Campos. Falarei agora de Seu Antônio, D. Lídia e Pedro Ernesto.

Seu Antônio: o supervisor do bairro Santa Rosa

O senhor Antônio Malta exercia a função de supervisor do bairro de Santa Rosa sendo, por isso, uma figura bem conhecida na região. Segundo ele, morava no bairro há quase cinquenta anos.

Como homem político, Seu Antônio aceitou prontamente o convite à entrevista e com muita gentileza me apanhou numas das ruas de Santa Rosa conduzindo à sua casa, e ao fim da entrevista ainda me ofereceu o almoço num pequeno restaurante local. Na entrevista realizada em sua casa participou também a sua esposa, que me recebeu de forma muito simpática e solícita. Ambos são membros da Igreja Batista, assim como Seu Luizinho.

Seu Antônio falou de sua trajetória de homem trabalhador, que galgou os diferentes cargos numa mesma empresa. Ex-lavrador e trabalhador da usina Sapucaia veio de Cardoso Moreira⁴⁹ para Campos em busca de trabalho. Segundo ele e sua esposa, eles já residem há quarenta anos no bairro de Santa Rosa e relataram terem acompanhado o processo de ampliação e adensamento

⁴⁹ Cardoso Moreira é um município vizinho a Campos dos Goytacazes tendo pertencido a ele até o ano de 1989, tornando-se politicamente emancipado em 1993.

do bairro. A rua em que moram é um núcleo familiar onde moram outros dois filhos do casal, uma irmã e um sobrinho de Seu Antônio.

Seu Antônio, embora não tenha gravado a entrevista contribuiu para a pesquisa de forma bastante esclarecedora auxiliando também no contato com outros interlocutores que ainda aparecerão neste trabalho. Conhecê-lo foi um capital que me franqueou acesso e contato a vários moradores do bairro.

Dona Lídia: a “lutadora” pelo bairro

Também oriunda de Cardoso Moreira, D. Lídia reside em Santa Rosa há mais de quarenta e sete anos, mora logo no início do bairro que diríamos seja o coração da região porque concentra as instituições públicas, comércio e movimentação de pessoas. Segundo ela, atua na melhoria da comunidade relatando como um importante feito a implantação da luz elétrica, nos anos 70. Disse ter conseguido diversos reparos necessários ao bairro por meio de abaixo-assinados e exercendo as atividades comunitárias, de modo formal e informal.

É D. Lídia quem começa a indicar as pistas para o entendimento da constituição do bairro Santa Rosa. Segundo ela,

Começou com o Morro de Fátima há quarenta e sete anos, depois de mais de dez anos colocaram Parque Santa Rosa. Depois, eu fui descobrir que Santa Rosa, naquela estradinha, quem vai para o HGG é Estrada do Santa Rosa. (D. Lídia, 16 de março, 2016).

Foi a partir desta informação que realizei a busca pelo resgate da história da capela de Santa Rosa, que será relatada logo mais à frente. A atividade comunitária lhe possibilitou amplo conhecimento acerca da formação do bairro e de seu entorno bem como lhe motivou o desejo de participar no sistema político-partidário. D. Lídia foi candidata à vereadora no pleito de 2010, entretanto, não obteve votação para se eleger.

Pedro Ernesto: o político comerciante

Morador de Santa Rosa há trinta anos, também vindo de Cardoso Moreira, ele é um representante político da região tendo exercido inclusive um mandato de vereador. Pedro Ernesto foi líder comunitário do bairro, no entanto, poucas

peças mencionaram seu nome quando perguntadas sobre a associação de moradores de Santa Rosa, e ele próprio falou pouco sobre esse tema. Mas, foi a partir da referência de ex-liderança comunitária que ele foi contatado para a realização da entrevista⁵⁰.

Ao telefone, enquanto a entrevista era marcada, o Sr. Pedro Ernesto verbalizou sua percepção sobre a região. No momento em que lhe era explicado o conteúdo da entrevista, ele brincou dizendo que a região deveria chamar-se *aldeia Santa Rosa*, em razão da falta de planejamento em sua ocupação, e pelo “aldeamento” das pessoas na região.

Segundo Pedro Ernesto sua ida para Santa Rosa *foi uma questão de...De opção e oportunidade de o...Ter comprada a primeira casa pra poder morar.*

Instado a falar sobre como as pessoas se sentem como moradores da região de Santa Rosa ele afirmou que muitos moradores quando perguntados num cadastro, no comércio ou em outros lugares onde moram eles ficam envergonhados ou constrangidos em dizer que moram em Santa Rosa, especialmente os jovens.

A partir de então, o entrevistado começou a dar mais pistas sobre a constituição da região. Ele reiterou que Santa Rosa é fruto de uma desorganização, ou seja, não foi um bairro planejado. Segundo ele, o loteamento foi feito por particulares que foram parcelando o solo e o revendendo, e assim povoando a localidade. Reforçou que nem nome o bairro tinha.

Primeiramente, fora apelidado de Morro de Fátima, em razão da capela que lá existia. Depois, recebeu de empréstimo o nome de Santa Rosa, em razão da Igreja de Santa Rosa, que ficava em Santa Clara, ficando a região popularmente conhecida por este nome devido à linha de ônibus que circulava no bairro e precisava de uma referência, e assim utilizava o nome de Santa Rosa.

Para meu interlocutor, a região não é olhada pelo poder público. Narrou num determinado momento que esteve com a ex-prefeita Rosinha Garotinho e que tentou sensibilizá-la apelando para o fato de que ela tinha mesmo nome da região o que, segundo ele, deveria fazer a prefeita ter um olhar especial para

⁵⁰ Optei por ele porque não consegui identificar a existência de uma liderança comunitária que esteja atualmente atuando na região. Portanto, a fim de registrar pelo menos as principais impressões sobre o movimento comunitário do bairro Santa Rosa realizei a entrevista com o senhor Pedro Ernesto.

Santa Rosa. Além disso, a prefeita foi muito bem votada na região e recebida com muito carinho quando esteve lá. No entanto, segundo ele, a atenção esperada não veio.

O Sr. Pedro Ernesto foi candidato a vereador no ano de 2016, mas não conseguiu eleger-se. Como uma pessoa ativa na vida comunitária e conhecedora do bairro a entrevista com o Pedro Ernesto foi bastante elucidativa acerca da história de Santa Rosa.

Para finalizar esse tópico, apresento outras duas personagens mais jovens que muito dos personagens já citados, mas que também contam com algum tempo de antiguidade no bairro, sendo por isso testemunhas vivas dos processos de transformação pelos quais passou Santa Rosa.

Silmara tem quarenta e quatro anos, morando no bairro há mais de trinta. Ela possui outras duas irmãs, ambas moradoras atualmente na região dos Lagos, RJ. Ela prontamente aceitou conceder a entrevista quando contatada, e gentilmente tentou indicar também sua mãe, uma amiga e um primo⁵¹. Silmara antes de morar em Santa Rosa vivia próximo ao campo do Americano, nas imediações da Avenida 28 de março, na região central de Campos dos Goytacazes.

Com o gravador ligado o diálogo se desenvolveu de modo *pro form*, com respostas curtas. Enfatizou na entrevista a precariedade dos serviços públicos oferecidos na região, trazendo elementos que contribuiriam muito para as análises contidas no próximo capítulo quando se discorrerá sobre a ação do Estado na vida dos habitantes daquela região.

A entrevista com Silmara ficou mais rica após o gravador ser desligado momento em que ela relaxou e passamos a conversar de forma mais descontraída. Com o gravador desligado ela informou que há problemas de violência nas imediações de sua casa, sobretudo pelo conflito de facções na sua vizinhança, mas que não é igual à região “lá de cima”, mais próximas das *casinhas*.

⁵¹ De sua mãe e amiga obtive uma recusa direta, pois estávamos todas em presença uma da outra. Quanto a seu primo ela realizou contato telefônico, ele aceitou falar comigo, entretanto, nos contatos posteriores não fui atendida. Como já apresentado, esta não foi uma situação isolada e pretendo discuti-la mais detidamente no capítulo 6.

A mudança de comportamento provocada pelo desligamento do gravador se explica pelo fato de ela não ter ficado convencida dos propósitos da pesquisa, desconfiando que o desejo fosse o de investigar as questões da violência e disputas do tráfico de drogas de varejo do bairro, pois, para ela esse é o único tema que motiva a curiosidade e interesse por Santa Rosa, e fez questão de ressaltar que a violência está *em todo* lugar.

Além disso, conforme já foi dito, a “lei do silêncio” é um elemento estruturante na sociabilidade em Santa Rosa e, sem margem para dúvidas, interfere nas interações estabelecidas entre as pessoas.

Experimentei nesse momento a advertência de Bourdieu sobre os cuidados no estabelecimento de uma comunicação “não violenta” entre pesquisador e entrevistado. Para o autor:

É efetivamente sob a condição de medir a amplitude e a natureza da distância entre a finalidade da pesquisa tal como é percebida e interpretada pelo pesquisado, e a finalidade que o pesquisador tem em mente, que este pode tentar reduzir as distorções que dela resultam, ou, pelo menos, de compreender o que pode ser dito e o que não pode, as censuras que o impedem de dizer certas coisas e as incitações que encorajam a acentuar outras (BOURDIEU, *op. cit.*, p.695).

Por seu turno, Antônia outra das personagens mais jovens, morava em Santa Rosa há quarenta e dois anos. Relatou que gosta de morar naquele bairro e que muitas pessoas sentem vergonha de se dizerem moradoras de lá, mas ela não. Pois, segundo ela, *a violência está em todo lugar*.

Ela foi morar lá com aproximadamente sete anos de idade, casou-se com um vizinho de rua e continuou morando lá. Suas duas filhas também permanecem morando na região. Uma na antiga rua em que ela morava, e outra em Nova Campos.

Vejamos parte de sua história em Santa Rosa.

Antônia: Acho que sim porque hoje olhando todos os terrenos, as casas feitas, para quem não era daquela época não dá nem para imaginar como era aquilo ali. Eu nem imaginava também que eu ia me casar e ia morar ali (inaudível) aquela lagoa. E depois loteou, aterrou, aí foi loteando e vendendo os terrenos onde era aquela lagoa.

Entrevistadora: O aterramento foi feito pela Prefeitura

Antônia: É, a Prefeitura fez, assim, mais ou menos, dá para lotear e vender, mas aí, todos os moradores tiveram que fazer um novo aterro, né, para construir uma casa ali, a minha casa

mesmo teve que aterrar bastante, fazer uma estrutura muito boa (Antônia, moradora de Santa Rosa, junho de 2016).

Vinda da Lagoa de Cima⁵², a trajetória da família de Antônia confirma as inúmeras narrativas que foram ouvidas ao longo do trabalho. E sua história também serviu para corroborar a percepção que se teve sobre a permanência das pessoas em Santa Rosa. Ou seja, a exemplo de muitos outros interlocutores as pessoas normalmente crescem, namoram, casam e continuam estabelecidas em Santa Rosa. Isso aconteceu com ela e também com suas duas filhas. Sua mãe e irmãs também continuam residindo no bairro.

Síntese das narrativas sobre a configuração de Santa Rosa

Relacionando as contribuições dos meus narradores realizarei o trabalho de sumariá-las a fim de registrar as suas principais contribuições para a compreensão sobre a formação da região pesquisada.

As narrativas selecionadas apresentam apenas uma mostra do universo de informações a que se teve acesso com as entrevistas e grupos de discussão, e que devido as formalidades e natureza de uma tese, não encontraram espaço suficiente para serem absorvidas em sua íntegra. Entretanto, suas partes mais relevantes constituirão outros momentos deste trabalho ajudando a compreender os inúmeros processos que se produziram socialmente e que dão materialidade àquela configuração.

A conformação de Santa Rosa começou a partir da vinda de pessoas de outros bairros e distritos interioranos de Campos, tais como: Lagoa de Cima, Turf Club, Pecuária, Guarus etc. Assim como dos municípios limítrofes da cidade, como por exemplo, São Fidélis, Cardoso Moreira e adjacências, São João da Barra.

Seus primeiros ocupantes migraram em função, embora não exclusivamente, do trabalho na cultura da cana e nas usinas de açúcar e álcool, um mercado que sustentou a região por anos. Também vieram em busca de novos postos de trabalho a partir da expansão da margem esquerda do rio Paraíba do Sul. Por esse motivo é que o caracterizo como um subúrbio operário,

⁵² Pertencente ao município de Campos dos Goytacazes localiza-se a 28 km de distância do centro sendo considerada um atrativo turístico para os campistas.

uma região que congrega os bairros conhecidos por concentrar uma massa de trabalhadores, em sua maioria, pertencentes aos estratos mais baixos da sociedade campista.

Com o intuito de produzir um discurso coerente e coeso sobre essa formação recorri também à Paulina, uma professora de história que além de seu ofício de docente tem algumas memórias sobre o local, que colaborou na montagem deste quebra-cabeça que é a história de Santa Rosa. Com mais de vinte anos de atuação em escolas da região e como uma pesquisadora diletante da história campista ela conseguiu criar um enredo lógico para o entendimento da formação de Santa Rosa.

Nas palavras de Paulina:

Não existem documentos oficiais, nada registrado a respeito daquilo que está ali. Eu tenho um dado que é do meu avô falecido, pai da minha mãe, que morava em Cardoso e ele era administrador de fazendas lá, de corte de cana. E ele vinha para esta região de Custodópolis, Santa Rosa, um pedaço onde hoje é Eldorado para fazer um mapeamento das pessoas que moravam ali para poder ir para essas fazendas na região de Cardoso para o corte de cana...

Porque na região de Custodópolis, principalmente, descendo para Santa Rosa que, a princípio, era uma coisa só, era chamada de Cidade de Palha porque aquilo ali era uma fazenda enorme que pegava a região de Custodópolis, Santa Rosa e um pedaço de Eldorado, uma fazenda de um dono só. (...) os pedaços foram vendidos, a Prefeitura compra, particular compra e foi desmembrando tudo, aquele local ali ficou historicamente conhecido como os lugares onde tinham as pessoas com esse tipo de mão de obra, braçal...

(...) Então, os que foram escravos faleceram, mas ficaram os seus descendentes. Então essas pessoas, com essa descendência e essa coisa da Cidade de Palha, essa coisa estigmatizada, então ali, por que ele ia ali buscar? Porque ali tinha a mão de obra que ele precisava. Era o pessoal que não tinha estudo, era o pessoal que não era qualificado e não tinha outra forma de trabalho. Eles trabalhavam nas fazendas daqui da região de Campos, mas o meu avô, como tinha muito conhecimento aqui, ele ia lá buscar essa mão de obra para levar para a região de Cardoso. E iam muitos, eles falavam que para fazer o ponto, apontar o ponto.

(...)O conhecimento que eu tenho dos bairros. Meu outro avô, por parte de pai, tinha um sítio lá em Santa Rosa, comprou de particular, é o que eu te falei, as terras começaram a ser desmembradas por conta da Prefeitura, as pessoas compravam e a terra era muito barata. Por ser na margem esquerda não tinha valor nenhum. Então meu avô comprou um sítio lá, tinha gado e tal. Aí, nesse período você não tem essa formação de Custodópolis, Santa Rosa como você vê hoje não. Você só tinha a [Avenida] José Carlos Pereira Pinto que é o chamado

Calabouço, tem esse nome, com algumas casinhas aqui e ali e era aquela vastidão de terras. Ainda uma fazenda, alguns poucos sítios de pessoas que iam comprando e as pessoas que não tinham condições compravam um terreno. Geralmente eram pessoas que trabalhavam na margem direita, descendentes desse pessoal que trabalhava em que? Eram empregados domésticos, serviços gerais, pedreiros, esse tipo de serviço, bruto, braçal. Eles prestavam serviços do lado de cá e compravam, como que o bairro foi se formando? Eles foram comprando em algumas áreas os terrenos que eram muito baratos, era o que dava para comprar. Em algumas áreas, ali para dentro de Santa Rosa tem uma área de tipo um mangue, de tabua, bem lá para dentro, que agora eles aterraram. Essas regiões que eram de mangue, de tabua, ninguém vendia, então era posse. Eles foram se apossando daquilo ali porque ninguém queria, eles não pagavam. E eram aquelas casinhas mesmo de pau a pique, barraco de tábuas, condições extremamente precárias. Então, o bairro foi se formando nesse entorno. Isso aí, década de setenta, final de setenta, início de oitenta porque eu era muito criança. Nesse período você tem só isso. (...)Quando retornei, o bairro de Custodópolis já era um bairro em si, razoavelmente urbanizado, mas as ruas eram calçadas, já tinha a praça central que é a praça de Custodópolis. Agora, em Santa Rosa, no final de Santa Rosa não era nada. O que começou a dar vida ao bairro de Santa Rosa, propriamente dita como ele é hoje, foi a construção do CIEP.. **(Paulina, professora de história, dezembro de 2015).**

A professora Paulina resume num trecho de sua entrevista muitos dos principais fragmentos trazidos pelos moradores de Santa Rosa e que permitiram perceber como aquela localidade foi assumindo as feições que hoje se apresentam em sua configuração.

Duas questões considerei importantes sobre a narrativa histórica de Santa Rosa. Primeiramente, me chamou atenção o fato de que quanto mais velho o interlocutor, mais positiva é a imagem que ele tem em relação ao bairro, ou seja, foram o que menos manifestaram o desejo de sair da região assim como construíam uma narrativa benevolente em relação à vida em Santa Rosa. Um dos elementos que contribuem para isso é o fato desses interlocutores terem conseguido lá seu primeiro bem material, sobretudo, sua casa.

Além disso, o tempo e as experiências com o lugar foram fatores importantes no processo de produção de identificações e na criação de laços entre as pessoas, que são os traços que observei nas falas dos entrevistados. O que não se apresenta em relação aos interlocutores mais jovens como Silmara,

por exemplo, que não recusa a ideia de sair do bairro caso tenha oportunidade e se contradiz quando fala de seus vínculos com sua vizinhança.

Nesta comparação também serviram de parâmetro as falas dos jovens com os quais houve a possibilidade de diálogo nas escolas e nos grupos de discussão. Não foram isoladas as falas sobre como esses jovens às vezes se sentem desconfortáveis com as identificações relacionadas ao seu espaço de moradia sentindo-os, inclusive, como depreciativos de sua imagem.

As causas disso podem ser atribuídas ao fato da maior vitimização dos jovens frente à violência, a escassez de lazer e cultura que os confina em suas casas ou os obrigam a sair do bairro, e, conseqüentemente a se deparar com os preconceitos e representações que são construídas pelas pessoas dos outros espaços da cidade. Ou mesmo o fato de fazerem zombaria com os problemas e dificuldades que acometem suas vidas, como permite demonstrar um dos relatos obtidos no GD junto aos jovens da igreja católica.

Entrevistadora: Então, assim, o seu incômodo é mais pela ação das pessoas em relação aos moradores de Santa Rosa.

Yasmin: É. Isso é verdade. Por exemplo, eu sempre estudei no centro. Aí, eu moro aqui acho que minha vida toda. Aí, as pessoas falam: “Nossa, como que você sai de casa? Você não tem medo de levar tiro?”. Ou então... Tipo, eu ouvi de um professor meu [que dá aula no] A. (escola particular tradicional em Campos dos Goytacazes) ... Aí, ele foi lá e perguntou de onde eu era: “Ah, sou de Santa Rosa”. Aí, ele: “Como você está estudando aqui? É bolsa, né?” (**Yasmin, 15 anos, Grupo de Jovens da Igreja Católica, maio, 2016**).

Portanto, suas experiências com o bairro são bem menos positivas e representativas do que as das pessoas mais velhas.

Reforçando o que foi dito linhas atrás, se observa importantes alterações nos laços comunitários entre as pessoas em Santa Rosa promovidas, por exemplo, pelas mediações das novas tecnologias da informação e mídias sociais, a inclusão das mulheres no mercado de trabalho formal, o incremento do comércio varejista de drogas e seus corolários, etc.

Por isso, se nota que um dos sentidos que o termo comunidade adquiriu em Santa Rosa corresponde à análise feita por Fridman quando a define como um conjunto de moradores em suas formas possíveis- ainda que muito frágeis – de agregação coletiva (FRIDMAN, 2008, p.96).

Portanto, é o conjunto de moradores com suas idiossincrasias e histórias de vida que dão corpo e movimento àquela configuração tornando-se, no processo interativo, potência ou restrição à ação de seus pares. E, naquela singular dinâmica social encontrei personagens que se empenharam na construção de uma narrativa positiva e dividiram comigo o propósito de transmitir a quem não conhece o Parque Santa Rosa uma visão mais plural, menos negativa e mais propositiva.

Por que Santa Rosa? Por que não, Santa Rosa? Alguns aspectos da vida no Parque Santa Rosa

Bourdieu diz na epígrafe que abriu este capítulo que *a ilusão empirista jamais se impõe sem dúvida (...), [e que] o confronto direto com a realidade não ocorre sem algumas dificuldades, e até alguns riscos(...)* (BOURDIEU, *op.cit.*). Portanto, é imbuída desta perspectiva que construo este tópico cujo objetivo é demonstrar, para além de uma *ilusão empirista*, as realidades que são possíveis de serem observadas neste subúrbio com problemas, mas também com muitas potencialidades.

Conforme vimos da Cidade de Palha, passando por Morro de Fátima até o estabelecimento da identidade Parque Santa Rosa algumas décadas se passaram, e ainda pouca coisa se sabe sobre aquela realidade além de suas dificuldades quando estampam as manchetes dos jornais.

Como um subúrbio com problemas, cuja questão mais aguda parece ser a violência, Santa Rosa sofre com processos de invisibilização e desconsideração frente aos outros espaços da cidade. Algo similar ao que afirma Fridman (*op. cit.*) ao falar das favelas cariocas e constatar que *além de invadidos pelas práticas criminosas e pela polícia, os bairros pobres e favelas também o são pela invisibilidade e pelo esquecimento* (78).

As representações acerca da região de Santa Rosa deram origem à recorrente pergunta: Por que Santa Rosa? Para qual a resposta foi o reposicionamento da questão e a devolução aos seus formuladores, agora da seguinte forma: Por que não, Santa Rosa?

O que a desabona como um local passível de ser conhecido e reconhecido como parte importante da história de Campos dos Goytacazes, uma

vez que é um componente de sua conformação urbana? Por isso, num esforço de conhecê-la e compreendê-la, parte da vida em Santa Rosa se tornou um problema de pesquisa.

A curiosidade motivou a busca por informações sobre a capela da Santa Rosa, que pareceu ser uma das pedras fundamentais do bairro. Portanto, foi sabendo que a origem da região se deu a partir da capela que fica na estrada de mesmo nome da santa, conforme indicou o senhor Pedro Ernesto e D. Lídia, que fui em busca dessa história numa manhã de sexta-feira. No local onde haviam informado que ficava a antiga capela descobri que funciona hoje um depósito de materiais recicláveis, conforme mostra a figura abaixo:



Figura 6: Local onde ficava a antiga capela de Santa Rosa. Acervo pessoas, 2016.

Nenhuma ruína, nenhum artefato nada foi preservado da capela que deu início ao bairro. No depósito, o atual dono confirmou a narrativa que havia sido contada informando ainda que os familiares dos antigos donos do terreno, e conseqüentemente, da capela ainda moravam do outro lado da rua, ali bem em frente ao depósito.

Contatadas, essas pessoas esclareceram pouca coisa a respeito deste aspecto do bairro. Elas inclusive, de acordo com as delimitações oficiais da prefeitura, não são moradoras do Parque Santa Rosa, mas sim do Parque Santa Clara. Os dois entrevistados, uma senhora de 69 anos e um senhor de 66 anos,

não deram informações sobre a antiga capela e sua contribuição para a formação do bairro Santa Rosa.

Segundo eles, os cuidados e devoção foram características de seus ascendentes, e essa herança não foi passada para as gerações mais novas. A capela foi construída por seus avós que eram muito católicos e que zelaram por ela enquanto ainda viviam. Sendo cuidada um pouco por seus pais também, mas não pelos demais descendentes. A conversa foi breve e pouco elucidativa, e com ela finalizei a busca por estes aspectos da região de Santa Rosa.

Por sua vez, em termos oficiais, os dados sobre o bairro foram obtidos junto ao Centro de Informações e Dados de Campos (CIDAC)⁵³, por meio de dois documentos basicamente, o Anuário Municipal de 2015 e uma lista consolidada com o número da população dividida por bairros produzida com base no Censo 2010 do IBGE. Também foi o CIDAC que forneceu alguns dos mapas com as delimitações geográficas da localidade que constam neste trabalho e que me servem de orientação.

As informações da instituição dão conta de que a população do território do Parque Santa Rosa seja de 2.728 pessoas (IBGE, 2010), no entanto, considerando a perspectiva deste trabalho que toma Santa Rosa não como um bairro, mas sim como um aglomerado de bairros agregando os seus bairros adjacentes, bem mais recentes que ela, se trabalha com uma estimativa populacional de mais de cinco mil pessoas. Os principais elementos que permitem ter essa perspectiva são a implantação de dois programas habitacionais que levaram para lá mais de mil famílias⁵⁴, além do próprio crescimento vegetativo do local.

O principal acesso se dá pela Avenida Santa Rosa, contígua a Custodópolis, pois, é por ela que passa o transporte público. As principais ruas do Parque Santa Rosa estão demarcadas na figura abaixo.

⁵³ O CIDAC um departamento da PMCG que trabalha com as informações produzidas pelo IBGE e centros de pesquisas das instituições de ensino de Campos, dentre as quais foram ressaltados o IFF e a UFF. Registramos aqui a cordialidade, gentileza e benevolência com que fui atendida pelo coordenador do georeferenciamento sem a ajuda de quem não conseguiríamos produzir os mapas adequados para a compreensão deste território.

⁵⁴ Ambos os programas discriminam em seus documentos o número de famílias assistidas e não o número de pessoas. Assim, considerando que o Programa Morar Feliz assentou 598 famílias em suas unidades, de acordo com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, e o PMCMV 600 famílias podemos deduzir que pelo menos mais 3000 mil pessoas passaram a residir no bairro. O tema será tratado com maior detalhe no próximo capítulo.



Figura 7: Localização das principais ruas do Parque Santa Rosa. Fonte: Perfil dos bairros 2014, CIDAC - Campos dos Goytacazes

As amenidades do processo de urbanização chegaram à Santa Rosa por volta dos anos 70, conforme observamos no relato da professora Paulina. Hoje, a despeito da constatação da necessidade de algumas obras e reparos, pode ser considerado um bairro urbanizado e com uma infraestrutura relativamente boa. Possui equipamentos públicos básicos, embora não deem conta da demanda em virtude de muitos fatores, dentre os quais: a insuficiência de recursos a eles destinados e o adensamento populacional do próprio bairro e de suas regiões adjacentes. Estas questões serão tratadas de modo mais detido nos próximos capítulos.

Grande parte do bairro se estabeleceu sobre um território alagado que foi aterrado a fim de que fosse ocupado. D. Márcia, a entrevistada que mora entre

os bairros de Santa Rosa e Novo Eldorado⁵⁵se lembra de forma viva como era essa região. Observemos o que ela fala sobre seu bairro:

Isso aqui era uma lagoa. E não tinha nada, você olhava para cá, isso aqui, ali naquela baixada ali era lagoa, essa baixada aqui era tudo cheio de água, era uma lagoa enorme, ela ia até lá em C. ... C. é lá para quem vai para (inaudível). Ela ia até lá, essa lagoa. Ela começava desse morro aqui, na subia ali e ia até lá...
(D. Márcia, março de 2016).

Muito de sua conformação e características estão associadas a esse aspecto do bairro quando observadas as condições de salubridade e de povoamento de determinadas áreas. A situação dos alagamentos foi um dos elementos a dar origem às primeiras políticas habitacionais na região para o realojamento das pessoas destas áreas consideradas de “risco”. Vejamos um pouco mais desta história.

Porque os primeiros conjuntos habitacionais do lado esquerdo, quando eles começaram a fazer, a Prefeitura começou a fazer foi no governo de Arnaldo Viana. Eu falei para você que ali no Santa Rosa era região de Mangue e região de tabua. Ainda é, se você passar pelo Parque Rio Branco, você vai ver lá uma baixada cheia de tabua é água, um lugar alagado. Aliás, Campos inteiro era alagado. Você falou sobre origem, tem um livro chamado O Homem e o Brejo de um autor campista, mas conta detalhes do início da história daqui que é uma história muito complicada. Depois eu te conto um pedacinho porque eu fiz uma monografia sobre isso. Aí, a Prefeitura comprou a área, desapropriou, viu quem era o dono, enfim, aí mandou dragar para fazer as casas. Quando dragou achou um olho d’água. E aquela água foi brotando, brotando, brotando e fez uma lagoa, era linda por sinal, a água era azul mesmo, era uma nascente. Aí, permaneceu, não mexeu na...

(...)

Não sei se aterraram, na época olha o que fizeram, a água era azul, então a Prefeitura falou não vamos mexer na água, deixa a lagoa. Foi mais para atrás e desapropriou, construiu as casinhas. Ao entorno da lagoa que surgiu ela colocou areia, fez vários quiosques era lindo, vários quiosques, urbanizou, colocou coqueiro, ficou uma graça. Entregaram as casas para os devidos moradores. Esse comportamento também provoca um estigma. Em pouco tempo as casas estavam depredadas e a lagoa de azul ficou barrenta. Eles largavam cavalos, carroças, animais mortos, tudo que você pudesse imaginar eles faziam dentro daquela lagoa e acabou. Já que a água era boa, era um local de lazer que foi totalmente destruído pelos próprios moradores. Então, por que o sapo? Lagoa do Sapo, Sapo Um, isso você indo para o lado esquerdo, tem a Roda, você entra do lado esquerdo,

⁵⁵ Segundo relataram os moradores a região em que D. Márcia mora se chama Dom Rodrigo. Entretanto, não confirmei a divisão do bairro e criação deste novo bairro junto ao CIDAC. Buscamos o Anuário Municipal 2016, mas este documento ainda não foi produzido.

Sapo Um. Depois que foi construído o Sapo Um, eles desapropriaram do lado que era um pedaço de terra que vai de Santa Rosa até aquela primeira passarela ali que eles chamam de Eldorado (**Professora Paulina, professora de História, dezembro, 2015**).

E, de fato, se criou um estigma em relação à população que habita essa região não somente em termos das condições sanitárias e estruturais, mas também em relação às mediações realizadas junto ao comércio de drogas do varejo, onde se materializam os principais conflitos em torno da disputa territorial entre as facções locais.

Pensando outras questões da região, como os espaços de sociabilidade, esporte, cultura e lazer, Santa Rosa, como a própria cidade de Campos como um todo, requer um pouco mais de atenção e investimentos.

Lá há duas praças públicas e uma quadra poliesportiva. A primeira que encontramos assim que chegamos ao bairro é uma praça sem nome que referencio como a “Praça do Lions”. É mais frequentada pelas crianças no horário escolar, já bastante depredada ela é um ponto de encontro para as crianças que estudam nas escolas do entorno. Por ficar em frente à casa de D. Lídia, foi a ela que pedi informação sobre o espaço. Segundo relatou a praça é um lugar

muito pouco frequentado, muito pouco. Agora, nós temos aquele trailer de Wilson, ele funciona duas, três vezes por semana. Ali não existe briga, muita harmonia, muito movimento, muito movimento de entregas, muita coisa gostosa que ele tem. Convido vocês uma hora comer uma coisinha muito gostosa aqui no Parque Santa Rosa, vão ser muito bem recebidos, muito bem feito, panelas deles brilha, tudo bem organizado, tudo uniformizadozinho. Então, eu acho que eu não tenho motivo não. Violência tem em qualquer lugar. Quando eu ligo a televisão eu dou graças a Deus quando não acontece nada. Agora, quando acontece no Santa Rosa eu fico muito triste. Fico triste por eu morar aqui (D. Lídia, a lutadora do bairro, Março, 2016).

A praça era também frequentada a noite devido o funcionamento de um *trailer* que vendia lanches e bebidas. O pequeno comércio funcionou até o início do ano de 2017, quando seu dono foi assassinado neste mesmo local. Conforme se pode observar, a entrevista de D. Lídia antecede em um ano o assassinato

do comerciante e podemos supor o choque que tal fato causou àquelas pessoas contrariando suas expectativas em torno daquele espaço⁵⁶.

Além desse fato trágico, que estigmatizou o equipamento, acrescente-se ainda o fato de que a praça não apresenta condições de utilização por parte dos moradores devido a inexistência de bancos, mesas etc., como pode ser observado na foto abaixo.



Figura 8: "Praça do Lions", localizada na área central de Santa Rosa. Acervo pessoal, 2017.

Por esta foto é possível verificar as precariedades que apresentam o equipamento para usufruto da comunidade. Por isso, as crianças e os jovens utilizam a quadra de esportes de uma das escolas municipais, que fica ao lado da praça, durante a semana, mas não podem fazê-lo nos finais de semana⁵⁷.

A praça principal do Parque Santa Rosa é uma rotatória conhecida como "Roda" e fica localizada na interseção com as ruas Cidade Lima e Rua Vinte e Quatro de Junho já bem no "coração" do bairro. Embora se situe na parte central

⁵⁶O episódio da morte de Wilson foi um fato que gerou grande comoção e uma ação mais pontual por parte da polícia militar, falarei sobre essa situação no capítulo 5.

⁵⁷ Uma relação que não é tranquila, houve relato por parte de uma funcionária da escola sobre os constrangimentos e conflitos surgidos a fim de impedir a depredação ou utilização inadequada da quadra.

ela não é frequentada com fins recreativos pelas pessoas tornando-se ponto de embarque e desembarque das vans e carrinhos do bairro. A violência⁵⁸ é o principal motivo para que a praça se restrinja a esse uso. Alguns dos interlocutores da pesquisa afirmaram o receio e medo em ficar no local. Um dos relatos dá conta de que,

nem na praça lá eu indicaria. Porque é área que se encontram as pessoas que querem fazer merda. E você vai tá com o teu filho ali, eu não levaria o meu, como eu nunca levei. Tenho duas filhas e eu nunca levei (Reginaldo, morador do condomínio Minha Casa, Minha Vida).

Embora seja um espaço equipado para atividades de recreação e lazer ela não é utilizada prioritariamente para este fim, pois, como pode ser observado no relato de meu entrevistado lá acontecem muitos incidentes violentos.

Na “Roda” há quatro quiosques que vendem açaí, lanches e guloseimas em geral, uma pequena quadra para futebol já depredada, alguns bancos, um banheiro público (cujas paredes servem como espaço de confronto entre os grupos que disputam os espaços do bairro, conforme discutirei no capítulo 5) e um coreto. Embora seja uma praça, a “Roda” conta com poucas árvores e espaços para relaxamento. A seguir apresento a localização e fotos deste espaço.

⁵⁸ Durante a realização da pesquisa ocorreram dois homicídios na Roda todos entre 12 e 14 horas, o que reforça o medo das pessoas.



Figura 9: Praça Principal do Parque Santa Rosa, a "Roda". Acervo pessoal, 2017.



Figura 10: Outra perspectiva da Praça Principal de Santa Rosa. Acervo pessoal, 2017.

O mais novo espaço de esporte e lazer em Santa Rosa é a Quadra Poliesportiva Jorge Gastão. Um espaço bem estruturado e frequentado especialmente nos fins de semana por crianças e jovens moradores do local. Ela

normalmente fica trancada e sua chave sob a responsabilidade do dono de um bar em frente para que não seja depredada.

Uma interlocutora quando perguntada sobre a utilização do espaço pelas pessoas disse que *não muito, mais são os meninos* –crianças e adolescentes do bairro - *para jogar bola*. Reforçando ainda em sua fala que *as crianças só chegam lá para estragar tudo*.

Indagada se levava sua neta ao parquinho ela respondeu que *não*. Reinquirida sobre o porquê de não levarem as crianças até lá ela respondeu por meio de um gesto em que empunhava os dedos polegar e indicador simulando uma arma e disparando um gatilho, o que significava que seria em razão de tiros que ocorrem no bairro. E completou dizendo que sozinha ela até iria porque teria como se proteger, mas com uma criança é diferente porque não sabem correr.

Neste ponto chamo atenção para o esforço por mim realizado para o entendimento sobre os significados dos gestos que são acionados na comunicação entre os indivíduos em Santa Rosa. Nesta interação, nossa comunicação foi possibilitada a partir do que Bourdieu denominou de proximidade social e familiaridade para a interpretação das informações que foram passadas no diálogo. Segundo o autor, ambas são condições que asseguram efetivamente uma comunicação compreensiva e verdadeira, em que:

Quando o interrogador está socialmente muito próximo daquele que ele interroga (...) encontra-se também assegurado um acordo imediato e continuamente confirmado sobre os pressupostos concernentes aos conteúdos e às formas da comunicação: esse acordo se afirma na emissão apropriada, sempre difícil de ser produzida de maneira consciente e intencional, de todos os sinais não verbais, coordenados com os sinais verbais, que indicam quer como tal o qual enunciado deve ser interpretado, quer como ele foi interpretado pelo interlocutor (BOURDIEU, *op. cit.*, p.697).

Esta aproximação foi necessária em muitas ocasiões tendo em vista que nem tudo que foi dito à pesquisa foi expressamente verbalizado, recorrendo o interlocutor muitas vezes a expressões faciais e corporais, exigindo um exercício cognitivo para compreendê-lo e assim mantermos o diálogo e a interação.

Retomando as questões explicitadas pela narrativa de minha interlocutora e narradas por outros entrevistados sobre o Parque Santa Rosa, um elemento

que tem marcado a vida naquele local é a aleatoriedade com que as situações de risco se apresentam e que podem mudar o curso da rotina das pessoas. Por isso, seus moradores já incluem no fluxo da vida ordinária um repertório de ações para lidar com as incertezas e inseguranças. E, pelo que observei em Santa Rosa a evitação dos espaços públicos tem sido um desses comportamentos cautelares.

O movimento das pessoas em Santa Rosa concentra-se especialmente nas ruas Cidade Lima e Vinte e Quatro de Novembro (vide figura 8), por serem as principais vias de acesso do transporte público do lugar. Transitam pelo bairro duas linhas de ônibus, ambas da empresa São João, o Jockey X Santa Rosa e o Nova Campos X Casa de Custódia. A primeira linha liga os dois lados da cidade, pois integra Santa Rosa ao Jockey, no outro extremo da cidade de Campos. A segunda circula por diversos bairros de Guarus tendo parada no terminal rodoviário, no centro da cidade.

Além disso, o bairro também é atendido pelo transporte alternativo das vans, e pelo transporte clandestino dos carrinhos, ou seja, carros particulares de moradores do bairro que fazem as viagens de Santa Rosa até o Centro⁵⁹. Várias vezes lancei mão destes meios para o desenvolvimento desta pesquisa, dada a sua agilidade e também com o objetivo de obter informações sobre Santa Rosa, pois o contato e diálogo com o motorista e outros passageiros eram muito mais facilitados.

Um dos sinais de quebra da rotina na vida ordinária do bairro era a interferência no transporte, especialmente das vans e dos carrinhos. Ou seja, a ausência na circulação indicava de que algo não ia bem. Para ilustrar, transcrevo um trecho do caderno de campo em que pude observar essa questão.

Hoje ao chegar ao Centro percebi algo diferente. Observei que não havia carrinhos e que o fluxo de van estava diminuído. De fato, o Centro pareceu mais ordenado com um menor fluxo de pessoas em relação aos outros dias, especialmente para uma segunda-feira. Observei que havia dois guardas municipais na praça com seus blocos de multas. Deduzi que a ausência dos carrinhos se devia a este fato, no entanto, no fim do dia fui informada por Hilda, orientadora pedagógica da EMEF E., que o motivo foi outro, a saber; ordem do tráfico para somente circular

⁵⁹ Segundo a norma de circulação os carrinhos só podem recolher os passageiros que seguem em direção ao Centro a partir da Praça de Custodópolis, ou seja, o embarque na região de Santa Rosa é exclusividade das vans.

ônibus e vans, e ainda, estas últimas não indo somente até o CIEP de Santa Rosa, no fim do dia o fluxo já estava normalizado (Anotações do caderno de campo, 14 de março de 2016, segunda-feira.)

Embora eu não tenha conseguido confirmar a informação por outras fontes, conforme registrei no caderno de campo, ela também não se mostrou improcedente. Em muitas viagens houve relatos dos motoristas acerca das restrições no itinerário ou no horário de circulação dos carros, impostas por outrem ou pela própria recusa do motorista em ir a determinados lugares. O ordenamento imposto à circulação desses transportes, em regra, é obedecido, pois, conforme pude presenciar algumas vezes, por meio de discussões e/ou telefonemas acalorados, a quebra dos acordos não são tolerados. E, como ouvi de um motorista em uma das viagens, em Santa Rosa a proteção é *primeiro Deus, depois o revólver* (motorista de carrinho, maio de 2017).

Observa-se um movimento mais intenso de pessoas somente no período diurno, em virtude do trânsito para as escolas e ou cursos, para o trabalho ou para “agir” coisas no Centro - como eles falam -, etc. Mas isso, especialmente nas ruas principais, porque as ruas mais interiores, compostas unicamente por casas não se observa tanto fluxo assim. À noite o movimento cai sensivelmente, entretanto, se nota um comércio noturno com pizzarias, lanchonetes e bares. Dentre os bares, um se destaca, o que fica situado na Cidade Lima onde sempre se observa a presença de pessoas e de interação tanto no período da noite quanto nos finais de semana.

Vi poucos momentos de festas⁶⁰ e interações no bairro. Não se vê muita participação das pessoas em atividades públicas, especialmente noturnas, com exceção das atividades patrocinadas pelas igrejas momento em que as pessoas se permitem a interação “intra-comunitária”, um tema sobre o qual falarei um pouco mais a frente.

A baixa frequência e intensidade das interações públicas em Santa Rosa dão conta de que o espaço público foi a primeira vítima dos efeitos de sua sociabilidade violenta, pois *com a insegurança estão destinados a desaparecer das ruas da cidade a espontaneidade, a flexibilidade, a capacidade de*

⁶⁰ Uma das entrevistadas chamou atenção para o fato de que é comum festas e comemorações de aniversários perto de sua casa, no Novo Eldorado, segundo ela é porque as pessoas não vão até lá. Voltarei a falar sobre esse tema no capítulo 6.

surpreender e a oferta de aventura, em suma todos os atrativos da vida urbana (BAUMAN, 2005, 68)

Assim, o conjunto de interlocutores desta pesquisa foram acessados a partir dos grupos sociais que se formam nas escolas, igrejas etc., que me permitiram a partir de suas experiências sociais em Santa Rosa compreender alguns dos elementos daquela configuração. Para ilustrar, no próximo tópico, apresento duas das minhas experiências nas ruas de Santa Rosa a fim de demonstrar um pouco das tensões presentes no espaço público.

Uma experiência de sociabilidade I: notas de campo sobre a festa das vans



Figura 11: Festa das Vans realizada na "Roda" em dezembro de 2015. Acervo pessoal, 2015.

Essa festa ocorreu em dezembro de 2015, um domingo quente e ensolarado. Ela estava prevista para o domingo anterior, mas por algum imprevisto sobre o qual não tive informações ela não aconteceu. Sua divulgação se deu por meio dos adesivos que foram colados com antecedência nas vans que circulavam pelo bairro e Centro da cidade.

A inserção no campo estava no início, e por meio deste evento julguei que seria um bom momento para começar a aprofundar o contato com o campo, pois

havia a necessidade de começar a ser vista e estranhada, para ganhar familiaridade com o lugar. A oportunidade foi utilizada para isso.

Perguntei sobre o evento a uma amiga moradora do local, que disse que desconhecia a ocorrência da festa e aproveitou para aconselhar de que não era bom que eu fosse. Sem menções diretas, as falas e “conselhos” direcionados às minhas andanças no campo foram, na maioria das vezes, feitas de maneira indireta, desencorajadoras com feições de reprovação ou desconfiança que eram pronunciadas por meio de “caras e bocas⁶¹” comuns àquelas pessoas. Foi uma ex-aluna que trouxe as informações sobre a festa, uma vez que trabalhava nas vans.

O campo começou no ônibus, a caminho de Santa Rosa. Ainda no Centro, o motorista do ônibus em que eu estava brincava com outro motorista que dirigia o veículo ao lado dizendo que ele fazia parte de uma facção rival, sendo respondido por risadas da outra parte. Como poderá ser visto, a presença das facções naquele território é um dos elementos fundamentais para a compreensão das dinâmicas sociais lá presentes.

Já em Santa Rosa mais uma vez o motorista fazia alusão à periculosidade do lugar dizendo que quem mandava ali era o crime. Os ônibus circulam com relativa liberdade dentro dos bairros, porém fui informada de que o trajeto do ônibus Santa Rosa já havia sido alterado há algum tempo em razão da presença do tráfico impedindo que os ônibus seguissem até o final da Rua Vinte e Quatro de Junho, passando a parar no supermercado na esquina da rua⁶².

Desci do ônibus e caminhei até o local do evento e vi que ainda não havia começado. A foto que abre essa seção foi tirada logo nos primeiros momentos de minha chegada, em que haviam poucas pessoas. Tirar fotografias sempre me gerou apreensão e receio em Santa Rosa, por isso, sempre evitei a prática.

⁶¹Analiso essas expressões como sinais de *feedback* conforme aponta Bourdieu. Segundo ele, os “sim”, “ah bom”, “certo”, “oh!” e também os acenos de cabeça aprovadores, os sorrisos e todas as *informations receipts*, sinais corporais ou verbais de atenção, de interesse, de aprovação, de incentivo, de agradecimento, são a condição de boa continuação de troca (a tal ponto que um momento de desatenção, de distração do olhar são em geral suficientes para causar uma espécie de embaraço para o pesquisado, e a fazê-lo perde o fio de sua entrevista); *colocados no momento certo*, eles atestam a participação intelectual e afetiva do pesquisador (BOURDIEU, *op.cit.*, p.697. l.Nota de rodapé. Grifos no original).

⁶² Entretanto, com a inauguração do Condomínio do MCMV, em 2016, atualmente há uma linha de ônibus que passou a adentrar a rua indo até a portaria do conjunto.

Sempre tive a certeza de que do mesmo modo que eu observava também era observada, o que me gerava algum incômodo. Neste sentido, acredito que como pesquisadora vivenciei experiência semelhante à narrada por Menezes (2015) durante a pesquisa para a produção de sua tese, em que, segundo a autora:

ainda que ninguém prestasse atenção no que eu estava fazendo e observasse com quem eu estava falando, eu me sentia vigiada durante meu trabalho de campo. E, com o passar do tempo pude perceber que isso não era uma paranoia ou “neurose” minha. Notei que estava apenas experimentando sensações semelhantes àquelas que os moradores experimentam ao viver em um território que é constantemente monitorado (...) (MENEZES, 2015, p. 27).

Exatamente as sensações que eu sentia estando no Parque Santa Rosa em todo período do trabalho de campo. Por isso, um cuidado adicional era sempre quem se tornaria um interlocutor e quais os momentos apropriados para as interações a fim de evitar o que a autora chama de “contaminação”, pois considerando a característica da região de estudo, marcada pela rivalidade entre grupos facciosos, ser vista com fulano ou sicrano poderia inviabilizar a pesquisa, ou até me colocar pessoalmente em perigo. Assim, esses pontos ajudam a explicar as escolhas metodológicas que foram expostas na introdução desta tese.

Na festa, que começou por volta de 14h30min, houve passeios de trenzinho para as crianças e sorteios de brindes. Para uma festa pública não teve muita gente. Carros chegavam e saíam do local a todo momento, seguindo o fluxo rotineiro do lugar.

Chamou minha atenção um jovem negro, magro que passava constantemente em uma moto vermelha, sem se fixar em nenhum lugar. As pessoas que participam da festa eram majoritariamente negras, portanto, não foi a cor de sua tez que chamou a atenção, mas sim o fluxo contínuo que ele fazia nas quatro ruas que davam acesso à “Roda”.

Pessoas chegavam e saíam. A observação foi feita a certa distância no ponto de ônibus e vans. De lá eu prestava atenção em tudo que ocorria. Noutro momento, outro fato deteve a minha atenção que foi uma mãe que ao se referir ao seu filho que aparentava ter entre quatro ou cinco anos, uma criança parda e franzina, soltou um alto e sonoro palavrão (Caralho). Esse fato chamou a

atenção, mas não causou estranheza, pois, não destoava da forma como muitas mães corrigem seus filhos em Santa Rosa. Essa situação mereceu o meu registro porque interessava entender os modos da socialização das crianças daquela comunidade.

Em meio a músicas gospel, cervejas e conversas todos aguardavam o retorno do trenzinho que circulava pelas ruas do bairro e o momento do sorteio que começou por volta de 15hs. Carioca⁶³, um cobrador de van muito popular animava as pessoas. Esta foi a única vez que eu pude observar a utilização da praça com esse fim, além dos usos correntes já citados, incluindo o coreto e todos os seus outros espaços. Em regra, as pessoas ficam na praça aguardando ônibus ou van - conforme visto na figura 9 -, e, também é usada pelas evangelizadoras da Igreja Testemunhas de Jeová. Mas somente.

Nesta situação, houve um momento de tensão. Foi uma ocasião súbita em que observei que um garoto negro e franzino numa bicicleta e acompanhado por outros dois no mesmo meio de transporte chamou a atenção de outro jovem que estava com sua bicicleta bem perto de mim. Foi tudo muito rápido, ele gritou “O que você tá fazendo aqui?” falou com seus colegas e saíram todos em uma carreira atrás do garoto, que, pelo visto habitava outra zona daquela região marcada pelos conflitos entre as facções. Pelo que pude observar, a ação chamou atenção de mais algumas pessoas que estavam na praça, e que se esforçavam para ver melhor de outro ponto, diferente do meu. Não me senti a vontade para atravessar a rua. Logo em seguida os meninos voltaram sem demonstrar ter havido maiores consequências, mas continuaram “circulando” pelo local.

Após o sorteio dos brindes, o trenzinho faria um novo passeio para a finalização da festa, por volta de 17 h. Não fiquei até o final da festividade, no mesmo ponto em que estava embarquei em um ônibus e fui embora. Tive a curiosidade de olhar o jornal no dia seguinte para saber se havia alguma notícia ou ocorrência, não havia nada sobre Santa Rosa.

⁶³ Carioca era rapaz franzino, pardo, mas extremamente expansivo e gozador. Boa praça auxiliava os passageiros nas vans e tinha um método particular para atrair passageiros para o carro no qual trabalhava. Paulista foi assassinado em 31 de janeiro de 2016, um domingo, na Rua 10, no Parque Santa Rosa.

As situações públicas geravam muita tensão especialmente pela fala dos meus interlocutores que evitavam o espaço livre da rua. O que acabava por redundar em outra característica presente em Santa Rosa, a saber, o fato de que com exceção da ida à escola durante a semana, as igrejas são os espaços mais frequentados pelas pessoas, inclusive nos fins de semana.

Quase todos os entrevistados dessa pesquisa participavam de algum grupo religioso e a partir dele desenvolviam sua sociabilidade. Neste sentido, em Santa Rosa, como em muitos outros lugares a *religião se apresenta nas favelas como espaço de expressão de subjetividades, construídas a partir das experiências cotidianas e dos fragmentos da moral tradicional* (MESQUITA, 2012, p. 224).

Em Campos dos Goytacazes, o fenômeno é estudado por Mesquita que argumenta que a rápida expansão das igrejas evangélicas de Campos, e não somente destas, mas também de outras denominações religiosas nas áreas periféricas da cidade, constitui um fenômeno social que pode ser compreendido se considerarmos o contexto e o modo de vida de seus moradores e a relação que estabelecem com estas igrejas... (MESQUITA, 2009).

Em Santa Rosa, no que se refere às práticas religiosas encontrei cinco congregações de maior expressão, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), Comunidade Evangélica Presbiteriana, Igreja Batista de Santa Rosa, Igreja Católica N^a Sr^a de Fátima, Ministério Internacional Semeando Vidas. Ainda constatei muitas congregações menores que são criadas dentro das casas dos moradores e outros espaços aos quais na pesquisa de campo não se teve acesso. Registrei também a existência de dois terreiros de religião de matriz africana⁶⁴.

As igrejas são importantes espaços de sociabilidade no bairro, mesmo que apresentem características de uma sociabilidade fechada, pois, como visto, conta com poucas opções de cultura e lazer. Além das dificuldades de atrair a população ao espaço público em virtude das questões de (in) segurança que são claramente presentes na região, questões que entendo não são exclusividade

⁶⁴Nenhum dos entrevistados quis falar dos terreiros, mesmo quando perguntados. Registramos a existência de dois terreiros, ambos sem funcionamento. Um foi fechado há muito tempo, e outro a casa estava a venda pelo fato de seu líder e morador ter sido assassinado no início deste ano de 2017.

de Santa Rosa, mas sim uma das principais preocupações da sociedade brasileira como um todo.

Assim, as pessoas encontram nos espaços religiosos ações agregadoras produzindo laços e contextos para a interação entre seus membros. Mais uma vez, de acordo com Mesquita,

Os laços de parentesco, vizinhança, amizade e conhecimento concebidos como rede proximal se associam à rede de relações religiosas nas favelas, constituindo canais de fluxos de recursos materiais e simbólicos (IDEM, p. 225).

A “limpeza moral” (MACHADO DA SILVA; LEITE (2007)) que as igrejas realizam dentro das favelas permite a liberdade de trânsito entre os espaços interditados dos bairros, em função de uma “neutralidade” que a filiação religiosa cria em relação aos conflitos existente no território. Não é um “passe” irrestrito, pois, houve relatos de fiéis que mudaram para outras congregações em função do local de moradia, todavia, essa restrição dizia respeito aos perigos encontrados no trajeto casa-igreja.

Pessoalmente pude perceber a depuração que o capital simbólico pode realizar a partir da filiação a um grupo religioso. Cinco dos oito grupos de discussão promovidos com os moradores de Santa Rosa aconteceram nos espaços das igrejas. Por dois motivos, basicamente. Primeiro por conter uma estrutura (salas, cadeiras, reserva) para a adequada realização da atividade. Segundo, porque garantia um mínimo de segurança em relação às represálias que pudessem surgir de interpretações equivocadas sobre a pesquisa e que pudessem gerar problemas na sua condução.

Nestes espaços as pessoas também se sentiam seguras para falar e não apresentavam tantos receios como muitos interlocutores que foram acessados por outros meios. Interpretei esse ponto pelo caráter avalizador que a autorização dada pelo pastor ou pelo padre conferia ao trabalho, que neutralizava as desconfianças por eu ser uma pessoa de fora, e representar algum risco.

Uma experiência de sociabilidade II: notas de campo sobre a espera à porta da igreja

Em julho de 2016, uma terça-feira, realizei um dos grupos de discussão que foram previstos de acontecer nas instituições religiosas. Por uma falha na comunicação fiquei aguardando por mais de uma hora à porta da igreja.

Cerca de 30 minutos depois que estava ali, próximo às 19h parou à minha frente um carro visivelmente novo, na cor vermelha, modelo Novo Gol de onde um homem, acompanhado de outros dois jovens, me indagou sobre meu propósito de estar parada ali.

De dentro do carro, o motorista perguntou-me se eu buscava alguma coisa na igreja, eu disse que sim e ele retrucou perguntando se poderia saber o quê ao que respondi que fazia um trabalho com as crianças da igreja. Neste momento, o homem desceu do carro e pude ver que era um homem negro, alto e magro, com barba e usando um boné. Saiu do carro e caminhou em minha direção, não senti medo, pois o homem foi bem cortês. Fora do carro ele continuou conversando comigo e se aproximando cada vez mais. Quando dei por mim, o homem já estava bem perto de mim, quase que “enquadrada” por ele e seus parceiros.

Segundo ele, parou para falar comigo porque já havia passado em sentido contrário – em direção à Custodópolis – e tinha me visto ali parada, e voltando, agora em direção à Roda me avistou novamente. Portanto, queria saber se eu precisava de alguma coisa.

Agradei-lhe a gentileza da “preocupação” e ele me perguntou o horário que fazia o trabalho na igreja, respondi-lhe que às 19h. Neste momento o homem baixando a cabeça próximo à janela do carro perguntou ao seu carona, que me observava juntamente com outro jovem no banco traseiro, que horas eram naquele instante e ele disse que já ia dar 19h, olhei para o meu relógio e vi que faltavam cerca de dois minutos para o horário.

Naquele momento tive a certeza de que eram pessoas pertencentes ao “movimento” e que haviam sido alertadas de minha permanência ali, pois, não observei a passagem daquele carro por mim em nenhum momento. Disse-lhe que em breve teria alguém na igreja para me atender e o homem disse “se

precisar de alguma coisa...” sem completar a frase e caminhando para o carro. Respondi que se precisasse poderia procurar também o senhor Ângelo - um membro e zelador da igreja com quem fiz o primeiro contato para a realização do trabalho naquele espaço- apontando para a casa dele, e o homem apontando na mesma direção concordou. Despediu-se e foi embora.

Os fiéis que iam chegando se espantavam com minha permanência ali, especialmente uma mulher que de modo enfático disse que ficaria somente alguns minutos e depois iria embora, pois não tinha coragem de ficar ali parada na porta da igreja. Falava isso e, gesticulando e brincando, disse que entraria na igreja mesmo que fosse pulando o portão e foi se aproximando de mim. Contou-me que certa feita ela e um grupo de mulheres aguardavam a abertura da igreja como estávamos fazendo naquele momento, e na esquina bem próxima, apontando para a esquina de um bar, começou um tiroteio que causou pânico em todas, pois não havia para onde correr. Segundo ela, na época o comércio ao redor da igreja não existia, e não havia para onde correr. Fato interessante é que eu já estava observando as “rotas de fuga” caso acontecesse alguma intercorrência, e o comércio próximo seria o melhor refúgio.

Essa experiência serviu para me colocar em contato com a vida e a sociabilidade que se exprimem em Santa Rosa. A leitura do momento foi a de que a igreja serviu como um salvo conduto importante para minha “imunidade” em face do fato de ser uma estranha naquele território.

Embora ciente de que as pessoas do bairro já sabiam do trabalho que realizava ali por meio do monitoramento constante, já citado aqui, precisavam me confrontar para saberem os meus propósitos. No início dos trabalhos até pensei em buscar o “chefe do local” e informá-lo da proposta a fim de que não tivesse problemas no decurso da pesquisa. Entretanto, conforme já apontado, dadas as características do território marcado pela disputa entre os grupos de facções optei por uma publicidade informal por meio dos indivíduos “limpos”, pois, sabia que os rumores e boatos (MENEZES, *op.cit*) dariam conta de tornarem público o estudo em curso.

Além disso, considerando os contextos de interação produzidos em Santa Rosa, importante registrar que os grupos de discussão realizados nas instituições religiosas bem como nas escolas foram momentos particularmente

ricos para acessar parte do universo de representações e modos de viver das pessoas que habitam aquele aglomerado.

Por fim, neste capítulo busquei registrar um pouco da história daquela configuração que é integrada por agentes diversos em suas histórias pessoais, mas semelhantes nas experiências sociais que vivenciam no decurso ordinário da vida em Santa Rosa. Que têm suas práticas influenciadas e afetadas pelos problemas característicos de inúmeros subúrbios e bairros operários, assim como pela ação dos agentes externos, como o Estado e os mecanismos do mercado, ou internos como as redes de criminalidade. Por isso, no próximo capítulo focalizo os desdobramentos de uma política pública implementada naquela localidade e que influencia a sociabilidade de seus moradores, a saber: o Programa Morar Feliz.

CAPÍTULO 3. SOBRE HABITAR E CONVIVER: UMA VISÃO GERAL DO “PROGRAMA MORAR FELIZ” SOB A ÓTICA DE SEUS OPERADORES E BENEFICIÁRIOS

No capítulo anterior dediquei minha atenção em reconstruir a história de Santa Rosa a fim de situar o leitor sobre o campo onde se realizou o estudo. Viu-se que na ausência de dados oficiais essa reconstituição foi feita a partir dos relatos de meus interlocutores cotejados com trabalhos acadêmicos produzidos sobre a região

As memórias relatadas produziram uma narrativa de um bairro que foi construído a partir de relações comunitárias baseadas na amizade e solidariedade, deixando ausentes os conflitos que são inerentes à interação. O que é perfeitamente compreensível pois, sob o prisma das relações de proximidade, os moradores podem descrever os acontecimentos que ali vivem enfatizando que seus lugares de moradia teriam para eles uma densidade afetiva própria, ligada a suas experiências de vida (BIRMAN, 2008, p. 110).

Entretanto, a um trabalho de ciências sociais cabe sempre a função de explicitação das controvérsias presentes na vida social. Assim, em Santa Rosa por uma perspectiva meramente histórica muitos dos conflitos ficaram sob a proteção da seletividade dos interlocutores me cabendo, portanto, verificar e analisar os conflitos comunitários existentes no momento da realização desta pesquisa. Que foram observados de forma mais patente na configuração *moradores do bairro vs. moradores das casinhas*.

Como esclarece Elias, dizer que os indivíduos existem em configuração significa considerar que o ponto de partida de toda investigação sociológica é uma pluralidade de indivíduos, os quais, de um modo ou de outro, são interdependentes (ELIAS, *op.cit.*, p.184). E, como já venho argumentando, minha configuração é composta por um conjunto de pessoas que habita uma região complexa em tamanho e situações sociais, atuando em mútua interdependência.

Interdependência que se expressa nas relações comunitárias baseadas na solidariedade ou no conflito grupal, e que corroboram a perspectiva de que *as comunidades e bairros são um tipo específico de configuração* (idem).

Portanto, neste estudo analiso a configuração *estabelecido-outsiders* em Santa Rosa a partir do binômio relacional formado pelas relações de interdependência entre as pessoas que não moram nos conjuntos habitacionais, que eu estou chamando de “moradores do bairro”, e, os beneficiários do programa habitacional da prefeitura “Morar Feliz”, a quem denominam de “moradores das casinhas”, e que assumo neste trabalho.

O discurso corrente sobre a vida em Santa Rosa se estrutura na acusação de que a implantação dos conjuntos habitacionais na região acarretou na deterioração das condições de vida dos moradores do bairro Santa Rosa e adjacências, especialmente, no que se refere à violência e criminalidade. Mesmo sendo de conhecimento de todos que as representações sobre a vida em Guarus, de um modo geral, sempre foram permeadas por estigmas e preconceitos.

Antes de discutir propriamente essas questões que são o cerne do meu trabalho, e se desdobrará neste e no próximo capítulo, compete, primeiramente, que o leitor seja situado no contexto mais amplo da política a fim de compreender como a ação do Estado interfere na dinâmica da vida social. Por isso, apresentarei aqui, de modo geral, os principais aspectos do Programa Morar Feliz (PMF) como uma política pública de habitação para que possamos compreender como ela influenciou na sociabilidade local. Vamos lá.

As “casinhas” foi a forma como ficaram popularmente conhecidas as unidades habitacionais do “Programa Morar Feliz” (PMF), o programa municipal de habitação popular de Campos dos Goytacazes, iniciado no ano de 2009⁶⁵. O “Morar feliz” foi peculiar tanto em sua dimensão quantitativa – ao propor a construção de 10 mil unidades - quanto na sua gestão– ele foi o único programa de habitação popular executado exclusivamente com recursos da prefeitura.

Considerando a ampla e relevante produção acadêmica sobre o PMF não constam dos meus propósitos a análise do programa como política habitacional, mas sim registrar como ela se relaciona com os processos sociativos desenvolvidos na região do estudo. Isso porque o subdistrito de Guarus

⁶⁵ Dada a sua importância em seus múltiplos aspectos o PMF já foi objeto de relevantes trabalhos acadêmicos (ARRUDA,2009; 2014; OLIVEIRA, PEDLOWSKI e ALMEIDA (2009); OLIVEIRA E PEDLOWSKI, 2012; DUTRA, 2015; MENDES, GOMES e SIQUEIRA, 2014) os quais serviram de fonte e referência para meus estudos e análises e tornaram desnecessário um aprofundamento sobre os pormenores do planejamento e execução da política.

concentra o maior número de conjuntos edificados pelo programa, treze (13) no total. Dentre os quais, quatro estão nos limites do Santa Rosa⁶⁶, além de um condomínio do programa federal Minha Casa Minha Vida⁶⁷. A figura abaixo ilustra bem a espacialidade dos condomínios de ambos os programas na localidade do Parque Santa Rosa.

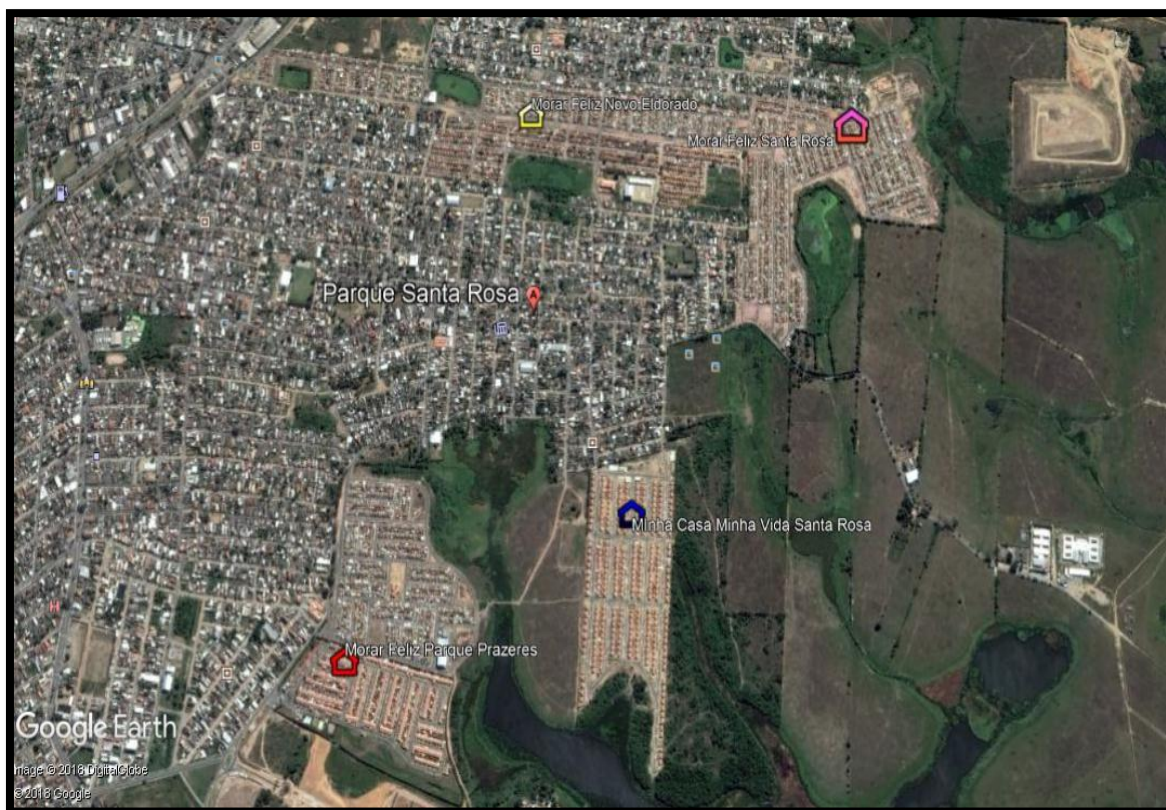


Figura 12: Espacialidade dos conjuntos habitacionais em Santa Rosa. Adaptação Google Earth, 2017.

A implantação dos conjuntos trouxe não somente impactos demográficos ao elevar o quantitativo de pessoas na região⁶⁸, como também mudanças sociais, ao transformar as redes comunitárias e de vizinhança que não se configuraram somente por relações colaborativas, mas também por relações de conflitos, preconceitos e estigmatizações.

⁶⁶ São eles: Parque Santa Clara, Santa Rosa, Eldorado (Novo Eldorado) e Parque Prazeres (I e II).

⁶⁷ O Programa Minha Casa Minha Vida é desenvolvido em convênio com o governo federal, através da Caixa Econômica, que custeia a construção das casas e o município é responsável pelo cadastro. São três critérios federais para priorizar os beneficiários: mulheres chefes de família, famílias residindo em áreas de risco e famílias com pessoas com deficiência. “O município pode criar outros critérios de prioridade para a seleção dos interessados. Conforme a renda, a família beneficiada paga mensalmente, durante 12 anos, de R\$ 25 a R\$ 80.

⁶⁸ Foram entregues em Santa Rosa 598 casas e em Eldorado 1424 – (Eldorado I: 348; Eldorado II: 938; Eldorado III: 140). Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social, 2016.

Por este viés, tentarei dialogar com a questão deixada por Arruda (*op.cit.*) em seu trabalho ao falar sobre a expressão “*casinha*”. Para a autora:

Cumpra questionar até que ponto este termo – *casinha*-, expressado no diminutivo, refere-se apenas ao tamanho das casas, ou pode implicar um aspecto pejorativo em relação a este local, que está sendo incorporado nas descrições relativas à estes espaços e seus residentes. Em que pese maior aprofundamento, ser morador de “*casinha*” parece significar um processo de diferenciação destes habitantes do restante da cidade e do bairro ao qual se localizam, não pela valorização de uma população assistida pelo poder público, mas ao contrário, porque assistida denotaria carente, desvalorizada e estigmatizada (ARRUDA, *op. Cit.*, p.226).

Assim, neste diálogo parto de algumas hipóteses para dar curso a esse debate. Elas serão expostas ao longo de todo o meu trabalho tendo como intuito discutir como estas questões afetam a sociabilidade local, especificamente, no contexto de Santa Rosa.

A política municipal de habitação popular: o Programa “Morar Feliz”

O Programa Morar Feliz (PMF) foi instituído pelo Decreto Municipal nº 055/2011. Ele foi gerido autonomamente pelo município com os recursos obtidos com o pagamento de *royalties* e participações especiais pela exploração petrolífera na Bacia de Campos⁶⁹, não havendo convênios ou parceria do município com outras esferas do governo (DUTRA, 2015, p. 82).

A afluência financeira trazida à cidade pela exploração do petróleo lhe permitiu autonomia e independência na gestão de políticas públicas não somente no campo da habitação, mas também em diversas outras políticas, tanto no âmbito estadual quanto federal. De acordo com Vargas (*et. al.*, 2016):

Pode-se dizer que as “*inovações*” nas políticas públicas foram uma marca do município. Na área da saúde a “*independência*” às políticas federais ficou evidente. (...) Na esteira da autossuficiência em relação aos programas de saúde, outras políticas seguiram o mesmo caminho “*autônomo e particularizado*”. Este formato de condução da política respaldado pelo colchão dos *royalties* se materializou em outros segmentos. Na área da assistência social, o município criou o “*Cheque Cidadão Municipal*”, que em alguma medida se assemelha programa

⁶⁹ Segundo o relatório de Finanças dos municípios fluminenses Campos dos Goytacazes recebeu em 2013, 30% dos *royalties* e participações especiais destinados a estes municípios, perfazendo um total R\$1,3 bi, e sua receita representa um grau de 55,9% de dependência em relação a esses recursos. (FONTE: O DIA, 11/03/2015).

federal Bolsa Família. No setor de habitação, o “Programa Morar Feliz” iniciado em 2010, foi implantado no município a despeito da redundância com o “Programa Minha Casa Minha Vida”, do governo federal (VARGAS, CAMPOS, VARGAS, 2016).

De modo particular, o PMF foi uma ação de grande destaque e centralidade no cenário político local sendo estandardizada como o maior programa habitacional de âmbito municipal desenvolvido no país⁷⁰, e rendendo importantes dividendos políticos à sua implementadora, a ex-prefeita da cidade Rosângela Assed Mateus, a Rosinha Garotinho.

O “Morar Feliz” implementado no município de Campos, não foi uma novidade. Ao contrário, ele foi inspirado no programa estadual de habitação popular, de nome similar, o “Morar Feliz por 1 real” (ARRUDA, p.116), que também foi desenvolvido por Rosinha nos anos de 2003-2007, período em que ela foi governadora do estado do Rio de Janeiro.

Ressalte-se que essa política veio dar continuidade a outras políticas habitacionais já desenvolvidas no município em períodos anteriores, como por exemplo, o “Pode entrar que a casa é sua”, o Vale-Construção, SOS Habitação e Cada Família tem um lote⁷¹. Em Campos, o PMF teve por meta construir 10 mil unidades habitacionais cujo objetivo seria permitir a inclusão à cidade de uma parcela da população de baixa renda que vivia às margens de rodovias e área de risco social e geológico.

Nos anos 2011 e 2012 foram construídas 5.426 casas populares em catorze conjuntos habitacionais, situados em dez bairros da cidade (DUTRA, p.90)⁷². Segundo a autora, o PMF não realizava financiamentos, e, sim custeava integralmente a casa ao beneficiário.

O decreto que o instituiu indica que ele foi destinado a famílias de baixa renda que residiam no município de Campos dos Goytacazes há pelo menos 5 anos e que estivessem previamente cadastradas junto à Secretaria Municipal de Família e Assistência Social, atual Secretaria Municipal de Desenvolvimento

⁷⁰Sua importância lhe garantiu o prêmio Selo de Mérito 2013, concedido pela Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação (ABC), na categoria Relevância Social e Grande Impacto Regional. In: Revista Brasileira de Habitação, Ano 5, nº 6, Agosto de 2013. Acesso online: https://issuu.com/associacaocohabs/docs/revista_abc-cohab_ed6_v036.

⁷¹ Sobre uma análise detalhada das políticas habitacionais desenvolvidas em Campos dos Goytacazes ver PÓVOA, 2007.

⁷²São eles: Tapera, Travessão, Parque Aldeia, Parque Prazeres, Lagoa das Pedras, Eldorado, Santa Rosa, Jockey, Penha e Parque Esplanada.

Humano e Social (SMDHS). O decreto também estabeleceu como critérios para contemplação no programa que essas famílias estivessem/fossem:

- I- Ocupando moradias irregulares em áreas de risco devidamente comprovadas por laudo emitido pela Defesa Civil Municipal;
- II- Vulneráveis socialmente, devidamente comprovadas através de relatório socioassistencial emitido por técnico da Secretaria Municipal da Família e Assistência Social;
- III- Oriundas do Programa SOS Habitação e que não tiveram seus imóveis recuperados, após devida análise socioassistencial feita por um técnico da Secretaria Municipal da Família e Assistência Social (DOM- PMCG, Decreto055/2011, art. 3º)⁷³.

Quanto a titularidade do imóvel, Dutra esclarece que foi firmada entre a prefeitura e o morador, no ato da entrega das casas, com a assinatura de um “Termo de Permissão de Uso” e também de um “Termo de Negativa de Imóvel”, quando o morador afirmava não possuir outro imóvel em seu nome. O morador adquiria um comprovante de recebimento do imóvel no dia da entrega da casa. (DUTRA, *op. cit.* p.100).

O “Morar Feliz”, no que tange a seus aspectos quantitativos, foi um programa robusto dado a quantidade de unidades prometidas - dez mil - das quais cerca de seis mil foram entregues. São casas geminadas de 43m², com quatro cômodos cada uma (sala, cozinha, dois dormitórios, um banheiro e uma pequena área de serviço). Além disso, obedecendo aos critérios de acessibilidades dez por cento de suas unidades foram adaptadas para portadores de necessidades especiais. Constam dos anexos algumas fotos dos aspectos estruturais das casas retirados do site da empreiteira que as construiu, a Odebrecht⁷⁴.

Indiscutivelmente, o PMF trouxe melhorias estruturais para a moradia de muitos de seus beneficiários que viviam em condições precárias de habitação ou em situações de risco geológico. Por meio do programa eles tiveram acesso a saneamento básico, energia elétrica, calçamento etc; ou foram retirados das margens de rodovias ou de lugares alagadiços.

⁷³ Vide Arruda (*op. cit.*) p. 116.

⁷⁴ O Programa Morar Feliz foi citado em uma das delações obtidas na operação Lava-Jato, a investigação da Polícia Federal na qual a referido empreiteira tornou-se ré por irregularidades em obras públicas. Segundo a notícia o conjunto em Campos não foi concluído, mas a empresa recebeu. Fonte: O GLOBO. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/construidas-pela-odebrecht-casas-ligadas-garotinho-nao-tem-porta-telhado-janela>. Acesso em 28/12/2017.

Entretanto, quando analisado em termos qualitativos tem-se que o programa apresentou como principais problemas o fato de seus condomínios serem construídos longe dos centros e quase sempre em bairros marcados pela carência de serviços e equipamentos urbanos (AZEVEDO, *et al*, 2013, p. 6), a despeito de inúmeros estudos e diagnósticos já produzidos acerca da questão e que apontavam para os mesmos problemas.

De acordo com Arruda (*op.cit*):

Nenhum projeto anterior possuía um caráter quantitativo tão expressivo como o caso do Morar Feliz, mas todos apresentam como característica estes moldes: edificação de conjuntos populares em áreas destacadas da cidade, com sérios problemas no acesso a equipamentos e serviços públicos, geralmente acometidos pela criminalidade (p.222).

Sem arborização, áreas de lazer, equipamentos culturais etc. muitos dos condomínios construídos atuam como reforçadores de segregação dadas as dificuldades de inserção de seus moradores na dinâmica da cidade num sentido mais amplo, contrariando assim uma de suas premissas que *era permitir a inclusão à cidade de uma parcela da população de baixa renda que vivia às margens de rodovias e área de risco social e geológico.*

Por isso, Silva (2017) em sua análise sobre as condições de vida dos moradores do “Morar Feliz” em uma das localidades de Campos argumenta que *ao retirar das famílias a possibilidade de acesso aos bens produzidos na cidade, o poder público segrega a população e ao fazê-lo, restringe sua dignidade*⁷⁵.

Dignidade, e acréscimo, cidadania, porque em sentido amplo o direito à cidade aponta para a capacidade de vocalizar interesses, propor ou criticar medidas e, no limite, disputar o que deve ser feito para suprir carências, diminuir desigualdades ou mesmo ampliar as possibilidades de se alcançar padrões de uma vida digna (FRIDMAN, *op.cit*, p.80). Isso implica no pleno exercício da cidadania.

Por sua vez, Arruda também chama atenção para outro aspecto problemático relacionado ao PMF, que foi o fato de que os projetos habitacionais foram imbuídos de uma proposta civilizatória, visando à ordenação, à

⁷⁵Artigo publicado no folhetim *online* Folha 1, na coluna Opiniões sob o título Justiça e Ironia: Morar Feliz: um guetto dentro da cidade. Disponível em <http://opinioes.folha1.com.br/2017/05/19/luciane-silva-justica-e-ironia-morar-feliz-um-guetto-dentro-da-cidade>. Acesso em 08/01/2017.

homogeneização e à moralização das populações assistidas (ARRUDA, *op.cit.*, p.155).

Ou seja, de acordo com a autora, a proposta “civilizatória” da política habitacional acreditava que, mediante o acesso à casa legalizada e projetada, o “assistido” deveria ser ensinado a mudar de vida, de hábitos, de costumes. O que era tentado por meio de palestras educativas produzidas pela equipe técnica do programa.

Com isso, concluiu Arruda, as palestras e reuniões promovidas eram baseadas na difusão de padrões de comportamentos e valores culturais “civilizadores”, buscando formar “cidadãos”, com prioridade à ordem, à organização e ao respeito às normas, - e que - estes momentos não foram pautados na conscientização de direitos, mas na transmissão de “palestras educativas”. (ARRUDA, *op. cit.*, p. 178)⁷⁶.

É possível pensar também, como afirma Birman (2008), que as políticas de governo em curso frequentemente justificam seus projetos como intervenções de caráter civilizatório que teriam o objetivo de promover uma integração à cidadania. Enfatiza-se assim a necessidade de uma mudança de valores para garantir aos favelados o acesso à cidadania (BIRMAN, 2008, p. 110)

De minha parte, analiso que este aspecto do programa traduz algumas das representações que se construiu, já na sua elaboração, sobre o público atendido. Ou seja, de pessoas cuja sociabilidade urbana deveria ser ensinada tendo em vista as condições de que eram oriundas. Além, de sua característica eminentemente populista observada nos incipientes esforços no sentido de esclarecer que o recebimento das casas era um direito de cidadania garantido constitucionalmente, e não uma benesse da prefeitura.

Formalmente, o trabalho de acompanhamento nos conjuntos foi realizado essencialmente por um personagem que ficou conhecido como “síndico social”. Estes foram pessoas, via de regra moradoras da localidade, contratadas pela prefeitura por meio da indicação de lideranças locais para desenvolverem o monitoramento e fiscalização da utilização dos imóveis.

O que em minha análise significou uma *estratégia de cooptação dos moradores com trânsito e capacidade de liderança na localidade* (LEITE, 2008,

⁷⁶ Reforçando essa proposta foi produzida uma cartilha para pautar a ação dos síndicos sociais

p. 133), e não um mecanismo de participação e controle social da política pública. A mesma dinâmica que se observa na atuação de outras figuras políticas que foram encontradas em Santa Rosa, os supervisores de bairro.

Com uma seleção simples foi exigido como requisito que o síndico social fosse uma *pessoa que já convivesse, já conhecesse também a localidade*. Deveriam ser *pessoas comunicativas que conheçam o bairro, conheçam algumas pessoas dali para poder fazer essa integração deles, os novos chegando com os que já estavam*. (Coordenadora dos síndicos sociais do Morar Feliz, julho de 2016).

De acordo com minha entrevistada, aos síndicos sociais cabiam que:

(...) todos os dias visitassem o condomínio trabalhando essa questão de como aquelas pessoas iam viver naquele ambiente. O cuidado com a limpeza no quintal, a conservação da casa, com a economia de luz, para que eles não vendessem a casa porque é uma concessão que a Prefeitura deu, então tem um tempo, tem um contrato que não pode vender, não pode alugar, não pode emprestar, então tinha toda essa consciência. Na verdade, o síndico estava ali para conscientiza-los que aquele era um espaço onde eles tinham que ter uma convivência saudável e que eles conservassem aquilo, que eles cuidassem daquela casa (...) que eles tivessem consciência que aquela casa era uma casa para eles, que era um lar, que eles tinham que estar com todo o cuidado, como nós temos com a nossa casa. Até porque a cultura que eles tinham de morar em comunidade era diferente. Então, foi assim, aí o trabalho do síndico foi esse, para que eles conservassem, para que eles tivessem todo esse cuidado mesmo, interagir... (...) (Idem).

Destaco este ponto por fazer referência a um assunto sensível da política, ou seja, a formação de sua equipe técnica e as características do trabalho realizado junto à população assistida que como já venho refletindo pautou-se essencialmente num trabalho de normalização das condutas, e bem menos num processo de formação de uma consciência cidadã.

Dutra aponta que para o programa foram contratados aproximadamente cem profissionais por meio de indicação política, entre Assessores Técnicos e Agentes Sociais, sendo que apesar da divisão, todos ficaram popularmente conhecidos como “síndicos”. O trabalho visava o acompanhamento do conjunto por meio dos síndicos, que seriam uma “ponte” entre a prefeitura e os moradores. As atividades foram iniciadas em 2012 e neste mesmo ano foi interrompido devido à irregularidade das contratações (DUTRA, *op.cit*, p. 99).

De um modo geral, os síndicos sociais exerceram a função de registrar questões colocadas pelos moradores e também observavam inconformidades nos conjuntos, que, como afirmou Dutra, ao estabelecer uma relação de troca, este mesmo “agente” tinha a função de “vigiar” as irregularidades e levar ao conhecimento da prefeitura para que fosse feita a averiguação (...) (*op.cit.*, p. 148).

A autonomia financeira da prefeitura não somente permitiu a visibilidade política do poder local, mas também liberou o município das burocracias relativas aos processos de convênios com outros entes da federação. Isso redundou, em alguma medida, na adoção de critérios não necessariamente técnicos na execução da política, como, por exemplo, a definição de seus gestores. No próximo tópico, analiso esta e outras questões a partir da perspectiva da equipe técnica do programa no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS).

A política no nível da rua: notas sobre a visão da equipe técnica sobre a execução do “Programa Morar Feliz”

Há uma vasta literatura para tratar do que na sociologia ficou conhecido por burocracia de nível de rua (LIPSKY, 1980)⁷⁷, ou seja, da ação dos operadores das políticas públicas *strictu sensu*. Essa perspectiva teórica denota a importância vital que é a análise das práticas dos agentes responsáveis pela implementação e execução de uma política pública no que respeita ao atendimento de seus objetivos.

Reitero que não é meu objetivo analisar os processos de implementação do PMF ou os processos discricionários envolvidos na ação dos “burocratas de nível de rua” da forma como normalmente é utilizada essa abordagem. Mas, sim, entender os contornos da política que possivelmente influenciaram no seu desenvolvimento, e como isto pode reverberar nas representações sobre a comunidade de Santa Rosa. Isto porque *o cotidiano dos burocratas de nível de*

⁷⁷Para Lipsky, em *Street-level-bureaucracy* (1980), os burocratas de rua são funcionários que trabalham diretamente no contato com os usuários dos serviços públicos, como, por exemplo, policiais, professores, profissionais de saúde, entre outros

rua é marcado por uma série de interações que realizam com os sistemas político, institucional, organizacional e comunitário inerentes à sua profissão. Esses sistemas, por sua vez, impactam e influenciam sua capacidade de ação (LOTTA, 2012).

Por isso, neste tópico analiso o material produzido junto à equipe implementadora do Programa Morar Feliz, no âmbito da SMDHS, no período de realização da pesquisa. Ele me ajuda a compreender não somente as nuances da execução da política, mas também as representações dos seus operadores sobre a região pesquisada.

O primeiro contato com a equipe se deu por meio de seu coordenador, uma pessoa conhecida mais por seu apelido do que por seu nome, a quem chamarei de Zito. Cheguei a ele depois de uma conversa com uma conhecida que atuava na Superintendência de Paz e Defesa Social. Ele era um funcionário da prefeitura, atuante na SMDHS e tinha uma boa articulação com a Superintendência. Sua função era a de uma espécie de coordenador geral da área de habitação na secretaria e foi muito solícito às minhas demandas.

Também contribuíram com o trabalho outras três assistentes sociais da SMDHS, indicadas por Zito, com quem estive por dois momentos, especialmente, a pessoa de Rosana.

Logo no primeiro contato minhas interlocutoras ficaram espantadas com a escolha do meu campo de pesquisa pelo fato de eu não ser da localidade de Santa Rosa, ou seja, por ter escolhido os conjuntos com mais problemas em termos de segurança sem ser pertencente ao lugar. Mas acharam minha proposta interessante. Logo lhes informei que pensava em realizar um trabalho etnográfico, e, por isso, pensava em alugar uma casa na região. De início já me deixaram a par de que muitas famílias buscavam a troca de imóveis em razão da violência na região de Santa Rosa, e quando essas famílias não conseguiam às vezes abandonavam o imóvel que era ocupado pela criminalidade local. Também me científicaram sobre as divisões das facções lá existentes, embora não tivessem com clareza a informação sobre os domínios de cada uma delas.

Segundo me relataram, dada a grande quantidade de queixas, a equipe psicossocial passou a tratar especificamente sobre o tema da violência, registrando as informações em livro específico, e produzindo relatórios sobre os casos de abandono ou expulsão que foram entregues ao secretário. Não tive

acesso aos relatórios e tampouco tive ciência de ações efetivas tomadas pelo secretário no sentido de tratar do problema, mas pelo que pude perceber os registros narravam as situações de expulsão ou abandono das casas, relatando as situações de forma particularizada.

Noutro encontro, três meses depois, fui inquirida por minhas interlocutoras sobre meu propósito de residir por uma temporada na localidade alertando-me para o período de conflitos na região. Na noite anterior ocorrera o assassinato de um policial militar no bairro Bandeirantes - já narrado na introdução deste trabalho. Informei-as de que sabia do evento, desde o momento de sua ocorrência, pois, dava aulas na escola do bairro e já havia tomado ciência por meio dos meus alunos.

Ademais, também relatei que havia abandonado a ideia de ir morar lá, não por temor, mas, por questões financeiras e metodológicas. O aluguel das casas do entorno estavam um pouco acima do que eu podia pagar e a única *casinha* que achei, primeiramente me seria alugada, mas quando procurei a dona novamente seu desejo havia mudado e agora seria posta à venda.

No entanto, a procura pela residência me colocou em contato com vários interlocutores o que tornou desnecessária minha fixação na região. Além do fato, conforme já assinalado na introdução deste trabalho, de que a dinâmica do lugar poderia me dificultar acesso a informações e circulação. Uma prevenção que inclusive foi assinalada por uma das assistentes sociais. Segundo ela eu poderia ser abordada pelo fato de ser um rosto novo e estar fazendo perguntas, disse que não fariam nada comigo, mas que com certeza eu seria abordada.

No início da conversa solicitei a permissão para utilização do gravador, e fui alertada por Rosana de que grande parte das coisas ditas não poderiam sequer ser escritas, menos ainda gravadas. Ressaltou que muitas coisas que pensavam sobre a política não poderiam ser ditas. Afirmaram que estavam me atendendo em respeito a mim e por considerar a importância do trabalho. O fato das colegas de Rosana serem contratadas restringia-lhes ainda mais a possibilidade de tecer comentários e críticas, e mesmo Rosana sendo estatutária passava por alguns constrangimentos devido ao caráter político que se revestia a escolha das pessoas para ocupação dos cargos na prefeitura.

Esse fato associado aos receios das entrevistadas, fez com que a entrevista tivesse um tom mais de conversa. Mas não creio que tenha sido um

problema, pois, por não ser gravada falaram livremente emitindo comentários que dificilmente fariam caso tivessem autorizado a gravação.

Este é um ponto bastante relevante quando lidamos com os operadores de políticas públicas, pois, quase sempre têm um ponto de vista crítico acerca da elaboração ou implementação da mesma, no entanto, como funcionários e representantes do poder público suas críticas são feitas de forma sub-reptícia, traduzidas normalmente em suas práticas no momento da execução da ação a partir de sua discricionariedade⁷⁸. E, onde existe a discricionariedade estão presentes os valores e referências individuais, que se tornam tão importantes quanto os valores das instituições (Meier e O'Toole, 2006).

Esclareci às técnicas que por já haver considerável produção sobre os aspectos formais do projeto minha proposta visava captar as percepções dos operadores sobre a política. E foi este o tom impresso na conversa.

Assim, acatei a solicitação de não ligar o gravador, promovendo uma conversa com a escuta atenta do que me diziam e tendo o cuidado de observar e registrar os pontos mais importantes. A conversa foi dominada por Rosana que disse estar há bastante tempo lá, sem revelar claramente há quanto.

Começou sua crítica pelo coordenador da pasta, Zito, que, segundo ela, não tinha qualificação para o cargo por ser motorista, o que inviabilizava a tomada de ações estratégicas para a política, como por exemplo, reuniões de planejamento. Para minhas interlocutoras, o referido coordenador preocupava-se somente com a execução, ou seja, do assentamento das pessoas, a despeito dos meios para isso.

Observei como ficavam descontentes com ações que caracterizaram como “políticas” em detrimento de decisões técnicas em razão de serem coordenadas por um *leigo*. Não ilustraram situações em que os conflitos apareceram, mas queixaram-se do “tamanho stress e cansaço mental” com o qual lidavam no trabalho por conta da situação.

Um fato ilustra como era um ponto importante a preocupação de Zito com as consequências políticas de uma ação. Foi no meu primeiro contato com ele, quando solicitei que me ajudasse a falar com algum síndico social a fim de que facilitassem minha entrada nos conjuntos da região do Parque Santa Rosa. Esta

⁷⁸ A discricionariedade diz respeito à liberdade de ação administrativa e poder de decisão, dentro dos limites da lei, diante de um fato concreto.

solicitação não foi atendida sob a justificativa de Zito de que por terem sido exonerados, os síndicos sociais poderiam me passar informações erradas. A despeito de minha insistência não consegui o contato.

Este fato também veio corroborar a afirmação sobre a forma abrupta com que esses agentes deixaram de fazer parte do PMF, o que provavelmente pode ter gerado muitos descontentamentos. Na entrevista Rosana me esclareceu que tudo se deu em virtude de um desentendimento entre a secretária e a subsecretária, motivo pelo qual o projeto de “síndicos sociais” não teve continuidade.

Voltando às assistentes sociais. Na entrevista, começaram por falar da questão mais evidente quando se aborda a comunidade de Santa Rosa, a saber: o tráfico de drogas. Na conversa elas pontuaram que em todas as regiões da cidade havia a presença do tráfico, mas nada se comparava à região de Santa Rosa, pois lá houve a mistura de facções. Conforme já observado, a questão era tão importante na região que passou a ser olhada com mais cuidado, por meio do registro rigoroso das queixas e expulsões.

Essa era uma questão que trazia preocupações à equipe como um todo, mas sobre a qual poderiam fazer pouca coisa tendo em vista que era uma questão de segurança pública.

Infelizmente, existem condomínios que foram invadidos pelo tráfico e pessoas que colocam um para fora, mas isso não cabe à Prefeitura, a gente até sinaliza, mas cabe ao estado, a polícia que tem que entrar porque a gente não pode, como que a gente vai bater de frente com os traficantes? A gente tentou, deu apoio, infelizmente existem casos complicados (...) Para além da secretaria porque o que a gente pode fazer foi feito (Supervisora da equipe de síndicos sociais, julho de 2016).

As interlocutoras afirmaram que embora a tráfico de drogas estivesse presente em outras localidades⁷⁹, noutros conjuntos as situações de conflitos eram quase que insignificantes quando comparados à região de Santa Rosa porque neles cada facção tinha o seu espaço e isso foi respeitado. Voltarei à questão da espacialização das facções no quinto capítulo.

Em Eldorado, bairro pertencente ao aglomerado de Santa Rosa, como foi um dos primeiros conjuntos a serem implantados essa espacialização não foi

⁷⁹ As entrevistadas citaram no Fundão, Cidade Luz e Parque Aldeia, também localizados em Guarus.

observada, o que acabou por constituir a região num verdadeiro “caldeirão”. Segundo as entrevistadas, o primeiro coordenador da pasta, veio de uma cidade maior e tentou implantar um novo modelo de gestão para a política habitacional, mas não deu certo resultando no que se vê. Dando a entender que o mesmo desconhecia a realidade campista, e o senso de urgência fez com que ignorasse - ou negligenciasse – às especificidades da cidade.

A urgência se deu em assentar, especialmente, as pessoas desabrigadas vítimas das chuvas de 2007 donde optou-se por sua remoção e assentamento. Portanto, o projeto de como minimizar os problemas territoriais ficou para fase posterior do programa. O que, conforme se observa, não foi feito deixando com que o próprio território acomodasse as disputas.

Assim, os agentes tiveram que produzir estratégias próprias para a execução da política no território a fim de que continuassem seu trabalho sem terem problemas com a criminalidade local. Afirmaram que a equipe nunca havia tido problemas no acesso ao território salvo serem abordadas para saberem seus propósitos no lugar, mas relataram um único episódio em que os traficantes pediram para que fossem embora, porque já era sexta-feira a tarde e a presença da equipe estava atrapalhando o “movimento” do local, ou seja, interferindo na dinâmica do tráfico nas bocas de fumo. Por isso, ela afirmou que não iam aos conjuntos nos fins de semana, a começar pela sexta-feira.

Com efeito, perguntadas sobre o sentimento que tinham quando iam aos conjuntos, mais uma vez Rosana inicia a resposta dizendo que não era somente sentimento de revolta, produzido pela sobreposição da natureza política do trabalho em prejuízo das adequações técnicas. Mas também haviam algumas situações que lhe trouxeram satisfação, pois encontrou casos em que as pessoas viviam em “condições degradantes e sub-humanas e resgataram a dignidade de uma moradia digna”.

Nesta questão foi ajudada pelas demais companheiras que acrescentaram que houve casos de pessoas que brigavam para irem para os conjuntos, mas outras que se recusavam a isso, o que gerou diversas situações conflituosas, com hostilidades à equipe.

A hostilidade se apresentava nas situações em que as pessoas sujeitas à remoção se recusavam a sair de suas casas e resistiam em serem assentadas nos conjuntos. Isso porque houve momentos em que as casas de onde essas

peças foram removidas eram melhores e mais valiosas do que as oferecidas pelo programa. Além disso, muitos se recusavam em abandonar o local onde residiam em razão de suas redes de vizinhança. Por isso, muitas casas foram demolidas após a retirada das famílias a fim de que não retornassem.

Esta é uma questão que toca num ponto importante da política que foram os lugares onde os condomínios foram construídos. Perguntei na entrevista quais foram os critérios de escolha daquelas localidades para a construção dos conjuntos, tendo em vista os muitos vazios geográficos na cidade de Campos, mas em lugares mais centrais. Rosana, de modo indireto informou que isso se devia ao mercado imobiliário, pois, os locais dos conjuntos eram os lugares onde se encontram as terras mais baratas para compra, um comentário que corrobora a afirmação de Arruda sobre Guarus ter terras mais baratas e por isso ser o destino da maior parte dos projetos habitacionais.

Obviamente, que esta questão tem um efeito prático que deve ser observado que é o fato de não onerar a vida das pessoas que iriam para os conjuntos, porque as mudanças estruturais também incorreriam em mudanças na economia doméstica. Pois, de acordo com a subsecretária, o assentamento das pessoas acarretou no que ela denominou de *socialização*, ou seja, *as pessoas saíram de comunidades que tinham uma cultura de não pagar a conta de luz e água. Então, era diferente, lá eles foram morar em um condomínio com toda infraestrutura, com água, luz, esgoto, enfim* (Coordenadora da equipe de síndicos sociais, julho de 2016).

Considero que o que a interlocutora aponta como socialização eu analiso como a inclusão de um segmento ao mercado do consumo, no caso, os serviços de infraestrutura. Todavia, compete observar que dadas as características de muitas famílias assistidas pela política, ou seja, de precariedade material, essa inclusão acarretaria num ônus que possivelmente não poderia ser assumido. E, neste aspecto observei mais uma lacuna da política, pois, seu trabalho com as palestras tinha um caráter mais “civilizatório” do que emancipador, e essa nova condição implicava o acesso dos indivíduos no mercado formal de trabalho tendo em vista essas novas responsabilidades. Mas não há indícios de que isso foi feito.

Mais uma vez aciono Birman, citando Farias (2007) que aponta que neste caso temos claramente, um deslizamento de uma concepção política que

compreende a cidadania como direitos civis para uma concepção culturalista que subordina a demanda por direitos à aquisição de um passaporte cultural, a ser obtido progressivamente pela transformação de uma população vista como incivilizada em indivíduos reeducados através do reaprendizado de uma boa identidade (*op. cit.*, p. 110).

Ademais, também cabe a discussão sobre a especulação imobiliária e o papel do Estado na conformação da cidade. Atualmente uma importante construtora e incorporadora de renome nacional está construindo um loteamento nas imediações do HGG – conforme já foi assinalado. Uma localidade que serviria claramente para a implantação de um conjunto haja vista a similaridade dos padrões de vida de seus moradores.

No entanto, cabe considerar a pressão produzida pela população e comerciantes da região que não querem na vizinhança conjuntos habitacionais, devido aos preconceitos a eles direcionados, que produzem a perda do valor de mercado de suas propriedades.

Pude comprovar isso no próprio bairro de Santa Rosa quando numa interação com um morador durante minhas observações flutuantes ele quis saber onde eu morava. O respondi. E o comentário seguinte foi “*sorte quem não tem um terreno vazio perto*” fazendo referência ao fato de que os espaços vazios da cidade estavam sendo ocupados pelos conjuntos do Morar Feliz⁸⁰. Mas, no caso de Santa Rosa, as pessoas não tinham organização ou poder de pressão necessários para impedir as construções.

Considerando o estágio do PMF naquele período, perguntei como ocorria a execução do programa. Segundo minhas entrevistadas somente cerca de 6.500 (seis mil e quinhentas) casas dentre as dez mil previstas foram construídas, faltando ainda os conjuntos de Donana, Ururaí, Esplanada, Morro do Coco, Santo Eduardo, Farol etc.

Elas se mostraram bastante preocupadas com a execução do projeto em Farol de São Tomé, que desalojou as famílias do Xexé – pequena localidade dentro de Farol - , colocando-as para morar com aluguel social, tendo suas casas

⁸⁰Outra situação ilustrativa disso, foi uma ação de rescisão de contrato de compra e venda, peticionada por meu marido que é advogado, solicitada por um rapaz que havia adquirido um imóvel na região de Donana, mas queria desistir do negócio em razão da implantação de um conjunto do “Morar Feliz” nas proximidades o que, segundo ele, fez com que seu investimento perdesse valor.

demolidas algumas, segundo elas, *muito boas, inclusive*. Mas que naquele momento não havia mais dinheiro para a construção das casas.

E suas preocupações se confirmaram porque de fato a segunda fase do programa não chegou ao seu final. Situação que inclusive virou notícia de jornais em virtude da ocupação de algumas casas que embora não tenham sido terminadas foram ocupadas por pessoas que aguardavam serem contempladas nas fases posteriores. Essas pessoas temiam ser despejadas depois de terem investido seus poucos recursos para terminá-las. Tal fato foi citado inclusive na operação Lava Jato que investiga irregularidades em obras públicas pela empreiteira responsável pelas obras do “Morar Feliz”, a Odebrecht.



Figura 13: Casas inacabadas de Ururáí. Foto na internet. Fonte: Jornal O Globo, 2017.

Rosana, que atuava como técnica de ambos os programas habitacionais, a saber: o “Morar Feliz” e o “Minha Casa, Minha Vida”, fez ainda outras ponderações sobre eles. Segundo ela um diferencial importante entre o PMF e o MCMV foi o fato deste último ter sido realizado por meio de um convênio entre prefeitura e governo federal que possibilitou a criação de mecanismos que tornavam possível acompanhar os valores empenhados e seus gastos, o que não foi possível com PMF cujos recursos eram exclusivos da prefeitura de Campos dos Goytacazes.

Para a equipe, a supervisão e o controle de outros entes do poder público não foram um problema na medida em que lhes trouxe os instrumentos que

proporcionaram maior transparência e lisura ao processo, e eliminava alguns dos embaraços produzidos por ações políticas no âmbito do poder local.

No ano de 2016 foi inaugurado o conjunto do MCMV, este programa sob a rubrica do governo federal não concede a casa gratuitamente, ao contrário, constrói as unidades por valores que as pessoas possam pagar mensalmente. No momento da entrevista, a equipe estava empenhada no processo de assentamento das pessoas neste conjunto e Rosana inclusive solicitou minha colaboração para a proposta de pós-ocupação do local. Segundo ela, alguns problemas indicados no programa Morar Feliz estavam sendo sanados como, por exemplo, o plantio de árvores no local e o próprio acompanhamento pós-assentamento. Mas, o que pude verificar nos conjuntos foi que esta proposta não se efetivou, porque observei que o conjunto já padecia das mesmas questões dos condomínios implantados pelo PMF, tanto em termos de infraestrutura quanto em relação à ação do tráfico de drogas de varejo.



Figura 14: Condomínio Minha Casa Minha Vida em Santa Rosa. Acervo Pessoal, 2017.

Quando perguntadas sobre o uso dos materiais produzidos pela academia acerca do PMF disseram que este foi um assunto pautado algumas vezes, mas que a demanda diária do trabalho não deixava espaço para o estudo e reflexão aprofundada sobre a execução da política. Rosana afirmou que como assistente social valoriza muito este tipo de instrumento que serve para fazer avançar o

trabalho, ao contrário do seu coordenador que, segundo ela, teme que este tipo de trabalho só se ocupe em falar mal da política e assim trazer problemas.

Observei esta questão em minha conversa com Zito que me narrou um episódio de quando foi assistir a apresentação de uma pesquisadora sobre o programa e ela, segundo relatou, só soube falar mal. De acordo com ele, após a apresentação pediu a palavra e retocou toda a apresentação que para ele estava incorreta. Além de se sentir traído pelo fato de ter colaborado com o trabalho da estudante.

Pude contar com a franqueza da equipe do PMF sobre os principais aspectos do programa que em suas falas demonstraram que embora houvesse dedicação e justeza de propósitos na ação ela não esteve isenta de ingerências políticas que decorreram de alguns equívocos de estratégias.

Corroboraram a representação de que o território de Santa Rosa é marcado pela violência das facções e quão problemático é a realização do trabalho dentro dos seus limites, mas acima de tudo demonstraram empatia pelos usuários de seus serviços.

Consideradas as perspectivas oficiais e dos operadores da política, resta agora verificar a política sob a ótica de seus beneficiários, coisa que foi muito bem realizado por Arruda (*op. cit.*) restando a mim pensar os contornos da vida comunitária desses indivíduos, para somente a partir daí compreender como se constrói a sociabilidade na localidade de Santa Rosa.

Os moradores “*das casinhas*”: os *outsiders*⁸¹ (ou não) em Santa Rosa

Toda política pública impacta na vida dos indivíduos, e com o Programa Morar Feliz não foi diferente. Mas, a avaliação sobre a natureza de sua ação divide as opiniões dependendo de quem é questionado sobre seus resultados. Isso porque ele foi uma política que interferiu na sociabilidade dos moradores da região do Parque Santa Rosa uma vez que, de acordo com algumas falas, ele levou para lá um novo grupo de pessoas, criando uma nova categoria de habitantes do território, os *moradores das casinhas*.

⁸¹Outsiders é uma categoria analítica adotada por Elias para analisar diferenciais de poder entre dois grupos que se distinguem pelo tempo de moradia numa comunidade. Adoto o termo aqui para demonstrar a relação entre os “de dentro” e os “de fora do bairro”.

Ou seja, criou uma clivagem entre que se consideravam “de dentro”, i.e, os moradores do bairro Santa Rosa; e as pessoas “de fora”, os assentados nos conjuntos do “Morar Feliz” que margeiam o bairro – considerando também nesta categoria os moradores do condomínio do programa MCMV.

E a estes últimos têm sido direcionados as acusações, estigmas e preconceitos referentes à depreciação do lugar. Por isso, num esforço analítico de ultrapassar as visões mais simples e criar um quadro mais amplo sobre o contexto *das casinhas*, já iniciado com a análise técnica da política, parto agora para verificar sob a ótica dos beneficiários qual é a sua experiência na região do Santa Rosa em geral, e nas *casinhas* em particular.

Tive contato com vários *moradores das casinhas* em momentos distintos, e esse contato foi me ajudando a compor as análises sobre Santa Rosa de um modo mais claro. De forma mais metódica, tive a oportunidade de entrevistar oito moradores dos conjuntos habitacionais, residindo em diferentes pontos do território entre Santa Rosa e Eldorado. Essa diversidade também se refletiu nos quesitos: a) gênero (foram seis mulheres e dois homens); b) grupo etário (uma jovem de 17 anos, seis pessoas na fase adulta - entre 30 e 50 anos -, e uma senhora de 61 anos) e; c) atividade ocupacional (uma estudante, duas pensionistas, uma diretora de uma cooperativa de coletores de material reciclado, um advogado e pastor, dois zeladores de escolas públicas do local e uma professora de ensino médio)⁸².

As circunstâncias que levaram os meus interlocutores para os condomínios do “Morar Feliz” foram diversas, todavia, seus relatos trazem muitas similaridades sobre como é viver na região de Santa Rosa, e, em especial *nas casinhas*. São essas semelhanças e diferenças que serão aqui apresentadas.

A primeira entrevistada foi a D. Joana avó de um ex-aluno. Ele a indicou após conversarmos um pouco na sala de aula sobre o meu estudo. Naquela atual etapa da pesquisa a técnica de “bola de neve” já não surtia mais resultados, e o acesso aos moradores *das casinhas* estava muito difícil. Assim, resolvi

⁸²As entrevistas também variaram em relação ao seu local de realização. Quatro das entrevistas foram realizadas na casa dos entrevistados, nos conjuntos, uma no local de trabalho, mas também no interior dos conjuntos, três no Rotary e uma foi realizada numa localidade distante. Umás contribuíram mais outras menos para a compreensão da vida nas casinhas dadas a sua espontaneidade ou falta de retraimento na presença de estranhos. Mas com certeza, todas foram de extrema relevância para a análise da sociabilidade local.

recorrer aos meus alunos para que me indicassem amigos e familiares. Foi por meio deles que acessei a maior parte dos entrevistados *das casinhas*.

Dona Joana, uma senhora de 61 anos que mora na casa 39 da Rua 2. Uma senhora preta vinda de Bandeirantes – bairro já citado pelo evento do assassinato do policial - e que residia com outras quatro pessoas (um filho adotivo e três netos de quem cuidava desde o falecimento de sua filha (duas meninas com 14, 21 anos e o meu aluno, com 18)). Viviam da pensão desta filha e das vendas de artesanatos e guloseimas em sua própria unidade doméstica.

Beneficiária de outros programas assistenciais, Dona Joana residia *nas casinhas* há pelo menos cinco anos sendo a sua principal provedora. Como uma pessoa idosa queixou-se especialmente da falta de socorro médico, e, assim como várias outras pessoas dos conjuntos queixou-se também da falta dos serviços dos Correios pelo fato de não possuírem CEP.

Em todas as entrevistas realizadas nos conjuntos optei por ir de transporte público (van, “carrinho” ou ônibus) por dois motivos. Primeiro, era uma oportunidade de realizar observações diretas junto a outras pessoas. Segundo, não queria parecer uma intrusa e ser “mais estranhada” do que o necessário⁸³.

D. Joana morava próximo à “UPP”⁸⁴ do Novo Eldorado, e por isso fui de van porque sabia que passava em frente a este equipamento. Desci no ponto e caminhei em direção à “UPP”, entrando na rua “Garota de Ipanema”, que é conhecida pelas pessoas como Rua 14. Nos conjuntos da região de Santa Rosa todas as ruas estão nomeadas com títulos famosos da MPB, no entanto, as pessoas ainda se referem a elas a partir de sua numeração que foi a primeira referência utilizada no período de assentamento.

Chegando em Novo Eldorado, ao entrar na referida rua, procurei o número 39, conforme informado por D. Joana, mas ao ver que os números não se aproximavam resolvi consultar três pessoas (uma mulher e dois homens) que conversavam a beira de um portão. Perguntei pelo nome de minha entrevistada

⁸³ Como já considerei na introdução deste trabalho minha aparência e hábitos me aproximam do perfil daquela população, assim, sempre era observada e cumprimentada com simpatia e cordialidade pelas pessoas, e estranhada simplesmente por não ser de lá. Considerei que minha ida de carro e o fato de ser estudante da UENF criariam representações que me “afastariam” daquelas pessoas.

⁸⁴ UPP é o nome pelo qual ficou popularmente conhecida a base da Polícia Militar instalada num contêiner em 2014, nos limites dos bairros Santa Rosa e Eldorado, em alusão ao projeto de Unidades de Polícia Pacificadoras instaladas nas favelas do Rio de Janeiro, falarei sobre este equipamento no capítulo 5.

e número de sua casa obtendo como resposta que não a conheciam e que eu devia procurar pelo nome da rua.

Essa situação já me sinalizou um aspecto importante naquela configuração, a saber, o fato de as pessoas não fornecerem a informação sobre localização dos moradores com precisão. Num ambiente em que a regra do *saber viver* é cada um cuidar de sua vida, isso se aplica efetivamente à localização das pessoas.

Disse-lhes que a referência foi o posto da “UPP”. Resolvi ligar para D. Joana e fui saindo, mas, percebendo um olhar de desconfiança parei e fiz a ligação próximo a todos. Por fim, a mulher comentou que poderia ser uma senhora que fazia doces e bolos, mas como eu não sabia desta informação, nada falei.

Ao telefone D. Joana me informou de modo mais preciso a localização de sua casa e eu ia falando em voz alta para que os demais ouvissem. Fui me despedindo e saindo. Quando entrei na via certa já avistei de longe minha entrevistada que mora na terceira casa à direita da Rua 2. Ela me recebeu de forma cortês no portão e me pediu para entrar, o que aceitei.

Logo que entrei notei as mudanças feitas no imóvel. D. Joana havia feito um “puxadinho”, mais um cômodo onde, segundo ela, é o lugar para fazer seus artesanatos, enfeites de cabelo com miçangas, e preparar bolos e salgados. Comentei com ela que a mulher da outra rua havia a referenciado como a senhora que fazia doces e bolos e ela confirmou.

Retribuindo a simpatia, olhei com cuidado suas coisas que ela me mostrou e as elogiei. Logo ela me disse de seus problemas de saúde, especialmente um problema de vista, que a impossibilitava de trabalhar obrigando-a a fazer esses “bicos”. Embora trabalhe bastante neste “puxadinho”, a atividade não é vista como trabalho. Além dos artesanatos, D. Joana vende os doces e açaí no que se tornou uma pequena birosca.

Este ponto é interessante porque os moradores não são autorizados a produzir mudanças estruturais em seus imóveis. Entretanto, sem espaços para atividades comerciais, religiosas ou laborais que as pessoas já possuíam antes de sua ida para os conjuntos essas proibições por vezes não foram respeitadas não sendo raro observar a transformação de alguma da casa em uma vendinha,

barbearia, oficina, igreja ou qualquer outro pequeno estabelecimento comercial.

Ou seja,

para além do uso residencial, a moradia exerce um papel de recurso que os planejadores urbanos não reproduzem ao construir as casas populares. A casa e seu entorno são mais que apenas um espaço físico, funcionando também como lugar de encontro, de sociabilidade, de comércio e geração de renda, dentre outros usos, caracterizados pelas diferentes possibilidades de apropriação deste lugar. Em outras palavras, observa-se toda uma pluralidade de recursos sociais, econômicos e políticos que podem ser mobilizados a partir da casa, não previstos ou ignorados na construção da habitação nos conjuntos populares (ARRUDA, op. cit. p.145).

Entramos em casa falando sobre seu problema de visão. Nos sentamos e passamos toda a conversa na sala de estar. A casa de D. Joana é muito bem organizada, com uma TV grande na sala, um jogo de sofá forrados com capas de tecido e um computador. No momento de minha visita estavam em casa somente ela e seu filho adotivo.

Reiterei meus propósitos com o argumento de que faria um livro sobre a região. Este foi o argumento mais inteligível para os meus interlocutores. Ela pediu que eu começasse a entrevista e eu lhe disse que aquela conversa já fazia parte do trabalho. Ela aguardava que eu ligasse o gravador. No entanto, optei por não adotar o gravador, pois é um recurso que intimida o meu grupo pesquisado. Não sei se intimidaria D. Joana, mas preferi não arriscar a fim de fazer com que ela falasse livremente sem melindres e restrições bem como me indicasse outras pessoas para a entrevista.

Essa prevenção surgiu a partir da entrevista com Silmara em que ela me alertou sobre o receio que as pessoas têm em falar com estranhos, na oportunidade ela me passou o contato de seu primo que morava na região próxima às *casinhas*, ou “lá pra cima”, nas palavras dela. Esse senhor somente me atendeu no primeiro contato feito por Silmara e depois não mais falou comigo. O mesmo aconteceu com outros dois contatos que me foram indicados por amigos. Por isso, adotei a postura de não usar o gravador com este grupo. E mesmo assim houve alguns deles que apresentaram reservas ou melindres para me fornecer respostas claras e diretas, conforme poderá ser notado um pouco mais adiante.

Voltando a D. Joana. Em termos financeiros, ela sustenta a casa com a pensão deixada por sua filha, os benefícios sociais e a renda complementar trazida pelas vendas de seus artesanatos e quitutes. Além disso, seus dois netos mais velhos também trabalhavam, mas, segundo ela era para atender aos desejos supérfluos deles próprios.

Viúva, ela tem outros quatro filhos que compartilham com ela a experiência de viver em Santa Rosa, além de seu filho adotivo e dos netos. Um dos filhos mora na rua 10, no mesmo conjunto do “Morar Feliz”, com seus quatro filhos. Outros dois em Santa Rosa, propriamente (um filho no conjunto MCMV e uma filha no “bairro”). E, uma quarta filha mora em Bandeirantes, onde ela também morava.

D. Joana recebeu sua casa depois de passar por um período em abrigo e a prefeitura lhe pagar o aluguel social por pouco mais de um ano. Seu sentimento sobre a vida naquele lugar é um tanto ambíguo, pois, num momento ela diz que por ter morado no Rio por cerca de 10 anos não se acostuma muito ao lugar, noutro ela disse gostar de onde mora.

Pude observar que essa ambiguidade faz parte do sentimento dos moradores dos conjuntos habitacionais que ficam felizes por terem a casa, mas às vezes não gostam do lugar em razão da violência e das carências de serviços públicos.

Segundo relatou uma coisa boa acontecida na localidade foi a instalação da “UPP” que fez com que cessassem perto de sua casa “as correrias dos meninos”, ou seja, a constante circulação de jovens e homens associados ao tráfico de drogas de varejo na região. Embora ainda houvesse mais *para baixo* de sua rua.

Ela disse conversar com todo mundo, pois se relaciona bem com as pessoas da redondeza especialmente porque é bem conhecida por já ter tido um trailer em Bandeirantes, e muitas pessoas daquela região também foram assentadas próximas a ela.

Vi aqui a primeira contradição acerca do argumento de que a localidade havia piorado por causa do assentamento de pessoas estranhas nos conjuntos habitacionais do Santa Rosa e Eldorado. O bairro Bandeirantes é contíguo a ambos não diferindo muito no que se refere aos seus padrões socioeconômicos.

Por sua fala fiquei sabendo que não somente D. Joana foi levada para lá, mas também seus vizinhos, assim como outros entrevistados me relataram.

Minha interlocutora, reiterando o *ethos* característico da vida em Santa Rosa em que cada um deve cuidar da própria vida sem interferir nas demais, ela afirmou que *cada um tem seus problemas, mas é para lá ela não tem nada a ver com isso*. Passa cumprimenta a todos e só. Tem maior proximidade com sua vizinha do lado esquerdo, sendo que ela e sua família são os únicos da vizinhança que se frequentam, colaborando entre si com atividades diárias e de lazer – tomam conta das crianças, fazem churrasco no fim de semana etc. Ou seja, sua rede de laços fortes (GRANOVETTER, 1973) é bastante reduzida a seus entes domésticos, sua vizinha próxima e alguns companheiros de igreja. Embora, cultive a simpatia e assim construa uma vasta rede de laços fracos (idem) no interior da comunidade.

Citou sua filiação religiosa que segundo ela a ajudava na criação de seu filho e seus netos, que se dá sob vigilância constante: *estou sempre querendo saber com quem andam e conversam*. E teceu muitos elogios aos netos afirmando que não davam trabalho e que eram todos caseiros. Como já dito, os dois mais velhos já trabalhavam e, segundo ela, somente por meio de seus esforços é que obtinham produtos supérfluos, pois ela os criou com o mínimo necessário para que valorizassem as coisas.

Perguntei-lhe de sua religião, ela me disse frequentar a Igreja Presbiteriana na parte central de Santa Rosa, juntamente com sua neta mais nova e também sua filha de Bandeirantes.

A igreja aparece como um espaço de sociabilidade e socialização privilegiado em Santa Rosa. Com a dupla função de permitir a livre circulação no bairro, e também de constituir os laços comunitários prejudicados pelo autoisolamento produzido pelo ambiente tensionado pela ação do tráfico de drogas de varejo. Neste sentido, lá também foi possível compreender como a religião pode “organizar a vida sob condições de enorme precariedade material, de desagregação moral e de vulnerabilidade permanente” (LEITE, 2008, p.136).

Minha entrevistada disse que não frequentava os cultos a noite porque não tinha como voltar para casa, pois o culto terminava em torno de 22h e o taxi não vai até lá, as vans circulam no máximo até 21h e os ônibus não circulam até muito tarde. Portanto, ia aos cultos pela manhã ou início da noite.

Quando perguntada sobre as atividades dos momentos de lazer disse que o lazer é realizado dentro de casa, pois somente ali estão seguros. *A rua não é segura*. Quando querem pedem uma pizza, um refrigerante, lancham e ficam em casa mesmo. E, quando saem para festas de aniversário, que normalmente são em outros bairros, dormem no local para não precisarem voltar para casa.

Por estas falas D. Joana já começava a dar pistas sobre como lidava com a violência que apontam como uma característica de seu local de moradia, e como isso moldava sua sociabilidade.

Sobre as crianças no local ela disse haver bastante, indicando que lá as famílias eram numerosas. Segundo ela, seus netos de 9 e 7 anos não gostam de ir para sua casa por ser uma casa muito quieta, o que ela denominou de *harmonia* e relacionou-a com os hábitos produzidos pelas práticas evangélicas. Ou seja, segundo ela, em sua casa se fala baixo e de forma calma e tranquila de modo a manter o ambiente harmonioso.

Ela disse que as crianças do bairro brincam no meio da rua, mas arrumam muita confusão para os pais com as brincadeiras que fazem. Portanto, é mais fácil vê-las em casa. De fato, embora eu tenha observado que as famílias dos conjuntos sejam numerosas, a quantidade de crianças na rua não expressa isso. Vez por outra era possível ver as crianças brincando nas ruas – e mais os meninos que ficam jogando bola nas áreas descampadas -, mas é mais fácil vê-las em casa ou no seu entorno. Recordando a fala de uma das minhas entrevistadas no GD da igreja batista de que o celular tornou-se o quintal dessas crianças, pois, como afirmou D. Joana, *a rua não é segura*.

Aproveitando essa deixa, conversamos sobre as atividades comunitárias desenvolvidas ali. D. Joana disse que recebeu pedidos para se tornar uma líder comunitária, figura que segundo ela não existe, mas que é necessária em seu local de moradia. *É necessária para intermediar as demandas da comunidade junto aos políticos da região para consertar um esgoto quebrado, verificar a limpeza das ruas etc.* Mas, ela se recusa a assumir esta tarefa porque é muito difícil trabalhar com a comunidade, *as pessoas são muito individualistas*, só querem as coisas para si e cobram demais sem, contudo, colaborar para as coisas.

Pedi que me falasse sobre as necessidades do bairro. Ela reiterou suas queixas iniciais dizendo que o bairro carece de um socorro - ou de uma

ambulância ou um posto médico para atendimento imediato. Além de correios, pois a região não possui CEP. Suas correspondências chegavam na casa de suas filhas, em Santa Rosa ou Bandeirantes, mas quem não tem outro endereço não recebia as correspondências.

Esse ponto demonstra o relativo isolamento a que estão sujeitos os moradores dos condomínios do PMF, por não serem assistidos por um serviço básico. A questão do CEP é um elemento bastante sensível no conjunto, pois, foi tocado mais de uma vez por meus interlocutores. Embora, vivamos num contexto de modernidade cuja comunicação é facilitada pelas redes sociais e mediada pelas mídias digitais, sabemos que nem todos os indivíduos têm pleno acesso a esses recursos, além do fato de que o serviço dos Correios ainda ser fundamental para o recebimento de correspondências e encomendas.

A entrevista durou pouco mais de 1h30min, e a considerei muito boa. Por fim, D. Joana me acompanhou até o portão e me orientou a apanhar a van logo na esquina de sua casa. Fiquei um pouco lá, mas depois optei por andar até o ponto de ônibus que fica a duas quadras de onde eu estava, pois me traria mais possibilidades de transporte. No trajeto observei a presença de dois PMs na “UPP” e algumas poucas crianças brincando na rua.

Outra personagem que me permitiu um maior contato com a vida *nas casinhas* foi D. Ilda. Ela, assim como D. Joana, chegou a mim por meio de meus alunos. Ela era tia de uma ex-aluna. Sem horário prévio de encontro, nossa entrevista durou cerca de duas horas realizada no interior do colégio.

D. Ilda é uma senhora negra, à época com 51 anos de idade, a mais velha de uma família de sete irmãos. Viúva também cuidava de seu irmão vítima de um AVC. Por isso, seu sustento vinha da pensão deixada por seu marido e do benefício pago ao seu irmão. Além disso, ela também era beneficiária do programa cheque-cidadão e trabalhava como diarista.

Ela é moradora dos primeiros conjuntos Garotinho/Arnaldo⁸⁵. Simpática, logo que chegou à escola foi reconhecida por duas crianças e uma funcionária. Segundo ela, é uma campista genuína nascida na Santa Casa de Misericórdia, no centro da cidade. Sempre morou na região, inclusive morou na pracinha de Custodópolis. Morou quase toda a vida em Bandeirantes. Casou-se com seu

⁸⁵ O Programa “Pode entrar que a casa é sua. Sobre este programa ver Arruda, 2009; Póvoa 2007.

“vizinho de porta” de quem se separou quando seu primeiro filho tinha seis anos, agora com 32.

Falou com saudosismo de sua infância, dizendo que antes era muito bom, pois se brincava na rua. *Não tinha luz elétrica, era com lamparina que se iluminava, mas tinha a luz da lua que iluminava tudo. Não tinha essa violência de hoje.*

Assim como vários dos outros interlocutores de mais idade, D. Ilda tem toda a experiência de sua vida na região do Santa Rosa, e como seus pares sua percepção é de que a vida na região tem se deteriorado, a despeito da melhoria das condições materiais. As relações têm se transformado, especialmente em virtude da violência, que lá se expressa por meio da ação do tráfico de drogas de varejo, explicitada no elevado número de homicídios.

A narrativa sobre a sua vida *nas casinhas* começa com sua mudança para lá em 2002, assim, em 2017, ela completou 15 anos em sua casa que conseguiu por meio de um cadastro no CSU⁸⁶. Segundo ela, as primeiras casas foram pensadas por Garotinho, ex-prefeito da cidade na década de 90, a quem ela agradece a política. Em suas palavras *podem falar mal dele agora por ter se envolvido com corrupção, mas ele ia nos bairros pobres. Prometeu e construiu as primeiras creches para as mulheres trabalharem.*

Antes de receber sua casa D. Ilda morava num puxadinho feito na casa de sua mãe, por muitos anos. Então ao narrar a conquista de sua casa, o fez como uma dádiva divina dizendo que havia sido “revelado” a uma “irmã de igreja” sobre o recebimento de sua casa.

Mais uma vez, observei a força que a igreja tem na vida das pessoas daquela região. Tanto ela quanto seus filhos eram evangélicos, e ela frequentava uma igreja neopentecostal que fica na localidade de sua casa mesmo.

Mesmo sem serem perguntadas as pessoas sempre tocam na questão da violência como um dado do lugar, e com ela não foi diferente. Mesmo adotando um discurso positivo sobre o bairro. Para ela a violência existe em todo lugar, por isso ela gosta do bairro onde mora. Foi onde criou os seus três filhos dos quais dois ainda moram lá, sua filha no mesmo quintal inclusive.

⁸⁶ Essa sigla significa Centro Social Universitário. O CSU é um Centro de atendimento médico, odontológico, psicológico e de assistência social instalado no bairro de Custodópolis no ano de 1967. Para saber mais sobre este equipamento ver Assis (2016), especialmente capítulo 2.

Somente o filho mais novo mudou-se. Ele sofreu um atentado e saiu foragido de lá, inicialmente não podia voltar, mas hoje, segundo ela, já volta algumas vezes. Atualmente convertido, obteve a *promessa* de que enquanto estiver “na presença de Deus”, ou seja, frequentando a igreja nada lhe acontecerá. Segundo D. Ilda, todos os seus filhos hoje são evangélicos.

Confidenciou que eles já lhe deram muitos problemas, os dois meninos já foram presos. Sua filha foi mãe aos quinze anos etc. Como a deixei falar livremente, D. Ilda foi citando os casos como situações passadas e superadas, sem dar maiores detalhes sobre esses problemas. Assim, não me senti confortável para discutir de forma pormenorizada a questão.

Continuou relatando que *antes era mais calmo quando só tinha a lagoa. Hoje dividiram e fizeram o Sapo 1 e o Sapo 2⁸⁷...Quando me mudei para lá já tinha aquelas pessoas com envolvimento, mas era mais tranquilo ninguém mexia com ninguém.*

Ela ainda acrescentou que *as pessoas não falam nada, eles (os traficantes) estão tomando as casas e botando para fora o que eles chamam de X-9. Ninguém vê e ninguém fala nada.*

Vamos observando nos relatos que se reiteram como vai se formando a configuração de Santa Rosa onde o modo de se viver embasa-se pelo silenciamento ante os acontecimentos no espaço público. Onde nada se vê e nada se fala. Não é sem indignação que as pessoas acatam tais regras, mas com muita resignação ante a impotência produzida pela ação dos traficantes. Uma questão que analisarei mais detidamente a partir da noção de *sociabilidade violenta* trabalhada por Machado da Silva.

Aproveitando a questão do silenciamento avanço para o registro de outras duas entrevistas das quais pude extrair poucos dados em razão da hesitação dos entrevistados.

Vou começar por Fátima, uma jovem senhora de 41 anos, parda de pele clara. Bem articulada. Também evangélica. Trabalhava com a coleta de materiais recicláveis, e quando falei com ela estava como coordenadora da cooperativa, no Eldorado

⁸⁷ Discutirei essas espacialidades no quinto capítulo desta tese.

Por iniciativa própria decidi procurá-la para que falasse um pouco sobre a sua experiência de vida no bairro. O fiz porque fiquei entusiasmada com a organização que a cooperativa aparentava, e especialmente, ao saber que era gerida por uma mulher.

Após algumas tentativas frustradas por sua ausência e uma tentativa malsucedida porque ela não compareceu, enfim consegui realizar a entrevista numa tarde em que fazia muito calor.

Ao chegar no portão da cooperativa, avistei dois homens e perguntei a um deles se Fátima estava no local, e tive uma resposta negativa. Fiquei frustrada mais uma vez. Agradei e me despedi, pensei em “circular” pelo bairro. No entanto, resolvi ligar para ela a fim de saber sobre seu paradeiro, ao que ela me respondeu que estava sim na cooperativa e me pediu para entrar.

O rapaz ao me ver retornando ficou desconcertado e disse não saber que ela estava lá, outro que o acompanhava apontou o lugar onde ela estava. Era uma espécie de refeitório onde ela estava com sua mãe e irmã, no campo de visão de ambos os rapazes.

Me apresentei, cumprimentei a todos mas fiquei constrangida com as demais pessoas que estavam na mesa que me foram um pouco indiferentes. Fátima me pediu que sentasse e começamos a conversa. Expliquei-lhe de forma breve os objetivos de minha pesquisa ainda na presença das outras pessoas, duas mulheres e uma criança.

Falamos do clima quente a fim de “quebrar o gelo” e começamos a entrevista. Fátima é moradora do Novo Eldorado, nas proximidades da lagoa que divide Santa Rosa e Novo Eldorado. É oriunda de Morro do Coko, um dos distritos de Campos, e mora na região de Santa Rosa há cerca de quinze anos.

Seu primeiro comentário foi o de que quando chegou lá, há quinze anos, o lugar tinha fama de ser violento, mas para ela na verdade ele é violento agora. Perguntei o porquê desta impressão e ela disse ser devido ao conflito entre facções.

Embora não escondesse que o principal problema da região é a violência e o tráfico, a entrevistada emitia repostas lacônicas e comecei a perceber que extrairia pouca coisa dela, no entanto, continuei a entrevista. Em suas palavras: *há quinze anos Santa Rosa já era considerada violenta, mas comparando com agora* (não terminou a frase).

Perguntei sobre a família, ela me disse que todos moram na região – filhos e irmãos – apesar das queixas sobre o lugar. Eu quis saber se os seus filhos tinham desejo de sair de lá e ela disse que sim. Ela tem seis filhos sendo o mais novo uma filha adotiva de seis anos. Seus filhos crescidos ainda residem no local.

Disse já ter tido anteriormente o desejo de sair de onde mora, mas gostaria de ir para Búzios – localizado na região dos lagos do RJ - , pelo fato da família de seu pai morar lá, lugar onde passou férias e gostou muito. Não por outras questões, pois considera que o problema da violência está em todo lugar.

Na entrevista não encontrei espaço para explorar como ela havia conseguido a casa para morar, pois, a sua concisão nas respostas não permitiu um diálogo fluído, e, como cheguei a ela por meio de sua identidade de coordenadora da cooperativa, a conversa foi orientada toda neste sentido.

Fátima manteve-se sempre formal, embora num ambiente descontraído, disse que foi catadora e não se envergonhava disso, ao contrário, se orgulha muito em ter participado da conquista da cooperativa em que realizava um trabalho articulado com a UFF. A cooperativa funciona num galpão na rua principal do Novo Eldorado, conseguido há dois anos por uma cooperação entre catadores, Ministério Público e a Prefeitura. Segundo ela, são 38 cooperados todos daquela região, sendo somente uma cooperada vinda de fora.

A entrevistada disse que a região é boa, mas que precisa de mais escolas. Segundo ela, é uma otimista em relação a melhoria do bairro. Perguntei a ela se com seu entusiasmo ela nunca havia cogitado se tornar uma liderança comunitária, aproveitando a pergunta para saber da existência de uma associação de moradores no local. Ela me respondeu negativamente a ambas as perguntas, informando que já houve um líder comunitário que atualmente está preso por ter se apropriado de recursos da comunidade. Disse não ter o desejo de ser uma líder da comunidade, pois *é mais fácil lidar com bicho do que com gente. Gente é muito complicada, é muito individualista.*

Achei interessante Fátima utilizar palavras similares às de D. Joana ao se referir ao trabalho comunitário, do mesmo modo que considere paradoxal essa posição tendo em vista sua condição de coordenadora de uma cooperativa.

Falando um pouco sobre a vida e circulação no bairro, me disse que tanto ela quanto os filhos somente vão à igreja, que é em Custodópolis. Também

pertencente a uma instituição neopentecostal, Fátima reproduz os hábitos que caracterizam a vida geral das pessoas com quem interagi na região de Santa Rosa.

Provoquei dizendo que as pessoas vão muito a igreja lá e há bastante igrejas também. Ela riu e disse que tinha que *ser assim, pois, morar lá é complicado*. Quando perguntada sobre o lazer na região ela disse que as pessoas ficam em casa, não deixam as crianças nas ruas. Por conta dos tiroteios que podem acontecer a todo momento.

Pelos seus relatos muita gente já se mudou de lá por conta do medo. Perguntei o que acontece com as casas que são abandonadas. Ela disse que são ocupadas novamente. Tentando aprofundar a questão indaguei se as novas pessoas não sabiam das situações presentes no local, e segundo ela, são pessoas que já conhecem as pessoas do lugar e conhecem como as coisas funcionam. Ou seja, fazem parte dos grupos que “controlam o território”.

Nossa entrevista durou cerca de 30 minutos, sem muito aprofundamento nas questões tocadas, portanto, também não me senti muito confortável em aprofundar sobre o tema da violência porque estávamos num local público e a entrevistada não me deu muita abertura. Ao final comentamos amenidades e encerrei a entrevista.

Outra entrevista cujo o interlocutor pouco disse foi com o zelador de uma das escolas do local, Seu Toninho. A entrevista com ele foi uma das menos frutíferas realizadas neste trabalho, pois ele foi bastante evasivo em suas respostas. Mas, isso não foi em razão de medo ou coisa similar, mas sim por uma característica particular de Seu Toninho que ficou inibido em falar de sua vida.

Embora não fosse um problema gravar a conversa com ele não o fiz dadas as circunstâncias em que a entrevista foi realizada, ou seja, de pé no portão da escola às vésperas das férias escolares.

Expliquei os meus propósitos e ele se dispôs a falar comigo. Seu Toninho com 69 anos morava no Novo Eldorado. Um senhor branco, de baixa estatura, cabelos grisalhos e casado. Vivia em sua casa somente ele e sua esposa que é doméstica. Segundo Seu Toninho ele chegou em Guarus em 1975, vindo de Caixeta, outro distrito de Campos dos Goytacazes, e já reside no bairro há 29 anos.

Segundo me informou seu lazer é ir à Caixeta visitar sua mãe que ainda vivia lá, assistir TV e ouvir músicas. Afirmou que um ponto positivo da região onde mora é a ausência de taxas, um fato que corrobora parte da justificativa sobre a escolha desses espaços para a implantação dos conjuntos, conforme pontuei linhas atrás.

Embora não deseje mudar-se, afirmou que não tem convívio com a vizinhança. Disse que o bairro é bem assistido por comércios, carecendo somente de casa lotérica e bancos. De ruim no bairro afirmou serem as drogas, o tiroteio e a violência. Mesmo com sua parcimônia nas informações a entrevista de Seu Toninho me ajudou a corroborar e reforçar os dados sobre a vida na região, sendo ela em si um dado da forma de viver e conviver em Santa Rosa.

As três entrevistas subsequentes foram registradas por meio do gravador em razão da abertura dada pelas pessoas entrevistadas. A primeira delas foi a de Mathias, um advogado amigo do meu marido que no seu local de moradia é conhecido pelo seu papel de pastor. A entrevista foi realizada numa sala de atendimento da OAB aqui em Campos, distante um pouco de sua casa, por uma questão de comodidade e conveniência de horários.

Mathias é um senhor branco, de cabelos grisalhos e que a época da entrevista estava com 48 anos. Ele foi para o Eldorado após o seu retorno do Nordeste onde atuou como pastor, atividade em que, segundo ele, não acumulou bens e dinheiro. Assim, em 2008, quando voltou pra Campos não tinha casa para morar.

Relatou que ele e sua família, esposa e três filhas, foram morar uns tempos de favor em algumas casas.

Moramos no (Parque) Alvorada, moramos em áreas simples, modesto mesmo. Então houve a ocasião que se fazia aqueles cadastros do pessoal das casas e a gente estava mesmo começando a se estabelecer lá na região do Eldorado, na região da comunidade do Sapo. Nessa comunidade as pessoas foram tiradas e agente foi incluso então o cadastro. E nos dispusemos, a gente já estava lá, com o propósito até de trabalhar nessa questão pastoral também e fomos morar em uma das casinhas.

Ele não trabalhava na época, pois, *pastor não tem emprego*. E sem trabalho tornou-se um vendedor de trufas.

Mathias me disse que quando foi contemplado com a casa o primeiro sentimento foi de ter uma perspectiva muito boa de moradia, porque as casas estavam sendo feitas, pareciam tão bonitas:

Tão organizadinho, tudo bem feitinho, tinha até gramado, jardim na frente, uma beleza. Então a gente pensava assim “Que bom né, a gente vai morar num local melhor, local onde as ruas têm asfalto, onde as ruas são separadinhas, onde haveria menos conflito né”, se pensava? Então a gente tinha uma expectativa muito boa de moradia na região ali daquelas casinhas.

A expectativa e a esperança de que as coisas melhorem é o que Mathias apontou como uma coisa boa em seu local de moradia. E, essa esperança vem das ações públicas de melhorias na região, que segundo ele, foram bastante efetivas. *Toda a região do Eldorado foi asfaltada, esgoto, o conjunto habitacional das casinhas é tudo asfaltado, tem esgoto e a área da Santa Rosa também está passando por isso, está passando por melhorias, esgoto asfalto e a tendência então é melhorar.*

Ressaltou estes pontos que considerava como bons para a região apesar da existência dos conflitos entre as facções, sublinhando que no geral se **sobrevive no lugar** (grifos meus). Com este comentário Mathias quis enfatizar que o Eldorado não se difere muito de qualquer outro lugar tendo pontos positivos e pontos negativos.

Para ele, mesmo *no lugar mais, vamos dizer assim entre aspas nobre, mais caro, também tem os seus problemas, as suas dificuldades. Então eu acho que a comunidade tem aquele aspecto do convívio mais próximo, desenvolve-se bastante as relações de amizade com os moradores.*

Achei interessante esta questão que não apareceu muito nas outras entrevistas, então pedi para que ele discorresse um pouco mais sobre o tema. De acordo com meu interlocutor:

Há sim muita amizade, fortalecimento dos laços. O próprio fato de ter que compartilhar as vezes as coisas, compartilhar o que come, compartilhar uma cesta básica, por exemplo. Eu não tenho emprego ainda, apesar de estar começando a advogar agora, eu não tenho emprego, então quantas vezes eu recebo cesta, recebo cesta básica, não das distribuídas dos órgãos públicos, mas porque eu estou mais envolvido na igreja recebo cesta básica da igreja e a gente as vezes intermedia essa coisa “Ah, tem uma família que tá precisando. Então quantas vezes a gente faz isso. A gente vai, reparte. O botijão de gás, eu me lembro até de uma vez, uma senhora morando próximo a gente que tinha uma criança pequena e a gente estava sem gás e

cozinhando com alguns tijolos, fazendo lá um foguinho e a gente então se mobilizou, comprou um gás pra ela.

Obviamente, esse relato de Mathias se dá também por sua experiência com seu grupo religioso, e pelo fato de ser pastor, bem mais do que por perceber essa densidade de laços na localidade onde mora.

Entretanto, considero importante registrá-lo por dois motivos: 1) para reforçar o importante papel que tem a religião na vida daquelas pessoas como vem sendo demonstrado ao longo de toda essa narrativa; 2) para apresentar o fato de como os laços de solidariedade são importantes para aquelas pessoas.

Com a fala de Mathias se pode compreender um esforço de fazer com que a noção de comunidade também sirva para afirmar uma rede de relações solidárias contrapondo a representação de que em Santa Rosa esse tipo de agregação social possa estar em degradação. É como apontou Fridman, analisando favelas cariocas, em que se busca, *por exemplo, afirmar laços de solidariedade e formas de interação que ultrapassam o individualismo, a frieza e a indiferença experimentadas pelos moradores do asfalto. Envolve a tentativa de demarcação positiva de uma alteridade* (FRIDMAN, *op. cit.*, p. 96).

Mathias foi o único entrevistado que pode ser classificado como “de fora”, ou seja, um *outsider* em Santa Rosa. Pois, ele não residia antes em quaisquer dos bairros que compõem o aglomerado de Santa Rosa. E, pelo que pude observar o que menos sentia os estigmas e preconceitos direcionados aos seus comunitários em virtude das credenciais sociais que exibia.

Mas, apesar do argumento positivo acerca da moradia em Eldorado, eu soube que meses depois Mathias havia se mudado de lá indo morar próximo à região central de Campos. Neste ínterim, sua casa no conjunto foi ocupada por um rapaz do seu bairro. Quando soube da ocupação ele quis reavê-la, mas o indivíduo se recusou a fazê-lo.

Assim, por intermédio de terceiros, Mathias recorreu a um dos “chefes” do bairro para garantir a devolução de seu imóvel, e o obteve de volta. Entretanto, sua esposa teme voltar. Mathias acaba por habitar os dois espaços simultaneamente para não perder sua *casinha*. Também cedeu um dos quartos para um estudante universitário, assim, o imóvel não fica vazio afastando assim o risco de perdê-lo.

Minha próxima interlocutora foi a Maria Clara que é uma colega de trabalho. Ela é uma mulher negra, de 35 anos, bastante ativa. Muito sagaz e simpática é conhecida na escola como uma professora rígida e se justifica dizendo que quer o melhor para seus alunos com quem compartilha a história de nascer e crescer na periferia.

Ela leciona a disciplina de Química sendo uma professora com quem eu raramente encontrava em virtude dos nossos horários na escola. Num daqueles dias de sorte, que contribuem com importantes achados para a pesquisa⁸⁸, após uma reunião ordinária na escola tivemos a oportunidade de conversar na sala dos professores, momento em que tive a possibilidade de lhe falar do meu trabalho e ela me dizer que era moradora das casinhas do Eldorado. Causou-me estranhamento esse fato e ela disse que acontece com todo mundo a quem fala sobre seu local de moradia, especialmente, os alunos que acham que por sua ocupação de professora teria condições de morar em um outro lugar.

Dada a miríade de assuntos que se discute e se sobrepõem numa sala de professores solicitei à Maria Clara uma entrevista em sua casa e ela gentilmente aceitou, marcamos para outra data o encontro que foi extremamente proveitoso.

Ela morava próxima à casa de D. Joana, há alguns metros do outro lado da rua, assim foi fácil localizá-la. A sua casa é uma das unidades adaptadas do “Morar Feliz”, isso porque quando ela recebeu a visita da equipe técnica para a finalização de seu cadastro ela se recuperava de um acidente automobilístico e por esse motivo usava muletas induzindo o técnico a decidir por um imóvel adaptado. Sua casa é bastante aconchegante, especialmente, seu banheiro que por ser adaptado é bem amplo, e, com a sua recuperação foi todo reformado.

Maria Clara me aguardou com uma calorosa recepção e logo também chegou à conversa sua namorada, que estava no estágio no momento em que cheguei. Ela me deu uma rica entrevista cujos desdobramentos poderão ser vistos não somente neste capítulo, mas também nos subsequentes.

Maria Clara iniciou a entrevista afirmando que viver onde vive, no Novo Eldorado⁸⁹, não é tão ruim, e, que até que gosta do lugar. Para ela, o problema

⁸⁸ Para além de sorte, percebi que é importante falar sobre os trabalhos que realizamos, pois onde menos suspeitamos pode brotar uma rica fonte de informações

⁸⁹ Maria Clara mora no que ficou conhecido Faixa de Gaza, sobre a qual falarei no quinto capítulo quando abordar as divisões espaciais.

mesmo é o preconceito que se direciona para quem mora lá. Relatou que as pessoas sempre olham para eles como se fossem assim, sabe “ah, o resto”, pelo lugar onde moram.

Sobre a sua vida na região Maria Clara constrói a seguinte narrativa:

(...) quando a gente fala assim “ah, eu moro lá no Novo Eldorado, nas casinhas” as pessoas já te olham com cara de pena, sabe, como se você fosse um pobre coitado, então o ruim é isso. E outra coisa também que eu não gosto de morar aqui no conjunto, tipo assim, não tem correio, onde já se viu? Você tem que depender dos outros, de outros lugares pegar suas correspondências, aí vamos supor, se você pede uma farmácia, a farmácia não vem trazer o remédio é bem complicadinho, se você precisa de um táxi, dependendo da hora o táxi não vem, então há muito preconceito com o lugar, mas fora isso você ver é tranquilo, eu entrei, fecho o portão ninguém me aporrinha, ninguém me aborrece, fora isso é tranquilo eu gosto.

Maria Clara mora *nas casinhas* há seis anos desde que ela e sua mãe foram removidas de sua casa no limite dos bairros Santa Rosa e Eldorado. Elas foram removidas de uma localidade onde haviam muitos alagamentos. Reproduzo abaixo o trecho da entrevista em que ela narra sua ida para as *casinhas*. Peço desculpas pela extensão da citação, mas ela se justifica porque sintetiza bem a sua ida e permanência onde mora bem como a forma como ela relaciona os fatos com as percepções das pessoas.

É até engraçado, porque tipo assim, quando eu falo com as pessoas que eu moro aqui nas casinhas, eles ficam até surpresos, porque tipo “ah, você é professora, né”, “ah, você é professora concursada, tem carro, tem moto e mora nas casinhas”. Como assim? Só pode morar nas casinhas quem não tem nada? Então tipo assim, eu não me acho um João ninguém, mas eu moro aqui, porque minha mãe mora aqui também, tipo assim, até o pessoal lá na escola fala assim “Carla, por que, que naquela época que tinham os subsídios, que eram mais fácies você não correu atrás de ter um apartamento, de ter sua casa fora da comunidade”? Aí eu sempre falei: se for pra eu sair daqui eu tenho que levar minha mãe e eu não tenho condições. Porque tipo assim, como que eu vou deixar minha mãe aqui? Eu não vou deixar. Porque se é ruim comigo, ela está aqui sem mim vai ser pior ainda. Então eu nunca também tive tanta vontade de sair daqui, porque eu tenho consciência que eu não tenho condição de levar a minha mãe. Entendeu? Mas eu não sou João ninguém não, muito pelo contrário. Tanto que quando a gente veio morar aqui, muitas pessoas moram aqui, porque fizeram inscrição, inscrição social, porque de fato viviam de aluguel ou realmente viviam de favor, nas casas dos outros, aí fizeram inscrição no CSU eu acho e conseguiram a casa para morar, que não foi o nosso caso, nós tínhamos casa, entendeu, nós tínhamos casa, só que na rua que nós morávamos, nós que eu falo eu e minha

mãe, tá? Na rua que nós morávamos enchia d'água, porque era próxima a lagoa, então o que, que acontece? O solo já ara muito molhado, muito úmido, então qualquer coisa logo enchia d'água, então quando a chuva batia não tinha, não... como eu posso dizer? O solo não conseguia mais absorver aquela água da chuva, então é onde alagava nas casas, entendeu? Aí como isso acontecia constantemente, qualquer pancada de chuva alagava a rua e era aquele desespero aí foi onde a prefeitura pegou e tirou todas as pessoas de lá, porque a prefeitura botava bomba pra poder puxar a água, sempre ia a defesa civil pra ver nossas casas tudo cheias d'água, entendeu? Aí a prefeitura achou assim, alagou não tem como tirar daqui, né? Então vou tirar as pessoas daqui, aí foi onde a prefeitura pegou e aquelas pessoas que moravam nessa rua onde eu morava, no caso não só na minha rua se eu não me engano, mas três ruas próximas assim a minha, né, aí ela tirou e nos colocou aqui. Então tipo assim, eu não sou João ninguém eu tinha casa, só que a prefeitura foi lá e tombou, então foi uma troca, né, é bem diferente (...)

Assim como outras pessoas e aqui onde eu moro aqui próximo a maioria das pessoas, nós éramos vizinhos lá de baixo, eu morava no Santa Rosa, no Soldado Salvador Rosa, o nome da rua. Então assim, nós aqui, eu moro na 14, então a 13, a 12 nós somos tudo assim, conhecido, então é mais tranquilo de morar por conta de sermos conhecidos.

Este relato de Maria Clara demonstra a clivagem interna criada pelos próprios “moradores das casinhas” no sentido de se diferenciarem, e, conseqüentemente, livrarem-se do estigma que é ser *morador das casinhas*. Ele diz respeito ao fato de ser beneficiário de um programa social por necessidade, e de ser atendido por uma política pública como um direito a um local de moradia digno, considerando que a prefeitura não conseguia eliminar um problema natural, no caso os alagamentos, que era uma de suas funções.

Ela tem outro irmão que mora no outro lado da cidade, na região da Pecuária, e que segundo ela está sempre em sua casa. Inclusive no dia da entrevista a sobrinha de Maria Clara, filha de seu irmão estava lá sendo cuidada por ela.

A *necessidade* foi um tema abordado por Maria Clara ao responder o que significa ser moradora dos conjuntos habitacionais. A essa pergunta ela responde enfaticamente:

O que significa morar aqui? Necessidade. Eu preciso morar aqui. Entendeu? Eu moro aqui, porque eu tenho necessidade de morar aqui, porque eu não tenho outra opção, mas é o que eu falo e repito, a minha casa, pelo menos pra mim que sou pobre, sempre fui pobre, vim de família pobre, por mais que eu seja professora hoje, mas eu sou pobre ainda...

E completa...

Não sou pobre coitada, mas eu sou pobre ainda. Então tipo assim, a minha casa a infraestrutura da minha casa eu gosto muito da minha casa, sabe, porque tem dois quartos a sala um banheiro, entendeu, é minha casa, não pago aluguel, tenho um quintal, então tipo assim, eu gosto muito da minha casa eu falo e repito, se eu pudesse tirar, né Vida – inserindo sua namorada no contexto da conversa -, se a gente pudesse tirar nossa casa daqui e colocar em outro lugar eu colocaria, entendeu, porque assim, quando eu falo morar aqui necessidade, morar aqui nesse bairro, mas não morar aqui nessa casa. Entendeu? Eu gosto muito dessa casa, agora, morar aqui nesse bairro é por necessidade mesmo, porque eu não tenho pra onde ir, eu não vou pra outro lugar agora, eu não tenho condições de ir pra outro lugar, né, como eu falei no início. Mas é difícil morar aqui no Eldorado, é um dia de cada vez mesmo, mas eu acho, eu tenho esperança que um dia vai melhorar.

Conforme apontado quando falei da questão estrutural das casas, Maria Clara, assim como Mathias e os demais entrevistados, apontam que estruturalmente estão satisfeitos com suas unidades, sendo problemático o contexto local em que elas estão inseridas. Maria Clara fica muito incomodada de ser menosprezada pelo fato de morar na região de Santa Rosa, mesmo porque morar lá é uma opção. Embora saiba dos problemas que a localidade agrega, não acha justas as representações totalizantes que são veiculadas sobre ela.

Por sua vez, outra interlocutora que colaborou com a minha pesquisa foi Beth. Ela traz outros pontos de vista a respeito do seu local de moradia. Para ela morar no Morar Feliz, na verdade era o “Morar no inferno”. Esta expressão me chamou a atenção.

A conheci enquanto aplicava questionários no CIEP, ela e seu marido trabalham na zeladoria e portaria da escola. Eles moram nas *casinhas* do Eldorado.

O casal tinha uma filha de 16 anos que estudava na escola onde trabalho. Segundo minha interlocutora, a levava ao ponto de ônibus quando ia para a escola, pois nesta idade tem que vigiar e o retorno era feito com colegas que moram próximo.

Beth disse não gostar de onde mora, mas foi onde conseguiu ter sua casa. Sua fala mais que insatisfação expressava resignação frente as dificuldades em obter um imóvel em outro lugar. Antes de morar *nas casinhas*, Beth e sua família moravam no próprio CIEP, seu local de trabalho, em cima da biblioteca, pois ela

e seu marido foram pais sociais, num projeto de acolhimento desenvolvido pela instituição. Ela recordou com saudades do tempo em que foi mãe social e do trabalho que realizava.

Provocada a falar sobre sua vida em seu local de moradia Beth começou a falar da violência que assola o bairro. Segundo ela, em termos de violência, Terra Prometida – bairro vizinho à Santa Rosa -, é mais violenta. No entanto, “lá eles respeitam as pessoas”, ou seja, os moradores não eram incomodados, ao passo que, em Eldorado, isso não acontece, “não há um respeito”. Ou seja, a regra de não se incomodar o morador vista em muitas comunidades, analisadas em diversos estudos sobre criminalidade e favelas, que fazia com que as pessoas se sentissem relativamente seguras não era mais observada no lugar onde Beth e sua família moravam.

Ela atribuiu isso à mistura de pessoas de lugares diferentes, gente de outros lugares que foram levadas para lá reproduzindo o discurso corrente acerca do assentamento de pessoas “de fora” *nas casinhas*. Entretanto, a própria Beth era uma pessoa pertencente ao território e que foi assentada nos conjuntos.

Minha interlocutora ressaltou a ausência de instituições e equipamentos para atender a população, o que na verdade pode ser considerado uma insuficiência dos serviços em virtude do adensamento populacional provocado pela implantação dos conjuntos. Segundo Beth havia uma creche já construída a caminho do lixão perto das *casinhas*, mas que não havia sido aberta ainda, o que era um problema tendo em vista a quantidade de crianças que necessitavam do serviço. Beth atribuiu isso à falta de interesse político, pois, segundo ela tudo que se fazia na região era política, ou seja, em troca de votos.

Com afirmações muito genéricas acerca de sua vida no bairro, Beth deixou transparecer sua insatisfação em residir *nas casinhas*. Deixando mais evidente sua contrariedade com relação ao isolamento a que são relegados no interior do seu bairro em virtude da ação ostensiva do tráfico de drogas de varejo lá instalado, por isso, sua experiência de um “morar feliz” se comparava ao “morar no inferno”.

Por outra perspectiva agora, parto para a compreensão de como é ser jovem das e nas *casinhas*. Observei que assim como ocorreu nas entrevistas com os *moradores do bairro*, o teor da narrativa variou de acordo com o segmento que estava sendo perguntado - se jovem ou adulto -, e nelas estava

contida por parte dos jovens uma visão mais negativa a respeito de seu local de moradia fazendo com que eles desejassem sair de lá. O mesmo pode ser encontrado nos jovens moradores das *casinhas*.

Pelos relatos de diversos interlocutores pude depreender que os jovens se veem confinados no espaço doméstico. Mathias foi o personagem que tratou o tema de forma mais clara e objetiva, ao falar da liberdade de circulação que ele goza no território em face das limitações dos jovens.

Ele pontua que,

talvez - a liberdade de circulação - esteja relacionado a um perfil, por exemplo, um jovem, negro e esse jovem negro mesmo se não tendo um vínculo com a facção pode ser confundido ou simplesmente porque mora em uma região corre um certo risco. Como eu já sou uma pessoa de 48 anos de idade, branco, barba branca e a maioria das pessoas conhece "Ah, o pastor ali e tal". Não tenho grandes dificuldades, mas reconheço que os jovens da comunidade sofrem essa restrição (Mathias, pastor e advogado, 48 anos, morador do Eldorado).

Por isso, falar da juventude em de Santa Rosa é um aspecto peculiar, especialmente, no contexto dos conjuntos. Não foram poucas as vezes em que ouvi relatos de que os conjuntos eram complicados para os jovens. Creio que por isso não me cause estranhamento ter encontrado neste segmento o maior desejo em sair do local. Tive a oportunidade de entrevistar dois jovens *moradores das casinhas*. Ambos estudantes, com idades de 16 e 17 anos, a quem cheguei por meio de meu aluno que os conhecia da igreja. Vejam a igreja aqui mais uma vez cumprindo seu papel na sociabilidade.

Assim como os primeiros interlocutores, fiquei com receio de usar o gravador com eles optando por uma conversa na qual anotava pontos importantes para transcrevê-los ao chegar em casa. Aqui registro somente uma dessas entrevistas, entretanto, sublinho que minhas análises estão fundamentadas em todas as informações obtidas no campo.

A minha entrevistada foi a Késia, uma adolescente de dezessete anos que morava com a tia e outros quatro irmãos no Novo Eldorado.

Na manhã de uma segunda-feira recebi uma mensagem de *whatsapp* de Késia me perguntando se poderia realizar a entrevista naquele dia que era um feriado. Fiquei animada, pois na última conversa que tivemos ela pediu que a aguardasse entrar em contato, então, esperava que desistisse da entrevista. Respondi positivamente à mensagem e marcamos para às 14h. Ela me passou o endereço que para minha surpresa não era em Santa Rosa. O endereço

indicava um bairro bem distante do seu local de moradia, em um prédio de classe média, em Parque Aurora.

Késia informou que mora na região desde seu nascimento. Primeiro em Nova Campos, onde morava com sua avó; depois foi para o Novo Eldorado morar com sua mãe, hoje falecida em razão de um infarto. Atualmente ainda reside neste bairro, agora com sua tia que a adotou juntamente com seus quatro irmãos, desde o passamento de sua genitora.

Sua tia foi morar nas *casinhas* porque pagava aluguel e lhe sobrava pouco dinheiro. Atualmente a tia vive do bolsa família e da pensão do pai das crianças, seus irmãos e primos.

Perguntei-lhe como era morar naquela região, e com um sorriso de canto de boca disse que não era muito bom não porque não tinham liberdade, segundo ela “*Vivemos como se fosse num cativoiro*”. Uma fala que se coaduna com a opinião de vários outros entrevistados como já tive a oportunidade de pontuar.

Ela disse que ninguém fica na rua, somente dentro de casa por isso sempre que pode ela vai para Nova Campos ou para o Parque Aurora porque em casa não tem internet, e pelas regras de sua tia *eles só podem ficar em casa*. A tia não os deixava na rua por causa do risco de tiros e pelo argumento de que *na rua não tem nada de bom*.

Quem fica nas ruas são *os meninos*, expressão usada para se referir aos jovens que estão envolvidos na economia do tráfico de drogas de varejo e/ou associados à alguma das duas facções. Na sequência, perguntei qual era o problema do lugar onde mora e ela respondeu serem as brigas de facções, *é muita violência. Eles são covardes e cruéis*.

Perguntei por que? E numa resposta rápida e objetiva ela disse que é porque eles matam as pessoas.

Mostrou-me a mensagem de *whatsapp* que recebera de sua irmã de onze anos que ficou em casa, no Novo Eldorado, e que relatava para ela mais uma morte ocorrida em Santa Rosa. Era o assassinato de uma jovem perto de um supermercado conhecido no bairro. E sua irmã, com tão pouca idade, mas já muito afetada com aquela realidade em tom de revolta escreveu “*O que vai ser da família dessa jovem? ... Tomara que quando essa pessoa morrer ela vá direto para o inferno*”.

Este relato ilustra mais uma vez o fato de que não é sem indignação que as pessoas se submetem àquela ordem social, sendo o ressentimento um dos sentimentos mais presentes na percepção dos jovens sobre seu local de moradia.

Neste ensejo, outro ponto que ela abordou foi sobre a intromissão do tráfico na vida de todos controlando até com que se pode namorar. Relatou que atualmente está namorando um rapaz de Parque Prazeres, bairro adjacente ao Santa Rosa. E cuja realidade é bem próxima.

Segundo ela onde ele mora também tem problema com os traficantes, mas não é como no seu bairro. Isso porque as disputas no Parque Prazeres não têm as características de espaço conflagrado como a região do Santa Rosa. A questão territorial apascentada tornam as situações bem mais previsíveis, e, conseqüentemente, mais manejáveis no decurso da vida diária.

Temendo problemas ela disse que ele somente irá à sua casa quando ela autorizar, quando considerar que deve ir até lá. Késia conheceu seu namorado num projeto de iniciação musical desenvolvido pela Polícia Militar. E disse que pelo fato de ser do bairro vizinho ela não terminaria com ele, pois não deixaria de ser feliz por causa “*dos meninos*”, porque eles continuam as vidas que escolheram. Já participava do projeto “escondido”, reforçou ela, porque o projeto era da PM.

Relatou que houve um episódio em que foi participar de uma apresentação num grande teatro de Campos, se descuidou esquecendo-se de tirar a camisa do projeto indo para casa com ela – sempre levava consigo uma blusa na bolsa -, quando chegou no bairro estavam *os meninos* lá. Ela colocou a jaqueta, mas desconfia que eles tenham visto o símbolo do batalhão que ficava nas costas, mas ela tentou esconder. Deixou aparecer somente o nome do projeto que fica na frente da camisa. Segundo ela, teve a impressão de que eles a acompanharam e a chamaram, mas ela nem olhou para trás, seguiu rápido para casa. Falou que recebe cantadas dos meninos, mas *não dá ideia*.

Embora tenha relatado que ela e os irmãos não ficam nas ruas do bairro, disse que os irmãos mais velhos circulam sim, e isso gera muita preocupação. Por essas questões Késia tem o desejo de sair de onde mora, tendo como entrave principal a necessidade de levar a família toda. Por isso, ela nutre o

sonho de ganhar um bom prêmio nos sorteios de um título de capitalização local para tirar todos de lá.

Perguntei sobre as amigadas dela no bairro, ela disse não ter muitos amigos. Seus amigos são uns antigos que cresceram com ela, mas que não são muitos. Citou o meu aluno que a indicou e outro rapaz com que também falei, que, segundo ela, *são da igreja, estudam, querem alguma coisa que não seja estar no tráfico*. Mas relatou com certo desapontamento que até os colegas que antes não se envolviam, agora estão também envolvidos no tráfico. Disse não se relacionar muito com os jovens mais novos que a consideram metida e olham estranho para elas.

Késia estuda numa escola situada na região central de Campos. Perguntei o porquê de estudar longe de sua casa e ela disse que é pelo fato do ensino da escola onde estudava não ser bom. Ela estudava em uma escola municipal na região, onde disse que normalmente entrava 13h e às 16h já estava indo embora o que, para ela, isso não era bom para quem estava na fase do ensino fundamental, ou seja, do 5º ao 9º ano. Lá o *“ensino não é direito, a alimentação não atende às necessidades”*, foram suas palavras. Mas, suas duas irmãs ainda estudavam em escolas da região onde segundo ela ficava gente armada.

É possível perceber que para os jovens a visão sobre o local de moradia encontra menos aspectos positivos do que para as pessoas de mais idade tendo em vista que suas vivências são marcadas por ações violentas, seja por parte do Estado na insuficiência de recursos e serviços de qualidade, seja por ação do tráfico. O que acaba por confiná-los ao âmbito doméstico, restringindo-lhes as oportunidades de diversão, cultura e lazer, e no limite de circulação.

Situação extremamente dramática para um segmento social ávido por experimentações e descobertas, onde até sua afetividade é regulada por agentes externos às suas vidas, como se pode ver no relato de Késia. Por isso, o desejo é sempre de sair. Entretanto, não foi incomum observar os puxadinhos em muitas casas por conta de casamentos dos filhos e a construção de sua habitação no mesmo quintal dos parentes.

E, é possível que isso se dê em virtude da pouca circulação dos jovens pela cidade, pois, pude constatar com os meus interlocutores um número expressivo de relacionamentos com vizinhos ou pessoas dos bairros próximos.

Este capítulo foi escrito com o propósito de explicar um dos elementos que dão o tom à configuração ao aglomerado do Parque Santa Rosa, a saber a implantação do Programa Morar Feliz. Mais do que analisar a política, meu intuito é demonstrar algumas características deste espaço dentro da região e de seus residentes.

Pude entender que habitar com outras pessoas não significa necessariamente conviver com elas dadas as peculiaridades do território produzidas em parte por influência da ação estatal. Pois, não desconsiderando os méritos da política a falta de ajustes na sua elaboração e execução acaba por redundar em consequências deletérias para a sociabilidade local, como a sobrecarga da utilização dos serviços e redes de atendimento. E acarretando em avaliações depreciativas sobre seus beneficiários que acabou produzindo um estranhamento e afastamento entre os comunitários sem que este afastamento faça sentido em termos fáticos dentro daquela realidade.

A riqueza das informações obtidas nesta etapa da pesquisa me trouxe os subsídios para a discussão do próximo capítulo que será sobre a relação de interdependência entre os *moradores das casinhas* e os *moradores do bairro*.

CAPÍTULO 4. DO “MORAR FELIZ” AO MEDO DE MORAR: NOTAS SOBRE AS RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES NA SOCIABILIDADE LOCAL COM A CHEGADA DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS

“Morar Feliz é morar bem!”
(M. E., aluna do Rotary, 2016).

Esta frase foi escrita por minha ex-aluna num texto em que relatava sua experiência de vida na região de Santa Rosa, que foi produzido a partir de uma proposta pedagógica em que pedi para que os alunos discorressem sobre a vida em seu local de moradia e cujo material compôs meu conjunto de dados para as análises aqui desenvolvidas⁹⁰.

Em seu texto M. E. mesclou queixas gerais sobre os aspectos estruturais do bairro (como a necessidade de asfalto, rede de esgoto, transporte público eficiente etc.) com elogios de caráter subjetivo, como, por exemplo, a relação com sua vizinhança. De um modo geral, minha aluna construiu uma narrativa positiva sobre o “morar” na região de Santa Rosa.

Contudo, uma coisa muito interessante para mim foi o fato de que ela, diferentemente de outros interlocutores, inclusive seus colegas de sala, aludiu ao “Morar Feliz” não como uma coisa negativa que foi implantada lá, e sim como mais um espaço integrante da região que deveria ser olhado com o mesmo cuidado que o restante do bairro, e não como mais um problema em Santa Rosa. Assim, a frase que abre este capítulo encerrou com efeito o texto da aluna, e me serviu como um material importante para pensar a relação entre o “Morar Feliz” e a sociabilidade em Santa Rosa.

Este preâmbulo vem introduzir a discussão sobre o impacto do PMF nos processos de interação presentes em Santa Rosa, posto que o ponto de vista de M. E. não é a regra quando se fala neste assunto. Ao contrário, a percepção geral é a de que a implantação dos conjuntos foi responsável pelo acirramento dos problemas locais, especialmente, no que tange as questões da criminalidade

⁹⁰ Realizei nos anos de 2016 e 2017 uma dinâmica pedagógica com debates sobre a vida e a violência na região de Santa Rosa, após os debates solicitei que os alunos produzissem um texto discorrendo sobre sua vida em seu local de moradia. Neste trabalho foram produzidos 117 textos em que foram analisadas as narrativas sobre os problemas e qualidades do local de moradia, a natureza das relações de vizinhança e aspectos sobre a sociabilidade dos anos (vide formulário em anexo).

violenta. Uma situação que claramente afeta a interação entre os sujeitos da minha pesquisa.

Por isso, depois de ter compreendido minimamente os contornos técnicos e políticos do Programa “Morar Feliz” cabe seguir agora para o ponto que mais me interessa a seu respeito, ou seja, analisar como ele interferiu nos processos relacionais entre os moradores da localidade estudada. Minhas análises são subsidiadas pelos materiais produzidos nos grupos de discussão, pelas entrevistas e observações diretas que me permitiram maior aproximação com a dinâmica social de Santa Rosa.

Neste capítulo falarei sobre os modos como se constituem as relações sociais entre seus habitantes considerando a dicotomia produzida pelo PMF, que foi apreendida pelas categorias “moradores do bairro” e “moradores das casinhas”, traduzida em interações ambíguas de amizade e tensão na região estudada.

Pretendendo analisar a *sociodinâmica da estigmatização* (ELIAS; SCOTSON, *op.cit*, p. 23) em Santa Rosa busquei compreender os processos sociais que possibilitavam que um grupo conseguisse reforçar um estigma sobre outro. E o que tornou a questão mais interessante na região do meu estudo foi o fato de que o grupo que estigmatiza, também era estigmatizado, conforme venho demonstrando com os argumentos acerca das representações sobre Guarus em geral, e, Santa Rosa, em particular. Relatos como os que se seguem ajudam ilustrar o que pretendo abordar.

E as pessoas também acham que as pessoas que moram em Santa Rosa são aquelas pessoas faveladas que gostam de brigar, que gostam de briga e que gostam de arrumar confusão. Mas nem todas são assim. (Relato do Grupo de Jovens da Igreja Batista, junho de 2016).

- O povo fala assim: “Guarus”, aí, já acha que é Santa Rosa.
- Quando fala Santa Rosa...
- “Santa Rosa”?
- Aconteceu até uma coisa em Guarus... O povo já pensa o quê? Que é Santa Rosa. (Relatos do Grupo de Mulheres da Igreja Batista, julho 2016)

Estes excertos servem para demonstrar minimamente os preconceitos e discriminações criados em relação aos moradores de Santa Rosa. Com um efeito ainda mais nefasto quando representações como essas são reproduzidas

por gestores públicos da cidade ao não conseguirem compreender as complexidades da vida na periferia e assim desenvolverem políticas públicas efetivas para estes espaços. A fala reproduzida abaixo foi de um interlocutor da área de segurança pública com quem conversei:

you fala Santa Rosa e you lembra de Santa Rosa, Custodópolis, rua do Beco entao you deve ter feito na sua pesquisa de campo, como you fez. E acha que nós não estamos nem em Campos, de tao perto que é, e a diferenca é tao grande de até o jeito de falar das pessoas lá é diferente de nós aqui, muito diferente e acho que you percebeu isso, né? (Superintendente Municipal de Defesa e Paz Social de Campos dos Goytacazes, maio de 2017).

No decurso de nosso diálogo ficou claro que para meu interlocutor as “diferenças” das pessoas que moram na região de Santa Rosa eram vistas por um prisma pejorativo demonstrando que os hábitos e condutas exibidos na localidade se afastavam de padrões tidos como “civilizados”, e que marcavam mais uma vez as diferenças entre o “outro lado”, Guarus, e o lado direito da cidade. Vejamos.

Bem próximo e como eu te falei até o sotaque da pessoa que mora ali em Santa Rosa, Eldorado e Codim é diferente do nosso, e, do lado... a gente mora perto, vai em Travessão e incrível é a mesma cidade, é a mesma coisa, não tem essa distância nem demograficamente falando não é longe pra gente poder ver tanta diversidade assim de pensamento, de gênero e de conduta e eu acho que com o passar do tempo as coisas foram só piorando e criou-se isso (...) (IDEM).

Falas como estas servem para ilustrar a dinâmica da relação entre os dois lados da cidade e demonstram que já faz parte da vida das pessoas de Santa Rosa se defenderem dos preconceitos produzidos pelos moradores da sede. Por sua vez, com respeito aos “moradores das casinhas” se agrega o redirecionamento interno destes preconceitos.

Por isso, desejei entender esse duplo movimento realizado pelos “moradores do bairro”, que é enfrentar os preconceitos que lhe são direcionados, na mesma medida em que os reforçam internamente quando se trata da relação com os “moradores das casinhas”. Conseqüentemente, analiso também os modos como os “moradores das casinhas” respondem a esse duplo processo de estigmatização de que são vítimas e que constituem o processo de interdependência que dão tom daquela configuração.

Esta não é uma questão nova, pois também foi observada por Assis (2016), para a qual ele utilizou o termo *desqualificação moral*. Embora ele não tenha se debruçado especificamente sobre ela devido os seus propósitos, foi interessante a forma como ele a focalizou.

Para este autor, numa

disputa moral envolvendo moradores antigos e os moradores novos, é cunhada uma nova categoria moral: “morador de casinhas”. Esta designa o outro genérico “responsabilizado” pelo aumento da violência no bairro. (...) os “moradores” das “casinhas” ou o “povo das casinhas” não são enquadrados como sendo “desqualificados” profissionalmente, nem capiais, e sim “violentos”, um grupo que, do ponto de vista dos moradores antigos, gera *desconfiança* (ASSIS, *op. cit.*, p. 189).

Já pelo meu enquadramento analítico meu objetivo foi, para além de constatar essas questões, compreender como essa categoria traduz a dinâmica de interação a partir dos laços de interdependência que unem, separam e hierarquizam indivíduos e grupos sociais (ELIAS; SCOTSON, *op. cit.*, p.90). E fiz isso relacionando falas, práticas e condutas que dão origem a uma configuração do tipo estabelecidos-outsiders seguindo o modelo de Norbert Elias.

A configuração estabelecidos-outsiders em Santa Rosa: um modelo baseado em Winston Parva

Winston Parva foi o nome fictício atribuído a uma pequena comunidade inglesa onde Norbert Elias e John Scotson desenvolveram estudos sobre a relação entre suas diferentes áreas, lá focalizaram a questão sobre como os diferenciais de poder permitiam a um grupo criar estigmas e preconceitos em relação a outros.

Segundo os autores essa comunidade tinha por núcleo um bairro relativamente antigo, e, ao redor dele, duas povoações formadas em épocas mais recentes. Nela *todo o arsenal de superioridade grupal e desprezo grupal era mobilizado entre dois grupos que só diferiam no tocante a **seu tempo de residência no lugar*** (ELIAS; SCOTSON, *op. cit.*, p. 21, grifos meus).

Assim, uma questão importante para os autores foi saber que características estruturais da comunidade em desenvolvimento em Winston Parva ligavam os dois grupos de tal maneira que os membros de um deles

sentiam-se impelidos a tratar os de outro, coletivamente, com certo desprezo, como pessoas menos educadas e, portanto, de valor humano inferior, se comparadas com eles (idem, p. 24).

Para tanto adotaram como categoria analítica o par de termos relacionais, “estabelecidos e outsiders”, a fim de compreender aquela configuração. Os estabelecidos – ou *establishment* que é o termo que descreve uma forma tipicamente inglesa de conceituar relações de poder - era o grupo que se autopercebia, e que era reconhecido, como uma “boa sociedade”, mais poderosa e melhor; ao passo que os *outsiders* eram os não membros da “boa sociedade”, os que estavam fora dela.

Por esta perspectiva os autores conseguiram ver as limitações de qualquer teoria que explicasse os diferenciais de poder tão-somente em termos da posse monopolista de objetos não humanos – armas ou meios de produção - , e que desconsiderasse os aspectos figuracionais dos diferenciais de poder que se devem puramente a diferenças no grau de organização dos seres humanos implicados (*ibidem*, p. 21). Observaram também que os diferenciais do grau de coesão interna e do controle comunitário podem desempenhar um papel decisivo na relação de forças entre um grupo e outro (idem).

O referido estudo originou o livro “Os estabelecidos e os Outsiders”, publicado no ano de 1965, em que ficou demonstrado que a complementaridade entre carisma grupal e a desonra grupal (dos outros) era um dos aspectos mais significativos do tipo de relação *estabelecidos-outsiders* encontrada em Winston Parva.

Assim, foi inspirada neste importante trabalho que me dispus a analisar como uma configuração deste tipo se constituiu em Santa Rosa a partir relação de interdependência entre os “moradores do bairro” - os estabelecidos -, e os “moradores das casinhas” - os *outsiders*. Importa ressaltar que esta perspectiva analítica também já foi adotada por Mota e Mamani (2012), e Azevedo, Timóteo e Arruda (2013) em suas análises sobre a implantação do PMF em outros espaços da cidade de Campos dos Goytacazes, demonstrando assim sua fecundidade.

Ressalto que não em minhas reflexões não realizo uma transplantação literal das análises de Elias e Scotson, uma vez que o contexto focalizado por estes autores congregava uma relativa igualdade de recursos materiais e de

classe. Assim, os diferenciais de poder aos que se referem calcavam-se em discriminações de caráter eminentemente morais. O que não ocorre em Santa Rosa, uma localidade que congrega importantes heterogeneidades, em termos matérias, laborais, culturais etc.

Por isso, o uso analítico que faço dessa categoria se relaciona ao local da moradia, ou seja, faz diferença ser morador de um dos bairros⁹¹ que compõem o aglomerado e ser morador dos conjuntos habitacionais, sendo portanto um uso muito específico dessa abordagem.

Lá os diferenciais de poder não estão necessariamente ligados a recursos materiais, mas sim a um universo de representações acerca da reputação dos envolvidos na interação, isto é, bastava ser “morador das casinhas” para ver-se com status inferiorizado frente aos demais moradores do bairro como, por exemplo, carentes ou violentos. E isso, mesmo que não correspondesse a uma inferioridade em termos materiais no tocante a muitos aspectos.

Para ilustrar o que digo realizei uma comparação simples sobre as condições de moradia de alguns moradores dos conjuntos com outras casas da região como, por exemplo, o condomínio Terra Nova⁹², por exibirem padrões estruturais semelhantes. As fotos abaixo cedidas por três de meus interlocutores me permitem tecer alguns comentários a este respeito.

⁹¹ Para lembrar estou trabalhando com o bairro Santa Rosa e adjacências, a saber: Nova Campos, Novo Mundo, Novo Eldorado, Santa Clara e Eldorado.

⁹²As casas de dois quartos do Condomínio Terra Nova possuem área privativa: 47 m², ao passo que as casas do Morar Feliz possuem uma área construída de 43,08 m². Ambas são casas geminadas.



Figura 15: Sala da "casinha" de Maria Clara. Acervo pessoal. 2017.

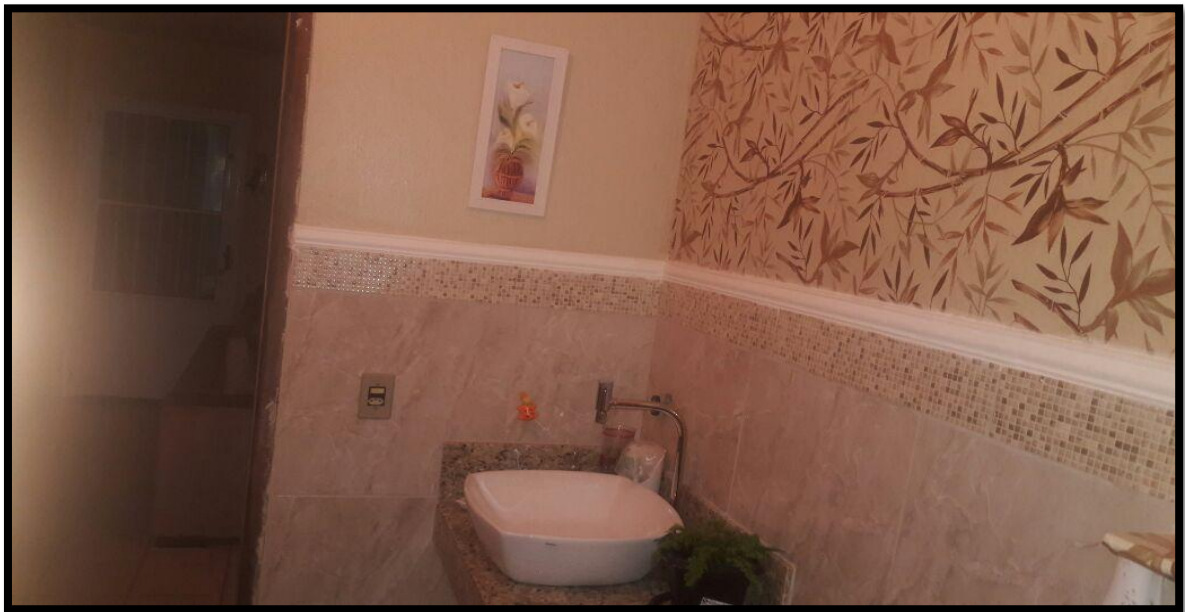


Figura 16: Banheiro da "casinha" de Maria Clara. Acervo pessoal. 2017.



Figura 17: Sala da "casinha" de Reginaldo. Acervo pessoal. 2017.

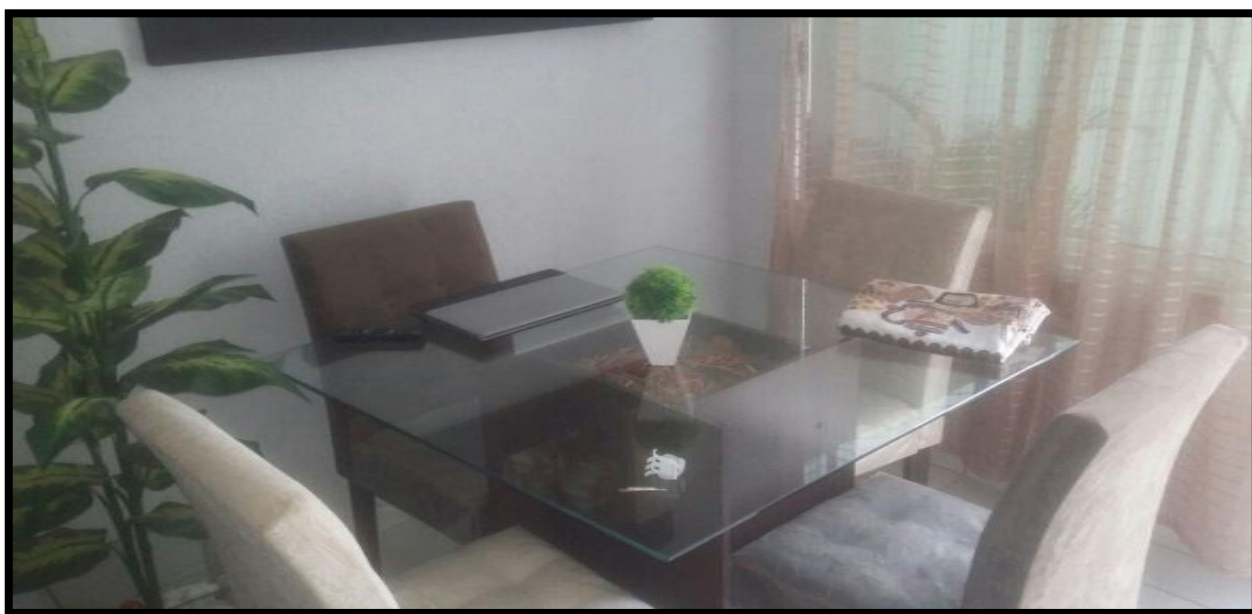


Figura 18 Sala de jantar da "casinha" de Reginaldo. Acervo pessoal. 2017.



Figura 19: Sala da casa de Karina - Condomínio Terra Nova. Acervo pessoal. 2017.

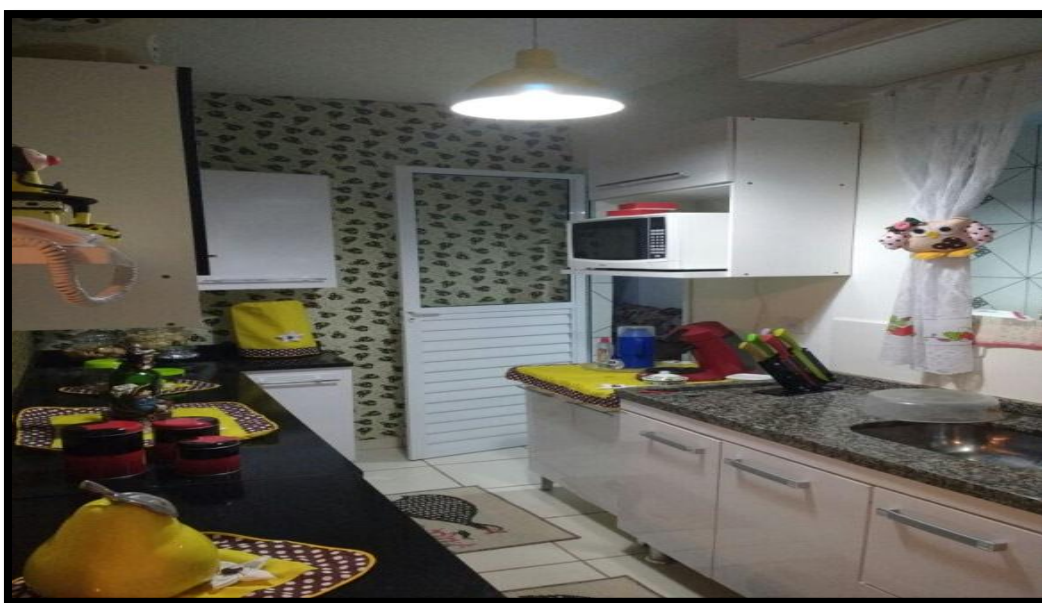


Figura 20: Cozinha da casa de Karina - Condomínio Terra Nova. Acervo pessoal. 2017.

Tento demonstrar por meio destas fotos as similaridades entre as *casinhas* e outras residências na localidade que, além de não apresentarem grandes diferenças em relação às dimensões e estrutura dos imóveis, também não destoam muito quando são comparados quesitos como conforto e objetos de consumo.

Ademais, outras características também aproximavam aqueles moradores, por exemplo, Maria Clara e Karina eram minhas colegas de trabalho

na escola e oriundas da região de Santa Rosa, o que leva a deduzir que possuíam características socioeconômicas e culturais semelhantes. O próprio Mathias, *morador das casinhas* e citado no capítulo anterior, é contador e advogado.

Esses são somente alguns dos elementos que permitem compreender que os processos de inferiorização percebidos na interação entre os “moradores das casinhas” e os “moradores dos bairros” estavam muitas vezes ancorados mais em seus aspectos simbólicos do que em elementos materiais.

Ainda pensando nos aspectos estruturais, em algumas situações se podia até mesmo encontrar uma certa vantagem dos “moradores das casinhas” em relação a alguns “moradores do bairro” porque como um espaço planejado as condições infraestruturais às vezes assistiam bem mais aos “moradores das casinhas” do que algumas pessoas de sua vizinhança. Exemplar disso foi a fala que se segue:

Olha, onde tem o Morar Feliz dentro do conjunto, as demandas são diferentes. Por que? Se eles já têm o “asfalto”, tem a rede coletora de esgoto, e tem água, luz, aí as demandas lá já são bem diferentes. Aí já são problemas, principalmente, ligados à violência, né?! (Subsecretário Municipal de Governo de Campos dos Goytacazes, julho de 2016).

Entretanto, no discurso corrente em diferentes espaços da cidade todos esses elementos são ofuscados pelos preconceitos direcionados aos espaços das *casinhas*. Acrescente-se a isso ainda as representações de senso comum que se reiteravam por falas como a que transcrevo abaixo e que reforçavam os preconceitos.

(...) Depois que o governo criou o projeto (sic) Morar Feliz e colocaram um conjunto no meu bairro onde antes era um grande terreno baldio, as coisas mudaram misturaram pessoas de várias partes da cidade e colocaram lá. As facções se misturaram e desde então muitos roubos e assassinatos têm acontecido e nós moradores perdemos a paz, sair na rua sempre tem sido um perigo, medo de ser assaltado, perseguido ou até mesmo vítima de uma bala perdida. Eu gostava muito do meu bairro, agora não vejo a hora de sair de lá (Y., Nova Campos, GD do Rotary II, 2016).

Nesta fala é importante ressaltar que o argumento de que as pessoas foram *misturadas* e que vieram muitas pessoas de fora se mostra parcialmente enganoso pelo fato de que muitos dos moradores dos conjuntos já habitavam o

território, não sendo necessariamente *outsiders*, como pude constatar com algumas entrevistas.

Houve a tentativa de alocação das pessoas próximas ao seu território de origem bem como a de manter seus círculos de amizade e vizinhança. E, de fato observei isto nesta pesquisa⁹³ em casos como o de Maria Clara que mora próxima a sua mãe, de D. Joana com filhos e irmã perto de sua casa, que são pessoas oriundas da mesma localidade e alocadas próximas de familiares e amigos. Além disso, já tive a oportunidade de chamar atenção para o fato de que somente um dos meus entrevistados *morador das casinhas* pode efetivamente ser chamado de *outsider*.

O trabalho de Arruda também ajuda a corroborar esta minha análise no contexto de Santa Rosa. Na tabela abaixo produzida pela autora é possível ver um dado interessante, das pessoas entrevistadas por ela nos conjuntos do subdistrito de Guarus, a grande maioria era originária do local onde foi assentado, chegando o conjunto de Santa Rosa ao percentual de 93,2%.

Tabela 1: Distribuição do local de origem dos entrevistados, em %.

Conjuntos do Morar Feliz	Campos - Distrito Sede	Guarus - Subdistrito	Tapera/ Ururá - Subdistrito	Demais distritos de Campos	Outras Cidades	"Sem teto"
Conjunto em Campos - Distrito Sede						
Jóquei	58,2%	16,4%	17,9%	7,5%	-	-
Penha	42,9%	-	25,0%	32,1%	-	-
Conjunto Subdistrito de Guarus						
Aldeia I	-	100,0%	-	-	-	-
Eldorado I	-	88,0%	-	4,0%	-	8,0%
Eldorado II	1,4%	91,3%	-	7,2%	-	-
L. das Pedras	-	100,0%	-	-	-	-
P. Prazeres I	14,29%	78,57%	-	7,14%	-	-
P. Prazeres II	-	100,0%	-	-	-	-
Santa Rosa	-	93,2%	-	6,8%	-	-
Conjunto Subdistrito Tapera/ Ururá						
Tapera I	-	3,6%	96,4%	-	-	-
Tapera II	-	-	93,3%	3,3%	3,3%	-

Fonte: Arruda, 2013, p.142.

Conquanto este argumento, não desconsidero a crítica de Arruda sobre o fato de que não se mostrou incomum a edificação de conjuntos habitacionais

⁹³ E também nos conjuntos do "Morar Feliz" nos quais trabalhei quando atuei na pesquisa do "Novos Territórios Urbanos", especialmente nos conjuntos de Parque Aldeia.

que reuniam moradores de diferentes locais, separando grupos de vizinhos já estabelecidos, ocasionando a perda de laços necessários ao pleno estabelecimento dessas famílias em seu novo local de moradia (ARRUDA, *op.cit.*, p. 83). Isso de fato ocorreu, em alguns lugares mais, outros menos.

Mas, considero importante sublinhar essa característica nos conjuntos da região de Santa Rosa onde notei a manutenção de determinados laços sociais presentes nos locais de origem das pessoas, decorrendo disso que sua crítica não pode ser generalizada quando analisamos esses conjuntos.

Por sua vez, retomando a citação de Y. Ela me permite adiantar uma outra questão que desenvolverei nos próximos capítulos, ou seja, o aumento da sensação de insegurança produzida pelo aumento dos roubos, perseguições e assassinatos, segundo ela sugere.

O que ela aborda é um sentimento que tem se disseminado por muitas cidades brasileiras, dentre elas, Campos dos Goytacazes. Não sendo essa condição exclusividade, portanto, de Santa Rosa e tampouco dos conjuntos habitacionais.

Na perspectiva de Y estão em questão as representações sobre o território de Guarus como um todo, visto como um território da pobreza e da violência. Atualmente, o que se observa é um outro processo, ou seja, o redirecionamento dos preconceitos decorrentes dessas representações aos espaços dos condomínios. Muito elucidativa a este respeito foi a entrevista que me concedeu o policial civil que atua na delegacia de polícia da região. Segundo ele:

Guarus desde que eu conheço Guarus eu sempre trabalhei assim quando eu entrei na Polícia Civil e voltei e Guarus sempre teve um alto índice de criminalidade e homicídio sempre foi um índice muito alto, eu sou morador e costumo falar com as pessoas, “rapaz é porque vocês não conhecem” eu fui nascido e criado em Guarus, eu sou de Parque Prazeres, você conhece Parque Prazeres? Parque Prazeres quando eu fui com minha família e nós fomos morar em Parque Prazeres não tinha calçamento e era um matagal, a coisa mais triste e Parque Prazeres começou a ser desbravado assim quando nós chegamos lá e eu acompanhei esse crescimento de Parque Prazeres e teve uma época que todo dia morria gente, todo final de semana morria, tinha dois, três e eu lembro que eu via gente armada andando na rua e a gente não podia ir numa quadra de futebol porque o cara atravessava com uma 12 na mão e hoje

não acontece naquela parte mais antiga de Parque Prazeres, não sei se você conhece ali...

(...) hoje é assim em relação ao que eu vivi ali, o que eu vi ali eu falo isso que eu perdi a conta nos dedos de pé e mão a quantidade de gente que morreu naquela época então Guarus sempre foi muito violenta e ela, a violência pode ter migrado né, tipo, migrou dessa área do Parque Prazeres que já foi muito violenta hoje pro Santa Rosa e Eldorado, mas Guarus sempre foi muito violenta e não foi essa questão da de suporte da construção de casinhas e mistura né de que fez com que isso aumentasse e sempre existiu e hoje há essa pseudo disputa, mas sempre existiu e Guarus sempre foi muito violenta em virtude mesmo dessa questão de ser periferia e de estar sempre abandonado pelo poder público e essas questões de educação, de todo um contexto social que favorece esse tipo de coisa (Inspetor da 146ª DP, abril de 2017).

Assim, cotejando as falas de Y. e do policial é possível entender um pouco dos preconceitos que permeiam a relação entre os “moradores do bairro” e os “moradores das casinhas” que são alimentados pelas desigualdades que diferenciam os indivíduos naquela configuração, e é agravada pela criminalidade violenta na cidade em geral, e, em Guarus, em particular. Posto que a questão da insegurança na região é um problema de longa duração.

A reprodução dos preconceitos também se dá com falas como as de D. Inah, uma senhora cega de oitenta anos, com pouca atuação da vida atual da comunidade, mas que compartilha das representações explicitadas por Y. e de vários outros interlocutores. Vejamos.

(...) Do meu tempo tem poucas pessoas, uns já morreram, outros estão vivos, mas não tem mais o que tinha antes. Antigamente tinha muita gente, mas não tinha gente assim. Aqui tinha enchente, nas enchentes para arrancar mato, a gente fazia isso tudo, mas com todo prazer, todos sorrindo, dando risada, brincando. Mas hoje em dia nada, hoje em dia eu vou ali na porta da dona Suzana que eu tenho que dar um recado para ela, você já fica com medo de falar que vai lá. Então, modificou muito mesmo, mas modificou pela presença das pessoas.

Pesquisadora: O que trouxe as pessoas estranhas para cá? Por que elas vieram para cá?

Eu não sei, minha filha, não sei porque vieram para cá. Eu sei que, de repente Rosinha fez casinhas em tudo que é lugar, logo, logo as casinhas se encheram de gente, logo, logo está acontecendo as coisas mais fortes para o lado das casinhas

Entretanto, também foi possível observar na interação entre os sujeitos da minha pesquisa outras dinâmicas baseadas em relações familiares, afetivas, comerciais e laborais. Muitos dos meus entrevistados, de ambos os grupos,

estabeleciam algum tipo desses relacionamentos, não se apresentando como ilhas estanques dentro do território, como não podia ser diferente. Isso porque o centro da vida da região estava no bairro Santa Rosa por agregar escolas, comércio, posto de saúde, quadras de esporte, igrejas etc. que eram frequentados por ambos, vide figura 7.

De um modo geral, um fator positivo na vida em Santa Rosa citado por meus interlocutores era a relação com a vizinhança, mesmo que ela se restringisse a um grupo muito pequeno e seletivo. Isso sendo demonstrado toda vez em que eram perguntados sobre o que havia de bom em Santa Rosa. Os excertos abaixo são ilustrativos disso.

Pesquisadora: Isso! Que que tem de bom aqui?

- É, pra mim são os meus vizinhos, né?!Pra mim, eu não tenho nada o que dizer. Moro aqui acho que é trinta e três anos (D. Rita de Cássia, “moradora do bairro” março de 2016).

Pesquisadora: O que te faz gostar de Santa Rosa?

Silmara: O que me faz? ...As pessoas, o lugar também não é ruim.

As amizades que a gente tem poucas, mas são valorosas (Silmara, “moradora do bairro”, outubro de 2016).

Entretanto, esse sentimento vai diminuindo de acordo com que a distância física vai se estabelecendo entre os “moradores do bairro” e os “moradores das casinhas”, que acabam se transformando em distâncias sociais. Expressões como “lá pra cima”, “na outra rua”, “mais lá pra baixo” demarcam o distanciamento acompanhado dos preconceitos e do medo que vão se reproduzindo.

Violência, todo lugar tem! Pelo “menos” aqui aonde eu resido, é pouco, é mais tranquilo. O problema é mais **lá pra cima**.

“Negocio” de facção, essas coisas entre eles mesmo **pra lá**. As vezes fazem toque de recolher, coisas deles pra lá, porque eu quase nem vou **pra lá** (Silmara, idem, grifos meus).

O Eldorado sempre tem muito problema, **lá é** um negócio feio e bravo (...)as vezes aparece naquela lagoa e **dali pra lá** que é o bravo e **de lá pra cá** é maneiro (Dona Estela, “moradora do bairro”, fevereiro de 2016, grifos meus)

E, numa disputa por recursos escassos como o reconhecimento social e a segurança os “moradores das casinhas” acabam por serem responsabilizados

pelos problemas do lugar. E, no limite depreciados por serem assistidos por uma política assistencial. São relatos como o que se seguem que apresentam as hierarquias que se constroem nesta relação.

Num primeiro momento identifiquei estas questões por meio da narrativa de que o bairro estava sendo “abandonado” pelas pessoas que poderiam produzir boas referências, ou, dito de maneira mais clara, pessoas que se afastam da condição de pobreza e carência material, como é comum nas representações sobre o lugar, e que levam consigo comportamentos e hábitos entendidos pelo meu interlocutor como “civilizados” e que deveriam ser replicados na socialização dos demais habitantes do bairro. É o que expressa a fala de Pedro Ernesto.

É...Um sentimento é...Ruim porque tudo que a gente gostaria é que as pessoas se desenvolvessem mais financeiramente, continuassem a morar no bairro. (...) Porque o que faz o crescimento do bairro é a “estrutura” que os próprios moradores conquistam. (...) Mais infelizmente a maioria, quando tem umas condições melhor eles procuram mudar daqui do Parque Santa Rosa por “causa” da violência, por “causa” da situação que vive o bairro.

E hoje em dia, mesmo a gente tendo um entendimento da importância dos programas sociais da casa popular. Mas a quantidade de casas popular que foi feita aqui na região, foi muito grande e trouxe muitas famílias que já viviam essa “história”, na qual estou falando pra você anteriormente e que acumulou mais...

Ah...Às famílias de nível inferior, de educação inferior, e isso vem criando mais “problemas” aqui dentro do nosso bairro, dentro da nossa região.

Então a violência aqui em vez de ter diminuído, ela cresceu muito e assusta as pessoas que preza pelo bem e quer preservar mais a família. Então por esse motivo, muitos chefes de família vão abandonando aqui o bairro e indo comprar uma em outra região pra poder se livrar do sofrimento...

Já tive a oportunidade de apresentar o personagem Pedro Ernesto no primeiro capítulo, assim como sua percepção sobre a formação de Santa Rosa. Ele, além de uma liderança local, também é um comerciante conhecido na região sendo proprietário de um supermercado e uma casa de festas na região de Santa Rosa. E, sua crítica se relaciona não somente à sua percepção de que há o abandono da localidade pela “boa sociedade”, mas também em relação aos efeitos do PMF naquela localidade, atribuindo a ele a responsabilidade por perpetuar em Santa Rosa espaços de pobreza.

Pedro Ernesto: O poder público tem feito uma...Uma boa parte na situação de programa sociais.

Pesquisadora: Quais, por exemplo?

Pedro Ernesto: É...Casa populares é um investimento do poder público aqui na área.

Pedro Ernesto: Mas de um lado a gente vê que é muito bom, de outro lado a gente vê que prejudicial.

Entrevistadora: Por que?

Pedro Ernesto: Por “causa” das famílias quem vem pra cá, por ser uma família de uma “origem” de muita pobreza, e a pobreza gera todo tipo de pobreza, né!?

Pedro Ernesto: No sentido que eu “tô” falando pra você sobre a educação, sobre a preparação familiar, em vez de melhorar, piorou. Porque a quantidade de casas populares aqui é muito grande, então veio uma pobreza muito grande para se instalar dentro do nosso bairro (Pedro Ernesto, morador do bairro Santa Rosa, maio de 2016).

As representações sobre a pobreza relacionadas à percepção de uma suposta acomodação e conformismo com a situação de dificuldades materiais dos “moradores das casinhas” é um outro aspecto da dinâmica da vida em Santa Rosa.

“Moradores do bairro” responsabilizam os “moradores das casinhas” por sua condição precária atribuindo-lhes o comodismo e até mesmo o interesse em assim permanecer. Os interlocutores que assim se expressaram, embora sempre buscassem uma mediação dizendo que não são todos, deixavam entrever que era isso que pensavam sobre a maioria. Corrobora este argumento a fala de um entrevistado que desenvolve um trabalho social em Santa Rosa cujas críticas em relação aos “moradores das casinhas” foram contundentes.

Meu entrevistado reproduziu por diversas vezes sua visão de que as pessoas das “casinhas” são acomodadas e que a prefeitura não deveria ter dado a casa. Para ele, as casas deveriam ter sido vendidas porque a doação pura e simples fazia com que as pessoas não precisassem correr atrás das coisas. Para ele, a prefeitura não atende às necessidades do povo, mas sim às necessidades políticas.

Embora reproduza alguns preconceitos o entrevistado toca numa questão importante sobre as características das políticas públicas produzidas no território que geram dependência em vez de emancipação.

Esta minha exposição não tem o intuito de tomar posição e advogar em prol de quaisquer que sejam os lados, meu objetivo é apresentar alguns dos elementos que constituem a interação e os modos de viver em Santa Rosa.

Estas questões influenciam sobremaneira a forma como as pessoas se veem reciprocamente bem como interfere no caráter da relação entre os indivíduos. Apesar das condições materiais do “morador do bairro” seu discurso sempre resvalava na acusação de que a vida no bairro havia se deteriorado em razão do PMF.

O bairro já foi bom, a vizinhança continua boa, mas o que piorou, acabou com o bairro foi a construção do conjunto habitacional Morar Feliz, a famosa (casinha) que fica perto do meu bairro que é também separado por ruas. (S., morador de Santa Rosa, 19 anos, grupo de discussão no C. E. Rotary II).

As acusações por parte dos “moradores do bairro” eram recorrentes e se reiteraram em muitos momentos por distintos interlocutores. Por outro lado, no que respeitava aos “moradores das casinhas” observei que poucos tinham a postura de contrapor essas acusações como fez uma de minhas interlocutoras em um dos grupos de discussão:

Por que eu discordo dela? Eu não vou botar culpa que Rosinha não deu casinha. Eu sou uma beneficiária das casinhas, porque ela me devolveu o que ela tirou de mim, que era a minha casa. E, até então, há cinco anos atrás, era tranquilo. Sendo que veio esse negócio de facção pra cá, entendeu? E, realmente, o que faz a cidade ficar em paz é o ser humano. E eu acho que, primeiro, começa em casa. Começa em casa, termina na escola. Entendeu? A educação vem de berço. Isso tudo que está acontecendo hoje... Eu acho que, se os pais, hoje, fossem uma mãe como eu sou hoje... (T. Grupo de discussão taekwondo do, 13 de julho de 2016).

Em minha pesquisa T. foi uma das poucas pessoas que confrontou os discursos de desqualificação direcionados aos “moradores das casinhas”, e o fez de um modo tão contundente que deixou sem palavras a pessoa com quem ela debatia. T. compreendia claramente que a política pública era um direito que lhe era garantido, não sendo qualquer demérito ser atendida pelo programa. E aponta para outro elemento da vida em Santa Rosa que influencia grandemente na dinâmica local, a saber, a existência das facções sobre as quais falarei no próximo capítulo, e cuja ação não é restrita e nem exclusiva àquela região.

Maria Clara, assim com T. tinha essa mesma compreensão e defendia-se dos preconceitos apresentando suas conquistas e bens, como o fato de ser uma pessoa que está fazendo pós-graduação e que possui um carro e uma moto frutos de seu trabalho. Também citou exemplo de um de seus vizinhos que

possui um bom carro (citou um veículo da marca Corolla) que também conquistou com o seu trabalho.

Entretanto, na minha pesquisa intervenções como estas foram exceção, sendo mais comum observar junto aos “moradores das casinhas” quando não o silenciamento ante as acusações a própria corroboração desta percepção. Como foi o caso de Beth já citada no capítulo anterior e para quem morar nas *casinhas* era “Morar no Inferno”.

E isso é compreensível porque até certo ponto a consciência de grande parte dos “moradores das casinhas” *estava do lado de seus detratores* (ELIAS; SCOTSON, *op.cit.*, p. 130). Em regra, para grande parte das pessoas moradoras das *casinhas* da região de Santa Rosa assim como em Winston Parva,

Mesmo que nenhuma das censuras pudesse aplicar-se pessoalmente a ela, essas pessoas sabiam muito bem que algumas se aplicavam a parte de seus vizinhos. Sentiam-se envergonhadas com as alusões a essa má conduta dos vizinhos porque, morando no mesmo bairro, a censura e a má reputação ligadas a ele, de acordo com a normas do pensamento afetivo, eram-lhes também automaticamente aplicadas (*idem*).

Importa registrar que parte das representações sobre o modo de vida dos “moradores das casinhas” estava baseada em suposições ou rumores que levavam aos preconceitos, como pude constatar em minhas entrevistas. Maria Clara foi uma das interlocutoras que mais uma vez demonstrou claramente o que pretendo dizer.

Pra você ter ideia eu tenho uma amiga... que eu precisava de uma faxineira e aí minha colega falou assim “ah Maria Clara eu tenho uma moça, vou te dá o número dela”, aí eu liguei pra moça, pra faxineira. “Oi, tudo bem, meu nome é Maria Clara não sei o que... queria que você fizesse uma faxina pra mim, foi fulana de tal que me deu o seu número não sei o que e tal”, “não, tudo bem, você mora onde?” “Eu moro em Novo Eldorado”, “ah, aí eu não vou não, nossa não aí é muito perigoso”. Aí eu falei assim: mas você mora onde? Qualquer coisa eu vou te buscar eu te espero no ônibus... **“Eu moro no Santa Rosa”**. Eu para aí... eu falei assim: calma aí, perto de E. que ela morava.

(...) Então... **e a mulher mora lá num canto bravo lá e diz pra mim que não ia vir aqui, porque aqui era perigoso. Ah, eu quase dei um troço.** Eu falei assim: pelo amor de Deus, você deve alguma coisa para alguém? “Não, mas vão roubar minha bicicleta”. Não é assim também não, pelo amor de Deus. Aí com muita luta ela veio.(...) E antes as pessoas falavam tipo assim, que a gente pagava tudo 1 real, dá um ódio (Maria Clara, “moradora das casinhas” do Eldorado, maio de 2017, grifos meus).

A indignação maior de minha entrevistada se deu em virtude de ela própria reconhecer não haver distâncias importantes entre ela, “moradora das casinhas”, e a sua candidata a faxineira, “moradora do bairro”, e considerou um acinte sofrer preconceito de quem ela reconhece não lhe ser superior. Por meio de sua narrativa Maria Clara explicitou as tensões que se constituem na interação entre esses dois grupos.

Um pouco do que eu observei também na interação entre os alunos da escola onde trabalho em momentos em que o local de moradia servia de elemento de chacota e zoação entre os estudantes. Situações que demonstram a ambiguidade das relações, e que em termos fáticos mobilizavam um conjunto de representações depreciativas das quais os moradores das casinhas poucas vezes se defendem.

Simbolismos que criam clivagens internas, e que só fomentam e reproduzem diferenciações artificiais, pois só fazem sentido para os próprios moradores da localidade, porque externamente toda a região é vista como tendo padrões semelhantes de vida e sociabilidade.

Mais uma vez, ilustro o que pretendo dizer com uma narrativa de Maria Clara.

É. Mas oh, os piores... assim, eu acho que quando você não conhece tudo bem, fica mais fácil de você falar, você não conhece mesmo, mas eu acho que o pior ainda é o preconceito que as pessoas do Santa Rosa tem em relação ao conjunto, porque tipo assim, o Santa Rosa é aqui é do lado, Eldorado também é aqui do lado e eles falam de um jeito como se nós fossemos assim...

(...)De outro mundo, uma cratera aberta aqui e quem chegar aqui vai cair, sabe...(Risos). É, é verdade parece que é assim, que aqui é uma cratera enorme e se eles chegarem próximos eles vão cair e vão sumir, só pode ser isso. Porque assim, a minha avó ela mora ali na Cidade Lima, perto da Roda ela não vem aqui, misericórdia ela acha que isso aqui é o fim do mundo. Mas eu também não ligo saber por quê? Porque eu lembro que antigamente que as pessoas que votam no Ciep Santa Rosa que mora em Custodópolis acham o fim do mundo ter que vir no Santa Rosa votar “Deus me livre coisa perigosa”, então... Eu acho que é independente também de ser casinha ou não eu acho que as pessoas têm muito disso (idem).

A crítica indignada de Maria Clara em relação ao receio de sua avó em visitá-la reside no fato de que o lugar onde esta última mora, além da proximidade espacial, é lugar onde ocorrem vários incidentes violentos, inclusive

foi o local onde fui abordada pelos três homens conforme narrei no segundo capítulo, sendo também um local onde as pessoas evitam frequentar por considerá-lo “perigoso”. Assim, para minha interlocutora, não faz nenhum sentido a discriminação de sua avó em relação ao espaço onde ela mora.

Este ponto traz o gancho importante para discutir um aspecto muito específico desta relação estabelecido x *outsider* em Santa Rosa, que é a questão do acirramento da sensação de (in) segurança e do aumento da criminalidade violenta que permeia a relação – ou a evitação - entre ambos os grupos. E que cria para os “moradores das casinhas” em determinadas partes do território o sentimento de “morar no inferno”.

Do “Morar Feliz” ao medo de morar: as bases da constituição do sentimento de (in) segurança

Embora o tema da violência e da (in) segurança seja a questão a ser tratada nos próximos capítulos, começo por desenvolvê-lo neste momento pelo fato de ser o ponto mais sensível, para não dizer mais dramático, da relação entre os grupos analisados, como já se pode notar.

Observei que em Santa Rosa todas as críticas e incriminações presentes na relação “estabelecidos x outsiders” resvalavam no problema do aumento da criminalidade violenta, ou seja, a acusação por parte dos “moradores do bairro” sobre a piora dos níveis de violência com a chegada dos conjuntos habitacionais juntamente com seus moradores.

Tais incriminações redundaram em interações marcadas pelo estranhamento, e, no limite, pelo cancelamento da alteridade expresso em frases do tipo: *É o povo estranho que vem para cá, muita gente estranha dessa favela. Essas casas que foram feitas aqui acabaram com Santa Rosa, acabou a paz nossa* (D. Márcia, “moradora do bairro” de Santa Rosa, março de 2016).

Tomo aqui o conceito de alteridade como o reconhecimento da diferença entre os indivíduos que se associa à compreensão de sua interdependência no âmbito da vida social, é quando a relação com o Outro está no cerne da questão. E como aponta Velho (1996) a *noção de outro ressalta que a diferença constitui a vida social, à medida que esta efetiva-se através das dinâmicas das relações*

sociais. Assim sendo, a diferença é, simultaneamente, a base da vida social e fonte permanente de tensão e conflito.

Foi analisando a vida na região de Santa Rosa que pude perceber que era no plano interpessoal que as relações com o Outro se convertiam em tema de desconfiança, medo. Em consequência, as dúvidas cada vez mais intensificadas pelas situações de violências que ameaçavam as rotinas estimulavam expectativas e demandas de isolamento, afastamento e evitação do Outro, que seria responsável pelo perigo de interrupção no fluxo das atividades diárias (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 287).

Considerando o contexto analisado observei que a diferença constitutiva dos “moradores das casinhas” não era vista de forma a ser valorizada, mas sim como expressão da incivilidade, da favelização, e de modo mais contundente, do acirramento do sentimento de insegurança (LOURENÇO, 2010). O que acabava por tornar problemáticos alguns aspectos da interação, afetada pelo medo e pelo sentimento de insegurança.

Para Lourenço, *o sentimento de insegurança é definido como a expressão de uma representação social do meio, em que estão presentes lógicas culturais e identitárias e lógicas situacionais, isto é, ligados à experiência do ator sobre a realidade vivida.* Assim, foi pela lógica cultural que passei a perceber as tensões existentes nas relações produzidas entre os moradores de Santa Rosa, que viram seu cotidiano alterado pela política habitacional do município, cujos objetivos só foram atingidos parcialmente tendo em vista as dificuldades interacionais que se estabeleceram e se firmaram, reforçando os medos e o sentimento de (in) segurança com relação ao outro. Tais questões acabaram por limitar as interações e atuações na esfera pública, reverberando no enfraquecimento da atuação comunitária.

Digo isso porque como aponta Souza (*op.cit*),

Urbanizar uma favela precisa significar melhorar autoestima dos favelados, integrá-los o mais possível à economia formal e melhorar a sua renda (...). Um processo comandado por um prefeito travestido de déspota (pseudo) esclarecido e por seus urbanistas certamente não contemplará aspectos essenciais, capazes de estimularem a civilidade e criarem maiores chances para o exercício da cidadania, como o acesso a alternativas de trabalho visando à elevação da renda e a valorização das entidades representativas dos moradores ... (SOUZA, *op. cit.*, p. 75).

Esclareço que a crítica do autor está direcionada ao contexto do Rio de Janeiro, neste caso específico ao Programa Favela-Bairro⁹⁴. Entretanto, observadas as devidas proporções ela pode ser extrapolada para o contexto do Morar Feliz implementado aqui em Campos dos Goytacazes, uma vez que parte das críticas que lhe são direcionadas diz respeito à participação e sustentabilidade financeira dos beneficiários. O que também se nota na experiência do PMF.

Sem ter em conta as reais necessidades de um território e dos indivíduos que o habita, corre-se o risco de ter como efeito perverso o aumento dos conflitos, mesmo que velados, na interação entre os moradores de uma dada região. E isso, foi observado em alguma medida em Santa Rosa.

Entendendo que um problema persistente na região de Santa Rosa é a violência, e, sabendo pela narrativa dos interlocutores responsáveis pela execução do PMF que ela não foi focalizada, há que se deduzir que a tendência era de que esta questão se complexificasse ao longo do tempo causando prejuízos tanto aos *estabelecidos* quanto aos *outsiders*.

E é no lidar com a complexificação do fenômeno que residem os desafios e ambiguidades da interação. Pois é fato que o espaço das *casinhas* tornou-se local privilegiado para o arbítrio das facções criminosas tendo em vista que lá se instalaram diversos indivíduos associados às redes de tráfico de drogas do varejo. Entretanto, há que se ter em conta os prejuízos que as representações generalizantes produzem para as pessoas que não têm outra escolha a não ser morar ali.

Mais uma vez quem nos ajuda a pensar sobre isso é Souza ao afirmar *que a territorialização de favelas pelo crime organizado é,*

assim, um fator de fragmentação sociopolítica do tecido urbano e de desordem à escala da cidade como um todo, embora essa desordem represente, ao mesmo tempo, uma nova ordem social e espacial em construção (SOUZA, op. cit, p. 196).

⁹⁴ O Programa Favela –Bairro, iniciado em 1995, foi desenvolvido na cidade do Rio de Janeiro com o objetivo de implantar infraestrutura urbana, serviços, equipamentos públicos e políticas sociais em algumas comunidades cariocas. A meta era integrar a favela à cidade. Fonte: http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/favela_bairro.htm. Acesso em 26/02/18.

Ou seja, a ocupação destes espaços pelas redes ilícitas se deu em parte com a anuência do Estado, por sua conivência ou omissão, e em parte pela própria dinâmica da organização social e espacial nas cidades contemporâneas.

Assim, problematizo as tensões na sociabilidade em Santa Rosa considerando também a atuação das facções, que, embora não seja exclusividade deste território em Campos dos Goytacazes, lá possui uma dinâmica muito particular quando comparada a outros espaços da cidade onde também há a presença das *casinhas* do “Morar Feliz”, me deterei neste ponto no próximo capítulo, mas adianto alguns de seus aspectos.

Investigando a interação tive a oportunidade de conversar com um casal que se dispôs a falar sobre a sua vida na região. Eles moravam nos limites do bairro Santa Rosa e Eldorado, e eram integrantes da uma igreja pentecostal na Rua Vinte e Quatro de Junho. Ambos começaram a conversa se queixando da implantação do “Morar Feliz”, pois, segundo eles, foi a partir da *colocação das casinhas que as coisas em Santa Rosa ficaram ruins, com tiros de manhã, de tarde e à noite*. Uma situação que estava gerando muito medo entre eles.

Perguntei qual era o problema com os conjuntos, ou seja, por que atribuíam à implantação dos conjuntos este novo estado de coisas. Foi o marido quem me respondeu dizendo que foi a mistura de pessoas, isto é, a ida de pessoas de diferentes partes da cidade para um mesmo espaço. Como já visto em outros momentos este é um argumento genérico, mas amplamente utilizado para justificar o fato dos conjuntos do PMF serem espaços inseguros.

Meu interlocutor ilustrou sua fala me narrando conhecer um caso de troca de casas entre duas moradoras de bairros diferentes. De um caso particular, o homem produziu generalizações a respeito da mistura e desconhecimento das pessoas em sua região.

Embora este seja um discurso generalizante, ele não é falacioso, pois, de fato houve – e há - a ocorrência de troca de residências. E, além das trocas também há a venda das casas para pessoas que se dispuserem a comprá-las, residentes ou não da região, embora esta seja uma prática legalmente vedada

para os beneficiários do PMF. Bastou uma simples pesquisa nas redes sociais para comprovar transações desse tipo⁹⁵.



Figura 21: Anúncios de vendas de "casinhas" em uma rede social. Acervo pessoal. 2017.

A mim mesma foi oferecida uma unidade no período em que procurava alugar uma casa para morar na região, inicialmente uma moradora havia se comprometido em conseguir uma casa para eu alugar me fazendo, inclusive uma oferta. Entretanto, no contato seguinte havia desistido da ideia alegando que o marido agora desejava vender o imóvel, desistindo do aluguel.

Neste ponto, acrescenta-se também os casos de expulsões de alguns moradores seja para a ocupação da sua casa, seja por algum desentendimento ocorrido na interação, como muitas pessoas me relataram.

Minha tia mora [em um dessas casas], até perto da minha casa também. Aí, aconteceu do lado da casa dela, com família dentro, de eles irem lá, tirarem tudo. Jogaram na rua mesmo. Sofá... Tiraram tudo de dentro da casa, jogaram na rua e invadiram. Aí, depois, eles falaram: "Ah, mas você não está na sua casa", "Não,

⁹⁵ Considero importante registrar que no dia em que entrevistei o ex-secretário municipal de defesa e paz social ele me deixou a par de que após a nossa conversa sua atividade seria fazer a retomada de uma *casinha* que estava sendo anunciada numa rede social.

agora a casa é minha” (Relato no Grupo de Discussão da Igreja Católica, maio de 2016).

Mesmo ciente de todos estes fatos, o que foi possível registrar é que no momento da realização da pesquisa a maior parte das pessoas assentadas nos conjuntos não eram estranhas ao território, ao contrário, eram oriundas daquela mesma região. No entanto, a despeito desta constatação, a ida para as *casinhas* de pessoas desviantes ou com alguma relação com as facções do local fez com que os “moradores do bairro” operassem na relação *pars pro toto* (ELIAS; SCOTSON, *op. cit.*, p.23), ou seja, tomassem o conjunto dos “moradores das casinhas” como pessoas de fora, desconhecidas, e no limite, perigosas. Ignorando o fato de que o contingente de *outsiders* transferidos para Santa Rosa foi bem menor do que em outros conjuntos implantados na cidade.

Com uma região com muitos comércios vi que as interações se davam essencialmente nestes espaços, quando não nos espaços das instituições públicas (como escolas, igrejas, postos de saúde), assim, observei uma baixa rotina de visitação entre vizinhos, quando a outra pessoa não era um membro da família. Pude observar que muitos dos moradores dos conjuntos moravam próximo a algum familiar também assentado nos conjuntos, o que reforça a análise de que os laços mais densos se dão no âmbito intrafamiliar.

O medo ao outro, ao desconhecido, se aliava à reprovação das políticas assistenciais vistas não como um direito, mas como fomentadora de comportamentos desviantes, conforme se pode depreender do diálogo abaixo:

Pesquisadora – E aí você disse que uma coisa que fez com que a violência aumentasse foi a implantação dos conjuntos né. Por quê?

Mirna: Foi sim, eu concordo com que as pessoas. É cheque cidadão, vale gás, aí vem essas pessoas que não querem trabalhar, só querem viver disso e a violência... Não são todos, sabe? Não são todos, tem muita gente boa que mora nas casinhas que eu conheço, mas a gente ficou assim. Porque antigamente você conhecia os meninos que faziam essas coisas, matavam, roubavam, hoje não, hoje você não sabe quem é quem mais, isso me assusta (Mirna, 37 anos, “moradora do bairro” de Santa Rosa, março de 2017).

O relato de Mirna também me levou a pensar sobre a relação que a comunidade estabelecia com alguns criminosos do local, mas que compunham o grupo dos *estabelecidos*. O comentário proferido por minha interlocutora me remeteu ao papel do bandido formado (ZALUAR, 1984; 2000) na organização de

uma comunidade que por ser conhecido e *estabelecido* possui modos de agir claros para os moradores afastando em alguma medida o medo e incerteza.

Além disso, há que se considerar que,

Nesta representação positiva dos bandidos, os moradores os consideram como o vingador de seu povo, do seu “pedaço”, e o defensor da inviolabilidade do território que ocupam. São eles efetivamente que impedem a entrada de outros bandidos, pivetes, ladrões ou esturpadores que não só ameaçariam a segurança dos trabalhadores como manchariam a honra e a dignidade dos moradores daquele local. É essa associação que lhes permite distinguir entre o “bandido formado”, isto é, o que conhece as regras do jogo e não ultrapassa os limites de sua atuação, garantindo o respeito e a proteção entre moradores, e demais bandidos (ZALUAR, 1994, p. 138).

Neste sentido, pela representação corrente a implantação dos condomínios do PMF desorganizou o território levando para lá outros bandidos que não tem uma ligação com ele, não havendo mais um reconhecimento mútuo e tornando situações como a que foi narrada em um dos grupos de discussão um pouco mais raras.

Meu pai passa perto de um bandido, meu pai fala que a pessoa conhece meu pai. Meu pai passa perto de bandido, meu pai fala, o bandido fala com ele, porque conhece (Relato do Grupo de discussão com os jovens da Igreja Batista, julho de 2016).

Atualmente, o que é possível observar não somente em Santa Rosa, mas nas periferias brasileiras de um modo geral onde a atuação do tráfico de drogas se faz sentir com intensidade é o fato de que,

Alguns códigos de comportamento, típico “bandido formado” clássico (...), estão sendo mais e mais transgredidos pelos criminosos. Isso se deixa explicar, em parte, pela maior distância que existe entre traficantes armados e os demais moradores quando aqueles não são originários da mesma favela onde operam; em parte, tem a ver também com a diminuição da idade média dos traficantes armados (...) os quais, cada vez mais, são simples adolescentes. (SOUZA, *op. cit.*, p. 73),

E de fato um dos rumores que ouvi na região acerca do aumento da criminalidade, e, por que não, da própria crueldade se referia à precocidade da entrada dos jovens no crime. Numa das minhas viagens de “carrinho” o motorista dizia que eram uns meninos jovens que estavam aterrorizando o bairro numa demonstração de força dentro do território. Esse rumor foi corroborado pela fala de uma colega de trabalho que também é moradora da região que disse serem os *meninos* que estavam realizando os assaltos, segundo ela *tudo menino com*

menos de vinte anos, com doze, treze, quatorze anos (Z., professora de português, março de 2016).

Não obstante as narrativas sobre o acirramento da criminalidade, sobre a qual debatarei no próximo capítulo, me interessava aqui apresentar as tensões e complementaridades existentes na relação entre os “moradores do bairro” e os “moradores das casinhas”, e assim abrir espaço para se pensar como o direito de morar bem e feliz, se transforma no medo de morar, não exclusivamente nos espaços dos conjuntos, mas também no seu entorno. Mas, com importantes agravantes nos conjuntos tendo em vista suas relações internas implicando no acirramento dos conflitos.

Por isso, seus moradores como um todo acabam recebendo a pecha de violentos por concentrarem no seu local de moradia a ação mais efetiva dos bandidos, situação que acaba deixando-os acuados no território pela ação do tráfico, e pela recusa da alteridade pelo seu entorno.

Das entrevistas realizadas para entender os processos de acirramento dos conflitos e violência nos espaços dos conjuntos do PMF, em meio a muitas falas generalizantes, uma considero importante sublinhar tendo em vista as condições em que são implementadas as políticas públicas. Foi a do inspetor da 146ª DP, já citado aqui, que sopesou as condições de assentamento das pessoas nas *casinhas*. Segundo ele,

houve um comentário que eu até sou um pouco contra que esse problema teve um aumento com a construção das casas populares porque teria que ser selecionado e eles fizeram uma mistura de moradores. E eu sempre ouço isso, mas eu acho isso um pouco absurdo até porque não há como você escolher dentro dos moradores que vão sair daqui pra ali, que são oferecidos você saber quem é traficante e quem não é. E eu vou não vou saber quem tá envolvido com tráfico e quem não tá? E o cara vai chegar assim “não, eu quero morar nessa região aqui porque eu sou traficante do ADA da instituição e eu não posso ir pro outro lado que é a instituição TCP”? Então, isso é um absurdo como que eu vou saber e como que eu vou delimitar esse tipo de coisa. Não é plausível um negócio desse e você vai institucionalizar o crime e aí as pessoas falam que misturaram e a gente fica só ouvindo, não tem como e eles querem colocar a culpa nisso, que não houve uma seleção que misturaram as pessoas e por isso hoje há esse grande índice criminal (R., investigador da 146ª DP, Abril de 2017).

O que de modo fático faz todo sentido porque o programa possui critérios claros para a inclusão das pessoas na política, e qualquer seleção diferente das

especificadas em suas diretrizes legais será interpretada como preconceito e discriminações. A equipe técnica do PMF me colocou a par das situações de conflitos e expulsões promovidas pelos bandos de traficantes que, quando possível, tiveram ações pontuais por parte da prefeitura. Mas, deixando claro que mesmo tendo ciência de que o morador participava de algumas das facções isso não era um elemento impeditivo para que tivesse o direito à casa, caso a tenha recebido.

Entretanto, a percepção do inspetor não é compartilhada por muitos de seus colegas de corporação, incluindo o próprio delegado que é assertivo em suas declarações sobre o problema da violência nos territórios de Guarus. Segundo o delegado titular da 146ª Delegacia de Polícia Civil:

O problema são as casinhas. Isso é um fato. Eu não acho, eu tenho certeza. São pontos pobres e com a ausência de estrutura pública. As pessoas estão abandonadas e não há uma intervenção. Vocês acham que é só distribuir uma casinha ou dar uma migalha que vai resolver o problema? Não vai! Nesta região, a população tem medo e não tem apoio. Todo grande problema da criminalidade é a marginalização do local, é a ausência de poder público, quando você abre o local para o movimento e a circulação das pessoas, a bandidagem tende a se esconder. Tem que botar alguém técnico para fazer a coisa andar e os poderes se unirem. Não é só a polícia que resolve”.
(...)

Eu sugeri uma melhor distribuição das casas, mas ninguém quis me passar como essa distribuição é feita, ninguém quis me ajudar a organizar. É justamente a mistura das facções que causa essas mortes no local. Eu ia colocar uma equipe nas ruas, mas as assistentes sociais não quiseram me dar as informações porque acharam que iam ser retaliadas. Vivemos um problema sério e a falta de visão futurista é algo que me dói” (Entrevista ao Jornal Terceira Via, 23 de outubro de 2016).

No entanto, essa distribuição não foi tão aleatória como se pode deduzir de um dos relatos que obtive em campo, pois houve situações em que pessoas com algum tipo de envolvimento com a criminalidade se recusaram a ser assentadas em determinados locais, antevendo os conflitos, e neste sentido foram atendidas. Embora tenha havido sim quem desconsiderasse tal estado de coisas, isso não foi necessariamente a regra como é possível depreender do diálogo abaixo.

Maria Clara – É bem complicado. Lá na rua mesmo quando a gente veio morar aqui, tinha uns caras lá que falaram assim, “não, pra lá não vou, não posso morar lá”, aí a prefeitura trocou, botou lá pra Lagoa das Pedras.

Pesquisadora – Conseguiu fazer a troca?

Maria Clara – Conseguiu fazer a troca, mas teve famílias que nem quis fazer a troca aí ficou esse alvoroço aí

Diante desses argumentos me coube refletir sobre como a implantação do programa Morar Feliz acabou redundando no medo de morar em Santa Rosa, e como este sentimento acabou por influenciar as relações entre os *estabelecidos* e *outsiders* num processo de estigmatização e preconceitos afetando a ambos os grupos. Por isso, considereei tão eloquente e pertinente a frase colocada por minha aluna de que *morar feliz é morar bem*.

Neste momento, encerro parte de minha argumentação retomando o diálogo com Arruda sobre a conotação do termo “casinha” no interior das relações entre os indivíduos em Santa Rosa. Me posiciono afirmando que de fato o termo *casinha* não se refere, necessariamente, ao tamanho das casas. Mas sim à relação, se não essencialmente pejorativa, com certeza diminuída frente à comunidade, que se dá em princípio por uma desqualificação pelo fato de ser assistido por uma política pública cuja conotação incorre numa relação de cidadania incompleta, que desvaloriza e vulnerabiliza seus usuários. E neste sentido, também é uma forma de desqualificação e diferenciação dentro da região de uma forma mais ampla tendo em vista que a implantação dos conjuntos habitacionais produziram um redirecionamento interno dos preconceitos dentro do território de Santa Rosa.

CAPÍTULO 5. A VIOLÊNCIA URBANA NUMA CIDADE DE MÉDIO PORTE: CAMPOS DOS GOYTACAZES “UM CASO BOM PARA PENSAR”

Uma visão geral da violência urbana em Campos dos Goytacazes

Começo agora a me debruçar efetivamente sobre as questões que motivaram o meu interesse pela região e me ajudaram a construir o objeto desta pesquisa, qual seja, o medo e o sentimento de (in) segurança em Santa Rosa.

Temas que se constroem sobre o plano de fundo de uma questão muito mais ampla e complexa, fonte de preocupação na vida dos indivíduos nos espaços das cidades dos mais variados portes, a saber, a violência urbana.

Para as análises desenvolvidas neste trabalho adoto a perspectiva machadiana de que a violência urbana é uma representação coletiva de um conjunto de práticas e relações sociais que dá inteligibilidade a determinadas experiências vividas nas cidades e que são legalmente definidas como crimes, ou seja, ela é uma

expressão muito difundida e coletivamente aceita pelas populações urbanas para descrever cognitivamente e organizar o sentido subjetivo das práticas que envolvem o que legalmente se define como crime comum violento e suas vítimas atuais ou potenciais (MACHADO DA SILVA, 2004, p. 57).

De modo mais claro, parto do entendimento de que a violência urbana é uma expressão utilizada para entender, expressar e explicar as experiências de rompimento da normalidade das rotinas cotidianas vividas pelas pessoas no âmbito das cidades. Esses rompimentos são produzidos pela ação de indivíduos que recorrem ao uso da força, potencializada ou não por alguma tecnologia bélica, para subjugar outros indivíduos.

Nesta concepção também está contida a noção do crime comum violento como um complexo de práticas que se concretiza como uma forma de organização social das relações de força (MACHADO DA SILVA, 2004; 2008).

Machado da Silva vem chamando a atenção para os equívocos da interpretação dominante sobre a violência urbana que a toma como um conceito quando na verdade, como sustenta, ela é um objeto de estudo. Ou seja, é a

questão que precisa ser entendida. O que tem dificultado a compreensão sociológica do fenômeno ao analisá-lo necessariamente por sua natureza *jurídico-institucional*, e somente de modo tangencial avaliando-a pela lógica dos atores.

Tendo isso em conta, tentarei realizar aqui o esforço de entender no contexto de uma cidade de médio porte, tomando Campos dos Goytacazes como um “caso bom para pensar⁹⁶”, a violência urbana como uma gramática (MACHADO DA SILVA, 2010) que combina o sentimento difuso de medo, uma percepção de ausência de Estado e demanda por mais repressão, cujo resultado geral como se pode ver, é a criminalização dos pobres e de seus locais de moradia.

O problema da violência urbana em Campos tem ganhado gradativa importância no debate público impulsionada pela inclusão da cidade em rankings nacionais e internacionais de organismos que monitoram o fenômeno⁹⁷. Em um dos momentos em que o tema foi abordado sublinhou-se que aqui a violência não é tão sentida como na cidade do Rio de Janeiro, o que é verdade. Entretanto, as estatísticas a têm colocado em evidência⁹⁸.

Também se apresenta como uma característica do fenômeno em Campos o fato de que aqui não se nota uma visível e ostensiva presença armada em seus diversos territórios, em um claro contraponto à região metropolitana. Isso eu pude constatar nestes quase dez anos em que moro aqui, e na minha experiência de mais de dois anos de pesquisa na região de Santa Rosa⁹⁹. Acredito que a fala do comandante do 8º Batalhão da Polícia Militar, responsável

⁹⁶ Parafrazeando Machado da Silva (2010), citando Geertz (1989), ao justificar sua análise sobre o Rio de Janeiro como um caso singular, mas bom para pensar o conjunto das grandes cidades brasileiras.

⁹⁷ De acordo com a ONG mexicana Conselho Cidadão para Segurança Pública e Justiça Penal, Campos dos Goytacazes, no ano de 2017, foi considerada a 19ª cidade mais violenta do mundo. Um protagonismo que tem perdurado ao longo do tempo, pois, Em relação aos índices de violência, Campos, em 2006, estava entre os duzentos municípios com maior número de homicídios na população total, e, em 2007⁹⁷, entre os 10% dos municípios brasileiros com maior número de homicídios no país (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2007, pp. 40-48).

⁹⁸ Fala de Fernando Gabeira na abertura de seu programa sobre a violência em Campos dos Goytacazes, exibido pelo canal Globo News em junho de 2017. Farei outras referências ao programa ao longo deste capítulo.

⁹⁹ Andei por muitos momentos e dias e nunca me deparei com nenhuma pessoa ostensivamente armada nos espaços de fluxo cotidiano de Santa Rosa. Não desconsidere que tais situações possam se apresentar mais próximos das bocas-de-fumo, entretanto, como meu objetivo não foi retratar a criminalidade penso que esta observação seja pertinente para a discussão aqui realizada.

pelo policiamento no município, ajude a compreender esta particularidade da cidade. Segundo o comandante:

eu sempre servi aqui no interior e as unidades que eu servi, a unidade que eu servi [que] se assemelha muito a unidade da capital, é Macaé. E eu fui subcomandante de lá três anos, e o crime e o *modus operandi* do crime no município de Macaé é muito, praticamente idêntico, com o que os batalhões da capital enfrentam porque lá existe o fuzil, lá existe a troca de tiros da Polícia Militar com bandidos e existe isso dentro daquelas comunidades ali, da Malvina, Nova Holanda, existe. **E aqui em Campos já é um pouco diferente, aqui em Campos não há um confronto, aqui os marginais ainda não confrontam com a gente, e a gente faz a prisão e uma vez ou outra que eles confrontam, mas muito difícil, eles confrontam entre eles, as facções confrontam entre eles mas quando a gente entra no cenário eles correm e largam a arma pra traz(...)**
(Comandante do 8º BPM, março de 2017, grifos meus).

O relato do comandante faz notar que nesta cidade não é usual o confronto entre a polícia e os bandidos, como se vê na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, as diferenças básicas entre uma e outra vão se limitando a este aspecto, pois, assim como na região metropolitana, a disputa territorial entre as facções é um elemento importante no universo criminal campista, especialmente no subdistrito de Guarus. Voltarei a este ponto um pouco mais a frente.

Em Campos, a violência é sentida na vida do cidadão por meio dos episódios de roubos e furtos, bem como dos importantes índices de homicídios¹⁰⁰. Aqui o tipo de crime exhibe uma dinâmica muito específica dependendo da área da cidade que você esteja, ou seja, a área central é mais afetada por crimes contra o patrimônio enquanto na área de Guarus se observa um número maior de registros de crimes contra a vida.

Formalmente, um modo de nos defendermos deste fenômeno é acessando ao direito à segurança pública que conceitualmente é definida como *uma atividade que cabe aos órgãos estatais e à comunidade como um todo e tem por finalidade a proteção da cidadania, por meio da prevenção e do controle de manifestações da criminalidade e violência, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei* (FERNANDES, 2009, p.21)

¹⁰⁰ De acordo com o Atlas da Violência 2016 a taxa de homicídios registrados em Campos para o ano de 2015 (último ano da série) foi 38,2% enquanto a média estadual e nacional foram de 30,62% e 28,89%, respectivamente. Fonte: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series>. Acesso em 02/03/2017.

A segurança pública, normatizada no art. 144 da Constituição Federal, é competência dos Estados feita por meio das forças de segurança articuladas ao sistema de justiça criminal. Entretanto, cabe ao município um papel que, embora subsidiário, é muito importante na constituição de sua infraestrutura por meio da implementação de políticas urbanas e sociais.

Em Campos dos Goytacazes o órgão responsável por esta tarefa é a Superintendência de Paz e Defesa Social cuja atribuição é promover ações integradas com os diversos órgãos da prefeitura para a administração dos conflitos no sentido de garantir a defesa dos direitos do cidadão¹⁰¹.

A vagueza desta definição se reflete nas ações práticas do órgão, pois, pelo que pude constatar no momento de minha pesquisa poucas propostas se encaminhavam no sentido de implementar ações locais de segurança, sendo muito forte na fala do gestor a intenção de armar a Guarda Civil Municipal, que, articulada a percepções muito genéricas do que é fazer segurança urbana demonstravam os caminhos que pretendia seguir em sua gestão. Vejamos.

Olha, você sabe que a guarda municipal não tem arma e o nosso trabalho vai ser um trabalho preventivo e não propriamente dito dentro das comunidades e dentro das comunidades a secretaria vai estar em apoio ao pessoal da educação e em apoio ao pessoal da saúde e aí sim, ah, tem projeto pra guarda municipal ser armada? Sim, só que isso ainda tem muitos estudos e a gente pensa porém a gente vai pra audiência pública pra saber o que que a sociedade pensa e porque não tem outro caminho a não ser armar a guarda e é uma opinião particular minha e o prefeito não tem opinião formada quanto a isso, isso é uma opinião minha e uma opinião de outros amigos da secretaria que eu acho que o caminho é a gente armar uma parte da guarda sim e depois armar a guarda totalmente mas pra isso precisa de um estudo muito grande, precisa de um treinamento muito forte e (...) a guarda não tem um regulamento tão rígido então vai passar por um processo de transformação e o regulamento rígido, treinamento e armamento, tem que ser assim, dessa maneira que a gente pensa e hoje eu vou ser muito sincero com você pra ficar ali dentro do Santa Rosa, da Codim e de Eldorado nem a polícia quase entra ali e agora porque? Não sei porque eu acho que se o Estado quiser ele vai, você já viu o mal vencer o bem? (Superintendente Municipal de Paz e Defesa Social)

Quando o entrevistei o superintendente estava há pouco tempo a frente do órgão, o que não permitiu que me informasse claramente as diretrizes e/ou

¹⁰¹Não havendo informações institucionais do órgão no site da prefeitura utilizei as que constam na rede social da Superintendência no endereço:
<https://www.facebook.com/pazedefesasocial?fref=ts>. Acesso em 10/09/2015.

planos de ação para a segurança da cidade. Entretanto, afetado por sua identidade profissional de militar, sendo ele um policial militar, seu discurso estava direcionado mais ao aumento da repressão do que para estratégias de administração de conflitos e de uma filosofia de uma segurança cidadã, como normalmente se observa na retórica vigente no campo.

Entretanto, meu objetivo não é discutir a política municipal de segurança, mas sim contextualizar o tema de um modo mais amplo no âmbito da cidade a fim de produzir uma análise sobre como essas questões reverberam na sociabilidade em Santa Rosa, uma vez que uma das queixas sobre o aumento da criminalidade lá diz respeito à uma intervenção da prefeitura, ou seja, a sua política habitacional.

Por isso, senti necessidade de verificar se havia alguma ação específica para estes espaços. Constatada a negativa a essa questão, passo agora a focalizar a questão criminal em Guarus.

Este local definido por Freire como uma *ampla área moral que era exclusivamente associada à “violência urbana” e ao “mundo do crime” por muitos moradores da cidade antes da execução do programa Morar Feliz (FREIRE, at al. 2017, p. 171)* congrega fatos e simbolismos que o marcam como o território mais violento da cidade.

Portanto, não foi fortuito o fato de ter encontrado a expressão “Vai com Jesus, só não vai pra Guarus”, que quando ouvi pela primeira vez me impactou diretamente. Ela foi dita em meio a outras expressões generalizantes na entrevista realizada com duas agentes públicas que atendiam àquela região. Uma delas inclusive sentenciou: *Mas Guarus é realmente pior do que eu imaginava.*

No Plano Municipal de Prevenção à Violência e Criminalidade ¹⁰², constavam de suas ações o combate à sensação de insegurança que seria feito por meio da divulgação dos dados da criminalidade na mídia¹⁰³. Nele, um ponto

¹⁰²Este plano resultou de uma pesquisa de diagnóstico realizada pelo Viva Rio, entre os meses de outubro e novembro de 2011, visando embasar as ações de segurança pública do município de Campos dos Goytacazes.

¹⁰³ Constavam de seus objetivos realizar Pesquisa de Vitimização. Disponibilizar trimestralmente, para a população, as estatísticas criminais do município através do site da Prefeitura. Disponibilizar bimestralmente, para imprensa, números e análises sobre os principais crimes cometidos em Campos dos Goytacazes. Publicizar os dados referentes à segurança pública do município no site da Prefeitura.

me soou interessante. Foi o que dizia que o Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), órgão da Superintendência de Paz e Defesa Social, ficaria responsável, dentre outras coisas, por *facilitar a articulação e operacionalização das ações de desenvolvimento social e prevenção da violência em comunidades de alto risco (Baleeira/ Oriente, Tira-Gosto), selecionadas com base no diagnóstico de violência e criminalidade.* (2012, p. 242, grifos meus).

Me chamou atenção o fato de que, embora os dados e as próprias representações sociais apontem para o subdistrito de Guarus como o local que concentra áreas de pobreza e violência, o plano não citar nenhum bairro que o integra.

Uma causa explicativa disso, possivelmente, é o fato de que as questões da criminalidade violenta são bem mais conhecidas deste lado da cidade (sede) do que *do outro lado*, em virtude da já histórica territorialização promovida entre a Tira-Gosto e Baleeira, comunidades onde se concentrou o tráfico de drogas na cidade (SOUZA, 2010; BERTOLI, 2013, SIQUEIRA, 2016). Entretanto, os números não permitem que a região de Guarus seja ignorada.

Além disso, o subdistrito de Guarus é quase sempre retratado na mídia com manchetes alarmistas, em virtude dos fatos que lá acontecem como permite inferir apenas uma das muitas matérias produzidas sobre a região (em anexo segue a tabulação das reportagens produzidas sobre no aglomerado de Santa Rosa no decurso do ano de 2016).

Na edição especial do Jornal Terceira Via, do dia 23 de outubro de 2016, cuja manchete que o estampava trazia os dizeres: “Guarus em uma situação extrema” (reportagem também em anexo), consta uma entrevista do delegado titular da 146ª Delegacia de Polícia Civil (DP) que atende aquela região, que sublinha a gravidade da questão no território de Guarus. Importa transcrevê-lo a fim de que se observe seu olhar sobre a localidade.

Guarus precisa de mais atenção do poder público. Você vê aqui um campo fértil para a criminalidade, principalmente pelo abandono. Faltam boas escolas, saneamento básico, projetos de esporte e mais. Então, essas pessoas têm dificuldade de ascensão social e de cultura. Normalmente, nestes casos, o caráter não fica fortalecido para que as pessoas tenham as travas inibitórias que temos no nosso cotidiano. (...) Eles se

Promover palestras, para os principais jornais da região, sobre jornalismo e segurança. (P. 239-40)

destacam por serem criminosos, porque é o meio para eles terem dinheiro para usar drogas, sair com garotas e por aí vai” (...) O único local em Campos onde o tráfico pode crescer bastante e que pode se tornar um quartel da criminalidade é Guarus. Vai chegar um ponto que Guarus vai ser incontrolável. Ninguém está me ouvindo. Quanto mais ausente o Estado é, mais a criminalidade toma espaço. Quando aqui virar um nicho da criminalidade, um lugar fechado e com dificuldade de acesso ... os bandidos daqui vão ficar “com fome” e eles vão lá (do lado do Centro). Quem vai assaltar lá é quem é daqui. Vai ser igual filme de zumbi. Vão ter que se fechar lá” (Jornal Terceira Via, 23/10/2016).

Embora busque fazer mediações e ponderações o delegado não consegue desvencilhar-se de um discurso de marginalização da pobreza realizando uma associação direta entre carências de recursos materiais e incursão criminal, incorrendo numa *assimilação simplista (e moralista) das favelas a redutos de criminosos, numa espécie de atualização do mito da marginalidade* (SOUZA, 2000; PERLMAN, 1981).

Como se fosse uma profecia que autorrealiza (MERTON, 1970) em relação à trajetória dos moradores daquela região, o delegado vê uma relação direta entre ser morador de Guarus e entrar para a criminalidade em razão das carências materiais de determinados espaços. Além de produzir um discurso generalizante como se a região fosse habitada somente por pobres e criminosos, o que venho demonstrando não condiz com a realidade.

Em sua análise, o delegado ainda sustenta que,

Os bandidos de Guarus são mais agressivos entre si. Na área da Delegacia do Centro existe mais uma coordenação dos criminosos. Eles agem de maneira mais ordenada porque têm os freios inibitórios. Aqui [em Guarus] eles podem sair pela rua atirando. Os moradores veem, conhecem quem atirou e conhecem quem morreu, mas não falam nada porque têm medo. Aqui, eles são mais agressivos entre si e com a população também (Jornal Terceira Via, idem).

Em minha análise, o que ele chama de “coordenação dos criminosos” na verdade foi um acordo tácito entre as duas facções existentes em Campos possibilitado pela territorialização ocorrida na margem direita da cidade (sede), o que ainda não ocorreu em Guarus. Além disso, cabe interrogá-lo sobre o que ele chama de freios inibitórios. No entanto, considero que de fato o que ocorreu aqui foi uma questão de ordem prática, ou seja, uma articulação racional entre os “chefes” das comunidades a fim de seguirem com seus negócios sem maiores

prejuízos. Considerando que o comércio da droga possui uma racionalidade econômica e que os altos índices de violência e letalidade são prejudiciais à atividade.

Portanto, o que aconteceu do lado direito, e ainda não ocorreu nas regiões de periferia de Guarus foi a territorialização das comunidades que foram divididas entre as duas facções delimitando claramente seus limites. No lado direito o que está em jogo não é mais a disputa pelo domínio territorial, mas sim, o comércio ilegal da droga.

Em Guarus a questão do território ainda não está apascentada o que implica nas recorrentes e letais disputas entre as facções. Além disso, lá é mais fácil de observar a atuação de bandidos que não são “crias” do local, ou seja, criminosos saídos de outros espaços da cidade, e que por isso não necessariamente possuem raízes com a comunidade o que acaba por acarretar nos altos índices de violência, tirania e arbitrariedades.

Por isso, determinadas situações de “proteção de criminosos¹⁰⁴” que a um expectador externo podem soar como conivência da população local, na verdade é outra faceta dessa tirania que afeta a todos, principalmente quem não tem envolvimento com as redes criminais. É um pouco do que indica Souza (*op. cit.*) quando registra que,

Traficantes estranhos a uma determinada favela passam a controlá-la, e a falta de raízes no local, o culto à violência e o sentimento de onipotência levam a uma crescente asfixia dos moradores comuns (2000, p.110).

Por outro lado, é preciso considerar o “apelo” do delegado no sentido de se intervir efetivamente na região, pois, há de fato números com os quais se preocupar e que produzem muitas vítimas.

A fim de ilustrar meu argumento apresento aqui alguns dados obtidos por meio do site do Instituto de Segurança Pública (ISP) sobre os números de homicídios registrados pela 146ª DP no ano de 2016¹⁰⁵. Importante salientar que escolhi este tipo de crime porque é o registro publicamente mais evidente em

¹⁰⁴ Por exemplo, uma entrevistada havia relatado que durante uma batida policial alguns bandidos se esconderam no quintal dela. E quanto a isso ela nada pode fazer temendo represálias no futuro.

¹⁰⁵ O ISP é uma autarquia do estado do Rio de Janeiro, vinculado à Secretaria Estadual de Segurança Pública, responsável por desenvolver metodologias de análise de dados relativos à segurança pública bem como produzir informações, pesquisas e análises com vistas a subsidiar a implementação de políticas públicas.

Guarus, além de considerar que os índices de assassinatos apontam de modo cabal a gravidade da questão da violência em uma determinada localidade tendo em vista que a vida é o bem maior a ser resguardado.

Por sua vez, também pesou na escolha o fato de que no momento da pesquisa a percepção era de que naquela região não haviam problemas com assaltos. As respostas obtidas num dos grupos de discussão sobre o que os interlocutores gostavam na região de Santa Rosa expressam bem isso¹⁰⁶:

Que aqui não assalta. (...). **Morre**, mas não assalta.
Pesquisadora: O quê? Fala.
-Nada. Eu não gosto de nada. Só disso mesmo. Não assalta.
Pode andar assim com o celular... (Relatos do Grupo de jovens da igreja Batista, julho de 2016, grifos meus).

Voltando às estatísticas das mortes na localidade do meu estudo, analiso três dimensões deste fenômeno que me servem como termômetro para entender a questão da criminalidade violenta em Guarus, a saber: o número absoluto de homicídios, as características das vítimas e a dinâmica temporal dos crimes.

O gráfico 1 apresenta os números absolutos de homicídios registrados pela 146ª DP no ano de 2016.

¹⁰⁶ Entretanto, esta é uma realidade que está mudando pois têm se tornado recorrentes as queixas de assaltos na região de Santa Rosa, entretanto, essa é uma dimensão que não foi explorada por mim na pesquisa.

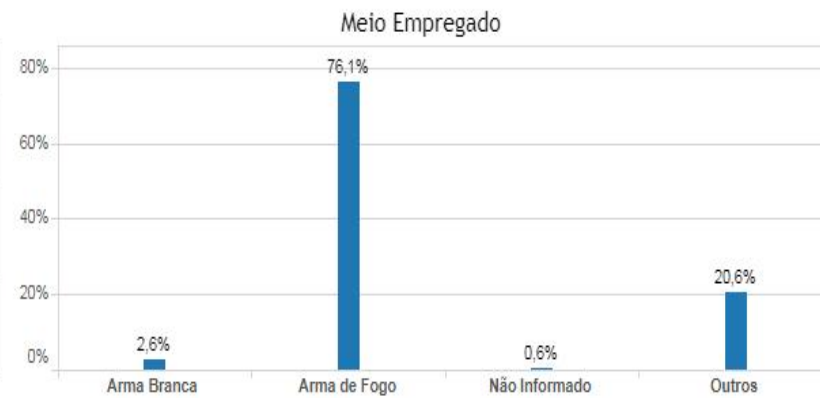
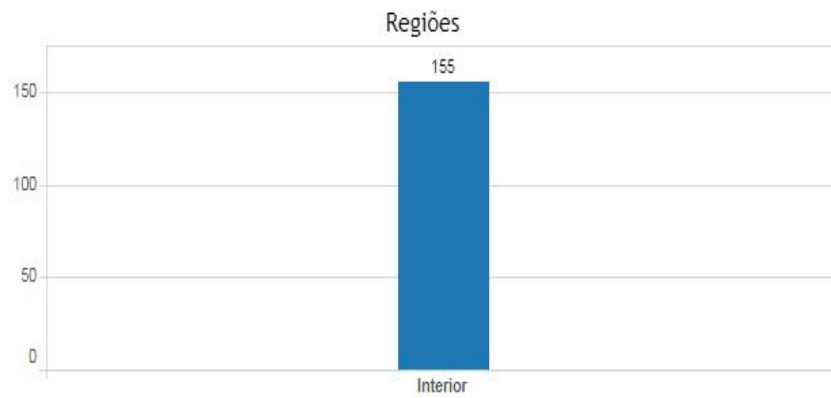
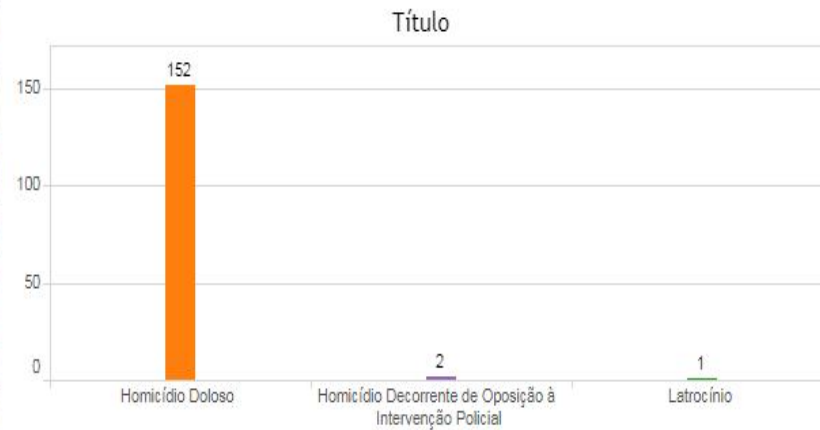


Gráfico 1 Números absolutos de homicídios em Guarus em 2016. Fonte ISP – RJ

Este quadro traz uma visão geral dos homicídios ocorridos na região de Guarus no ano de 2016 que apresentou um número absoluto de 155 assassinatos, dos 272 registrados em toda a cidade. Isso equivale a um percentual de 56,98% dos homicídios do município. E uma breve olhadela já me permitiu perceber sua concentração no meu local de estudo. Por este gráfico também é possível saber que desses homicídios a grande maioria se caracteriza como homicídio doloso com recurso à arma de fogo.

Por sua vez, se observa o baixo número de mortes decorrentes de confrontos policiais - dois casos, ou seja, 1,2% das mortes. Este último dado confirma a fala do comandante do 8º BPM registrada no início deste capítulo quando sublinhou a diferença entre a dinâmica criminal campista e a metropolitana, ou seja, de que a característica dos criminosos de Campos é pela evitação do confronto.

Este dado também corrobora a análise de Freire (et all) de que, *diferentemente do caso da cidade do Rio de Janeiro, o personagem do policial é também ausente das formas de tematizar o problema da “violência urbana” em Campos, outro importante contraste em relação aos modos segundo os quais este problema se configura no contexto extra-metropolitano do Rio de Janeiro* (2017, p. 166).

Com pouca representatividade também aparece o latrocínio, que é o roubo seguido de morte, que de modo indireto aponta para a questão de que o problema da violência na região estudada está concentrado mais nas questões das disputas do tráfico de drogas e de caráter interpessoal, e bem menos relacionadas aos crimes patrimoniais.

No quadro 2, estão os dados sobre as características das vítimas, e que permitem construir um perfil das pessoas assassinadas em 2016. Essas informações já aproximam os dados de Campos dos Goytacazes não somente com o cenário da metrópole carioca, mas também com o quadro mais amplo do problema no contexto brasileiro¹⁰⁷. Vejamos

¹⁰⁷ De acordo com o Atlas da Violência 2017 (IPEA/FBSP), Apenas em 2015, foram 31.264 homicídios de pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Onde os homens jovens continuam sendo as principais vítimas: mais de 92% dos homicídios acometem essa parcela da população. A cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. De acordo com informações do Atlas, os negros possuem chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação a brasileiros de outras raças, já descontado o efeito da idade, escolaridade, do sexo, estado civil e bairro de residência. Fonte: <http://ipea.gov.br/portal>. Acesso em 23/02/2018.



Gráfico 2 Perfil das vítimas de homicídios em Guarus em 2016. Fonte ISP -RJ

No perfil das vítimas vê-se que a cidade segue uma tendência nacional nos quesitos sexo, idade e raça. Nele se observa que a quase totalidade das pessoas assassinadas eram homens (91% dos casos), jovens - com concentração maior na faixa dos 18 aos 30 anos (40%)-, e, majoritariamente não-brancos (pardos e negros 43,2% e 27,1%, respectivamente).

Abro aqui um parêntese. Em 2016 foi divulgado pelo GGIM em parceria com o setor de análise criminal do 8º BPM um documento que consolidou os números de homicídios de adolescentes e jovens, com idades entre 15 e 29 anos, em Campos dos Goytacazes no interstício de 2011 a 2015. Nele um dado importante para meu estudo foi a constatação de que onde mais se registrou óbitos deste segmento foram os bairros de Novo Eldorado, Parque Rosa e Parque Eldorado¹⁰⁸, bairros que estou assumindo como o conglomerado de Santa Rosa. Coincidindo também serem esses bairros o local de moradia das vítimas.

Passando ao quadro 3, nele foi possível ver a dinâmica dos homicídios por uma perspectiva temporal. As informações que ele apresenta permitiram algumas inferências.

¹⁰⁸ No documento também foram citados os bairros Parque Guarus e Parque Cidade Luz, ambos também localizados no subdistrito de Guarus.

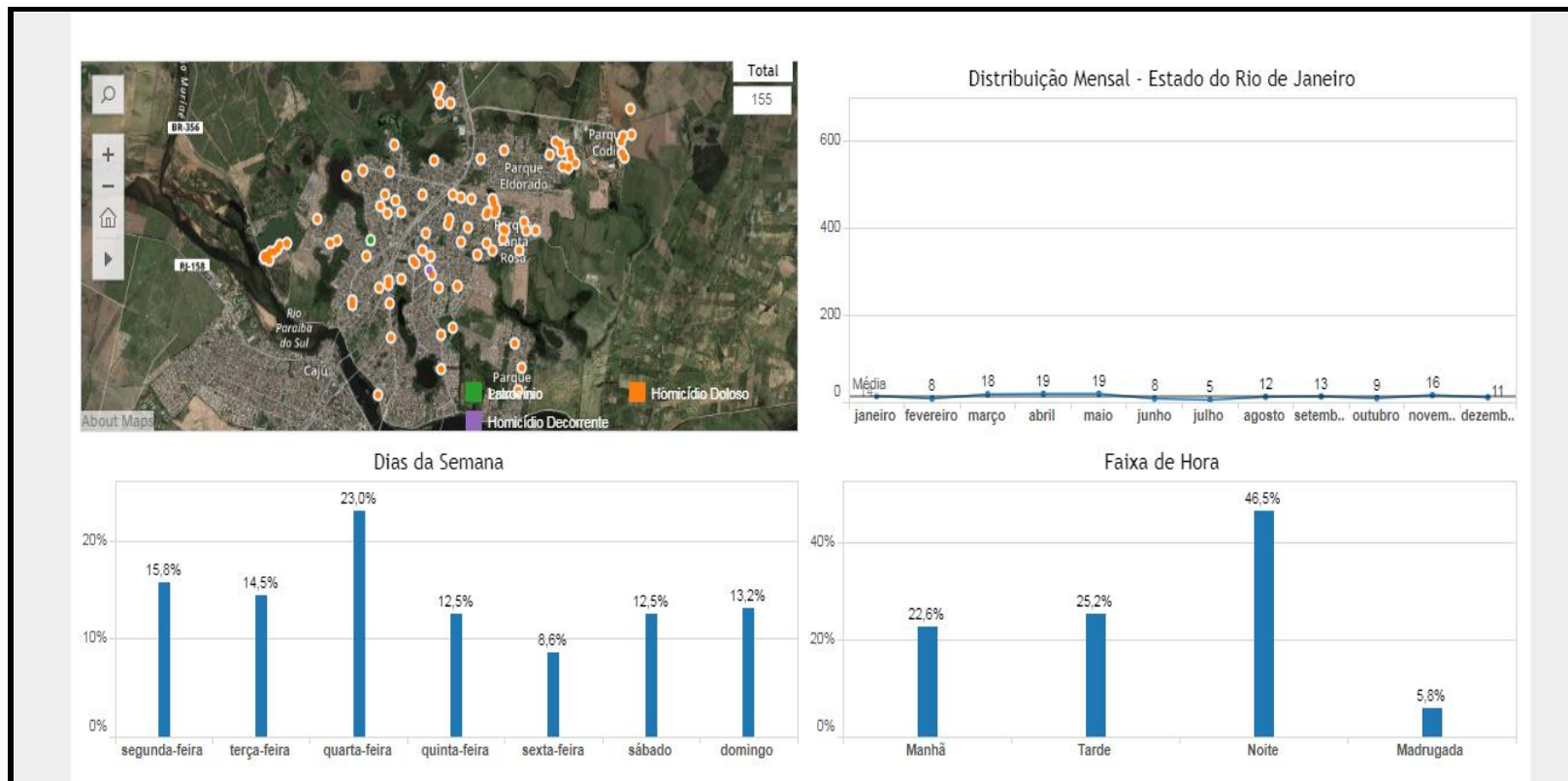


Gráfico 3 Dinâmica temporal dos homicídios em Guarus em 2016. Fonte: ISP-RJ.

No que se refere à distribuição mensal dos crimes ela se manteve basicamente estável ao longo dos meses do ano, com maior incidência nos meses entre março – maio/ agosto – dezembro. Parte da explicação pode ser remetida ao fato de que os períodos de janeiro e fevereiro/ junho e julho são os períodos de férias e faz parte da cultura campista sair da cidade em direção às praias.

As praias mais procuradas são a do Farol de São Tomé (Campos), de Grussaí (São João da Barra), Santa Clara (São Francisco de Itabapoana), e, os campistas com melhor condição financeira normalmente vão para a região dos lagos e algumas praias do ES. Esta é uma hipótese que requer estudo e pesquisa, no entanto, pode ser considerada uma premissa explicativa para essa variação. Pois, é importante ter em perspectiva que a cultura é um elemento explicativo dos atos dos agentes sendo necessário no seu estudo *atentar-se para o comportamento, e com exatidão, pois é através do fluxo do comportamento - ou, mais precisamente, da ação social – que as formas culturais encontram articulação* (GEERTZ, 1989, pp.12 - 18).

No que se refere à relação entre os assassinatos e os dias da semana o que se observa é uma relativa constância, com uma sensível elevação nas quartas-feiras, e considerável declínio na sexta-feira. Para a explicação deste fenômeno minha proposição é de que isso ocorre porque no fim de semana o comércio da droga se aquece não sendo bom para os negócios a ocorrência de crimes no território, considerando que *a vinculação com a economia ilegal se dá sobre uma racionalidade econômica* (SOUZA, 2000, p.66).

Serve para dar suporte à minha hipótese o relato da assistente social da SMDHS, citado no capítulo 3, sobre a rotina de visitas ao território, bem como a entrevista de Roberto Barbosa, ex-presidente do Centro de Informações de Dados de Campos (CIDAC), ao programa Fernando Gabeira, cujo trecho transcrevo abaixo:

Foi uma ocasião em que nós instalamos um projeto de monitoramento de câmera por meio do Centro de Informações e Dados de Campos, presidia. E essa violência nos encontramos muitas peculiaridades esse monitoramento, por exemplo, nós concentramos algumas câmeras nas principais entradas das comunidades... de algumas favelas. E nós nos surpreendemos com a quantidade de *motoboys* que entravam diariamente nas favelas, principalmente, às sextas-feiras. Então num primeiro momento pensou-se o seguinte: “não sabíamos que se consome

(sic) tanta pizza em favelas” ... Mas, depois aprofundando as informações nós constatamos o seguinte, na verdade os *motoboys* eles fazem outro tipo de transporte nas comunidades (Roberto Barbosa, entrevista concedida ao Programa Fernando Gabeira exibido em junho de 2017).

No que tange aos horários dos homicídios há uma prevalência no turno da noite, mas com taxas relevantes em outros períodos do dia também. Este último dado corrobora um dos argumentos que sustento nesta tese sobre a imprevisibilidade das situações problemáticas, que, como terei condições de demonstrar, não se restringem mais aos períodos da noite e tem se reforçado na região por ocasião da atuação das facções. Decorrendo disso o maior risco de incidentes fatais vitimando pessoas inocentes, além de produzir um sentimento coletivo de medo e insegurança.

Com efeito, compete agora que se entenda um pouco do processo de formação e atuação dessas duas forças que atuam e interferem tão diretamente na sociabilidade dos moradores da região pesquisada cerceando liberdades e impondo suas regras, as facções.

A presença das facções em Santa Rosa: elementos para entendermos a dinâmica do medo e da (in) segurança em sua (con) figuração

Uma das definições encontradas para o termo “facção” é a de que é um grupo de indivíduos partidários de uma mesma causa em oposição à de outros grupos. No âmbito do meu estudo foram chamadas também de comandos ou bandeiras¹⁰⁹, como encontrei em algumas situações.

O fato é que, no que concerne ao meu campo, as ações desses grupos têm submetido e subjugado a vida e a autonomia de outros tantos indivíduos que não necessariamente partilham de suas causas. Sem pretender a uma análise propriamente das facções presentes no território de Santa Rosa, ensejo neste tópico tão somente apresentar suas características mais evidentes e mapear sua ação e o modo como elas interferem nos processos sociais da região.

¹⁰⁹ Este termo foi utilizado pelo chefe do TCP em áudio cujo trecho será reproduzido logo mais adiante.

Reconhecendo que isto não é um elemento exclusivo da cidade de Campos, sendo as organizações facciosas uma realidade em distintas regiões segregadas ao redor do mundo. Assim, tomo a região de Santa Rosa como um caso particular do possível (BACHELAR, 1934 *apud* VANDENBERG, 1999).

As facções presentes em Santa Rosa são o Terceiro Comando Puro (TCP) e o Amigo dos Amigos (ADA), ambas siglas correspondentes aos comandos criminosos das favelas cariocas. Mas, suas chefias são locais transplantadas da rivalidade entre as comunidades da Tira Gosto (TG) e da Baleeira, estas sim facções autóctones do lado direito do rio.

Os principais estudos sobre esses grupos criminosos e que me serviram de fontes foram os trabalhos de Souza (2010) e Siqueira (2016), cujos enquadramentos analíticos foram concentrados no envolvimento de jovens com o tráfico de drogas do varejo e sua circulação nos diferentes territórios da cidade.

Foi por meio destes trabalhos que acessei parte das informações sobre a constituição e presença do TCP e ADA em Santa Rosa, juntamente com as narrativas dos meus interlocutores do campo que lidam e vivenciam a ação destes grupos.

De acordo com Siqueira (2016) as configurações do tráfico de drogas na cidade de Campos dos Goytacazes se estruturaram sob dois marcos fundamentais, a chegada da cocaína nos 80 que impulsionou e desenvolveu o mercado de bocas de fumo nas favelas e periferias campistas sedimentando a territorialização do mercado nestes espaços; e o surgimento da rivalidade ente a Tira Gosto e a Baleeira, que estabeleceu uma concorrência de mercado e dividiu os territórios de atuação no início dos anos 90.

Outra narrativa sobre esse fenômeno foi a do comandante do 8º BPM. Segundo ele,

(...) não comprovado, mas o tráfico daqui começou com uma determinada facção que é a TCP, que é a Tira Gosto Puro vamos dizer assim. (...) Então, não é ligada a cultura do Rio de Janeiro. A cultura do traficante do Rio de Janeiro é o confronto com a polícia e aqui não. Então, como não há uma ligação direta tipo assim, o nascedouro não foi oriundo do Rio de Janeiro então por isso essa diferença, certo, grandes traficantes, vamos dizer assim, daqui da nossa região tanto da Baleeira e da Tira Gosto, e a Baleeira vamos dizer que é a ADA e a Tira Gosto é a TCP, mas a Baleeira não era a ADA, a Baleeira se tornou uma facção, porque, o que aconteceu, dois grandes traficantes quando foram presos que foram os fundadores dessa facção aqui em Campos

eles foram presos em determinada época e tiveram que ir para o Rio de Janeiro e quando chegou lá na cadeia eles tiveram que se decidir pra qual ala de facção que eles iriam.

Pesquisadora – Eles eram rivais aqui?

Comandante – Aqui sim, rivais de comercialização e de pontos de drogas mas não assim de confronto e eles nunca foram pra um confronto e nem confrontava com a gente e o que aconteceu, quando eles foram presos foram pro Rio de Janeiro e quando chegou no Rio de Janeiro eles tiveram que se decidir então um foi pra um lado, e outro foi para outro. Então, por isso essa nomenclatura que é a Baleeira é a ADA vamos dizer assim; e a Tira Gosto é a TCP. E continua TCP, Tira Gosto Puro, porque na verdade o traficante que se instalou dentro da Tira Gosto é ele foi pra aquela facção ali mais ele não adotou nada daquilo ali, ele continuou “não vamos fazer o confronto com a polícia e não queremos isso, não é essa a nossa política” então isso até hoje e já a ADA é mais sanguinária e a ADA já pegou um pouco dessa cultura então por isso que existe hoje um confronto entre eles, mas antigamente não existia (Comandante do 8º BPM, março de 2017).

Optei por transcrever esta parte do diálogo na íntegra porque embora ele aparente algumas contradições internas, isso não diminui seu valor fatural e explicativo. Além disso, credito essa narrativa vacilante ao fato de ser uma orientação institucional, como relatou meu entrevistado, de não nomear as facções a fim de não lhes atestar poder, e, conseqüentemente acirrar os confrontos.

Sua entrevista serviu para corroborar a informação de que a relação entre as facções locais e as cariocas ocorreu de fato a partir das primeiras prisões e transferências dos chefes para os presídios da capital onde a organização dos detentos se dá a partir da filiação aos bandos. E, pelo que tive conhecimento o primeiro a se filiar a um comando carioca foi o chefe da Baleeira, aliado à ADA, tendo como corolário a filiação de seu rival, chefe da Tira Gosto ao Terceiro Comando Puro, rival da ADA.

Siqueira (op. cit.), reiterando o relato do comandante, também aponta que durante um longo tempo, apesar das filiações, culturalmente as facções locais mantiveram sua identidade e autonomia dada a própria dinâmica da relação entre elas já em vigor na cidade. De acordo com a autora,

durante a pesquisa [as pessoas entrevistadas] afirmam que o nome ADA e TCP é apenas uma fachada para manutenção das relações dentro dos presídios e com o tráfico do Rio de Janeiro. E que o que divide e determina o mercado é o fato de ser coligado com Tira Gosto ou com a Baleeira, essas duas favelas

Por outro lado, diferentemente do que ocorre com o lado direito do rio que possui uma narrativa sobre a formação e territorialização das facções, no que se refere ao *outro lado* não tive informações concretas sobre o estabelecimento delas, cabendo a mim fazer algumas inferências a partir dos dados e relatos obtidos. Esta será uma lacuna no meu trabalho aberta para outras pesquisas sobre a região.

Uma das pessoas com quem conversei e que me trouxe elementos para pensar a territorialização pelos bandos criminosos na região de Santa Rosa foi a professora Paulina, que por sua atuação e contato com território acompanhou os diferentes processos pelos quais passou a região. Abaixo transcrevo o nosso diálogo sobre esse processo:

Professora Paulina: E outra coisa, [atualmente] separaram e as facções tem qual facção ela está seguindo. Por exemplo, se for com a Tira Gosto, só entram pessoas ligadas aqui, se for com Baleeira só entram pessoas...os territórios são totalmente bem marcados. E quem desrespeitar, realmente, não fica bom o negócio.

Pesquisadora: E quando você foi trabalhar lá na década de 90 já tinha essa demarcação?

Professora Paulina: Tinha a confusão entre Santa Rosa e Eldorado. Hoje tem uma demarcação de bairro mesmo. Na época tinha um morro chamado Morro de Fátima.

Pesquisadora: Não tem mais?

Professora Paulina: Desbastaram bastante por conta dos conjuntos habitacionais. Esse morro fazia divisão entre Santa Rosa e Eldorado, praticamente, nessa época não existia uma demarcação propriamente dita, mas sabia-se o que era. Engraçado que quem fazia essa demarcação eram as pessoas do tráfico porque eles não queriam invasão. Do Santa Rosa não invade lá, o de lá não invade de cá.

Paulina esclarece que no início os limites eram bastante claros entre ambos os bairros, especialmente porque a divisão era natural promovida pelas terras alagadas das fronteiras entre os bairros. Entretanto, o processo de ocupação, inicialmente desordenado, e depois impulsionado pela política habitacional mudou a configuração, e, conseqüentemente a territorialização do crime, acarretando no que se vê.

Parte da narrativa de Paulina é reforçada por moradores atuais de que a intensificação da ação e existência das facções na região de Santa Rosa se deu a partir da implantação das *casinhas* com a transferência de pessoas de outros

espaços da cidade, como permite depreender o excerto de um dos grupos de discussão.

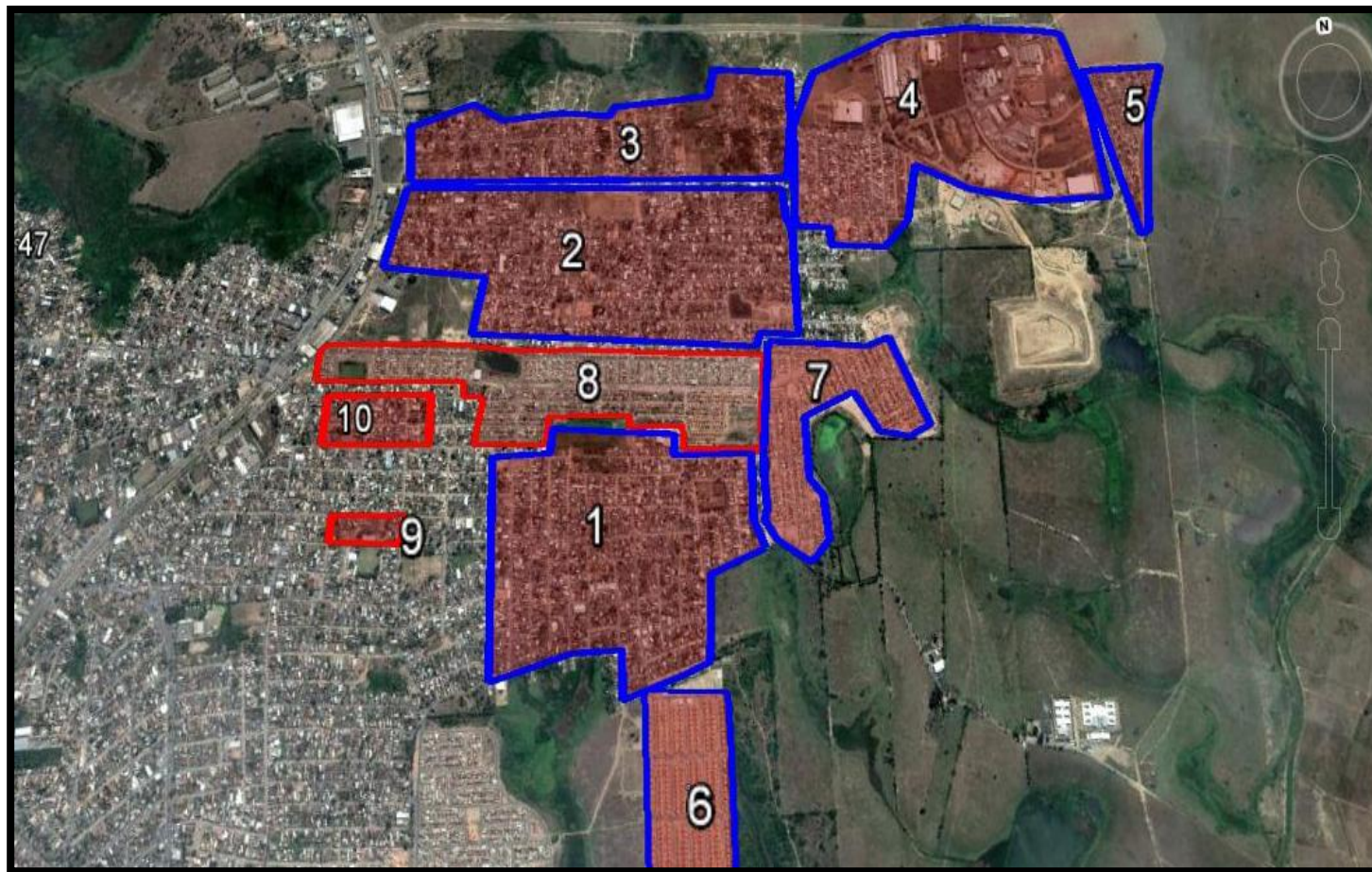
É. E Santa Rosa, tipo assim, agora ficou bem mais violenta, por quê? Porque tem essas casinhas agora, casinha popular. Então, [misturou] várias facções. Pessoas que moravam lá nas casinhas de lá do centro, estão morando aqui (Relato do Grupo de discussão com os jovens da Igreja Católica, maio de 2016).

A alusão do jovem às pessoas vindas do Centro dá pistas de que a origem destas facções são as comunidades estabelecidas do lado direito do rio, e que transplantaram para lá as disputas presentes aqui.

Só que, diferentemente da realidade presente no lado direito, nos territórios de Guarus a disputa territorial e de mercado ainda é bastante intensa, fazendo com que as situações de confronto sejam constantes e imprevisíveis. Lá apenas uma rua separa uma facção da outra o que dá a sensação de sempre estar em uma zona de perigo. É como narrou o comandante da PM *o que divide uma facção da outra é apenas uma rua e que é uma rua normal de um bairro que nós temos, nós vivemos em uma sociedade, em comunidade e nós atravessamos a rua pra comprar um pão ou pra ir na casa de um outro vizinho ou pra ir fazer qualquer outra coisa, e lá não tem isso.*

De acordo com Siqueira (op. cit.) no que se refere ao subdistrito de Guarus, o aspecto político é reprimido pela intensificação dos recursos violentos, assim sendo, pelo aspecto da guerra (...), as diversas afirmações de que o jovem “dança” caso entre no lugar errado, demonstra que o aspecto político desta relação foi suprimido pela violência e o estabelecimento da sociabilidade violenta que ocorre nestes territórios (p. 163).

Todavia, uma coisa causa estranhamento. É o fato de ser perceptível o predomínio territorial do TCP em relação à sua rival ADA. Entretanto, isso não consegue arrefecer minimamente as disputas. No mapa abaixo é possível ver a divisão territorial entre o TCP (traçado em azul) e a ADA (traçada em vermelho).



LEGENDA:

- 1- SANTA ROSA
- 2- ELDORADO
- 3- SÃO SILVESTRE
- 4- CODIN
- 5- TERRA PROMETIDA
- 6- MCMV
- 7- SOVACO DA COBRA
- 8- NOVO ELDORADO (SAPO 1 E SAPO 2)
- 9- BAIXADA DO ROTARY
- 10- BANDEIRANTE

Figura 23: Territorialização das facções em Santa Rosa. Elaboração Sargento L. V. do 8º BPM

O mapa deixa claro o predomínio territorial do TCP em detrimento dos domínios da ADA, uma configuração inclusive percebida pelos próprios moradores, como verbalizou uma interlocutora: *Mas é o que a gente fala, porque o terceiro [TCP] tá sendo meio que burro, né? Porque a terra é pequena o Terceiro tá lá, o Terceiro tá aqui, o Terceiro tá ali e é só invadir.*

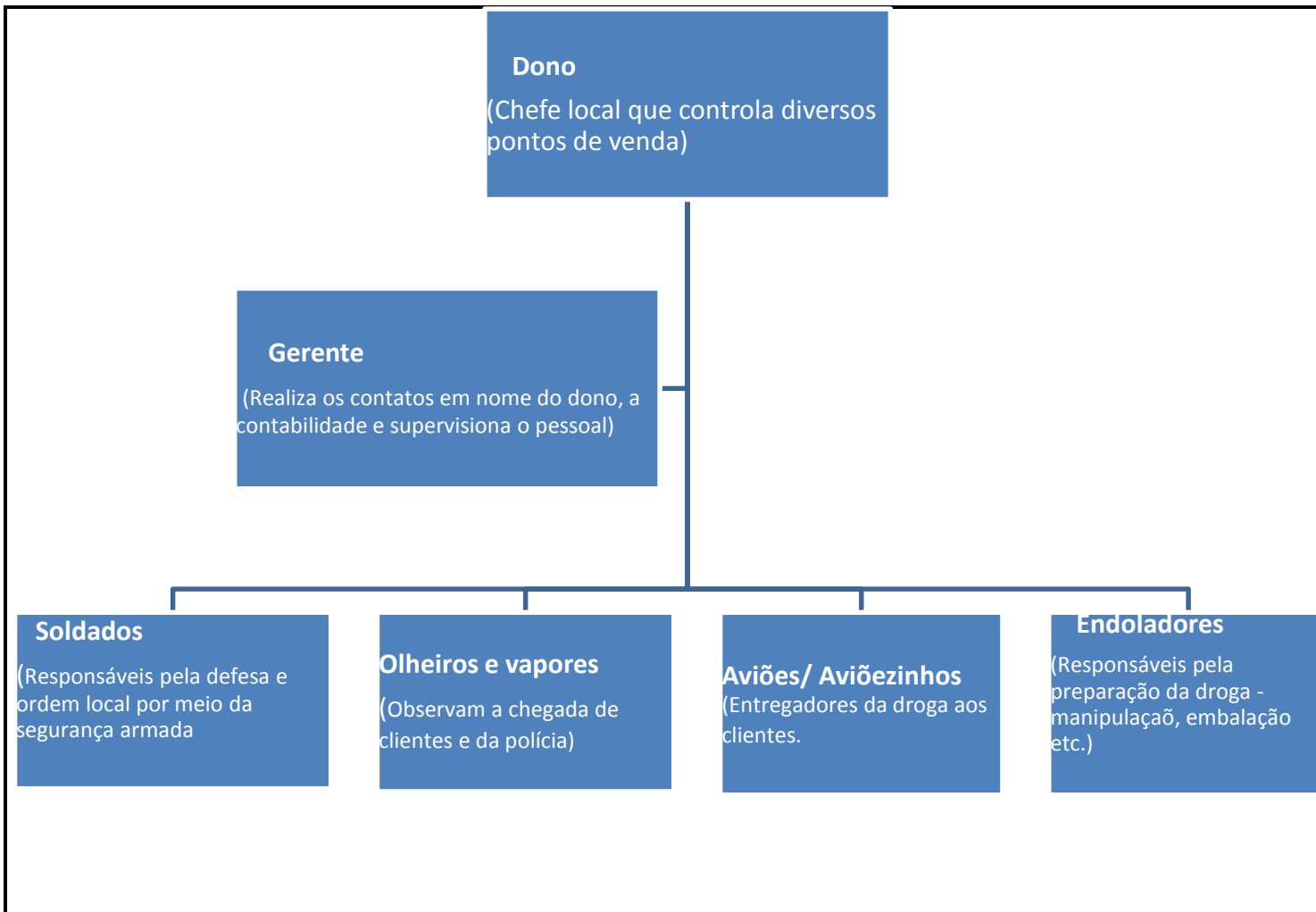
Mas, dentre as muitas suposições sobre o porquê isso não acontece está mais uma vez a fala do comandante da PM alegando que a ADA é mais “sanguinária” e propensa ao confronto, dificultando acordos e/ou invasões. Além disso, há que se observar que a extensão territorial exige a formação de vários bandos, que às vezes mesmo estando sob a mesma “bandeira” podem não ser necessariamente “amigos”.

É o que aponta Souza (2000) com a sua definição de comando:

Os “comandos” são em que pese sua pouca coerência interna, “organizações” rivais entre si e que se assemelham a guarda-chuvas referenciais que congregam inúmeros grupos mais ou menos independentes (quadrilhas). Se no nível da quadrilha, os fluxos de informação da rede constituem em boa medida em ordens (do “dono” para os “gerentes”, dos “gerentes” para os demais), no plano do “comando” o típico fluxo de informação da rede constitui-se de avisos, pedidos de ajuda (para tomar uma favela, por exemplo) ou mesmo ameaças e advertências, **não de ordens** (op. cit, 102, grifos meus).

Ou seja, mesmo pertencendo à mesma sigla isso não significa que o grupo seja coordenado pelo mesmo gerente (ou dono). Não estou afirmando que hajam diferentes quadrilhas dentro deste território, mas identifico que há clivagens dentro das próprias facções, um exemplo disso é o fato de no bairro Santa Rosa, as pichações TCP virem sempre acompanhadas da sigla STR (que significa Santa Rosa), demarcando seu domínio. Ao passo que nas pichações do Eldorado e do Novo Eldorado a demarcação fazia referência ao Sapo 1 ou Sapo 2, falarei sobre esses lugares logo mais abaixo.

Penso que para ajudar na compreensão da ordem hierárquica cabe a informação sobre o papel de cada elo nesta cadeia de relações. Assumo aqui a descrição produzida por Souza (2000) sobre a organização dos comandos cariocas, a partir da qual construí o organograma abaixo, que pude confirmar se reproduz aqui em Campos dos Goytacazes.



Quadro 1: Cadeia de relações no tráfico de drogas de varejo. Adaptado de SOUZA (2000).

Normalmente, de acordo com um dos meus interlocutores, os crimes nos quais estão envolvidas as facções do Santa Rosa são os roubos, roubo de veículo, roubo em residência, dependendo da questão homicídio, além é claro do tráfico de entorpecentes.

As disputas estão em todos os espaços, físicos e simbólicos. Como registrei em meu caderno de campo, a cada dia em que ia a Santa Rosa observava novas inscrições nos muros que eu entendia como um dos campos de disputa entre as facções locais bastando andar nas ruas para observar isso. Mas, uma coisa interessante é que não eram em todas as ruas, estando mais presentes nas ruas principais. Adentrando para as ruas mais interiores observei bem menos inscrições. Abaixo é possível conferir um pouco do que observei sobre essas disputas.



Figura 24: Pichação nos muros da Rua Cidade Lima, região central de Santa Rosa. Acervo pessoal. 2017.

Nesta foto se pode observar a facção e a quadrilha que estão em disputa, ou seja, o Santa Rosa (TCP/STR) e a ADA (Sapo 1). O mesmo que aparece na foto abaixo, com o TCP rechaçando a ADA.



Figura 25: Pichação nos muros da Rua Manoel da Silva, região central de Santa Rosa. Acervo pessoal. 2017.

Com as fotos acima tento demonstrar as disputas simbólicas entre as facções, e que são levadas a cabo em seus aspectos físicos. A questão das pichações é um tema bastante importante, pois em 2017 houve o assassinato de um rapaz envolvido com essas disputas enquanto pichava um muro sobre a inscrição da facção rival. Assim como registrei a queixa de uma interlocutora sobre o incômodo que isso causa.

(...) nossa teve uma época que você via passar uns molequinhos, molequinho mesmo tipo 14, 16 anos, aquela coisinha miudinha com arma na mão, pichando o muro e você sem poder fazer nada. Minha amiga aqui na frente, tadinha, tinha acabado de pintar o murinho dela. Meu sobrinho viu (Mirna, março de 2017).

E para agravar esse quadro ocorre que esses conflitos não se restringem a quem a eles se filiam. Ao contrário, submetem e envolvem até mesmo quem não tem nenhuma relação com eles, que morando numa parte do bairro que esteja sob seu domínio territorial devem se manter sob suas regras tendo cerceado seu direito de ir e vir, como deixa nítido o relato abaixo:

Na minha rua... Aqui, o bairro tem várias facções. Então, por exemplo, a rua da minha casa. Eu não posso virar a esquina, sabe. Porque da esquina pra lá já é outra. Então, eles perguntam quem é você, o que é que você está fazendo e tal. Minha mãe trabalha com transporte escolar para entregar criança lá. Eles botaram arma na cara da minha mãe, tipo: "Aonde você está indo". Ou seja, bem próximo assim, por serem facções

diferentes, a gente não tem esse acesso [Ininteligível] bairro todo (Relato do Grupo de discussão com os jovens da igreja católica, maio de 2016).

Mas, se morar num território sob o domínio de uma facção é problemático, de acordo com meus interlocutores, também o é estar numa zona “neutra”. Ou seja, viver num local que não está “sob o domínio de ninguém”, mas que vive em constante disputa, como, por exemplo, onde convencionou-se chamar Faixa de Gaza¹¹⁰, no Novo Eldorado.

Territórios que, de acordo com Souza, estão “entre os nós da rede de um “comando”, mas, que, no entanto, são áreas que sofrem de algum modo, a *influência da presença do tráfico de drogas (atmosfera de insegurança, “síndrome da bala perdida” ...), especialmente devido a disputas por pontos de venda de tóxicos no contexto de uma luta pelo domínio do mercado local e, nesse sentido amplo, territorialização exclusiva da cidade* (SOUZA, op. cit,103).

É o que sentiam meus interlocutores que habitavam nestes espaços, e o excerto abaixo é apenas uma pequena ilustração do que isso representa:

Eu acho que eu me mudaria... Falo assim, hoje. Eu me mudaria acho que pra outra rua e tal, mas não do Santa Rosa. Eu acho que [a gente não tem muito] problema com o bairro, assim, sabe? Estou me referindo à minha pessoa. Mas eu tenho... A gente vê ao redor muita coisa acontecendo, sabe? Na minha rua, por ser, tipo, a faixa de Gaza entre duas facções, ela está sempre muito em guerra. É sempre alguém que está [Ininteligível]. Você vai... Teve uma vez que eu fui no... O caso de um homem que foi decapitado, né. Foi na rua da minha casa. A cabeça dele tava... (Relato do Grupo de Discussão com Jovens Católicos, maio de 2016).

A “Faixa de Gaza”, fica entre os bairros Santa Rosa e Novo Eldorado (números 1 e 8 na figura 25). Lá está localizado um contêiner da polícia militar, apelidado de “UPP” que faz o patrulhamento na região e serve para tentar arrefecer um pouco da disputa nesta zona. Voltarei a comentá-la no próximo tópico. A figura abaixo ajuda a visualização deste espaço.

¹¹⁰ Uma alusão ao território palestino extremamente conflituoso cujo controle é disputado pelo Estado da Palestina e Israel.



Figura 26: Localização da "Faixa de Gaza". Adaptado do Google Earth. 2017.

A casa de Maria Clara fica situada nessa zona e é bastante interessante o seu relato sobre essa característica de onde mora. Vejamos.

Então aqui, onde a gente está aqui é muito ruim por quê? Porque aqui não é o miolo da facção. Por exemplo, se você mora na rua v8, na rua 8, na rua 9, na rua 7, ninguém vai mexer com você... (...) Porque você está protegido entre aspas, protegido pela facção, porque quem fizer qualquer coisa lá foi alguém daquela facção. Agora como a gente tá aqui na 14 aqui não é terra de ninguém, então aqui um coloca a culpa no outro. (...)

Vamos supor, quem já mora lá no Sovaco da Cobra tá protegido. Por quê? Porque quem tá no Sovaco da Cobra, aquela facção do Sovaco da Cobra, então ninguém vai fazer nada com eles lá, simples. Se alguém fizer alguma coisa já sabe quem foi. Agora aqui da onde a gente tá que é próximo a UPP não é dono de ninguém. Entendeu? É muito ruim. Um dia desses mesmo uma senhora(...) Vem um menino pegar o celular dela, ela já é senhora não quis dar o celular. O que ele fez? A tombou no chão e coisa e tal para poder pegar o celular dela. Depois o pessoal foi ver falar "Foi quem? Foi quem? Foi de qual facção?" Não foi ninguém. Ninguém aparece. É, ninguém se responsabiliza, porque a treze e a quatorze não é de ninguém.

Pesquisadora – Entendi.

Maria Clara – Um dia eles vieram, picharam tudo de terceiro, quando foi no outro dia em cima do terceiro já picharam um monte de ADA, então é assim essa guerra. Entendeu? E a gente tá aqui no meio. O ruim daqui, desse lugar que a gente tá aqui agora é só esse. (Maria Clara, moradora do Novo Eldorado)

O relato de Maria Clara serve para explicar os dilemas que é viver num local sitiado, mas, de um modo piorado, sitiado sem ter quem o coordene. Seu relato também abre espaço para pensar as outras relações que se estabelecem numa comunidade com estas características que se constituem de relações simbióticas entre o tráfico e a comunidade local.

São muitas as relações produzidas nestes espaços, caracterizadas em parte pela submissão dos moradores ao arbítrio dos traficantes, mas não somente. Também estão aí incrustadas relações de parentesco, relações comerciais, e também de proteção porque quando ocorre algum problema na favela é a essas pessoas que também se pede ajuda. Por isso que na análise de territórios como estes não cabem julgamentos morais e juízos de valor, pois seguem uma lógica própria.

Ricardo traz um exemplo muito claro disso que estou tentando expressar. Em nossa entrevista enquanto falava do descuido das pessoas com os bens públicos passou a narrar o problema que uma escola da comunidade teve com saques constantes, em sua narrativa deixou claro que o problema cessou após o pai de uma das crianças, classificado por ele como traficante, interveio na situação. Acompanhemos o seu relato.

Aí eu falei: “só tem uma saída, convoca primeiro os pais, os responsáveis e vamos jogar na conta deles pra eles ajudarem a gente”. Aí a direção disse que a saída é essa mesmo. Convocou a comunidade, os pais, você vem, você fala e eu falo de outro jeito. Aí, por sorte nossa, tinha um filho de um traficante lá que estudava lá também, no CIEP ..., na Terra Prometida, fica por trás ali do Santa Rosa, né, por trás; e por trás também do presídio, da Casa de Custódia, tudo naquela região ali. E aí chamamos ele, ele veio e conversamos. (...) “olha, nós precisamos abrir a escola, a escola é pros filhos de vocês, agora vocês têm que ajudar a gente, tem que ajudar. A escola não é da diretora, do professor, não, a escola é de vocês. Se vocês não ajudar vai fechar a escola”, e começamos “batendo”, “batendo”. Aí esse traficante tava lá, e no outro dia apareceu a geladeira, o fogão, já descendo do morro, porque lá tem aquele morro, né, veio descendo, nunca mais teve roubo. E aí, o líder da liderança paralela lá, a gente não apoiava ele mas precisava conviver, aí entra a questão de conviver, e por coincidência ele tinha filho lá também. (Ricardo da Baixada, fevereiro de 2017).

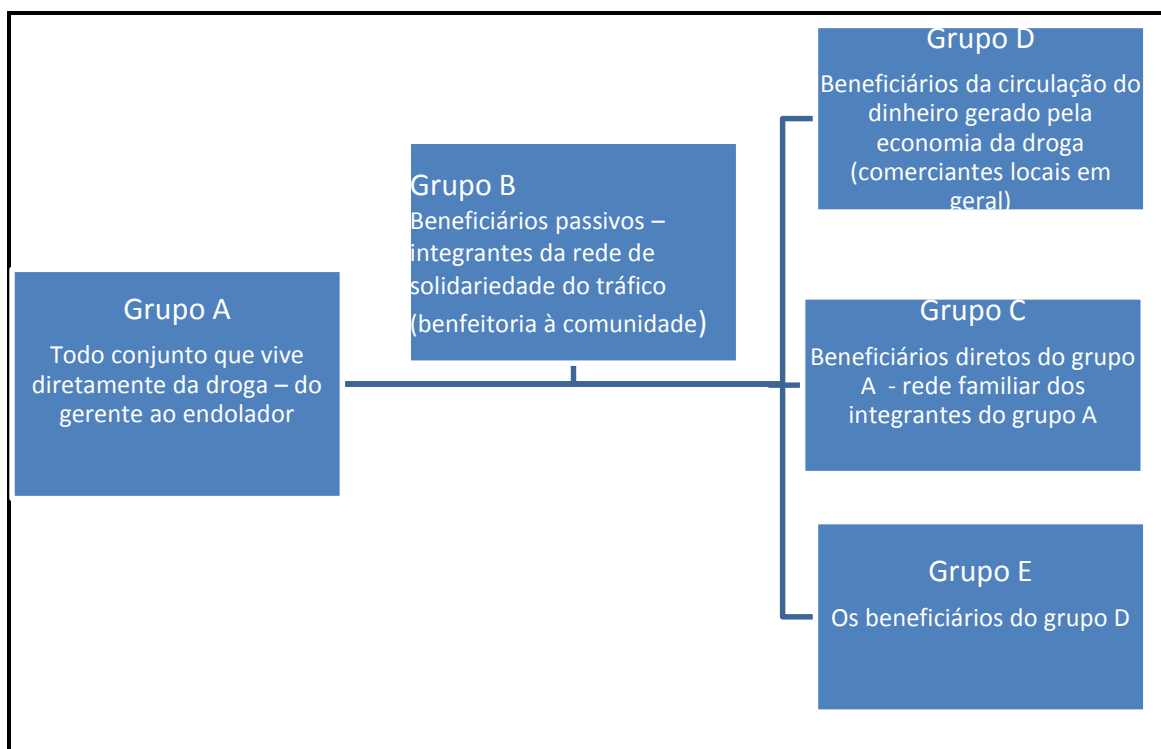
Outro exemplo foi o caso de Mathias, que teve sua casa ocupada pelo período em que ele precisou sair do bairro. Após uma série de mediações, que disse não poder detalhar, conseguiu seu imóvel de volta por imposição do chefe local que mandou que lhe devolvessem sua casa.

É preciso compreender que a vida nas favelas dominadas pela presença do tráfico não está linearmente traçada e que estar envolvido não se restringe à dimensão das escolhas dos agentes, mas que também faz parte de uma relação de interdependência daquela ordem social. Em Santa Rosa se apresenta em

muitas dinâmicas da vida prática, dentre elas o transporte alternativo fazendo com que muitas pessoas estejam relacionadas com alguma atividade vinculada ao tráfico, e neste aspecto até eu mesma me incluo, pois fazia uso desses transportes para ir ao campo e também trabalhar quando não possuía carro.

Do mesmo modo como pode constatar Souza (2010) que em sua pesquisa com os jovens da Baleeira notou que de *modo geral, todos os jovens consideraram que a venda de drogas na favela “rende muito dinheiro” (...)*Contudo, o “gerente” considera que o dinheiro não é o que move o desenvolvimento da “atividade do tráfico” no local, pois o lucro também é destinado a ajudar as pessoas (p. 33)

Mais uma vez me utilizo de uma tipologia produzida por Souza (*op. cit*) para sintetizar essa relação. Por meio de um fluxograma pretendo demonstrar as imbricações relacionais que estão presentes na vida das pessoas residentes em comunidades dominadas pelo tráfico de drogas.



Quadro 2: Relações cruzadas produzidas nas favelas em torno do tráfico de drogas de varejo. Adaptado de SOUZA (2000).

Assim percebidas, é possível entender que as relações estabelecidas nas favelas devem transpor a interpretação largamente difundida de que,

a população residente nas favelas é conivente com seus agentes, os traficantes de drogas, evitando assim que parte da discussão da violência do campo da segurança pública para um terreno moral, em que os moradores de favelas são tomados como cúmplices dos bandidos pela via das relações de vizinhança, parentesco, econômicas e da política local” (LEITE, 2008, p.117).

Exemplo de interpretação deste tipo, quando se fala de Santa Rosa, pode ser observada na entrevista do delegado da 146ª DP que citei linhas atrás neste capítulo. Que devem ser problematizadas e combatidas, pois, ainda de acordo com esta autora:

Se um passado comum e a contiguidade no território aproximam os moradores da favela dos integrantes de alguns membros dos bandos armados (das “crias” da “comunidade”), muito os separa. Face à expansão e visibilidade do tráfico nas favelas, atualmente os moradores empreendem um esforço redobrado de “limpeza moral” para se diferenciarem, enquanto “trabalhadores”, dos “vagabundos” e “bandidos”. Essas tentativas, porém esbarram em uma interpretação baseada na “cultura do medo”, que traduz “convivência forçada” por “convivência” ou “ambiguidade moral” (idem, p.134).

Uma vida de ambiguidades baseada numa dinâmica social violenta e letal, que tem constituído assim um tipo de ordem social na qual a força passa ser o princípio coordenador das relações sociais, deixando de ser o meio da obtenção de resultados para ser o seu próprio fim, explicada por meio da noção de sociabilidade violenta (MACHADO DA SILVA, 2004a, 2004b, 2008, 2010).

De acordo com Machado da Silva a característica fundamental da sociabilidade violenta é a necessidade de demonstração factual de força que, despercebida, muitas vezes leva o observador (a) a definir como gratuitos e inexplicáveis, ou explicáveis, como sádica crueldade, inúmeros acontecimentos muito explorados pela mídia (MACHADO DA SILVA, 2004, p. 40 – nota de rodapé). Assim,

o que parece estruturar a organização dos criminosos em grupos é simplesmente a cadeia de submissão formada pelo reconhecimento do desequilíbrio de força, o que indica a precariedade dos grupos assim formados... (MACHADO DA SILVA, 2004, 40, nota de rodapé).

A prevalência dessa cadeia de submissão indicada por Machado pode ser percebida em Santa Rosa a partir de um fenômeno que ocorreu no território, que, embora fosse considerada a principal forma de pacificação da região apareceu

de forma contingente na dinâmica criminal da cidade, a saber: a união das facções.

A união das facções: é possível a formação do TCA?

Em meio a muitas imprevisibilidades esperadas no campo, dadas a sua extensão e complexidades, em junho de 2017, a cidade acordou com uma notícia até então imponderável: as facções tinham se unido e formado o Terceiro Comando dos Amigos (TCA)¹¹¹.

Em minhas entrevistas meus interlocutores colocaram este ponto como uma das possibilidades para a “pacificação” da região, mas não trabalhavam com essa ideia de modo factível no curto espaço de tempo, o máximo que conseguiam supor era a possibilidade de “vitória”, e o consequente domínio de uma sobre a outra. Mas um acordo nunca foi aventado por nenhum deles. Especialmente, porque a experiência de acomodação dos conflitos observada no lado direito (sede) se deu por meio da divisão da cidade, e não a partir da associação das facções.

Entretanto, pelos rumores essa ordem veio dos níveis mais elevados das facções, atingindo suas ramificações em todas as partes do estado. E que foi literalmente acatado aqui em Campos dos Goytacazes como deixa claro um trecho do diálogo entre os chefes da Tira Gosto e da Baleeira, ambos presos à época, num áudio de *whatsapp* que circulou entre as pessoas naquele período, ao qual tive acesso.

Não tô deixando ordem porque eu nunca fui de dar ordem, eu sou um cara de conversar. Eu acho que chegar num consenso, isso vai ser melhor pra todo mundo, melhor para a cidade, melhor pra todo mundo, que ninguém toma uma bala perdida e parar de jovens tá se matando... entendeu? Meninos, moleques 15, 16 anos tudo se matando aí a troco de sei lá quê? As vezes não sabe nem... eh! O fundamento do problema, entendeu? Então, você sabe que talvez eu possa também ter a resistência lá dentro de nossa própria área porque eu tenho...né? outros irmãos que pode também entender de forma coisa... mas, isso daí eu vou ter que resolver com eles porque eu tô cansado, se eu quiser (sic) guerra eles que pega a arma e vão a luta deles, vai terminar a guerra deles e me deixa de fora porque eu tô cansado... eu tô cansado. E... para mim já deu, infelizmente a gente tá aqui [preso] tem que tá se envolvendo nessa... nessa situação e passando essa visão, entendeu? E, é isso irmão, o

¹¹¹ Vide em anexo o print da notícia num dos jornais *online* de Campos dos Goytacazes.

negócio tá vindo lá de cima e... tem que acatar... eu vou acatar. Espero que os demais amigos acatem também e que você que é um cara também, que tem...né? uma índole, tem um conhecimento, tem um respeito. Chama alguma comissão nossa aí, a comissão deles aí, bota pra ouvir o áudio, bota pra chegar a uma ideia, entendeu? Se não quiser ser amigo, também basta não ser inimigo, ninguém para ficar dando tiro em área de ninguém e vamos tentar a melhor forma aí, cara... entendeu? É só isso que eu tenho que falar e desde já agradeço, né?... A oportunidade, já de antemão já deixo um abraço pros amigos de todas as áreas aí, entendeu? ... do ADA e do Terceiro... entendeu? ... e que todos nós fique (sic) em paz. É o que eu espero e aguardo (Chefe da Tira Gosto, áudio obtido em junho de 2016).

Cuja resposta foi:

Então... já vou começar a passar a visão lá pros amigos lá também, pra parar, para não chegar perto do seu pessoal. Se você puder também, já passar essa visão para eles a gente já começa desde, entendeu?... desde agora pedir pra... pedir não, mandar... mandar não ter ataque um no outro (...) Vamos seguir aí... já comecei a pedir lá, falar para deixar o pessoal em paz lá, e acabou! Aí a gente só vai ter um pouco de dor de cabeça, ali com aquele pessoal do Sapo ali porque tem uns... a maioria lá vai ouvir meu papo, mas você sabe, né? Aquele menino seu lá é cabeça dura, o tal de N. Ele não ouve ninguém, cara. E, ele tá... até em pessoal de vocês mesmo ele tá dando tiro. Então, ele que é o problema no momento... É N?...N?... Esse que é o complicado. No momento eu acho que ele é o que vai te dar mais trabalho aí pra tu poder conversar com ele... porque eu acho... assim eu soube, não tenho certeza porque você sabe a gente aqui [preso] não tem certeza de tudo, que até no próprio pessoal de vocês ele tá dando tido, cara. Vamo ver essa parada aí... E o restante... paz e tenho certeza que a gente vai conseguir sim. A gente conseguir esse objetivo aí, valeu? No mais, um forte abraço para geral aí (Chefe da Baleeira, áudio obtido em junho de 2016).

Estes são trechos de dois dos vários áudios que circularam pelas comunidades esclarecendo sobre a nova situação de “conciliação” entre as facções.

No primeiro momento, isso foi bom para “todo mundo” como indicou o chefe da Tira Gosto, pois permitiu que as pessoas circulassem um pouco mais livremente, relativamente despidas do sentimento de insegurança que lhes acompanhavam cotidianamente. Foram muitos vídeos circulando, inclusive produzido pelos próprios policiais da “UPP”, sobre a tranquilidade e o trânsito das pessoas por ambos os lados.

E de acordo com um interlocutor da PM isso foi positivo também para a polícia, pois, eles poderiam agora se concentrar em outros problemas em relação à segurança pública na cidade. Segundo ele, *essa trégua/aliança das facções por ora, para a polícia estava sendo boa, pois estavam concentrando esforços em outras modalidades de crimes, como, roubos a transeuntes e veículos, por exemplo.*

Embora não soubesse dizer ainda se havia sido boa ou ruim, deixou claro que temia que isso pudesse gerar uma potência criminosa no município, que teriam muita dificuldade de controlar no futuro.

Entretanto, esse acordo não se deu sem resistências como previu o chefe da Baleeira fazendo com que a paz e a tranquilidade anunciada não passassem de alguns dias, como relataram os meus alunos, devido ao inconformismo de alguns dos integrantes de um dos bandos, que supostamente havia se aliado a uma terceira facção e se negado à aliança. Também corroboraram essa informação diversos distúrbios e os vários episódios de ataques e tiroteios que estavam acontecendo em Santa Rosa após o “anúncio” da união, atribuído a um dos elementos citado no áudio que se mostrava resistente à nova situação. Assim como a entrevista do delegado que serviu para compreender bem isso.

Essa briga de facções já vinha há bastante tempo, e recentemente nós tivemos informações de que haveria uma trégua, e, talvez uma possível união dessas facções, mas nós já tínhamos algumas observações de se isso daí iria prosperar ou não, e como de fato, diante dos últimos acontecimentos nós verificamos que está havendo algum ruído nessa suposta trégua (Delegado titular da 146 delegacia da Polícia Civil em entrevista ao RJ INTERTV, julho de 2017).

Também contatei uma ex-aluna que mora no conjunto do Minha Casa, Minha Vida em Santa Rosa a fim de obter algumas fotos de seu condomínio, e ela muito constrangida, se recusou dizendo que *lá não estava bom*, por mensagem me pediu para eu tomar cuidado ao ir à Santa Rosa.

Portanto, ainda vigora no ambiente social daquele aglomerado o clima de medo e tensão que são elementos importantes na configuração da região, demonstrando que em Guarus o TCA ainda não é uma realidade.

Então, vamos chamar a polícia? Notas sobre a relação entre a comunidade e as instituições de segurança em Santa Rosa

Quando passamos por alguma situação problemática, especialmente se a questão se refere à (in) segurança, medo ou violência é a polícia que chamamos para nos socorrer. Em Santa Rosa isso não é diferente, entretanto, qual é a natureza das interações entre as instituições de segurança e a comunidade?

Machado da Silva é um dos autores que chama a atenção para o equívoco que é a ideia de “ausência do Estado” em comunidades com as características das que compõem o Santa Rosa. E, este é mais um ponto em que eu concordo com ele porque nestes espaços não está em causa necessariamente a inexistência do poder estatal, que se faz presente por meio de suas instituições e agentes, mas sim a natureza de sua assistência a essa parcela de seus cidadãos. E nesse diapasão, não é possível ignorar que uma das faces do Estado nestes territórios com certeza é a polícia – não somente, mas necessariamente ela-. Embora, muitas vezes não seja a mais desejada.

Isso porque a desconfiança é uma palavra que define a relação entre as instituições de segurança e os moradores da região pesquisada. Não foi difícil encontrar quem não tivesse alguma crítica a tecer sobre a instituição policial, seja por sua ação ou omissão.

Irrelevante afirmar que as forças de segurança estão sim presente na região de Santa Rosa. Durante o trabalho de campo observei constantemente as rondas de PMs -seja no patrulhamento a pé, por meio de duplas, seja circulando nas viaturas.

Contudo, em vez dessa ação gerar, essencialmente, uma sensação de segurança essa presença em grande parte das vezes era percebida como uma vigilância. O que não é sem propósito, pois em tempos de medo e insegurança a polícia passa a funcionar como um dispositivo de confinamento dos pobres em seus territórios (MACHADO DA SILVA, 2008).

Por isso não causou estranhamento a fala de uma interlocutora sobre ter mais confiança nos *meninos*, do que na PM. Segundo ela *os policiais são mal educados e não se pode confiar neles*. Razão pela qual as condutas de muitos

moradores em relação aos traficantes locais não devem ser lidas sumariamente como conivência com a criminalidade, como já exposto linhas atrás, tendo em vista que parte das complexidades relacionais entre moradores e bandidos locais também são influenciadas pelas condutas dos operadores de segurança pública.

Cardia (1997) sustenta, analisando o contexto de São Paulo, que há uma importante contradição na relação entre a polícia e a sociedade em que a desconfiança caminha lado a lado com a concordância do comportamento arbitrário da polícia. Segundo a autora:

Eis então a grande ambiguidade do sentimento das pessoas com relação à polícia: elas tendem a não acreditar na polícia mas isso não se traduz por demandas de melhora no desempenho ou de controle sobre essa instituição (1997, p. 249)

Não foram raros os momentos em que vi e ouvi críticas às abordagens policiais, que ao longo do meu trabalho de campo presenciei o número de três. Selecionei do meu caderno de campo alguns trechos para ilustrar a reação das pessoas a elas.

A primeira delas foi logo na chegada a Guarus, na descida da ponte da Lapa, feita de forma ostensiva com a exibição de armas, era uma manhã, e uma das passageiras desferiu o seguinte comentário: *eles veem com essas armas nas mãos, não precisa. Podem abordar, e só mostrar a arma se precisar*. Ela foi apoiada em sua crítica por outras pessoas que estavam na van.

Em outro momento similar, atrás do HGG, um policial nos parou perguntando para onde íamos e de onde estávamos vindo. O motorista que já havia nos instruído a confirmar sua resposta, disse que vínhamos da praia. Após nossa liberação outra mulher que estava conosco queixou-se da abordagem, dizendo que a falta de segurança estava presente em Santa Rosa. Mas, seu comentário não foi feito no sentido a dar apoio à abordagem, ao contrário, em sua fala a mulher sentenciou que a polícia deveria estar nos pontos críticos da cidade - como a praça do Lions (uma escola da região) onde, segundo ela, tinha uma pessoa circulando de moto e armada-, e não atrapalhando os outros de trabalharem. Deixando clara sua contrariedade com a ação.

A terceira situação, também indicativa da relação polícia e comunidade, foi na subida da ponte da Lapa, do lado de Guarus, avistamos uma blitz policial com PMs de fuzis em punho, novamente, o comentário do motorista me chamou

atenção, ao expressar: *parece até que vão pegar bandido... quando é bandido desaparece tudo.*

Em todas as vezes em que estive presente a abordagens policiais no território elas foram questionadas pelas pessoas que compartilhavam comigo a situação. Os questionamentos vinham acompanhados de muitas críticas à eficiência e efetividade do trabalho policial, pois suas ações não geravam nas pessoas uma sensação de segurança, em face das suspeições e preconceitos de que eram vítimas, e, como um efeito perverso, estas ações serviam para reforçar uma relação de distanciamento e desconfianças.

Sentimentos que as pessoas nutriam também em função da percepção de que a polícia sempre passava depois do acontecido.

Uma senhora que abordei e conversei na rua, D. Jeíza, achava a polícia militar conivente com as situações ao relatar episódios em que a PM só passava depois do acontecido. E, importante notar que esta não foi uma fala isolada.

O episódio do CIEP - o tiroteio ocorrido na rua que foi narrado a mim pela diretora -surgiu em uma conversa algum tempo depois em que estávamos dois homens e eu dialogando. Nesta ocasião um dos homens disse que a PM passou minutos depois do tiroteio, e todos os envolvidos estavam na rua, um deles escondendo a arma embaixo da axila. O homem ainda arrematou: *Depois que a patrulha passa eles voltam a se confrontar.*

Neste aspecto, entra na análise o fato de que há algum tempo estudos vêm apontando com certa insistência para o declínio do consenso no apoio popular às operações policiais. De acordo com Adorno e Peralva (*op. cit.*), os policiais são percebidos como pessoas que aplicam a lei, de modo pouco satisfatório. Para esses autores, a organização policial tornou-se uma organização complexa, afastada das comunidades locais, constrangida a recorrer prioritariamente à força mais do que ao consenso na contenção da ordem pública (ADORNO, PERALVA, *op. cit.*, p. 2).

Na minha pesquisa a mesma senhora com quem conversei na rua me contou em tom anedótico uma interação que ela teve num determinado dia com um policial. Certa feita, numa ocorrência de homicídio a polícia chegou e começou a perguntar se alguém havia visto alguma coisa, chegando até ela. Segundo seu relato, o policial se queixou de que nunca ninguém via nada, ao que ela respondeu que *investigar era o seu trabalho.* Nessa conversa, minha

interlocutora declarou que *não informa nada à polícia*. Seguindo ela também a “lei” que vigora no bairro. Falarei sobre esse tema no próximo capítulo.

Há quem considere a polícia muito despreparada, e aponta isso como mais um elemento complicador da relação: *a polícia não conhece quem mora aqui, porque os policiais não ficam sempre aqui*. Esta fala surgiu no sentido de justificar a inclinação de minha interlocutora de “confiar” mais nos bandidos da área do que na própria polícia. Segundo minha entrevistada,

Eles [os policiais] têm a escala, então eles não sabem diferenciar trabalhador de bandido. Entendeu? Os bandidos não, eles conhecem um por um. Sabe? Eles sabem quem é da comunidade, quem faz coisa errada, quem não faz. Eles conhecem, então se eles mexerem se eles fizerem alguma coisa é safadeza da parte deles. Mas eles sabem quem é morador e quem não é, mas a polícia não, a polícia já é abusada (Maria Clara, moradora *das casinhas* do Eldorado).

Saliento que Maria Clara não assume uma postura de defesa ou conivência com os bandidos do local, ao contrário. Mas seu relato serve para expressar as ambiguidades presentes tanto na relação entre a comunidade e os criminosos, quanto em relação à polícia, que embora tenha a prerrogativa do monopólio da força a fim de garantir a ordem social, às vezes age com vileza e tirania.

Neste sentido, um fator muito importante para se considerar nesta análise são as interações que a polícia produz no território. Alguns relatos obtidos aludiram ao fato de que os policiais têm acordos com os bandidos por meio da corrupção e associações espúrias, decorrendo dessa situação sua perda de legitimidade.

Este estado de coisas cria um contexto tão problemático que acaba por reforçar os sentimentos de medo e insegurança presentes naquela localidade. Segundo um entrevistado:

Infelizmente a polícia facilita muito também, entendeu. A corrupção também tá imperada dentro da polícia, é duro falar isso, entendeu. Não é só na questão política, religiosa, não. A polícia tá... Quando eu disse a você que precisa mudar de baixo pra cima, de cima pra baixo, é no todo. (...). Eu to falando a questão da polícia, é um absurdo (Ricardo da Baixada).

Em nosso diálogo o perguntei: você confia na polícia?

E ele foi categórico em sua resposta.

Hein? Infelizmente, não. Quando tem uma denúncia, se você ligar do seu celular, o próprio cara lá pode denunciar: “Ó, fulano fez isso...” O que eu faço, o que eu faço não, o que eu fiz nessa vida toda relacionada a droga dentro da minha comunidade, no trabalho comunitário? Eu não me envolvo nem com polícia, nem com bandido, eu fico neutro, entendeu, pra eu ter penetração (Ricardo da Baixada, fevereiro de 2017).

A instituição policial já vem sendo estudada por muitos pesquisadores há algum tempo (KANT DE LIMA, 1996; MUNIZ, 1999; BEATO FILHO, 1999; KAHN, 1993; HOLLANDA, 2005; SOARES, BATISTA, PIMENTEL, 2006 e muitos outros)¹¹², em suas várias facetas, e não é meu intuito aqui entrar nesta seara. Pretendo simplesmente pontuar de forma ilustrativa como a questão da violência policial é um problema endêmico na instituição, tão patente e sabido que o seu combate constou como um dos eixos de ação do antigo Programa Nacional de Segurança com cidadania (PRONASCI).

E no Rio de Janeiro, em particular, vem sendo apresentado por diferentes linguagens, desde seriados e filmes a debates e produções acadêmicas, a fim de se vislumbrar uma solução para o problema. A prova mais cabal da gravidade desta situação neste Estado veio de uma polêmica declaração do Ministro da Justiça Torquato Jardim ao afirmar que “os comandantes eram sócios do crime no Rio”¹¹³.

Pelo que observei, a percepção dos moradores de Santa Rosa se coaduna à afirmação de Souza sobre o fato de que a polícia é extremamente corrupta, e, que a *força de inércia da corrupção* tornou-se já tão poderosa que quase todo policial, ou é cooptado pelo estado de coisas corrupto, ou acaba sendo expelido (SOUZA, *op. cit.*, p. 106, grifos no original). Para este autor, a *estrutura mesma está viciada* (idem).

Associado a todo este quadro problemático estão as más condições do sistema de segurança pública fabricado pelo contexto maior de sucateamento da máquina pública, e que também acabam por refletir nas microdinâmicas sociais, que em função do contingente insuficiente de policiais assim como o

¹¹² Para um balanço da literatura sobre este tema e vários outros pertinentes ao campo da violência e segurança pública, ver Kant de Lima, Misse e Miranda, 2000.

¹¹³ CF. Notícia “Ministro da Justiça diz que comandantes de batalhões da PM são sócios do crime organizado no RJ <https://oglobo.globo.com/rio/ministro-da-justica-diz-que-comandantes-de-batalhoes-da-pm-sao-socios-do-crime-organizado-no-rj-22013170>

desaparelhamento das corporações, resultam numa sensação de impunidade, inoperância e seletividade do sistema de justiça, ilegalismos e ilegitimidade, etc.

Um quadro que se constrói à revelia do profissional da segurança pública, e afeta diretamente seu trabalho e relação com a comunidade assistida. Estes aspectos também são observados pelos moradores e levados em conta quando refletem sua interação com as forças policiais, que, por vezes se tornam reféns eles próprios das situações que deveriam resolver. É o que permite compreender o relato abaixo:

quando a escola contava com o apoio do PROEIS (Programa Estadual de Integração na Segurança)¹¹⁴, os policiais diziam que a única coisa que podiam fazer era orientar as pessoas a se deitarem no chão. Quando chegavam à escola, chegava de modo bastante discreto observando bastante as imediações demonstrando receios (ela fez um gesto como quem se esconde), sublinhando que nem ela faz isso. Pois já está acostumada com as coisas, sabe como se portar e comportar na comunidade (Relato de uma professora do Ciep Santa Rosa).

Este relato se coaduna com a afirmação de que o medo também está presente na polícia (CARDIA, *op. cit.*, p). E, segundo a autora, as condições de trabalho dos policiais nas áreas pobres da cidade reforçam essa vulnerabilidade (*idem*, p. 263).

Como não podia ser diferente, todo este contexto acaba reverberando numa situação muito problemática na relação entre as forças de segurança pública e comunidade, além de atestar ineficiência e ineficácia da instituição no atendimento às suas responsabilidades institucionais. E, neste cenário, de uma forma mais ampla, a própria polícia avalia que sua atuação age como mero paliativo, solitário e insuficiente no combate à criminalidade. Isso é o que se pode depreender da reflexão do comandante.

Bom, o que nós atuamos, vamos dizer, atualmente nós estamos enxugando o gelo e de um modo geral o que a gente faz, a gente intensifica o patrulhamento nesses locais com os patrulhamentos motorizados, colocamos um contêiner lá com turnos de serviços de policiais pra intensificação de um policiamento ostensivo pra tentarmos diminuir esses índices criminais, mas a gente sabe que a questão da criminalidade em

¹¹⁴Este foi um programa desenvolvido pela Secretaria de Segurança em que policiais militares, a fim de suplementarem seus salários, faziam a segurança nas instituições públicas do estado, especialmente, em escolas em seus dias de folga. Com a crise financeira do Rio de Janeiro o programa não teve prosseguimento.

si pra tornar em níveis toleráveis, vamos dizer assim não é só a polícia militar, os outros órgãos também tem que entrar e as outras entidades também tem que entrar com os seus serviços e a segurança nós estamos dando, nós estamos lá presentes no terreno, vamos dizer assim, nós já estamos presentes ali nesses bairros, mas falta o que? a entrada dos outros órgãos pra que a situação ali mude (Comandante do 8º BPM de Campos dos Goytacazes).

Como ressaltado no relato do comandante uma das formas de atuar mais presentemente no território foi a instalação de um contêiner que serve como um posto local da PM, e foi popularmente apelidada de “UPP” em alusão às unidades de polícia pacificadora (UPP), um projeto de segurança pública do Rio de Janeiro desenvolvido em algumas favelas da região metropolitana¹¹⁵.

O contêiner da polícia militar foi instalado nos limites dos bairros Santa Rosa e Novo Eldorado, em 2014, a fim de marcar a presença da PM no território. À época de sua instalação o comandante em exercício falou em entrevista a um jornal digital local que o objetivo da medida era a “redução da criminalidade e ostensividade”, acrescentando que caso os indicadores de alto índice de criminalidade apontassem para outros pontos da cidade o posto seria deslocado.

Entretanto, já passados alguns anos os índices continuam elevados na região e, conseqüentemente, o posto ainda permanece lá funcionando diariamente nos turnos ordinários do trabalho policial e uma viatura¹¹⁶.

¹¹⁵ Para um balanço da experiência das UPPs ver Machado (2010), Burgos et al (2012), Barbosa (2012,) Rocha e Palermo (2015), Menezes (2015) dentre outros.

¹¹⁶ Tentei realizar uma entrevista com o policial que trabalha na UPP, mas ele disse não ter horários para conversar comigo.



Figura 27: Contêiner da PM em Novo Eldorado, "UPP". Foto da internet. Fonte G1 Norte Fluminense. 2014.

A despeito das ambiguidades na relação entre moradores e policiais, de um modo geral a presença da “UPP” é bem vista pelos moradores que consideram que as coisas seriam muito piores sem este equipamento no local.

Dona Joana foi a primeira a relatar isso afirmando que haviam muitas ocorrências de homicídios nas ruas próximas, mas com a proximidade da UPP, isso não ocorre mais próximo à sua casa, embora ainda ocorra no bairro, é um pouco mais longe.

A visão de Maria Clara vai na mesma direção quando ela produz o seguinte relato:

Olha, eu vou ser sincera, eu acho que ruim com ela, porém seria muito pior sem ela, porque a UPP ali, mesmo a UPP estando ali, eu estou na 14 e a UPP tá na quinze e teve tiro aqui na 14 sábado à noite. (...) Então eu acho que a UPP estando ali toda hora tem polícia, toda hora tem polícia, eu não sei como eles conseguem matar alguém, porque toda hora tem polícia. Eu chego a casa três , quatro horas da manhã, você encontra uma polícia, uma viatura fazendo a rota. Se você tiver no portão você vai ver uma viatura passando. Entende? Só que eu vou ser sincera pra você, falar no fundo do meu coração, eu tenho mais medo da polícia do que do bandido (Maria Clara).

E, de modo similar aos achados de Souza (2010)¹¹⁷ em sua pesquisa observei que a presença do equipamento na região não implica numa

¹¹⁷ A Baleeira foi a primeira favela na cidade a ter um posto de policiamento comunitário, e a autora contemplou a análise do equipamento em sua etnografia. Segundo Souza, assim como em Santa Rosa, em sua pesquisa ela observou que também não havia comunicação com os moradores, e ambos os casos os equipamentos serviram para arrefecer um pouco das disputas nos locais onde foram fixados

aproximação entre a polícia e a comunidade, pois, considerando a dinâmica do território é presumível o quanto é sensível essa relação, sendo o distanciamento também consequência do medo da aproximação.

O que, em resumo, é o que o comandante definiu como é *a polícia pra lá e a comunidade pra cá*. E isso se apresenta tanto no caso da Polícia Militar quanto da Polícia Civil, e não é uma exclusividade de Santa Rosa, pois, em sua pesquisa no estado de São Paulo, Cardia (1997) já apontava que era interessante notar que a imagem das duas policias era ruim. De acordo com a autora, as pessoas parecem ter imagens unificadas das polícias a despeito das diferenças que existem entre as corporações (*op. cit.*, p. 252).

Por fim, mas sem esgotar o assunto, é preciso pôr em causa também um último ponto desta relação, o fato de somente as manchetes ruins virarem notícia, pois a mídia se interessa prioritariamente pela violência espetacular (CHAMPAGNE, 2008), ao passo que a resolução dos problemas e crimes não recebem a mesma publicidade. Exemplar disso foi a resolução do assassinato do dono do trailer –citado no capítulo 2 – cujo desfecho eu soube porque realizei entrevistas com os policiais.

Enfim, fato é que a não ser que seja um caso de grande visibilidade social, normalmente, a informação sobre sua resolução não é publicizada do mesmo modo como a ocorrência normalmente o é. Assim, entram na contabilidade oficial da polícia, mas não influenciam na sensação de segurança. Neste sentido, seria importante que se pusesse em prática a ação de plano municipal no sentido de produzir informações periódicas sobre o problema a fim de aferir corretamente os índices.

Normalmente, o Café Comunitário¹¹⁸ tem se constituído no espaço privilegiado para a “prestação de contas” da segurança pública, mas o espaço, que também é de participação, não é tão prestigiado pela população como deveria ficando, portanto, as informações restritas aos poucos participantes.

¹¹⁸ O Café Comunitário é uma iniciativa da Secretaria Estadual de Segurança Pública desenvolvido a partir de encontros mensais cujo objetivo é promover a articulação e participação das instituições de segurança e sociedade civil no debate acerca das políticas de segurança. Este foi um dos espaços onde iniciei minha pesquisa de campo.

Ao fim, ainda constata-se que a ambiguidade do trabalho policial torna-se manifesta pelas regras que regem suas atividades (ADORNO, PERALVA, *op. cit.*). Ou seja,

Por um lado, exige-se dos policiais elevada produtividade, medida pelo número de prisões efetuadas, por [outro] lado, pretende-se que eles cumpram essa exigência respeitando rigorosamente os ditames legais. Essa contradição engendra cultura organizacional que estimula verdadeira epidemia de práticas ilegais, cujos valores primordiais são o segredo e a solidariedade intra pares (*idem.* p. 2).

Encaminhando o fim deste capítulo espero ter conseguido apresentar minimamente os contornos da violência urbana na região de meu estudo, considerando-a como um caso bom para se pensar. É parte desses elementos que fortalecem o tipo de relação estabelecidos-outsiders entre os “moradores do bairro” e os “moradores das casinhas” dada a constatação de que as situações de violência mais visível se dão no território das *casinhas*, marcado pela atuação ostensiva das facções e pela ação às vezes recheadas de preconceitos do poder público, em sua face mais visível em territórios como estes: as forças de segurança pública. De todo esse contexto, resta tomar ciência das regras que regem o lugar e seguir as suas leis de modo que sua vida siga o fluxo ordinário como tem que ocorrer.

CAPÍTULO 6. “VER E NÃO ENXERGAR. ESCUTAR E NÃO OUVIR. VER E NÃO FALAR”: MODOS DE LIDAR COM O MEDO E A SENSACÃO DE INSEGURANÇA EM SANTA ROSA

Diante de todas as questões postas no capítulo anterior restam as dúvidas: como ficam os moradores frente a isso tudo? Como fazer para não ser uma vítima da aleatoriedade, e tampouco ter problemas com o tráfico e assim levar a sua vida em Santa Rosa?

Neste capítulo respondo a estas questões a partir da análise das entrevistas realizadas com os moradores em articulação com os dados obtidos nos questionários aplicados junto aos funcionários públicos e prestadores de serviços no território.

Indiscutivelmente, em face de alguns dos aspectos constitutivos da configuração de Santa Rosa, o medo e o sentimento de insegurança são elementos que modulam as ações e relações dos indivíduos naquela localidade e servem como baliza para as interações entre eles, atuando na elaboração de estratégias para que a vida se processe de forma rotineira.

Servindo como um manual para as condutas, analiso que no contexto da região estudada,

o medo pode ser visto como um sistema de leitura da realidade envolvente e que põe em ação uma lógica situacional ou avaliação de riscos. Este processo leva os indivíduos pertencentes a grupos potencialmente mais frágeis a desenvolverem um maior sentimento de insegurança e, simultaneamente, a assumirem mais comportamentos cautelares (LOURENÇO, 2010).

Estou assumindo aqui como grupos potencialmente mais frágeis o conjunto de moradores que estão submetidos às regras impostas pelos grupos criminosos que atuam no aglomerado de bairros do Santa Rosa. Compreendo por este prisma que os sentimentos de medo e insegurança são tidos como códigos normativos que orientam a ação das pessoas num território marcado pela atuação ostensiva das facções que disputam o seu domínio, o principal agente intensificador do temor e da violência naquela localidade.

Foi por essa perspectiva que analisei as interações sociais que lá ocorrem, considerando que eu também me vi afetada por situações que dão

origem em nós a esse tipo de sentimento – exemplificarei quando for oportuno. Esta foi a chave interpretativa que me capacitou a entender um padrão elementar da sociabilidade local que é o de *ver e não enxergar, ouvir e não escutar, ver e não falar*.

A primeira vez em que este padrão foi claramente sublinhado e anotado por mim foi na conversa com o casal da igreja congregacional, Seu Jorge e Dona Jacinta. Em nosso diálogo, primeiro contato que tivemos, a mulher destacou que para viver em Santa Rosa era necessário observá-lo como regra afirmando, a fim de dar curso ao meu entendimento, que nem na frente de casa eles ficavam para assim evitarem situações que pudessem lhes trazer algum problema. Disse que ela e sua família restringiam-se a ficar na varanda de sua casa, quando não estavam no trabalho ou na igreja.

Minha interlocutora, para ilustrar a materialidade desta questão narrou a mim que uma moradora foi expulsa porque num dado dia ficou observando as atividades “deles” - dos traficantes - e mexendo no celular. Fatidicamente, no mesmo dia aconteceu uma “batida” da polícia e “eles” pensaram ter sido a mulher a passar alguma informação, o que acarretou numa suposta expulsão. *Por isso, é importante ver e fingir que não vê nada*.

Sem dúvidas os boatos e rumores ajudam a dar realidade ao imaginário de medo e insegurança que, reforçados pelas circunstâncias, dificilmente conseguem ser verificados, sendo esses os registros que constituem as representações para as pessoas, e que vão lhes dando as orientações sobre os modos mais seguros de agir.

Nisto reside a pertinência da análise de Machado da Silva, aplicada ao meu objeto no sentido em que o autor qualifica a violência urbana, por ser uma representação coletiva, como um mapa que apresenta aos atores um complexo de cursos de ação obrigatórios (2004a, p. 58)

Outro exemplo similar de como são enredados os fatos às representações foi a morte de uma jovem justificada como um episódio de bala perdida, e que gerou bastante comoção na comunidade. Vi a notícia na TV e o fato também foi tocado em um dos grupos de discussão que promovi. Conquanto, foi Antônia quem construiu uma narrativa sobre ele adicionando à situação o rumor de que o *povo andava dizendo que ela – a moça - deve ter falado alguma coisa*. Segundo a entrevistada, a mulher era de uma *família boa, evangélica, que até*

onde se sabia não tinha envolvimento com nada (o tráfico ou outra atividade ilícita).

Esta última fala apresentava uma “limpeza moral” utilizada nos discursos dos moradores como justificadora do choque que o evento provocou na comunidade, pois, sendo proveniente de uma família religiosa e não tendo envolvimento com nada “errado”, logo ela não merecia morrer. Por outro lado, era preciso ancorar o episódio no curso da vida cotidiana a fim de diminuir a sua aleatoriedade, e conseqüentemente o medo que ela causa. Assim, uma possibilidade foi explicar o episódio fatídico pela suposta quebra de um código de conduta local. Mas, esse foi mais um rumor cuja veracidade não chegou a ser negada ou confirmada para o conjunto mais amplo dos indivíduos que o compartilhou.

Na síntese de nossa conversa Antônia ainda pontuou que não há liberdade para se falar ao celular, especialmente, próximo a um lugar em que eles - os traficantes - fazem as coisas deles, pois se eles desconfiam que você falou algo terá problema.

Por isso, a regra é observada por todos. E ela foi assinalada de modo particular por alguns interlocutores com quem conversei.

Seu Antônio Malta foi um deles que quando perguntado sobre uma coisa boa de Santa Rosa não soube me responder diretamente, mas no fluxo de sua resposta afirmou que se relacionava bem com os “meninos da boca” bastando para isso *não ver e não falar nada*.

Do mesmo modo como foi ressaltado por Maria Clara, que em nossa conversa afirmou que *a lei* na região de Santa Rosa *é ser mudo, surdo, cego, se você quiser viver bem*. Sendo esta lei a responsável por fazê-la operar sob a máxima: *Eu não vi, eu não sei, eu não estava lá*.

De um modo ou de outro, todos têm ciência desta “lei” incorporando-a em seus modos de agir cotidianos, e conseqüentemente estabelecendo suas interações a partir dos seus parâmetros. Segundo Reginaldo:

Se você é uma pessoa que vive no seu canto e vive a sua vida, você não vai ser afrontado. Mas se você é aquela pessoa que gosta de viver a vida dos outros aí você tem que se preocupar. Porque hoje você fala uma coisa e não dá nada, amanhã não dá nada, um dia você vai falar com a pessoa errada e a pessoa errada vai levar pra pessoa que vai vir te cobrar o que você falou, porque as palavras elas não voltam, você falou tá falado e já era.

Então são essas coisas que temos que cuidar em lugares que tem um certo regime né. E você entra, sai, viaja e é muito tranquilo, só que você tem que saber lidar com esse tipo de situação né? Você não pode falar o que quer e achar que as pessoas são obrigadas a te ouvir, acabou, porque isso não resolve. “Ah, eu estou dentro da minha casa”. E qual o problema? Você tá dentro da sua casa, mas você tem que respeitar o vizinho, você tá dentro da sua casa, mas você não tem que ficar olhando pro vizinho lá, você tem que tá dentro da sua casa tomar conta da sua vida, teus filhos e acabou. Porque tem pessoas que gostam de participar da vida dos outros, aí é diferente. Ai que você vê as coisas acontecer, “Ah, mas o que aconteceu”. Falou de fulano aí, se meteu na vida de sicrano aqui. (Reginaldo, maio de 2017).

As palavras de Reginaldo foram lidas por mim como quase uma sentença sobre o modo de viver em Santa Rosa. E no meu entendimento todos esses pontos já haviam sido sintetizados na simples concepção do que é o *saber viver* definida pelo Senhor Everaldo, citado no capítulo 2. Por ela cada um deve cuidar exclusivamente de sua vida e deixar o fluxo do cotidiano seguir seu curso.

Com essa análise não estou afirmando, obviamente, que não haja fofocas, muito pelo contrário, uma queixa sobre a vida em Santa Rosa, registradas especialmente nos grupos de discussão e textos produzidos pelos meus alunos, foi justamente a rede de fofocas entre a vizinhança. Contudo, normalmente, elas têm um conteúdo muito específico fazendo mais referências aos mexericos domésticos, não estando relacionados diretamente com a questão do tráfico, para não correr o risco de ser tomado como X-9, ou seja, um delator.

Tive a oportunidade de registrar no meu diário de campo alguns dizeres escritos nos muros, especialmente, na região “das casinhas”, em tom de ameaças a esses supostos delatores como, por exemplo, “X-9 achamos você kkkk”.

Não são raras as situações de mal entendidos – ou não - com consequências dramáticas para os envolvidos. Maria Clara me relatou uma situação vivida por uma conhecida:

ela é aquela que se mete na vida de todo mundo, que conhece todo mundo, que tem amizade com todo mundo. Por exemplo, eu moro aqui eu conheço as pessoas da minha rua, mas eu não tenho amizade com eles, eu conheço, amizade eu digo assim, vai na casa de um, pede uma coisa emprestado, não, eu não tenho essa amizade com ninguém “oi, bom dia, boa tarde, boa noite” e essa mãe do meu sobrinho não, ela é de ficar na rua, no

portão, conhece um, conhece outro, pede uma coisa a um, pede uma coisa a outro, ela é popular mesmo, gente boa, popular. Aí um dia ela foi com o meu irmão lá no outro conjunto lá onde você foi lá no canto lá de Zé Preto que a gente fala, foram lá no muro da casa dela e picharam chamando de X9, cacoete, não sei o que, “está cacoetando então samba fora enquanto dá tempo”, entendeu. Aí ela foi procurar saber, porque como ela já estava naquele meio, como ela conhecia todo mundo ela foi procurar saber por que, que fizeram isso no muro da casa dela, a mãe dela ficou desesperada, porque quando acontece isso tem que sair fora mesmo, como eles falam, sair fora. Aí, procurou saber aí foi onde disseram que viram ela indo lá na outra casinha. Como que ela foi pra lá se lá é outra facção? Então aí já são outros quinhentos, outra realidade. Então ela sim não pode ir lá na outra, mas por quê? Porque ela dá abertura pro pessoal de lá falar isso com ela, como ela sabe de muita coisa e fica lá no meio porque conhece todo mundo, então eles falam isso com ela (...)

Por isso, destas situações têm-se como corolário o fechamento da maior parte das pessoas ao âmbito doméstico. Pois, uma das características no Santa Rosa, como já disse é a pouca frequência ao espaço público com fins recreativos e de lazer. Uma conduta típica em espaços cujos padrões de sociabilidade são regidos pelos sentimentos de medo e insegurança. É Borges quem afirma que *uma das mudanças comportamentais que o sentimento (in) segurança produz é a reclusão ao espaço privado e a evitação de pessoas estranhas* (BORGES et all. ,2009).

Assim, à reclusão física agrega-se também a restrição das interações sociais com a recusa de se conversar com pessoas estranhas sobre a vida em Santa Rosa. O que pude sentir quando pedi indicações de outros moradores para que eu os entrevistasse. Foram muitas as vezes que solicitei que me indicassem um nome para entrevistar, orientada pela técnica da “bola de neve”, tendo como resposta de meus interlocutores, especialmente os “moradores das casinhas”, que não poderiam me ajudar, pois as pessoas não iriam querer falar comigo.

Perguntava se isso aconteceria mesmo sabendo que a conversa seria simples sobre o cotidiano, e uma das respostas obtidas foi a de que era difícil porque as pessoas viviam uma “meia liberdade” lá, pois, estavam conversando de um lado e sendo observadas por outra pessoa que não sabe o que se está falando. *As pessoas vivem com medo, trancadas em casa*, foi a frase dita por Fátima.

E, esses condicionamentos subjetivos se corporificavam em condutas objetivas de defesa, como demonstrou a narrativa de uma professora do Ciep Santa Rosa. Para ela, *as pessoas de lá são estranhas. Em situações de tensão todos se deitam no chão.*

Nossa conversa reforçou para mim também a reprodução do *ethos* constituído no local, ou seja, um modo de se comportar baseado no padrão de nada ver e nada falar. Ilustrou isso ao comentar o exemplo de uma manicure que mora na rua da escola e que *nunca sabe de nada, perguntam-na sobre um lugar ou situação ela sempre diz de nada saber.* Assim como as crianças, que, segundo a professora:

Acontece uma coisa no sétimo ano, que é a sala da criança, perguntam a ela o que houve, ela diz “eu não sei, estava no banheiro na hora”.

Como apontou Cavalcanti (2008), a banalidade dos episódios serve para assinalar a interiorização de certas rotinas e disposições que constituem estratégias de avaliar e evitar o risco de encontrar-se preso em meio a um conflito.

Outro exemplo de como são as coisas lá foi apresentado na entrevista com Maria Clara, ajudada neste momento por Lívia, sobre um ponto da vida de Santa Rosa que lhes causa espanto. Segundo as interlocutoras, uma situação social banal, mas que elas quase nunca observam acontecer no seu local de moradia são festas de aniversário.

Maria Clara – Sabe o que eu não vejo aqui? Festa de aniversário.

Pesquisadora – Não?

Maria Clara – Não. E olha assim, tudo bem que eu não sou muito de andar, mas sabe quando você passa nos lugares você sempre vê uma festinha de aniversário, um pula-pula? Eu nunca vejo aqui.

Lívia – Porque ninguém vem.

Maria Clara – Exatamente, ninguém vem. Porque se eu vou fazer aniversário aqui eu tenho que fazer só pra quem mora aqui, porque as outras pessoas que eu convidar elas não vão vir. Entendeu? Tem medo. Então... você não, porque você não mora aqui, mas a gente... você já viu alguma festa de aniversário aqui esse tempo que você mora aqui?

Lívia – Nunca vi.

Maria Clara – Não tem, você não vê. Não vê aniversário.

Lívia – Só o pessoal daqui mesmo.

Maria Clara – Criança na festa, pula-pula você não vê isso, você não vê, porque não tem. Ninguém vem.

Este diálogo com minhas entrevistadas serviu para minha compreensão das dimensões assumidas pelo fechamento dos moradores aos seus espaços privados, tanto para as pessoas de “dentro” quanto para as pessoas de “fora”. Esta intervenção das moças também abre espaço para se discutir um aspecto importante na vida de Santa Rosa, e que se configura em uma de suas carências: o lazer.

Este aspecto na vida das pessoas com quem conversei era mediado pelas instituições religiosas. Dona Joana foi uma das entrevistadas que apontou que suas atividades recreativas eram feitas sobretudo dentro de casa alegando que somente ali se consideravam seguros. Do mesmo modo que Fátima ao dizer que as pessoas ficam em casa, e não deixam as crianças nas ruas por causa dos tiroteios que podem acontecer a todo momento. E, ambas compartilharam a opinião de que a igreja era o espaço privilegiado para a frequência inclusive com fins recreativos.

A fala de Silmara é um bom exemplo disso também. De acordo com ela:

Digamos que...Em relação a...Diversão não tem nada.(...)Tem muita igreja...Né?!É o que mais tem aqui. Que “tá” tomando conta do mundo, graças à Deus, tomando conta aqui...Do nosso “bairrinho”. Agora, em questão à diversão...Tem nada, não.

Esta percepção foi ratificada pelo padre da igreja católica com quem tive uma audiência em maio de 2016 com o fito de solicitar-lhe autorização para realizar o trabalho com o grupo de jovens. Em nossa conversa, além de me dar a autorização o religioso sublinhou que era interessante que nas periferias as instituições que chegam são as igrejas, que acabam tendo que realizar um trabalho integral, passando valores, sendo espaços de lazer. Ou seja, assumindo tarefas que não são delas.

E, uma compreensão similar têm os representantes de outras denominações religiosas presentes no território. Basicamente, as idas à igreja eram também com o objetivo de desfrutar de algum lazer ou diversão. Por isso, essas instituições frequentemente produzem eventos a fim de arrecadar dinheiro

para suas obras, mas também para proporcionar um espaço de festividade para membros e não membros¹¹⁹.

Entretanto, não foi meu objetivo discutir especificamente o papel das igrejas na sociabilidade de Santa Rosa ficando esse tema, portanto, tangenciado em minhas discussões.

Voltando ao lazer. A outra estratégia para sua fruição era as pessoas se deslocarem para outros lugares fora de Santa Rosa para suas atividades culturais ou recreativas. Como relatou o entrevistado abaixo transcrito.

Pesquisadora – Se uma pessoa precisa se divertir aqui vai pra onde?

Reginaldo – Aí tem que sair, nem a praça lá, não sei se foi lá que você saltou na praça.

Pesquisadora – Foi um pouquinho pra cá.

Reginaldo – Então, nem na praça lá eu indicaria. Porque é área que se encontram as pessoas que querem fazer merda. E você vai tá com o teu filho ali, eu não levaria o meu, como eu nunca levei. Tenho duas filhas e eu nunca levei.

Pesquisadora – E aí vão para onde?

Reginaldo – Eu saio, centro, praça, Jardim São Benedito, agora tem mais uma opção Cidade da Criança e tal. Então você tem que sair

Embora a questão da violência fosse um elemento dificultador do gozo do lazer para os moradores de Santa Rosa, isso não se dava somente em razão dela, mas também pela carência de equipamentos culturais e recreativos para que as pessoas o desfrutassem no território. Embora isso estivesse sendo encaminhado a partir da construção de quadras poliesportivas e praças, as alternativas e oferta de outras atividades ainda estavam aquém da demanda da região.

Mas, o fato é que em Santa Rosa a frequência ao espaço público estava restrito ao decurso da rotina diária limitando-se ao fluxo de pessoas, sendo o mesmo evitado para o desfrute da recreação e do lazer, em parte pela própria carência de equipamentos construídos para tal propósito, em parte pelo receio da ocorrência de um evento problemático que causava apreensão e medo.

¹¹⁹Normalmente há festas temáticas, jantares, bazares dentre outras atividades que cumprem a função de espaços de sociabilidade em Santa Rosa.

“Quando o bairro está calmo, tem que ficar ligado”: o aguçamento da sensibilidade e a leitura do clima em Santa Rosa

Aonde eu moro entre “é um lugar legal aos nossos olhos que somos moradores, mas aos olhos das pessoas de fora é um lugar muito perigoso”. Sabemos que tem tráfico de drogas, troca de tiro, mortes e etc. Quando o bairro está calmo tem que ficar ligado porque a qualquer momento pode ter uma morte ou troca de tiro.

No meu ponto de vista não há nada a ser feito para que essa guerra acabe. Existe um meio para dar uma trégua entre o tráfico sendo só uma facção. Talvez possa parar um pouco as guerras, as trocas de tiros, as mortes, porque o que separa uma facção da outra é uma rua e com isso os bandidos têm livre acesso de se encontrar um com o outro e começar os tiros. Eles vão dar tiro de bicicleta, a pé, de carro, qualquer coisa eles estão indo, não é culpa da POLÍCIA, não é culpa das CASINHAS, não é culpa de ninguém, o principal suspeito é a FACÇÃO causadora de tantas coisas. O que pode ser feito é educar bem os filhos sempre conversar, tentar entender a criança e sempre manter um diálogo com o menor, para que eles não achem na rua o que tem que ser feito dentro de casa. Porque o tráfico de drogas em si tem uma influência muito grande, geralmente, quem entra pro crime entra para ter respeito, para ser mais as pessoas. Por isso que tem sempre que conversar com a criança para que ela não caia nesse mundo de ilusão (Rômulo, 18 anos, morador do bairro Santa Rosa, grifos no original).

O que se acaba de ler acima é a transcrição literal de outro texto produzido na dinâmica realizada com meus alunos, já descrita no capítulo anterior. O transcrevi por entender que em sua narrativa, o jovem sintetiza todos os principais pontos sobre o plano de fundo em que estão inscritos o medo e o sentimento de insegurança no contexto de Santa Rosa.

É importante falar um pouco do autor do texto, porque sua contribuição à minha tese extrapola essa pertinente descrição do bairro que me servirá para estruturar os argumentos utilizados neste tópico.

Rômulo além de meu aluno, é um jovem com quem sempre me encontrava nas ruas de Santa Rosa, um garoto brincalhão e nos dávamos bem. Ele me alertava de vez em quando para não ficar “dando bobeira” e para tomar cuidado com o meu trajeto por lá. Mesmo que indiretamente, acabou por realizar uma mediação entre mim e o território.

Tivemos uma situação que agora parece cômica, mas no dia foi bastante tensa. Como já relatado, uma das minhas estratégias de trabalho foi a participação nos “cafés comunitários” organizados pelos órgãos de segurança

do município, no Batalhão da Polícia Militar. Numa das minhas idas ao evento, houve uma filmagem em que eu apareci no telejornal do meio-dia que é, importante dizer, muito assistido.

No mesmo dia, ao chegar à escola a noite a primeira intervenção dele junto a mim foi “qual é professora, a senhora tá fechando com polícia?” Confesso que fiquei amedrontada, pois não o conhecia direito já que havia pouco tempo que eu lecionava para ele. Tentei explicar da melhor maneira possível a minha presença naquele local, falando dos meus propósitos como pesquisadora. Ele compreendeu, mas me alertou sobre os riscos de eu circular no bairro e ir ao batalhão, uma apreensão que eu já tinha em razão das questões relativas à criminalidade do Santa Rosa.

Tudo ficou entendido e a partir de então constantemente trocava impressões com ele. Rômulo nunca foi um informante *strictu sensu*, pois sua colaboração se restringia a me dizer se era oportuno ou não andar pelo local em determinados momentos. Contudo, por vezes me serviu como “bússola”.

Do texto de Rômulo destaco três pontos sob os quais desenvolverei minha argumentação neste tópico sobre as estratégias que os moradores da região construíram para lidar com o medo e o sentimento de insegurança. 1) a avaliação dos moradores sobre o local; 2) o “Clima” do local e o aguçamento da sensibilidade (devido a atuação das facções); 3) os processos de socialização que acabam sendo lidos como parte da solução para o grave problema da violência no território.

No que se refere ao primeiro ponto como venho argumentando ao longo da tese, as avaliações sobre “morar” em Santa Rosa são perpassadas por dilemas e ambiguidades que mesclam sentimentos de satisfação e temor.

A maioria de meus interlocutores, especialmente os mais velhos, sustentavam gostar de seu local de moradia indicando que o fator mais problemático de lá era a violência. Mas que este era um fenômeno que tem se tornado um problema “geral” não sendo exclusividade da região. Portanto, apesar das queixas, gostavam de lá e não acalentavam o desejo de sair.

As maiores insatisfações foram constatadas entre os adolescentes e jovens adultos que expressavam o desejo de ir morar em outro lugar, e os motivos variavam. Iam desde a busca de um lugar melhor para criar os filhos até o desejo de se livrarem dos preconceitos direcionados ao espaço. Mas, muitos

acabavam permanecendo em Santa Rosa constituindo suas famílias e ali reforçando suas raízes.

Havia sim a saída das pessoas em razão da violência, mas, pude constatar com a pesquisa que a magnitude desse movimento de saída era mais simbólica do que real. Por isso, um comportamento observado entre os que ficam é o de positivar a narrativa sobre o bairro a fim de contrapor as representações negativas que o definem como um local pobre e violento. Basicamente, foram realçados nas narrativas elementos subjetivos como a honestidade, a afetividade, a bondade e hombridade de seus moradores, em aberto contraponto à imagem do local como reduto de traficantes.

Por isso, não foi fortuito o fato de Rômulo ter aberto seu texto dizendo que o bairro é *legal* aos olhos dos moradores, já chamando a atenção para os preconceitos externos que são direcionados para a região. E os preconceitos têm sido incrementados atualmente pela presença ostensiva do tráfico de drogas de varejo, e as consequentes disputas entre as facções que se estabeleceram no território.

Este elemento na configuração de Santa Rosa acaba por condicionar alguns comportamentos, dentre eles a necessidade de se estar atento aos sinais e ao ambiente a fim de evitar que alguma situação problemática ocorra de forma aleatória e imprevisível.

Já indiquei que uma das chaves analíticas para o entendimento deste aspecto da realidade da região de Santa Rosa é a noção de “aguçamento da sensibilidade” (SILVA, 2009) que é o que se interpõe aqui quando estamos falando daquele território.

Como deixou claro o meu interlocutor, diferentemente do que se poderia supor, ao encontrar um ambiente calmo o que induziria à tranquilidade e despreocupação, em Santa Rosa isso chama a atenção para se ficar “mais ligado”. Pois, pode ser indício de uma situação problemática que está para surgir. Neste sentido, também ajuda na compreensão do fenômeno a abordagem sobre a *leitura do clima* (CAVALCANTI, 2008).

Para Cavalcanti, o termo “o clima” é extremamente adequado como descritor. Como o tempo meteorológico, o “clima” do “morro” ou da comunidade é um dado do mundo, tão volátil e incontrolável quanto aquele (2008, p. 43). Esta condição carrega consigo a categoria de *temporalidade antecipatória*.

Como uma comunidade convivente com o tráfico de drogas do varejo e a disputa territorial entre as facções locais, as possibilidades de acontecer um conflito são bastante altas, e diferentemente de tempos anteriores, sujeitas a ocorrer a qualquer tempo e hora. Registrei no meu caderno de campo a conversa surgida dentro do “carrinho” no dia em que ocorreu um homicídio numa das principais vias de Guarus¹²⁰, uma das passageiras comentou que não se respeitava mais horários, nem nada. *Antes as coisas aconteciam de madrugada, acordava-se com a notícia, mas agora não tem hora nem lugar.* (Registro do caderno de campo, 07 de junho de 2016).

Em outro momento, uma interlocutora também assinalou que a qualquer momento pode haver tiroteio na rua (Dona Estela).

Esses relatos ilustram como a imprevisibilidade tem se constituído em uma das características da vida em Santa Rosa, que se articula com o medo de a qualquer momento surgir um evento problemático que interrompa o fluxo da vida. E o “aguçamento da sensibilidade” para uma correta “leitura do clima” tem se tornado uma atividade recorrente, forjada pelas dinâmicas impostas pela criminalidade no local.

Reforça essa análise o relato de outra professora do CIEP Santa Rosa com quem conversei enquanto ela respondia ao meu questionário. Ao comentar a pergunta sobre o primeiro sentimento que ela teve ao ir para Santa Rosa, respondeu que era de medo. Ao justificar sua resposta começou por dizer que trabalha lá desde 1993, e que sempre caminhou pela região percorrendo o trajeto do ponto de ônibus até a escola, pois o ônibus parava em um local mais distante do que para hoje em dia, e neste período já encontrava pessoas - normalmente homens - fumando maconha nas ruas. No entanto, ressaltou, antes, tanto ela quanto outros funcionários saíam à rua para comprar as coisas, ou seja, trafegavam pela região. Mas hoje não mais fazem isso porque “não sabem o que pode acontecer na esquina seguinte”, se a situação poderá se agravar de uma hora para outra, “alguém passar de moto ou carro atirando” – e eles se virem envolvidos em alguma situação.

¹²⁰ Foi o assassinato de um rapaz, morador de Santa Rosa, que foi perseguido da rua de sua casa até a Av. José Carlos Pereira Pinto. Segundo os boatos sobre o crime, o rapaz havia sido confundido e por isso morto por engano.

Reginaldo também me possibilitou vislumbrar esse novo cenário da imprevisibilidade, agravado pela ocorrência de tiros durante o dia, e do entendimento sobre o “clima” do local com importantes relatos, cujo trecho reproduzo abaixo:

Reginaldo– E antigamente as pessoas deixavam a noite para fazer as atrocidades, hoje não.

Pesquisadora – Não?

Reginaldo – Hoje o pessoal qualquer hora é hora. “Ah fulano tá ali, vai lá”, de dia de tarde a qualquer hora. Engano eu descarto isso. Então se você “Ah, morreu alguém lá”. Você pode ter certeza, algum motivo teve. Que seja uma discussão, não importa, mas alguma coisa aconteceu.

Pesquisadora – Entendi. O senhor falou mais cedo do clima, que os moradores conseguem perceber esse clima. Como percebe esse clima?

Reginaldo– Quando você vê muita movimentação dos meninos, pra lá, pra cá, pra lá, pra cá, uma movimentação que não é rotineira, não é sempre.

Pesquisadora – Entendi.

Reginaldo– Entendeu? E é necessário você ter esse grau de percepção, porque não é que te impede, que as vezes você percebe algo que não é, as vezes é outra coisa, mas na maioria das vezes é. É aquilo que você percebe. E se você percebe você tem que ser prudente né. Você tá vendo que o negócio é meio diferente, o clima não tá legal. O que você faz? Se resguarda. Porque querendo ou não você tá convivendo com aquilo ali. E não é Santa Rosa não, é Campos, é o Brasil tá vivendo essa guerra aí, o Rio de Janeiro tá um absurdo, confronto direto, direto, direto. Você entendeu? Então todo lugar tá assim, só que você tem que ter essa percepção de conseguir detectar o perigo, se você não conseguir detectar o perigo com certeza uma hora ou outra você vai tá dentro dele.

Reginaldo deixou claro que códigos que outrora vigoravam, como esperar a noite chegar para garantir inclusive que inocentes não fossem afetados pelas situações, hoje não entram mais nos cálculos de quem vai cometer um crime. Entretanto, o ambiente oferece sinais para que se possa “ler” e entender o “clima” que está se formando, de modo a buscar estratégias antecipatórias para a proteção.

Por isso, assim como Cavalcanti verificou em seu trabalho, também analiso no meu contexto que:

A “leitura” constante “do clima” ou “das coisas” constitui uma atividade hermenêutica incessante, baseada em códigos tácitos, porém compartilhados e altamente sensórios, que combinam significantes visuais e sonoros, jogos de presenças e ausências, performances quase ritualizadas, os ritmos da vida cotidiana e,

é claro, o fluxo constante de rumores, fofocas e informações em geral (*op.cit*, p.45).

Em Santa Rosa, havia as situações explícitas para a “proteção” como, por exemplo, os toques de recolher que indicavam claramente o clima do bairro, entretanto, nem sempre a informação chegava a todos, ou, mesmo os episódios problemáticos antecederiam essas prevenções. Isso obrigou, portanto, que os moradores construíssem estratégias próprias para a identificação destes fenômenos, ou seja, que colocassem em operação sua *temporalidade antecipatória*, uma faculdade em desenvolvimento na região.

Uma de minhas entrevistadas me relatou como construía suas leituras. Em nossa conversa, quando foi instada a responder sobre os sinais de ameaças que ela percebe quando há problemas no bairro, ela me respondeu que já fica alerta com motoqueiros a noite, especialmente se estiver com outra pessoa na garupa, pois normalmente é este quem dispara. Também no caso de um carro parar atrás do outro ou “emparelhar”, ou seja, ficar um ao lado do outro fechando um dos veículos para que não fuja. Quando percebe estas situações ela procura um lugar para se abrigar. Segundo ela, tais estratégias já a preveniram de presenciar um crime (Dona Jeíza).

Outra interlocutora narrou que ela observa a forma como os *meninos* passam de moto ou bicicleta perto dela, se ela observar que ele vai fechando-a e passa olhando, disse que não segue o caminho, pois sabe que estarão esperando na esquina mais próxima (Z., professora de português)

Todos esses relatos podem ser entendidos como uma *temporalidade antecipatória* que as pessoas utilizam para se protegerem de situações de violência. Entretanto, mais uma vez recorro à Cavalcanti para justificar que também em Santa Rosa é importante compreender que *a incessante procura de sinais, a constante reatualização dessa gramática tácita de segurança e ameaças mostra-se, no mais das vezes, inútil. O fato é que quando os tiroteios - ou qualquer outra situação problemática - irrompem, inevitavelmente pegam a maior parte dos moradores de surpresa (op. cit., p.48).*

Abro um parêntese para relatar uma experiência pessoal. Numa tarde ensolarada e de muito calor, após a realização de mais uma entrevista, caminhava pensativa até o local onde pegaria um transporte para retornar à casa. De repente uma moto foi parando ao meu lado, neste momento me senti

amedrontada, especialmente, por causa dos relatos de que muitos atentados são cometidos por motoqueiros. O motoqueiro mexeu em seus bolsos sem prestar muita atenção em mim e seguiu. Segui meu caminho sem maiores sobressaltos até o ponto para aguardar a van.

Registrei no meu diário as sensações que aquele evento gerou em mim escrevendo: “estou percebendo como o clima de tensão e medo nos acompanha. Enquanto aguardava o transporte para retornar à minha casa sob a sombra de uma árvore, um carro com algum problema mecânico passava por algumas das ruas transversais, não consegui vê-lo. Entretanto, o barulho que emitia assemelhava-se, imagino, com barulhos de tiros. Já fiquei preocupada e sobressaltada imaginando para onde correr caso viesse a ter alguma ocorrência ali. O ambiente é um fator relevante na sensação de segurança. Não há lugar para onde correr numa situação mais grave. As casas são todas protegidas com muros altos, não havendo a proteção de árvores ou outros subterfúgios no local. No entanto, nada de anormal aconteceu e tudo seguiu calmamente. Mas, fiquei bastante amedrontada e apreensiva até a chegada da van para que eu pudesse sair dali” (Registro no diário de campo, 11 de novembro de 2016).

Destaquei este trecho do caderno porque aquele dia me permitiu perceber como é essa sensação de estar sempre “alerta”, além da possibilidade de constatar a imprevisibilidade com que acontecem as coisas em Santa Rosa, pois, conforme pode ser observado no registro o “clima” do bairro estava normal, a despeito do meu medo. Entretanto, ao chegar em casa, poucas horas depois de ter saído do lugar assisti na TV a notícia de um homicídio no local onde eu estava.

Portanto, são situações como essas que alimentam a sensação de medo e insegurança que embasam as representações sobre aquele lugar.

Todo esse contexto gera nas pessoas, processos sociais muito específicos, como a evitação do espaço público e a reclusão ao espaço privado. Mas não somente, deste estado de coisas também pode emergir a constituição de uma socialização violenta, ou seja, a formação da personalidade social fundamentada em práticas e interações violentas em face de seu ambiente. Assim como a constituição de um padrão de condutas muito específicas que se vale do uso da força como princípio regulador das relações sociais, ou seja, o que Machado de Silva tem denominado de uma sociabilidade violenta (2004a,

2004b, 2008, 2010). E, aqui chego no terceiro ponto a ser abordado sobre a vida em Santa Rosa, a saber, os processos de socialização em ambientes violentos e a formação de uma sociabilidade violenta.

Rômulo chama atenção para o fato de que uma forma de se enfrentar os problemas pelos quais passa Santa Rosa na atualidade pode ser educar *bem os filhos sempre conversar, tentar entender a criança e sempre manter um diálogo com o menor, para que eles não achem na rua o que tem que ser feito dentro de casa.*

E este é um ponto de vista compartilhado por outras pessoas, principalmente as mais velhas, que atribuem o agravamento do problema das violências e situações correlatas ao que eles chamam de “desestruturação familiar”, ou seja, o afrouxamento de valores tradicionais – como o respeito aos mais velhos, a autoridade dos pais etc. - e a negligência no cuidado com os filhos.

De acordo com Ricardo da Baixada, até mesmo as pessoas com filiação religiosa ignoram suas responsabilidades junto aos filhos, o que permite que se insiram nas redes do tráfico de drogas.

A responsabilidade da família é um argumento recorrente na justificação da inserção de muitos jovens nas redes de criminalidade, especialmente do tráfico de drogas. O que se dá tanto pela necessidade de muitas crianças cuidarem de si mesmas em virtude da saída dos responsáveis para o trabalho, que redundam na falta de supervisão de adultos e que justifica uma demanda constante das pessoas por mais escolas e creches na região. Quanto, segundo relataram, pela leniência, participação e até estímulo de alguns pais na inserção dos filhos nas redes do tráfico local.

Por outro lado, há em muitas famílias a supervisão permanente a fim de prevenir situações problemáticas, pois, como já venho ressaltando, uma das características da vida em Santa Rosa é a criação das crianças cingidas ao espaço da casa, tanto para protegê-las dos tiroteios quanto do assédio e aliciamento dos traficantes. O caso de Beth, a zeladora do Ciep, foi um dos encontrados que me serviram para compreender como se dá o acompanhamento constante das crianças, exemplificando com o fato de sempre acompanhar sua filha de dezesseis anos ao ponto de ônibus quando ela ia para a escola, pois, segundo ela, *nesta idade tem que vigiar.*

Houve também uma situação de interação espontânea que ocorreu entre mim e uma mulher na área externa da unidade de saúde. Entabulamos uma conversa, iniciada pela mulher, enquanto ela aguardava a saída de seus filhos da escola. Segue o registro da situação:

fiquei sentada um pouco nos bancos do lado de fora da unidade. Fiquei sozinha por cerca de 15 minutos. Em seguida uma mãe que levava sua filha para o Lions I e aguardava outro sair do “Eunícia” – outra escola próxima - começou a papear comigo. Falou que faz questão de levar e apanhar os filhos na escola, especialmente, sua filha, agora com 10 anos período em que os “gaviões ficam todos de olho”. Levava também seu filho de 13 anos – ela tem 03 filhos – mas com essa idade já está envergonhado da companhia da mãe e prefere ir sozinho para a escola. Segundo ela, está na fase da rebeldia, e respeita mais o pai que mora em Custodópolis com outra mulher. Causa-lhe estranhamento o fato de mulheres terem muitos filhos em razão das dificuldades em se criar uma criança. Comentou sobre a gravidez na adolescência dizendo o quão isso é complicado para as famílias e narrou sua experiência como mãe separada, responsável pelo cuidado dos filhos. Segundo ela, não trabalhava, e gostava disso para poder cuidar de seus filhos. Ela é moradora dos conjuntos do Eldorado, os mais antigos. Falou reiteradamente sobre o amor materno e o amor paterno, valorizando mais o primeiro (Relato no caderno de campo, abril de 2016).

Considerei necessário transcrever o registro, porque suas observações contribuíram para que eu acessasse parte do universo de representações sobre a família que aquelas pessoas compartilham. Aquela mulher e eu conversamos amistosamente em uma situação de pleno anonimato, mas o que ela me disse me ajudou a pensar sobre alguns pontos acerca da vida em Santa Rosa.

Primeiramente, nossa conversa me permitiu inferir a questão de muitas famílias lá serem chefiadas pelas mulheres após o abandono dos seus companheiros o que acaba por constituir o fundamento para a situação da falta de supervisão de muitas crianças, tornando as mulheres responsáveis por todas as tarefas. Confirmando a narrativa da interlocutora acima mencionada tive a fala de Ricardinho da Baixada, segundo o qual,

naquelas regiões tem muitos pais separados; cai no colo das mulheres. Ela tem que trabalhar pra dar o alimento (...). Tô falando da nossa região mais... lá do Santa Rosa, Custodópolis, Terra Prometida, aquela região ali. É... a mãe tem que trabalhar, aí ela fica correndo atrás de uma vaga na creche e ela trabalha, mas ela não tem tempo pra ficar vigiando o filho na escola, na

creche. Na creche tudo bem que pequenininho; e na escola? Tem que conviver com outras crianças, né?!

E, ainda nesta mesma direção tem-se que um dos problemas postos naquela localidade diz respeito à gravidez precoce de jovens e adolescentes, como indicou uma outra entrevistada ao dizer que as meninas estão trocando bonecas por filhos. Segundo esta interlocutora, *as meninas não querem mais brincar, o brinquedo delas hoje em dia é outro. Meninas de 13 ou 14 anos já estão ó!* (fazendo sinal de uma barriga grávida) (D. Ilda).

Um relato que também foi reforçado por Ricardo da Baixada ao apontar como um círculo vicioso da pobreza a dinâmica *de que meninas de doze, treze anos, a mesma coisa, ficam grávidas, se engravidam, não estudam, então é onde que aumenta o bolsão de pobreza e a violência.*

Uma situação agravada pela omissão dos homens e que contribui para a reprodução desse estado de coisas. De acordo com meu entrevistado:

Os homens na nossa região lá, eles falham muito. Eles engravidam as mulheres e elas que tem que criar, procurar dar alimentação para as crianças, dá uma vida social para as crianças, manter as crianças, às vezes paga aluguel também, é complicado, então isso aí mexe. Aí ela não estuda, mas tem que trabalhar. Aí chega em casa à noite, tem que cuidar de criança, aí não pode estudar à noite por isso, ou não pode por causa da questão da violência, e é aí onde vai criando o bolsão de pobreza (Ricardinho da Baixada, 18 de fevereiro de 2017).

Acrescentaria neste tema também o alto índice de mortes, especialmente de jovens masculinos, que via de regra deixam esposas/namoradas grávidas ou com crianças pequenas, fato que torna o quadro muito mais dramático¹²¹. Sinto a proximidade desse drama, mas também sei que esse cenário não é uma exclusividade de Santa Rosa, ao contrário, ele é um cadinho do que se apresenta na realidade brasileira de uma forma mais ampla, pois, de acordo com Almeida:

as mulheres que deixaram a escola precocemente o fizeram em virtude da gravidez e do casamento e/ou união estável. Chama atenção o fato de que 24% dos responsáveis pelas famílias beneficiadas pelo PBF tinham entre 18 e 29 anos e de que 44% deles já não conviviam com o seu companheiro (a). (ALMEIDA, p. 37, 2017).

¹²¹Uma das adolescentes de quinze anos com quem tentei uma entrevista – ela deixou de me atender – teve o namorado assassino, no período de sua gravidez.

Portanto, diante desses argumentos é possível constatar o quão importante foi a fala final de Rômulo ao dedicar atenção ao papel da educação das crianças como uma aposta para que se interfira na reprodução de um ambiente de violência em Santa Rosa.

Depois da família a escola acaba por se constituir o lugar privilegiado da socialização, e neste espaço foram aplicados a maior parte dos questionários analisados neste estudo. Nas escolas pude conversar e observar algumas interações que embasaram minhas análises. Começo por minha conversa com a orientadora educacional de uma das escolas municipais que trabalha com crianças do primeiro ao nono ano de ensino fundamental.

Em nossa conversa minha interlocutora, que chamarei de Hilda, queixou-se de que a escola pode fazer pouca coisa por aquelas crianças, pois o “ambiente já está contaminado”, e, segundo ela, é ele que exerce maior influência sobre as crianças. Ou seja, muitas crianças com as quais ela trabalhava já tinha a violência, em suas múltiplas manifestações, como uma situação naturalizada em sua casa ou comunidade, tanto que as reproduziam em suas relações escolares (Hilda, coordenadora pedagógica, março de 2016).

Neste aspecto, cabe situar um pouco o debate sobre a violência doméstica¹²² que é um problema importante quando se analisa o contexto da violência em Santa Rosa, tendo em vista que ela pode ser considerada como um terreno fértil para o estabelecimento de uma socialização violenta.

Justifico esse argumento recorrendo ao fato de que seu enfrentamento foi um dos focos de atuação do PRONASCI, já citado no capítulo anterior, por meio do Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável (PROTEJO), uma ação de segurança pública destinada à inclusão social de jovens e adolescentes expostos à violência doméstica ou urbana (PINHEIRO, 2013)¹²³. Pelo tema ser visto como um dos fatores causais da inserção criminal de adolescentes e jovens.

¹²²A violência doméstica é aqui entendida como qualquer ação ou omissão que cause morte, lesão sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas (adaptado da Lei 11.340/2006).

¹²³ Analisei o desenvolvimento deste projeto na região de Terra Vermelha, em Vila Velha (ES) em minha dissertação de mestrado.

Neste sentido, é muito pertinente a perspectiva relatada pelo superintendente municipal de paz e defesa social de olhar para essa questão como uma estratégia de tratamento e prevenção à violência e criminalidade no município. Pois, de acordo com o gestor, esse é um problema que se faz presente na vida de muitas crianças no território de Santa Rosa. Em suas palavras,

lá no Santa Rosa acontece muito o problema da Maria da Penha e violência doméstica lá acontece demais e não tá na nossa mancha criminal a violência doméstica. (...)você não vê na mancha criminal essa violência a mulher que também o filho vendo uma mãe apanhando olha como é que ele já vai crescendo (Superintendente de Paz e Defesa Social de Campos dos Goytacazes).

Uma situação que é agravada pelo próprio contexto daquela região que não apresenta nos registros oficiais este tipo de violência como um sério problema no diagnóstico criminal de Santa Rosa e bairros adjacentes. O que ele credita ao fato de que há o:

medo da mulher (...) ela tem medo, simplesmente medo. E também porque o Estado não tá lá, como que o Estado dá apoio a essa mulher se ela for na delegacia e denunciar que ela apanhou do marido? E ela vai morrer e ninguém vai fazer nada então esse é o grande problema que tá aqui e o grande problema dessa área dessas áreas carentes como você falou de Santa Rosa e aí eu estendo pra Santa Rosa, Eldorado, Codim, São Mateus, São Silvestre e eu estendo um pouquinho que eu acho que(...) (Superintendente Municipal de Paz e Defesa Social)

Esta constatação do gestor permite inferir o quanto essa situação acaba por reverberar no espaço escolar que recebe a criança proveniente desse ambiente.

Voltando à escola. De acordo com Hilda, os professores orientavam minimamente os alunos, mas eles somente conseguem alguma escuta dos menores. Disse que as crianças com idades a partir de 8,9 e 10 anos já não são mais tão “permeáveis” aos valores da escola, reproduzindo dentro dela as práticas compartilhadas em casa ou na comunidade.

Ela ainda disse que os alunos relatavam situações de homicídios e tiroteios na região de forma muito espontânea e natural. Segundo ela, as crianças narram coisas do tipo “tinha um morto lá na rua de casa tia, com um pano em cima”, ou, “teve um dia que teve muito tiro lá perto de casa e minha

mãe pediu para a gente deitar no chão, dormimos deitados no chão”. E de fato é comum o contato de crianças com este tipo de imagem em bairros com as características dos que formam a região de Santa Rosa.

Uma reportagem do Jornal Terceira Via permite que se perceba a dramaticidade desta situação:



Figura 28: Reportagem Jornal Terceira Via sobre a infância em “ambiente de risco”. Janeiro de 2017.

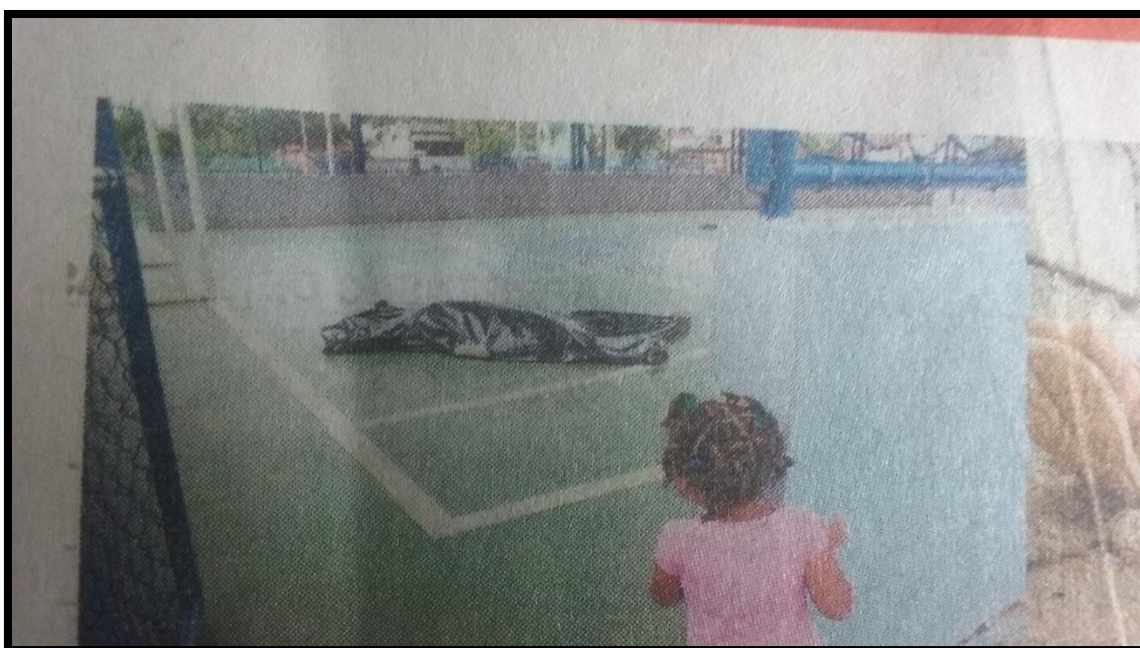


Figura 29: Reportagem especial do Jornal Terceira Via sobre infância em "ambiente de risco". Janeiro de 2017.

Questionei sobre como lidavam com essas coisas junto às crianças, e ela disse que com os menores eles desconversam e chamavam atenção para outras coisas. Mas, junto aos maiores, não há o que fazer mesmo porque alguns fazem esses comentários com o intuito de amedrontar e intimidar os professores, assim, resta-lhes fingir que não ouvem.

Entretanto, essas situações influenciam a prática e as representações desses profissionais sobre o seu local de trabalho, pois, para Hilda, os comportamentos desviantes são o padrão do lugar e o aluno comprometido e dedicado destoa das características gerais do grupo pertencente àquela escola e comunidade. Fez a analogia dos alimentos apodrecidos que estragam os demais da caixa, para exemplificar o que identifica como problemas do ambiente no qual trabalha (Hilda, coordenadora pedagógica, março de 2016).

Parte do que me relatou Hilda, pude observar nas interações entre as crianças nos momentos em que apliquei os questionários. Uma situação particular me chamou atenção. Certo dia, cheguei na creche do bairro e uma turma estava no momento de recreação. Enquanto aguardava que o porteiro viesse abrir o portão para minha entrada fiquei observando a brincadeira das crianças no pátio. Corriam uns atrás dos outros com as mãos empunhadas imitando uma arma, não brincavam de polícia e ladrão, representavam duas pessoas se enfrentando. Essa situação me deixou pensativa a respeito das influências que aquelas crianças recebiam em seu cotidiano.

Exemplo similar me relatou Mathias que comentou o fato de alguns garotos entrarem no seu quintal para apanhar abacates, salientando que faziam isso não para comerem, mas sim, fazer brinquedos que imitavam canhões e atirarem uns nos outros, o que também era feito com maçãs e batatas.

Num dos meus questionários veio registrado como comentário adicional por uma agente de leitura, que *as crianças são ótimas, amorosas. Mas infelizmente vão crescendo e adquirindo os péssimos hábitos locais.* Seu pesar foi amainado pelo registro de que *felizmente alguns seguem os estudos e se saem bem.*

A escola é uma agência socializadora dentro das sociedades, e, no contexto de Santa Rosa, segundo os relatos dos meus interlocutores, ela acaba sendo a instituição privilegiada para esse fim em razão de diversos fatores como, por exemplo, a longa permanência das crianças nas creches em virtude do

trabalho de seus responsáveis. E, de acordo com esses mesmos interlocutores às vezes a casa funciona como um espaço de “socialização desviante” por conta da participação de familiares nas redes de criminalidade.

A questão da socialização em ambiente violento foi um dos primeiros temas que me despertou atenção quando iniciei os trabalhos na região, e por isso observei com cuidado os fenômenos que se relacionavam com ele. Fui observando os elementos que me permitissem analisar a socialização dos jovens naquela localidade, e que cotejadas com os relatos das pessoas permitiram inferir que a socialização em um ambiente pode – não é uma relação de causa e efeito, mas de forte influência – constituir um padrão de interações baseado em práticas violentas a partir da naturalização dessas práticas.

E as pessoas têm ciência disso, pois, não foi de propósito que D. Joana sublinhou a mim o “ambiente de harmonia” que ele constrói em sua casa. E, por outra perspectiva, a reação de censura de D. Jeiza a respeito das aulas de *taekwondo*.

D. Jeíza, que com nossa conversa tomou conhecimento das aulas de *taekwondo* oferecidas por uma das igrejas do local, reprovou a iniciativa dizendo que as crianças precisavam de curso de artesanato ou outra coisa, e não de luta. Segundo ela, do modo como as coisas estão - ou seja, com o recrudescimento dos conflitos sendo potencializadas pelo uso de armas de fogo - se houver uma briga quem sabe lutar pode se dar mal, pois “se um sabe que o outro sabe lutar já aperta o gatilho, pois sabe que vai perder”.

Outra situação que me chamou a atenção para o tema dos processos de socialização em curso naquele território ocorreu no dia em que participei da missa na igreja católica de Santa Rosa, no sermão o padre declarou: “Dizem que aqui estamos armados, estamos sim... do amor de Nossa Senhora. Nos armemos do amor!” (Registro no caderno de campo, maio de 2016).

Esta expressão me chamou atenção pela naturalização acerca de um modo de agir local que tem a violência como um elemento constitutivo de suas condutas, sendo incorporada em todos os espaços e grupos responsáveis pela socialização. Óbvio que com um conteúdo positivado, mas com o recurso de uma linguagem ligada à violência.

Assim, foi a partir de todo esse contexto que considerei pertinente analisar o local de meu estudo a partir das teorizações de Machado da Silva pela noção

de sociabilidade violenta pela sua principal característica que é de se reproduzir a partir da contiguidade entre duas ordens sociais, uma que pode ser designada como institucional-legal, cujo elemento fundamental é a pacificação das relações sociais por meio do monopólio formal da violência pelo Estado; e a outra, a ordem da violência urbana, cujo princípio de organização é o recurso universal à força (MACHADO DA SILVA, 2004, p. 36).

A contiguidade a qual se refere o autor pode ser apreendida por mim através da observação sobre a conformidade de muitos moradores com atos de “justiçamentos” justificados por expressões como “Fulano levou um tiro ali. Ih, ele não prestava, não”, “Já passou da hora”, e suas correlatas. Expressões que ganham inteligibilidade nos termos de uma ordem constituinte da sociabilidade violenta, e cujo registro mais cabal foi o do diálogo sublinhado abaixo:

Pesquisadora – Quando o senhor diz que ninguém morre à toa, por que isso?

Reginaldo - Diretamente ou indiretamente tem algum tipo de envolvimento, ninguém vai chegar e vai atirar em você se você é uma pessoa que não tem envolvimento com nada. (...) Porque o que acontece, a única forma de você morrer sem que tenha envolvimento é assalto, ou bala perdida, ou alguém te confundir. Entendeu? E hoje dificilmente as pessoas confundirem. Esse negócio “Ah foi confundido com fulano” hoje é balela isso, porque antigamente as pessoas confundiam porque olhava de longe “É ele” e atirava na pessoa de longe, hoje a execução é de perto. Hoje o elemento lá que quer tirar a vida do outro ele não atira de longe não, ele chega e cola pertinho. Então ele tá vendo o que ele está fazendo. Ninguém chega de longe... É difícil isso. A não ser que o cara deduz que é fulano e tem medo de ir até fulano porque fulano também está preparado. Agora a maioria das execuções você pode observar é sempre perto. Então eu descarto essa possibilidade de “Ah fulano morreu enganado”. Eu descarto, porque as execuções são muito de perto.

A fala de Reginaldo esclarece mais uma vez a dinâmica de um padrão de conduta presente na sociabilidade de Santa Rosa, que se explica pela lógica interna daquela própria ordem. E que nos obriga a entendê-la em seus próprios termos. Por isso, é imprescindível atribuir o valor às práticas dos agentes dentro do seu próprio contexto de condutas.

Com efeito, em Santa Rosa como em outras comunidades pobres brasileiras onde se desenvolvem este tipo de sociabilidade talvez uma das suas consequências mais perversas seja a impossibilidade das pessoas se organizarem coletivamente para demandarem do Estado a melhoria de suas

condições. Pois, o que se observa é que o medo e a desconfiança têm enfraquecido os laços sociais e a comunicação baseada em relações de vizinhança, dificultando a construção das bases para uma ação coletiva organizada e bem forçada, incorrendo assim no fechamento da região (MACHADO DA SILVA, 2004; 2008).

No entanto, embora concorde na base com este argumento preciso fazer um adendo. Esta era uma percepção que me orientava quando cheguei ao território, a partir da qual sustentava a hipótese da inexistência de um espaço público naquela localidade. Mas, no decurso da pesquisa, embora ela não tenha sido completamente refutada, foi sim, em parte, modificada e ressignificada pelos atos dos sujeitos em interação, pois tive conhecimento de expressões de organização e mobilização coletivas. Um primeiro exemplo diz respeito ao comentário registrado num dos questionários acerca de mobilizações comunitárias, transcrito abaixo:

Ao contrário do que se pensa, há uma mobilização (ou houve) forte no bairro, prova disso é a existência da U. E. Eunícia, iniciativa de uma moradora (I. nome da moradora). (registro no questionário de uma professora da EMEF Eunícia, marco de 2016).

E, outro mais importante, foi uma manifestação que reuniu cerca de trinta pessoas, reivindicando a paz e diminuição da violência em Santa Rosa, noticiada pelos telejornais locais e cujas fotos reproduzo abaixo, que não era pensável dadas as restrições no território:



Figura 30: Manifestação popular em Santa Rosa em prol da paz. Foto do telejornal RJ Intertv. Julho de 2017.

Estes eventos demonstram que a despeito das fronteiras impostas pelo tráfico, que impõe leis muito específicas ancoradas no ordenamento social que

estou assumindo aqui como o de uma sociabilidade violenta, que interferem nas possibilidades e capacidades de organizações coletivas em territórios como o de Santa Rosa, há a constatação de que essas fronteiras, mesmo com grandes limitações, também são transpostas em determinados momentos pela agência dos indivíduos que constroem meios próprios para romper com as amarras da estrutura concorrendo para sua alteração.

A questão que permanece suspensa é sobre as consequências, ou potencialidades, após esse rompimento. Ou seja, se atos e mobilizações como essas terão a força e o apoio necessários para se multiplicarem naquele espaço, sem sofrerem os constrangimentos dos traficantes.

Estar dentro, sendo de fora: o que dizem os operadores de serviços públicos sobre Santa Rosa?

Nesta seção me valho dos dados quantitativos produzidos pelo *survey* realizado junto aos operadores das instituições públicas presentes na região. Entendo que essas pessoas mesmo sendo de “fora” em alguma medida compartilham da vida em Santa Rosa estando, portanto, “dentro” daquela ordem social.

Considerando a natureza qualitativa de minha pesquisa, essa técnica me serviu também como uma estratégia de aproximação e tentativa de fazer com que as pessoas falassem comigo. Assim, os dados extrapolam suas contribuições meramente numéricas sendo enriquecidos também por relatos e registros de impressões.

Foram analisados 154 questionários¹²⁴ aplicados em cinco equipamentos públicos localizados na região central de Santa Rosa, observando a sua proporcionalidade em cada instituição.

Do instrumento, me aproprio especialmente de sua segunda parte em que estão contempladas as informações sobre as percepções dos respondentes,

¹²⁴ Os dados dos questionários foram tabulados por meio do programa SPSS (Pacote Estatístico para Ciências Sociais) sendo a amostra baseada num universo de 207 profissionais, considerando um nível de confiança de 95%, um índice de heterogeneidade de 50% e uma margem de erro de 5%. Para ser representativa a amostragem requeria um mínimo de 133 questionários, indo a pesquisa além, e produzindo 154.

abordando questões atinentes aos sentimentos produzidos pelas interações no território, assim como as percepções de pessoas externas, apreendidas por meio de comentários sobre o local de trabalho dos meus entrevistados. Saliento que todas as perguntas do bloco foram abertas e suas respostas categorizadas e agrupadas no momento da análise dos dados.

Mesmo sem pretender produzir uma referência quantitativa acerca dos sentimentos de medo e insegurança no território, por não ser algo mensurável, penso que os números aqui apresentados servem para demonstrar a dimensão da influência desses sentimentos para a constituição das representações sobre o território de Santa Rosa.

Entre os participantes desta etapa da pesquisa as idades variaram de 20 a 69 anos com maior concentração na faixa etária dos 36 aos 50 anos. Eles residiam em diferentes partes da cidade de Campos dos Goytacazes, assim como também eram provenientes de cidades adjacentes como São Fidélis e Cardoso Moreira¹²⁵.

No quadro abaixo está registrado o sexo das pessoas entrevistadas e nele se pode observar que 88% delas eram do sexo feminino.

Quadro 3: Qual é o seu sexo?

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Masculino	18	11,7	11,7	11,7
Válido Feminino	136	88,3	88,3	100,0
Total	154	100,0	100,0	

Quadro 3. Sexo dos Entrevistados.

Embora não tenha sido o mote da pesquisa captar e discutir essa dimensão do gênero, ela tem relevância no bojo da discussão uma vez que as mulheres relatam mais abertamente o sentimento de medo e (in) segurança de que são vítimas. E neste sentido, essa informação se coaduna diretamente com os dados apresentados nos quadros 4 e 5 em que estão registrados os sentimentos que pessoas afirmaram ter sentido ao irem para Santa Rosa.

Assim, desenvolvendo este tema é possível observar no quadro 4 que quando perguntados sobre o primeiro sentimento tido ao ir trabalhar em Santa

¹²⁵As tabelas com esses dados seguem em anexo por se referirem a informações secundárias para os meus objetivos neste trabalho.

Rosa a grande maioria apontou sentimentos negativos como medo, insegurança, pânico, ansiedade e apreensão em ir trabalhar na região. Foram 57% dos respondentes a expressar algum desses sentimentos.

Quadro 4: Qual foi o primeiro sentimento ao vir trabalhar em SR?

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Afeto pelo lugar	1	,6	,6	,6
Alegria/conforto/amor/entusiasmo	17	11,0	11,0	11,7
Angústia/preocupação/receio	18	11,7	11,7	23,4
Ansiedade/apreensão pela novidade	9	5,8	5,8	29,2
Atenção/alerta	2	1,3	1,3	30,5
Bom	7	4,5	4,5	35,1
Desafio	2	1,3	1,3	36,4
Desconhecimento/curiosidade	2	1,3	1,3	37,7
Desinteresse	1	,6	,6	38,3
Estranhamento	3	1,9	1,9	40,3
Horror/pavor/pânico	5	3,2	3,2	43,5
Medo/Insegurança	51	33,1	33,1	76,6
Nenhum/normal/indiferente	18	11,7	11,7	88,3
Revolta (contrariedade)	2	1,3	1,3	89,6
Ruim	1	,6	,6	90,3
Solidariedade/Colaboração	9	5,8	5,8	96,1
NR/NS	6	3,9	3,9	100,0
Total	154	100	100,0	

Quadro 4. Primeiro sentimento do entrevistado quando começou a trabalhar em Santa Rosa.

Sublinho que a fração dos 20% dos respondentes que relataram sentimentos bons (como alegria, solidariedade e bom) o fizeram a partir da possibilidade de poder ajudar ou contribuir com uma comunidade carente. Algumas pessoas relataram também o contentamento por terem passado num concurso público.

Nos dados apresentados pelo próximo quadro se nota que o cenário registrado no quesito anterior não se altera muito após o estabelecimento dessas

peças no local, pois quando perguntadas sobre o sentimento que sentiam em ir para Santa Rosa no momento da pesquisa 55,1% ainda expressavam sentimentos como medo e sensações correlatas, embora se observe um ligeiro acréscimo no grupo que expressa sentimentos positivos, 25,9%. Desconsidere na análise os casos de conformismo ou indiferença que qualitativamente me dizem muito pouco sobre como as pessoas se posicionam sobre o bairro.

Quadro 5: Qual o seu sentimento ao vir hoje para SR?

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Arrependimento/ Insatisfação	3	1,9	1,9	1,9
Atenção constante/Alerta/Preocupação	32	20,8	20,8	22,7
Conformação/Adaptação	10	6,5	6,5	29,2
Incerteza/Tristeza	7	4,5	4,5	33,8
Medo/ Insegurança	43	27,9	27,9	61,7
Normal/Indiferente	8	5,2	5,2	66,9
Recusa	1	,6	,6	67,5
Satisfação/Gosta/Alegria	23	14,9	14,9	82,5
Solidariedade	7	4,5	4,5	87,0
Tranquilidade	10	6,5	6,5	93,5
NR/NS	10	6,5	6,5	100,0
Total	154	100	100,0	

Quadro 5. Sentimento do entrevistado em ir para Santa Rosa no período da pesquisa.

Um efeito deste sentimento se reflete na resposta positiva à indagação sobre a possibilidade de trabalhar em outro local. Como aponta o quadro 6, 57,8% dos respondentes trabalhariam em outro local caso pudessem. Configurando entre os principais motivos a busca de mais segurança e tranquilidade (39 respostas) ou para trabalharem mais perto de casa (21 casos) que somadas às respostas que o lugar é distante de casa o número sobe para 26 casos.

Quadro 6: Se pudesse, trabalharia em outro local?

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Sim	89	57,8	57,8	57,8
Não	51	33,1	33,1	90,9
álid NR/NS	14	9,1	9,1	100,0
o Total	154	100	100,0	

Quadro 6. Desejo do entrevistado em trabalhar em outro lugar.

Esse dado se reflete na rotatividade e dificuldade de alocação de profissionais nas instituições localizadas em Santa Rosa. Pois, de acordo com um dos meus interlocutores *às vezes quando tem vagas pra lá, se eles puderem não escolher aquela região, eles não escolhem, entendeu? Isso é pra creche, é pra escola, é para posto médico* (Ricardinho da Baixada). Aproveitando o ensejo desta análise apresento no quadro 7 os dados sobre o que as pessoas consideram como ponto negativo trabalhar em Santa Rosa.

QUADRO 7: O que considera negativo em trabalhar em SR?

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Conduta dos moradores/falta de educação	1	6,5	6,5	6,5
Convivência próxima com a morte	4	2,6	2,6	9,1
Distância	6	3,9	3,9	13,0
Falta de valorização profissional	1	,6	,6	13,6
Marginalidade	6	3,9	3,9	17,5
Precariedade dos serviços públicos (transporte, educação, saneamento, saúde)	2	13,	13,6	31,2
álido Violência/insegurança/ Medo/falta de policiamento	8	52,	52,6	83,8
Ansiedade/Incertezas	3	1,9	1,9	85,7
Tudo (entorno da instituição)	4	2,6	2,6	88,3
Nada	1	6,5	6,5	94,8
NR/NS	0			
	8	5,2	5,2	100,0
Total	1	10	100,0	
	54	0,		

Quadro 7. Pontos negativos observados em Santa Rosa.

Foi expressivo o número de respostas sobre a violência no local, 55,2% dos respondentes (considerando a resposta “convivência próxima com a morte”), e se ampliarmos o conceito de violência abrigando as noções de incivildades - estando nela a resposta “conduta dos moradores/falta de educação” - esse número sobe para 61,7% dos respondentes.

Aqui assumo como incivildades um vasto conjunto de atos, não necessariamente tipificados como crimes, portanto não enquadrados pela moldura penal, mas que contribuem tenazmente para a emergência do sentimento de insegurança (ROCHÉ, 1996; BORGES, 2009).

Por outro lado, também são representativos os fatores infraestruturais das instituições para a conformação dessa percepção, como a precariedade dos serviços públicos e a marginalidade (segregação) que juntos somam 17,5% dos respondentes, conforme registrado mais acima.

Visando dar inteligibilidade a essas sensações relatadas pelos respondentes pedi para que me apontassem um episódio ruim vivido em Santa Rosa (quadro 8). E, neste aspecto têm-se que a violência não se restringe a uma simples percepção, pois, como se pode observar é importante o número de pessoas que a perceberam ou presenciaram de forma bem próxima no território, eles somam 47,4% dos entrevistados.

Gostaria de registrar também que, embora não tenha sido numericamente expressivo, o quesito “Assassinato de um aluno” é algo que mexe efetivamente com a subjetividade do profissional, seja pelo rompimento de uma relação de caráter afetivo, seja por fazê-lo sentir-se vulnerável em relação aos seus alunos, por saber que este fazia parte da criminalidade local - quando é o caso -. Elementos que ampliam a sensação de insegurança e vulnerabilidade.

Quadro 8: Cite um episódio ruim vivido em SR

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Dificuldade com o transporte público	3	1,9	1,9	1,9
Insatisfação/desprazer com o trabalho	1	,6	,6	2,6
Nenhum/ Nada	15	9,7	9,7	12,3
Violência imaginada (medo da possibilidade de assaltos tiroteios etc)	15	9,7	9,7	22,1
Violência percebida (tiros, presença da PM, criminosos, clima etc)	39	25,3	25,3	47,4
Violência presenciada (tiros, agressões, ameaças, invasão, assassinatos)	34	22,1	22,1	69,5
Assassinato de alunos	7	4,5	4,5	74,0
Conduta dos pais/alunos/comunidade	7	4,5	4,5	78,6
NR/NS	7	4,5	4,5	83,1
NA	26	16,9	16,9	100,0
Total	154	100	100,0	

Quadro 7. Situação ruim citada pelo entrevistado em Santa Rosa.

Diante das questões expostas não foi de se estranhar que 62,3% dos respondentes conhecerem alguém que tenha se recusado a trabalhar em Santa Rosa, como indicado no quadro 9.

Quadro 9: Conhece alguém que já tenha se recusado a trabalhar aqui?

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Sim	96	62,3	62,3	62,3
Não	53	34,4	34,4	96,8
NR/NS	5	3,2	3,2	100,0
Total	154	100	100,0	

Quadro 8. Casos conhecidos de recusa de ida à Santa Rosa

E as justificativas se concentram no temor referido ao lugar, uma vez que quase metade dos respondentes disse que a principal justificativa para a recusa em ir trabalhar em Santa Rosa era o medo, seja ele objetivo ou subjetivo. Como pode ser notado no próximo quadro:

Quadro 10: Quais os motivos alegados?

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Desorganização/bagunça nos serviços da região	1	,6	,6	,6
Distância do bairro	3	1,9	1,9	2,6
Falta de educação da população/ A comunidade	2	1,3	1,3	3,9
Medo objetivo (assaltos, conflitos de facção)	7	4,5	4,5	8,4
Medo/sentimento de insegurança	74	48,1	48,1	56,5
Não se adaptar	4	2,6	2,6	59,1
Lugar Distante e Perigoso	3	1,9	1,9	61,0
NR/NS	9	5,8	5,8	66,9
NA	51	33,1	33,1	100,0
Total	154	100,0	100,0	

Quadro 9. Justificativas para as recusas.

Tais elementos desta configuração acabam por afetar a oferta de serviços públicos de qualidade na medida em que produzem uma alta rotatividade de profissionais nas instituições, quando não a sua carência pela recusa das pessoas em irem para estes espaços. Como deixou claro Késia, apresentada no capítulo 3, que optou por estudar numa escola longe de sua casa em razão da “qualidade do ensino” nas escolas mais próximas. E pela fala de meu entrevistado, segundo o qual os serviços prestados ficam aquém do esperado:

Porque eu convivo com isso, entendeu? Ele (o professor) quer viver de atestado, tá trabalhando na área pública lá e quer tá de atestado, e tá doente; mas ele vai trabalhar no privado, ele sai de lá, mas no privado ele tá trabalhando normalmente. Tá errado, ele é corrupto também, tá?! (Ricardinho da Baixada)

E todas essas questões acabam por se tornar matéria para a representação social da localidade como lugar que deve ser evitado por causa de suas precariedades, do perigo e do crime. Em resumo, um subúrbio com problemas, retomando Bourdieu.

No outro extremo, um ponto abordado e que me trouxe interessantes achados foi a pergunta sobre o que as pessoas consideravam positivo em trabalhar em Santa Rosa. 47,4% dos respondentes se referiram ao acolhimento seja dos comunitários, seja da equipe de trabalho. O contato e a experiência com a comunidade fizeram com que a percepção sobre o lugar melhorasse um pouco e os sentimentos de medo surgidos no primeiro contato fossem substituídos por outros mais positivos. É o que pode ser observado no quadro 11.

Quadro 11: O que considera positivo em trabalhar em SR?

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Acolhimento/receptividade da comunidade(clientela)	29	18,8	18,8	18,8
Ajudar as pessoas/esperança/desafio	28	18,2	18,2	37,0
Conhecimento sobre o lugar	4	2,6	2,6	39,6
Equipe / Condições/Ambiente de trabalho	44	28,6	28,6	68,2
Proximidade de casa/Centro	18	11,7	11,7	79,9
Ter emprego/ Salário	3	1,9	1,9	81,8
O transporte público	2	1,3	1,3	83,1
Realização do Trabalho	6	3,9	3,9	87,0
Nada	15	9,7	9,7	96,8
NR/NS	5	3,2	3,2	100,0
Total	154	100	100,0	

Quadro 10. Pontos positivos observados em Santa Rosa

E, contrastando o que foi apontado por alguns como negativo em se trabalhar em Santa Rosa, o fato de ser distante de casa, no quadro acima vemos que se destaca um grupo que sublinha justamente o contrário, ou seja, o ponto positivo reside, sobretudo pela proximidade de Santa Rosa com a casa e com o Centro. No entanto, quase 10% dos respondentes não viam nada de positivo em trabalhar lá.

Chamou minha atenção o fato de as pessoas atribuírem uma percepção positiva às carência e necessidade dos usuários, com afirmações que categorizei como *ajudar as pessoas, esperança, desafio*. Racionalmente, é estranho positivar uma condição de precariedade. Entretanto, mais uma vez, observando a configuração dentro de seus próprios termos, é possível compreender que este tipo de resposta na verdade acionou nos entrevistados seu pendor filantrópico.

Contudo, há que se ressaltar os dilemas que isso gera, pois, o acesso aos serviços públicos devem ser focalizados como um direito ao exercício pleno da cidadania, garantindo assim, a autonomia e emancipação dos indivíduos. Mas, se ao contrário, se revestem de um caráter assistencialista despido de sua característica primordial que é o de ser um serviço público relevante e de responsabilidade do Estado, acabam resultando no que se viu sobre as avaliações produzidas acerca do Programa Morar Feliz com críticas e estigmatizações dos beneficiários, descaracterizando seu estatuto de cidadãos.

Por sua vez, a pergunta sobre um episódio bom vivido em Santa Rosa codificada no próximo quadro apresentou respostas bastante diluídas, mas também corroboraram os dados do quadro 11, ao apresentar como positivos o acolhimento comunitário e a relação no ambiente de trabalho. Por outro lado, não é possível ignorar o expressivo número que somam as respostas Nenhum, NR/NS/NA que somaram 38,3% dos respondentes.

Quadro 12: Cite um episódio bom vivido em SR

	Frequência	Porcentual	Porcentagem vál.	Porcentagem Acumula
Acolhimento/atenção/carinho da clientela	27	17,5	17,5	17,5
Festas/confraternizações/home nagens	29	18,8	18,8	36,4
Nenhum	14	9,1	9,1	45,5
Realização no trabalho(sucesso da clientela)	22	14,3	14,3	59,7
Relação com a equipe	14	9,1	9,1	68,8
Vínculo afetivo/ Infância	3	1,9	1,9	70,8
NR/NS	19	12,3	12,3	83,1
NA	26	16,9	16,9	100,0
Total	154	100,	100,0	

Quadro 11: Episódio positivo apontado ocorrido em Santa Rosa

Muitas outras informações podiam ser extraídas dos questionários, entretanto, considerei essas as mais importantes para uma análise qualitativa acerca dos sentimentos e (in) segurança que permeiam os simbolismos sobre Santa Rosa.

Minha intenção com esses dados foi apresentar algumas inferências sobre as representações de um lugar cujo medo constitui-se num dos elementos mais presentes. Mas, com eles também desejei corroborar as falas de seus moradores a respeito do abandono do bairro no que respeita a oferta suficiente e de qualidade de serviços públicos.

E neste sentido, ser mais uma fonte empírica a reforçar o argumento de Machado da Silva de que a interpretação da ausência do Estado em áreas de periferia, que estendo à Santa Rosa, é errônea não passando de *exagero retórico*, que torna opaca as demandas efetivas de sua população. Haja vista que não basta a presença das instituições estatais, mas sim a qualidade, perenidade e sustentabilidade de sua oferta.

E, neste sentido, ganha materialidade uma queixa feita por Reginaldo, e que faz todo sentido numa sociedade que embora democrática, mas também com uma enorme desigualdade estruturante, requer o empenho da sociedade civil para a garantia de seus direitos. Ou seja, ele atribui a alguns moradores com algum capital social (PUTNAM,2005) que abandonam a região parte da responsabilidade pelo agravamento das condições de vida no território de Santa Rosa, pois, no seu ponto de vista, o local se torna segregado não somente pelo poder público, mas também por seus próprios moradores ao sair de lá as pessoas que possivelmente poderiam exercer um poder de pressão positivo sobre a qualidade de vida na comunidade.

De acordo com meu interlocutor:

Reginaldo – A maioria dos moradores que moravam e mudaram são ingratos.

Reginaldo – São. Santa Rosa forma jogador, mas eles somem, Santa Rosa forma policiais, eles se mudam, Santa Rosa forma advogados, eles vão embora, empresários, vão embora. E o que acontece? Se todos esses que conseguiram uma posição no meio social permanecesse, talvez Santa Rosa não seria da forma que falam. Por que? Se você observar a segurança pública elas dão mais apoio onde tem essas pessoas, onde tem empresários, onde tem advogados, onde tem os próprios policiais. Então eles te dão mais apoio, estão mais atentos ali. E

o lugar que não tem como hoje, tem uma meia dúzia de pessoas aqui que tem um alto escalão legal, sou empresário, são bem sucedidos e continuam aqui. Entendeu? E é isso que acontece, eu tenho amigos que hoje tem uma vida social legal, mas chega aqui pra visitar pai e mãe pra visitar encosta o carro na calçada e entra pra dentro correndo e fica lá. Por que essas pessoas ao invés de sair, porque não montam uma estrutura. Entendeu? Pra dizer, nasci, criei e estou criando a minha família. Entendeu? Porque talvez assim também chamaria mais atenção da segurança pública.

Por uma outra perspectiva, o do “contágio positivo”, Reginaldo indica que essa seria uma importante estratégia para eliminar os problemas vivenciados em Santa Rosa, especialmente os que dizem respeito à segurança pública. Tendo em vista que são os grupos de pressão que conseguem pautar suas demandas na agenda pública, e essa perda de “cidadãos qualificados” para o embate e o debate público acabam colaborando com a negligência aos espaços de periferia, dentre os quais Santa Rosa se encaixa. O que, do meu ponto de vista há uma lógica neste pensamento, pois basta que retomemos a informação sobre a ida de pessoas de outras extrações sociais para Guarus para que a moradia lá começasse a ser ressignificada, conforme argumentei na introdução desta tese.

Enfim, busquei neste capítulo demonstrar os principais aspectos produzidos pelos sentimentos de medo e insegurança na dinâmica social da vida em Santa Rosa articulando uma perspectiva interna, a dos seus moradores, com uma perspectiva externa, de quem mesmo não morando lá compartilha em alguma medida dessa rotina e dinâmica social. Os moradores constroem na interação seus modos de viver e habitar um território conflagrado pela ação das facções criminosas presentes no local, e as pessoas de fora aprendem com eles os modos mais seguros e assim seguir a rotina da vida diária.

Muito há para ser dito sobre Santa Rosa, porque muito há que ser pesquisado. Venho na esteira de outros trabalhos que me antecederam no sentido de contribuir com um debate minimamente qualificado sobre as formas de viver naquela ordem social, deixando esta tese como minha contribuição para sua continuidade

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sempre a dúvida que nos impulsiona para as descobertas, e no caso de um trabalho científico, a dúvida metódica, a fim de que encontremos as respostas por meio do estudo sistemático e embasado.

Pois bem, algumas dúvidas me levaram à Santa Rosa e foram elas que me permitiram chegar ao final deste trabalho exaustivo, mas prazeroso porque me colocou em contato com sujeitos ímpares, cujas riquezas de suas contribuições não puderam ser inteiramente expressas neste texto, dadas as limitações de um trabalho acadêmico. Mas, que as histórias guardarei intactas junto com minha gratidão pela generosidade de compartilharem comigo um pouco de como é viver em Santa Rosa.

Como já deixou claro Pierre Bourdieu a sociologia é um esporte de combate, e procurei praticá-lo na escrita desta tese a fim de produzir entendimentos sobre as dificuldades, conflitos e desafios daquela ordem social tendo em vista que *na maior parte das vezes, é assim que as coisas são mudadas, escrevendo sobre elas* (FOOTE WHITE, 2005, p.295).

A primeira dúvida que me moveu foi a de saber como era possível a vida numa localidade com uma criminalidade violenta tão ostensiva, acompanhada do seu consequente questionamento sobre como se realiza a sociabilidade em meio à ela, e, para além dela. E, por fim, saber quem eram, pelo menos uma amostra, as pessoas que compartilhavam daquela ordem social.

Assim, ao responder a estas questões também foi possível assinalar as potencialidades que positivam, a despeito das adversidades cotidianas, os modos de vida em Santa Rosa. Dentre as quais destaco o esforço cotidiano das pessoas em positivarem a imagem de seu local de moradia por meio da adesão e cumprimento das normas sociais vigentes na sociedade mais ampla; as redes de solidariedade – capitaneadas sobretudo pelas instituições religiosas – para a superação das dificuldades materiais de muitos indivíduos que habitam o território; a construção de estratégias para resistir e suplantar as desigualdades estruturantes em nossas relações no que se refere às questões de raça, classe e gênero, etc.

Diferentemente da realidade da região metropolitana do Rio de Janeiro, onde são produzidos inúmeros estudos sobre as formas de vida nas favelas e

periferias, Campos dos Goytacazes ainda tem muito a descobrir sobre o “outro lado” da cidade de modo a conhecer a totalidade da “sua terra e sua gente”. Esta é minha pequena contribuição para isso. E ressalto minha satisfação pelo esforço empreendido.

Longe de uma conclusão sobre a sociabilidade em Santa Rosa, porque não é possível, tentarei sintetizar aqui alguns pontos mais evidentes que consegui registrar sobre ela tendo plena consciência da parcialidade e incompletude que existem em meu trabalho. Estou deixando muitos pontos sem serem abordados, seja pelo esgotamento do tempo regimental de produção da tese, seja pela necessidade de uma pesquisa específica sobre os temas negligenciados. Por isso, também pontuo neste espaço algumas das lacunas que já reconheço terem ficado, como não podia deixar de ser, tendo em vista a extensão do território recortado e a complexidade do objeto analisado.

Nessa direção, registro que uma das minhas omissões diz respeito a uma descrição mais fina sobre o perfil social e demográfico da localidade. Contudo, me justifico a partir de dois argumentos. O primeiro se relaciona com o fato de a caracterização de Santa Rosa ter sido feita a partir de uma descrição comparativa com Custodópolis, em virtude das similaridades entre ambas. Portanto, esse foi um aspecto tangenciado de forma deliberada, considerando outras produções que deram conta do assunto. As referências indicadas tornaram possíveis conhecer os aspectos mais gerais acerca do tema, prevenindo que minha escolha trouxesse prejuízos para minhas análises. O segundo, se refere ao objetivo do meu trabalho que consistiu em compreender como os sentimentos de medo e insegurança modelam a sociabilidade dos moradores do aglomerado de Santa Rosa, que, por toda sustentação da tese acredito tê-lo atingido.

Assim, reconheço que fiz escolhas que conduziram meu trabalho para caminhos específicos. Porém, acredito que as questões negligenciadas podem compor uma agenda de pesquisas a serem desenvolvidas por pesquisadores futuros, temos um campo aberto para isso.

Os aspectos sobre a vida cultural de Santa Rosa também não foram abordados. Tive a ciência da importância do jongo e do carnaval como manifestações culturais características da região, e que faziam a vida lá vibrar. No entanto, não consegui explorar nenhum destes aspectos. Mas isso não

ocorreu exclusivamente por uma omissão consciente, mas sim, pelo fato de que a cultura e o lazer não se constituírem de questões destacadas naquela configuração. Quer pelo abandono desses traços culturais tradicionais ao longo do tempo pelas gerações mais jovens, ou ainda, pelo elemento que tem afetado a vida em Santa Rosa, e que foi objeto de análise no meu estudo, a saber, o medo e a sensação de insegurança produzidos pela criminalidade violenta.

De par com a questão cultural está o tema do lazer e do entretenimento, que na configuração de Santa Rosa apresenta algumas características específicas em relação a outros espaços da cidade de Campos dos Goytacazes. Como pude demonstrar, basicamente o lazer das pessoas com quem conversei se dava no espaço doméstico. Quando em coletividade, o espaço preferido eram as instituições religiosas, figurando como exceção a ida a lanchonetes e estabelecimentos congêneres. Neste sentido, foi possível verificar a importância do papel das instituições religiosas na sociabilidade local, sendo a igreja um espaço privilegiado em Santa Rosa.

Comprovando a materialidade da violência lá está o registro de que em dois dos espaços de fruição existentes no aglomerado que me propus a ver a interação dos moradores no período noturno teve seus donos assassinados, a saber, o trailer que ficava na praça central do bairro – citado na introdução -, e uma lanchonete *nas casinhas* de Santa Rosa. A dramaticidade dessas terríveis coincidências, como não poderia ser diferente, me afetaram sobremaneira causando-me medo. Por isso, uma das dimensões na produção desta tese foi o fato de sentir-me afetada (FAVRET-SAADA, 1990) pelas situações que acometiam os sujeitos da minha pesquisa.

Como narrei, à medida que ia tomando mais conhecimento do território me sentia com mais medo e mais insegura. Possivelmente por ir me despidendo das ingenuidades de que fui vítima, pois, buscando prevenir um olhar que reforçasse os preconceitos, incorri na fragilidade de produzir uma narrativa ingênua tornando opaca uma questão que realmente se apresenta na região, ou seja, a violência produzida pela ação ostensiva do tráfico de drogas do varejo. Ademais, partilhar da vida daquelas pessoas me cientificou da seriedade da questão naquele contexto.

Inicialmente, tendo um contato com essas questões primordialmente através da mídia ou por boatos, a mim soava estranho uma suposta conformação

dos indivíduos ante os crimes contra a vida e banalização da morte. Entretanto, por meio desta pesquisa entendi que não é uma conformação, mas sim uma subordinação a uma ordem social violenta que exige dos moradores que construam estratégias particulares para dar curso ao fluxo da rotina diária. Isso porque, como afirmou Caldeira, a fala e o medo organizam as estratégias cotidianas de proteção e reação que tolhem os movimentos das pessoas e restringem seus universos de interações (*op. cit*, p.27).

Em 2016 ocorreu o assassinato de um aluno da escola onde trabalho, o primeiro episódio direto com o qual tive contato com a violência homicida presente no local desde o início da pesquisa, e me causou estranhamento que as aulas não tivessem sido suspensas, e nem uma fala de amparo tenha sido feita junto aos alunos. Fiquei afetada como professora. Mas, como analista tive condições de compreender o posicionamento da diretora da escola, que, com mais de 30 anos gerindo a unidade já havia enfrentado outras situações semelhantes, demonstrando que aquele estado de coisas faz parte da rotina dali.

Ela própria me narrou que em outros tempos já havia recebido, indiretamente, pedidos para fechar a escola, os conhecidos “toques de recolher”. Entretanto, ressaltou que nunca o fez porque ao acatar a primeira vez, teria que acatar em outros momentos. Portanto, nunca havia fechado a escola em razão dessas situações.

No entanto, há um elemento importante para que ela assim possa agir, a saber, a autoridade obtida por sua antiguidade e influência na comunidade. O tempo que ela está na direção da escola lhe garante uma “legitimidade e autoridade moral” sobre muitos indivíduos que hoje podem estar inseridos no tráfico de drogas local, uma vez que como professora e diretora colaborou com a educação de diversas gerações da comunidade. O que lhe dá uma espécie de “salvo conduto”. O fato de conhecer os bandidos locais - pois, segundo ela, muitos já haviam passado pela escola-, lhe dá alguns capitais para que assim ela aja. A dúvida que resta é saber até quando tal estado de coisas assim permanecerá tendo em vista as mudanças na configuração da criminalidade no local.

Considerando as representações sociais correntes sobre Santa Rosa, influenciadas pela veiculação midiática, uma preocupação que tive neste trabalho foi o de não dizer o que todo mundo já sabia, ou supõe saber quando

se fala na vida em Santa Rosa. Por isso, estive atenta a tudo e a todos que puderam contribuir para a compreensão daquela configuração social.

E neste processo comecei por contrastar minhas idiossincrasias com os dados a mim fornecidos pelo campo. Explico. Refletindo sobre as minhas experiências vividas em Vitória, cidade igualmente caracterizada como violenta a exemplo de Campos dos Goytacazes, por exibir grandes índices de mortalidade e violência. E comparando Santa Rosa aos bairros que tenho conhecimento na capital capixaba observei que os sentimentos de medo e insegurança não são percebidos na mesma medida nestes últimos¹²⁶.

Isso porque, no bairro de onde venho, localizado na periferia da cidade de Vitória, que também possui um tráfico de drogas cada vez mais expansivo, e onde também se registra essa alta letalidade entre os indivíduos diretamente envolvido com o mercado ilegal de tóxicos – uma guerra que consome vidas “matáveis” de homens jovens negros e pobres, que não são ponderadas como importantes ou necessárias numa sociedade desigual e excludente como a nossa -, não percebo a mesma dinâmica de aleatoriedade e imprevisibilidade de ocorrências fatais como ocorrem aqui. O que acaba influenciando numa menor sensação de medo, pois, os sinais de como agir são claros e permitem um mínimo de segurança no ritmo ordinário da vida¹²⁷.

Por sua vez, no que se refere à Santa Rosa, destaco como elemento diferencial a disputa territorial das facções criminosas que agem num território contíguo. Como narrado, lá as facções são separadas por ruas o que eu não observo em Vitória, e essa contiguidade potencializa a letalidade e a violência em Santa Rosa.

Por outro lado, há um outro elemento diferenciador nas realidades por mim observadas, dessa vez em desfavor da capital capixaba, que é um grande número de vítimas decorrentes do confronto policial. A violência policial em Vitória, é um elemento distintivo em relação à realidade campista.

¹²⁶ Toda minha família ainda reside em Vitória, assim, é grande a frequência com que vou até lá.

¹²⁷ Além de residir num morro em Vitória, nos períodos de 2006 -2007 fui bolsista de iniciação científica na pesquisa “Vulnerabilidade juvenil e violência: conexões e significados” do Grupo de Estudos sobre Juventude e Violência (Gejuv/ UFES), e por meio dele tive contato com a dinâmica criminal de alguns bairros da região metropolitana da Grande Vitória.

Contudo, aqui como lá toda essa gramática da “guerra” tem por eixo principal o combate ao tráfico de drogas. Tema sobre o qual deixo a provocação para que o debate seja feito de forma mais honesta e menos dogmática acerca de uma política de drogas eficiente. E, essa questão foi aberta por um dos operadores da segurança pública com quem dialoguei, e que entende que é preciso discutir a questão das drogas sob outros paradigmas. Partindo do entendimento de que essa política do confronto não tem surtido o efeito esperado como uma ação paliativa, quando somente a polícia chega nas periferias, ficando os outros serviços de suporte à deriva. Vide o assumido fracasso pela falta de continuidade do projeto político das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

Aproveitando esse gancho, sublinho a questão de que assim como em outras periferias, nos territórios de Santa Rosa também não se pode falar de ausência do Estado, uma vez que as instituições estão lá, a começar pela polícia. Entretanto, é imprescindível a discussão sobre as condições da atuação estatal sobre ele, como sugere a perspectiva de Das e Poole (2004), que não foi contemplada aqui, mas serve de indicação para pesquisas vindouras. E como se articulam Estado e sociedade no encaminhamento de demandas e a vocalização dos interesses coletivos

Neste sentido, abre-se espaço para se falar sobre um dos elementos da ação estatal no território e que dão o tom àquela configuração, que como foi visto, são as *casinhas* do “Morar Feliz”, que abordei no intuito não de analisar a política, mas de demonstrar algumas características deste espaço dentro da região e de seus residentes como condicionantes de sociabilidades locais.

Ademais, no meu trabalho me coube refletir sobre como a implantação do programa Morar Feliz acabou redundando no medo de morar em Santa Rosa, e como este sentimento influenciou as relações entre os moradores, que pelos padrões interacionais que se estabeleceram, acabaram criando clivagens entre seus habitantes com a constituição de estigmatização e preconceitos afetando a ambos os grupos.

Não desconsiderando os méritos da política, mas a falta de ajustes na sua elaboração e execução redundou em consequências deletérias para a sociabilidade local, como a sobrecarga da utilização dos serviços e redes de atendimento. O que favoreceu as avaliações depreciativas sobre seus beneficiários e produziu um estranhamento e afastamento entre os comunitários,

sem que este afastamento fizesse sentido em termos fáticos dentro daquela realidade.

Noutro aspecto, sem adentrar especificamente na descrição e análise da criminalidade local, tentei também apresentar minimamente os contornos da violência urbana na região de meu estudo. É parte desses elementos que fortalecem o tipo de relação estabelecidos-outsiders entre os “moradores do bairro” e os “moradores das casinhas” dada a constatação de que as situações de violência mais notadas se dão no território das *casinhas* marcado pela atuação ostensiva das facções e pela ação às vezes recheadas de preconceitos do poder público, em sua face mais visível em territórios como estes: as instituições de segurança pública.

Neste aspecto, um ponto que está aberto para reflexões futuras diz respeito a relação entre o Estado e a criminalidade local, analisando como o primeiro contribui para o quadro da criminalidade violenta presente em Santa Rosa que tem apresentado índices crescentes de letalidade. Como apontado, algumas ações foram pensadas para o campo da segurança pública sem, contudo, serem implementadas. Especialmente, para o aglomerado de Santa Rosa.

A aposta genérica da mudança é feita nas crianças. Elas também vítimas, efetivas ou potenciais, de toda essa conjuntura. Consequentemente, criar uma criança lá é um dos desafios e preocupação tocada por meus entrevistados, apresentando esse aspecto como bastante problemático.

Ou seja, é reconhecido pelas pessoas o ambiente violento em que vivem e a necessidade que há em supervisionar os filhos, e, portanto, o desafio que é a socialização e a educação naquele espaço. É como apontou Zaluar em seu estudo na Cidade de Deus, narrando uma das falas obtidas no campo: *segundo as mães aflitas, crianças longe de suas vistas “aprendem o que não devem”* (op.cit, p.96).

Embora a questão do medo e da insegurança apareça com grande proeminência nesta tese, isso não ocorreu de forma intencional. Ao contrário. Busquei captar junto aos meus interlocutores outras dimensões que compõem aquela configuração para além das representações que a reduzem a um local

violento. Entretanto, mesmo sem serem perguntadas as pessoas sempre tocavam na questão da violência.

Esse fato é muito similar ao narrado por Caldeira sobre a sua pesquisa sobre a fala do crime. Segundo a autora, tal como ocorre nas interações diárias das pessoas, as entrevistas, concedidas em momentos de intensa preocupação com o crime, foram frequentemente permeadas pela repetição de histórias de crimes (*op. cit.*, p. 27).

Mas, foi meu intuito também entrar em contato com os outros elementos daquela configuração, assim, insisti neste ponto.

Por isso, as múltiplas representações de Santa Rosa também foi um dos achados de minha pesquisa, que pode ser muito bem ilustrada pela fala de uma entrevistada ao me interpelar com o registro no questionário o fato de que *gostava de trabalhar lá e de que eu me frustraria com suas respostas*. Sua advertência veio me confirmar que as pessoas de “dentro” do Santa Rosa normalmente se defrontam com situações em que as pessoas “de fora” somente olham para aquele território por seu prisma negativo. Perspectiva da qual tentei me prevenir ao realizar este trabalho.

E esse movimento de positivação também observei no engajamento de alguns indivíduos que trabalham para melhorar as representações sociais sobre Santa Rosa. Dentre eles gostaria de registrar especialmente um, o lutador e professor de taekwondo que realiza um trabalho social visando apresentar outras perspectivas de vida para as crianças com as quais trabalha.

Ele aproveitou o espaço de minha pesquisa para, de acordo com suas palavras, soltar um “grito” indignado para que de fato olhemos para a região com o espectro mais ampliado vendo suas particularidades, compostas pela sua diversidade. Nas palavras do meu interlocutor: *eu estou cansado de ver tanta gente falar mal do meu bairro, Santa Rosa tem muita gente honrada, muita gente trabalhadora, muita gente comprometida em trabalhar*.

Neste sentido, espero ter atingido a expectativa de apresentar outros aspectos da vida naquele território verificando pela lente de seus moradores como se processa a vida lá que também é marcada por percepções como as que seguem:

Mas... então muita coisa está faltando, mas eu também não consigo imaginar eu morar em outro lugar, por isso que eu digo,

eu gosto de morar no Santa Rosa. Vivi minha infância aqui, cresci aqui, toda minha juventude, casei, tenho meus netos, então...minha vida é aqui. Então, o que eu posso dizer Santa Rosa é a minha vida, já tenho cinquenta anos aqui, não tem outra coisa para te responder, Santa Rosa é minha vida, não consigo nem imaginar eu morando em outro lugar não (Antônia)

Optei por ir confrontar aquela realidade objetivando reconhecer e apresenta-la para além dos fantasmas que a mídia e outros instrumentos sociais construíram sobre ela. E que produzem um apagamento moral e cívico de um coletivo de pessoas que se esforça para viver e sobreviver ante uma realidade que não sendo criada por eles, ainda assim as submetem a diversos códigos restritivos de privação e cerceamento.

Finalizando este trabalho, reforço que com ele busquei registrar alguns dos aspectos daquela configuração que é integrada por agentes diversos em suas histórias pessoais, mas semelhantes nas experiências sociais que vivenciam no decurso ordinário da vida. Que têm suas práticas influenciadas e afetadas pelos problemas característicos de inúmeras periferias urbanas, tanto pela ação dos agentes externos como, o Estado e os mecanismos do mercado, quanto pelas redes de criminalidade, dominadas majoritariamente pelo tráfico de drogas.

Ouvi, e não falei. Observei, não só olhei. Escutei, e escrevi. E num exercício analítico espero ter cumprido meu objetivo que foi o de compreender como dois sentimentos cada vez mais presentes na vida moderna, o medo e o sentimento de insegurança, são acomodados no curso normal da vida naquela ordem social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S., PERALVA, A. Estratégias de intervenção policial no estado contemporâneo. *Revista Sociol. USP, SP*, 9(1), maio de 1997. pp.1-4.

ALMEIDA, E. T. V. **A disputa pelo lixo e a resistência dos catadores em contextos de Segregação socioespacial.** *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento.* Curitiba/PR, v. 6, n. 2, p. 215-233, mai./ago. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd>>

ALVES, Heloisa de Cácia Manhães. **A sultana do Paraíba: reformas urbanas e poder político em Campos dos Goytacazes.** Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

_____. **A elite local e a modernização urbana em Campos dos Goytacazes: um projeto político 1930-50.** Tese de doutorado em Sociologia Política. Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro, 2013.

ALVES, Priscila Viana. **Programa morar feliz: entre política pública habitacional e segregação socioespacial na cidade de Campos dos Goytacazes-RJ** / Monografia do curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. Campus Campos Centro, 2014.

ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. **Política habitacional e direito à cidade: a experiência do programa “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes - RJ** / Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda, RJ, 2014. Orientador: Sérgio de Azevedo. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2014.

_____. **Política habitacional e remoção de favelas em cidades de porte médio: a experiência do conjunto habitacional Aldeia em Campos dos Goytacazes.** 33º Encontro Anual da ANPOCS. 2009.

ASSIS, Renan Lubanco. **Morador de Custodópolis e morador de Guarus: a moradia como um símbolo de estigma na cidade de Campos dos Goytacazes – RJ.** Campos dos Goytacazes, RJ, 2016. Orientadora: Wania Amélia Belchior Mesquita. Tese (doutorado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2016.

AZEREDO, Verônica G. **Famílias em território vulnerável: um estudo sobre proteção social em grupos populares. Campos dos Goytacazes –RJ:** Essentia Editora, 2015.

AZEVEDO, S.; TIMÓTEO, G.; ARRUDA, Ana Paula S.N. **Habitação Social e Segregação Espacial: implicações do programa municipal “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes – RJ.** 37º Encontro Anual da ANPOCS. 2013.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história.** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **Confiança e medo na cidade.** Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____. **Medo Líquido.** Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BIRMAN, Patrícia. **Favela é comunidade?** In: MACHADO DA SILVA, L.A. Vida sob Cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. pp. 99-114.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo. Edusp/Editora 34. 2001.

CARDIA, Nancy. **O medo da polícia e as graves violações dos Direitos Humanos.** Revista Sociol. USP, SP, 9(1), maio de 1997. pp. 249-265.

BECKER, Gavin de. **Virtudes do medo: sinais de alerta que nos protegem da violência.** Tradução de Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1999,

BORGES, Guilherme (et all). **Processo civilizador: incivilidades e sentimento de insegurança em Goiânia.** 2009.

BOSI, ECLÉA. **Memória e Sociedade: lembrança dos velhos.** 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, P. **Efeitos de Lugar.** In: A miséria do mundo/ sob direção de Pierre Bourdieu; contribuições de A. Accardo et. al. – 7ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. pp. 159 – 166.

_____. **A miséria do mundo/** sob direção de Pierre Bourdieu; contribuições de A. Accardo et. al. – 7ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BURGOS, Marcelo Baumann. **Cidade, Territórios e Cidadania.** DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 1, 2005, pp. 189 a 222.

CARDOSO, Ruth. **As aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método.** In: DURHAM. Eunice (et al). A aventura antropológica: teoria e prática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.p. 101)

CARNEIRO, AUNER FERREIRA et al. **Relatório Final – Desenvolvimento urbano e efetividade dos instrumentos urbanísticos na concepção do direito à cidade: reflexões jurídicas acerca do plano diretor do município de Campos dos Goytacazes: 1988-2005.**

CARVALHO, Ailton Mota de Carvalho; TOTTI, M^a Eugenia Ferreira. **Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense.** RJ: GARAMOND, 2006

CARVALHO, Waldir P. **Gente que é nome de rua (a vida e a obra de homens e mulheres que fizeram a história de Campos),** Campos dos Goytacazes, vol. I. 1985.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações.** 2. ed., Rio de Janeiro: DIFEL, 2002. (Coleção Memória e Sociedade).

CHINOY, Ely. **Sociedade: uma introdução à Sociologia.** [Tradução de Octavio Mendes Cajado]. São Paulo, Editora Cultrix, São Paulo. 8ª Ed. 1982.

CORDEIRO, Martha E. v. Mignot. **Terra Prometida: entre o projeto e a realidade.** In: Vértices, v. 6, n. 3, set./dez. 2004.

CORREA, Roberta de Mello. **Diagnóstico e plano municipal de prevenção à violência e a criminalidade do município de Campos dos Goytacazes.** Roberta de Mello Correa, Suellen André de Souza, Leonardo de Carvalho Silva. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Viva Rio. 2012.

CORTES, Thaís Lopes; MENDES, Juliana Thimóteo Nazareno; SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata. **A violência no município de Campos dos Goytacazes noticiada pela mídia impressa.** Anais do II Colóquio do NUGEA – Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, 2016.

COULON, Alain. **Etnometodologia.** Ed. Vozes, Petrópolis, 1995.

COURY, Guillaume. **Norbert Elias e a construção dos grupos sociais: da economia psíquica à arte de reagrupar-se.** In: GARRIGOU, A.; LACROIX, B. (orgs) *Norbert Elias: a política e a história.* São Paulo: Perspectiva, 2010. (Estudos; 167). pp123-144.

CRUZ, José Luis Vianna. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense.** Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional)-Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

_____. **Origens, natureza e persistências das desigualdades sociais no norte fluminense.** In: CARVALHO, Ailton Mota de & TOTTI, Maria Eugenia Ferreira. (Orgs.) *Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense.* Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

DOMINGUES, A. **Sub(úrbios) e Sub(urbanos) - o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos?** Revista da Faculdade de Letras – Geografia. Série I. Vol. XXI, Porto 1994/5, pp. 5-18.

DURKHEIM, 2012. **As regras do método sociológico.** [tradução de Walter Solon]. São Paulo: EDIPRO, 2012.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** 11ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1994.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000 (1965).

_____. **Introdução à Sociologia.** Reimpressão. (Biblioteca 70;16) [tradução: Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Edições 70 Lda. 2011.

FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. **As reformas urbanas de Campos e suas contradições. O plano de 1944: uma nova ordem social e urbana.** 2000 Disponível em: http://uenf.br/Uenf/Downloads/FAVELA_BAIRRO_4202_1177359458.pdf acessado em novembro de 2016.

_____. **Configuração do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades, velhas estruturas.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005.

FAVRET-SAADA, J. *Ser afetado* (tradução de Paula de Siqueira Lopes). *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161, 2005.

FERNANDES, Fernanda Matsuda Castro. **Afinal: o que é Segurança Pública?** São Paulo: Global, 2009.

FERREIRA, Avelino. **Câmara de Campos – 360 anos (1652-2012)**. Campos dos Goytacazes, RJ. Grafimar, 2012.

FEYDIT, Julio. **Subsídios para a história dos Campos dos Goytacazes: desde os tempos coloniais até a proclamação da República. São João da Barra (RJ)**. Gráfica Luartson, reimp. 2004.

FREIRE, Jussara; FERREIRA, Diogo da Cruz; SOARES, Viviany F. M. S.; SANTOS, Tayná. **“Violência urbana” e experiências públicas de familiares de vítimas “no interior” do estado do Rio de Janeiro**. *Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia*, v.1, n.2, p. 165-185, julho de 2017. ISSN 2526-4702.

FRIDMAN, Luiz Carlos. **Morte e vida favela**. In: MACHADO DA SILVA, L.A. *Vida sob Cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. 2008. CAP 5 pp. 77-98

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. **Sociabilidade Urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

GLASSNER, Barry. **Cultura do Medo**. [Tradução Laura Knapp]. São Paulo: Francis, 2003.

GRANOVETTER, Mark. **The Strength of Weak Tiés**. *American Journal of Sociology*, v. 78, n° 6, 1973.

HERITAGE, John C. **Etnometodologia**. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (orgs). *Teoria Social Hoje*. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e o brejo**. Setores da evolução fluminense, vol. I. IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias, São Paulo: Centauro, 2001.

LENOIR, Remi. **Objeto sociológico e problema social**. In: Iniciação à prática sociológica. Dominique Merillié (*et al*) [tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira]. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

LOTTA, Gabriela. **O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade**. In: FARIA, C. A (org). Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática. Editora PUCMINAS, Belo Horizonte, 2012. DISPONÍVEL EM:

LOURENÇO, Nelson. **Cidades e Sentimento de Insegurança: violência urbana ou insegurança urbana?** 2010. Publicado em E. A. Pereira Júnior, J. Francisco da Silva e Juliana Maron (org.), 2010, Um Toque de Qualidade. Eficiência e Qualidade na Gestão da Defesa Social, Belo Horizonte, Secretaria de Estado da Defesa Social. A versão publicada segue a ortografia brasileira, nesta versão manteve-se a ortografia anterior ao Acordo. Disponível em: <http://www.fd.unl.pt/Anexos/3841.pdf> acessado em 29/mar/2107.

_____. **Segurança, sentimento de insegurança e Estado de Direito**. 2009. In: https://repositoriocientifico.uatlantica.pt/bitstream/10884/366/1/2009_Sentimento_o_Inseguran%C3%A7a_Estado_Direito.pdf Acessado em 29/mar/2107.

LOYAL, Steven. **Norbert Elias**. In: SCOTT, John (org). 50 Grandes Sociólogos contemporâneos; [tradução Renato Marques de Oliveira]. São Paulo: Contexto, 2009.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **Sociabilidade Violenta: Por Uma Interpretação da Criminalidade Contemporânea no Brasil**. In: Sociedade e Estado, vol. 19 nº1, Brasília jan/jun 2004a.

_____. et alii (orgs.). **Rio: a democracia vista de baixo**. Rio de Janeiro: Ibase, 2004b.

_____. (org.). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**/ Luiz Antonio Machado (org.) – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. **Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública**. In: Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro/ Luiz Antonio Machado (org.) – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. pp.35 – 46.

_____.; LEITE, Márcia Pereira . **Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas**. In:

Luiz Antonio Machado da Silva. (Org.). Machado da Silva, Luiz Antonio (org.) Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FAPERJ/Nova Fronteira, 2008.

MACHADO, Lia Zanota; BORGES, Antonádia Monteiro; MOURA, Cristina Patriota (orgs). **A cidade e o medo**. Brasília: Verbena/ Francis, 2014.

MAMANI, Hernán A.; MOTA, Carla Gisele S. **Segregação interna e criminalização: o caso da favela e conjunto habitacional Matadouro em Campos dos Goytacazes/RJ**. Libertas, v. 12, n. 2, (2012). Disponível em > <http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/libertas/index>.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Juliana Kivanski de. História oral como fonte: problemas e métodos. Historia, Rio Grande, 2 (1): 95-108, 2011. IN: <https://www.seer.furg.br/hist/article/viewFile/2395/1286> ACESSO 25/04/2017.

MENDES, Juliana Thimóteo Nazareno; GOMES, Marcos Antônio Silvestre; SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata. **Políticas públicas, moradia popular e o Programa Morar Feliz em Campos dos Goytacazes-RJ: Uma análise acerca da favela Margem da Linha. v. 14, n. 1 (2014)** In: <https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/2858>.

MENEZES, Palloma Valle. **Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”: uma etnografia do processo de “pacificação” de favelas cariocas**. 2015. 400 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MESQUITA, Wania A. B. **Os pentecostais e a vida em favela no Rio de Janeiro**. Estudos de Religião, v. 23, n. 37, 89-103, jul./dez. 2009.

_____. **Sociabilidade pentecostal e ordem violenta em favelas**. Antropolítica, Niterói, n. 33, p. 217-234, 2º sem. 2012.

_____; BERTOLI, Naiana. **Jovens evangélicos moradores de favelas: Algumas expressões de sua sociabilidade Na cidade de campos do Goytacazes – RJ**. [SYN]THESIS, Rio de Janeiro, vol.7, nº 1, 2014, p. Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. [Tradução de Waltensir Dutra]. Apêndice: Do artesanato intelectual. Rio de Janeiro: Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972.

MINAYO, M^a Cecília de Souza. **O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica.** In: Textos em representações sociais. Pedrinho Guareschi, Sandra Jovchelovitch (orgs); [prefácio de Serge Moscovici]. 2^a Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. pp 89-112.

MISSE, Michel., LIMA, Roberto Kant de, MIRANDA, Ana Paula M. **Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia.** Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n.50: 45-123, 2. sem. 2000.

MOGATI, Mauro. **Bauman e o destino das cidades globais.** In: BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade.** Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. pp.7-12.

NUNES, Lívia Soares, GIVISIEZ, Gustavo H. Naves. **As Áreas de Especial Interesse Social no município de Campos dos Goytacazes: uma análise quantitativa.** Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG –Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

OLIVEIRA, J. C. P.; PEDLOWSKI, C. A.; ALMEIDA, C. R. **Políticas municipais de habitação popular e a produção do espaço urbano em Campos dos Goytacazes /RJ.** XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. GT 16: A questão urbana, 2009.

OLIVEN, Ruben George. **O medo nosso de cada dia.** IN: MACHADO, Lia Zanota; BORGES, Antonádia Monteiro; MOURA, Cristina Patriota (orgs). **A cidade e o medo.** Brasília: Verbena/ Francis, 2014. Prefácio, pp.7-13. 2014, p.7-13.

PASTANA, Débora Regina. **Cultura do medo: reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil.** Ibccrim, 2003.

PEREIRA PINTO, Jorge Renato. **Um pedaço de terra chamado Campos – sua geografia e seu progresso.** Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima. Campos dos Goytacazes, RJ, 2^a edição. 2006.

PESSANHA, Yvan Senra. **Campista. Nem fiado nem à vista – A saga dessa gente que não se vende.** Niterói: Imprensa Oficial, 1999.

PÉTONNET, C. **Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense.** Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia — (n. 25, 2^o sem. 2008, n. 1, 2. sem. 1995). Niterói: EdUFF, 2009. pp. 99-111.

PINHEIRO, A.C.O. **Gênero e Segurança Pública: Uma Análise da Ação de Segurança Pública “Projeto Mulheres da Paz**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política. 2013.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Violência, crime e sistemas policiais em países de nova democracia**. Revista Sociol. USP, SP, 9(1), maio de 1997. pp.43-52.

PIQUET, Rosélia. **Da Cana ao petróleo: uma região em mudança**. In: PIQUET, Rosélia (org.) *Petróleo, royalties e região* Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p.219-238.

PÓVOA, F. M. R. **A municipalização da política de habitação popular em Campos dos Goytacazes-RJ (1989-2001)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Políticas Sociais, da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes: UENF/PPGPS, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. Anuário Estatístico 2015. Campos Dos Goytacazes. Centro de Informações e Dados de Campos (CIDAC). 2015.

QUINTANEIRO, Tânia. **Processo Civilizador, Sociedade e Indivíduo na teoria sociológica de Norbert Elias**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

RITTER, C. ; FIRKWOVSKI, O. L. C de F. **Novo conceitual para as periferias urbanas**. Revista Geografar. Resumos do VII Seminário Interno de Pós-Graduação em Geografia. Curitiba, 2009.

ROCHÉ, Sebastian. **Le Sentiment d'insécurité** , Paris, Presses Universitaires de France, 1993.

SILVA, Luciane Soares da. **Funk para além da festa: um estudo sobre disputas simbólicas e práticas culturais na cidade do Rio de Janeiro**. UFRJ/IFCS. 2009. Orientador: Luiz Antonio Machado da Silva. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SILVA, Osório Peixoto. **500 anos dos Campos dos Goytacazes**. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2004.

_____. **Os momentos decisivos da história dos Campos dos Goytacazes.** Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social da Petrobrás, 1984.

SILVA, Pauline Aparecida Ildfonso F. da Silva; ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de. **Classe, Gênero e Raça – as trabalhadoras negras na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ.** Boletim Petróleo, Royalties e Região - Campos dos Goytacazes/RJ - Ano XV, nº 58 – dezembro/2017 Boletim Petróleo, Royalties e Região - Campos dos Goytacazes/RJ - Ano XV, nº 58 – dezembro/2017.

SIMMEL, G. (1858-1918). **Sociologia/** Evaristo de Moraes Filho (organizador da coletânea); tradução de Carlos Alberto Pavanelli (et al). São Paulo: Ática, 1983. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 34.

SIMMEL, George. **As grandes cidades e a vida do espírito (1903)**, Mana, 2005. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200010.

SIQUEIRA, Carolina de Oliveira. **Territórios proibidos? Uma análise das circulações e práticas sociais de jovens das periferias de Campos dos Goytacazes/RJ.** Rio de Janeiro, 2016. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem. 195 páginas.

SOARES, Luiz Eduardo. **Meu casaco de general. Quinhentos dias no front da Segurança Pública do Rio de Janeiro.** São Paulo. Cia. Das Letras. 2000.

SOUZA, Luís Antonio Francisco de Souza (et al). **Risco, mercado criminal e interações violentas: etnografia de um conjunto habitacional periférico numa cidade média do estado de São Paulo.** Soc. e Cult., Goiânia, v. 19, n. 1, p. 7-20, jan./jun. 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras**

_____. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana Rio de Janeiro:** Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Suellen André de. **Existir no Tráfico: percepções e vivências dos jovens traficantes de drogas da favela Baleeira.** Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais, UENF. Campos dos Goytacazes, 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R.L.; PINTAUDI, S. M. (orgs). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

TIMÓTEO, Geraldo. **Novos Territórios Urbanos**. Projeto FAPERJ, 2012-2013.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____; PRETECEILLE, Edmond. **Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca**. In: O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade [recurso eletrônico] / organização Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. - 2. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2015. Recurso digital.

VARGAS, Annabelle F. Modesto; CAMPOS, Mauro Macedo; VARGAS, Diogo de Souza. **O risco dos extremos: uma análise da implantação do Programa Mais Médicos em um contexto de volatilidade orçamentária**. In: revista eletrônica gestão & sociedade, v. 10, n. 26, pp 1313-1326.

VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (orgs). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

VELHO, G. **Individualismo e Cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

VIEIRA, Simone Pedro. **Os bairros em tinta e papel: as contribuições da coluna “Bairros” do Jornal Folha da Manhã na construção de imagens e representações sobre o espaço urbano de Guarus, Campos dos Goytacazes, RJ**. Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), 2004.

WACQUANT, L. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada**. [tradução de João Roberto Martins Filho... et al]. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001. 2ª Ed. Setembro de 2005.

_____. **Que é gueto? Construindo um conceito sociológico**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 23, p. 155-164, nov. 2004.

WAIZBORT, Leopoldo. **Elias e Simmel**. In: Dossiê Norbert Elias/ Federico Neiburg [et al]; Leopoldo Waizbort (org.), 2ª ed. São PAULO: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. pp. 89-112.

WIEVIORKA, Michel. **“O novo paradigma da violência”**. Tempo Social, Revista de Sociologia. São Paulo. 9 (1). 1997.

ZACCHI, Raquel C.; FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. **Fragmentação Urbana: a ocupação de áreas de expansão por condomínio em Campos dos Goytacazes (RJ)**. 2011. V Jornada Internacional de Políticas Públicas – MA.

ZALUAR. A. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Revan: Ed. UFRJ, 1994.

_____. **“Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização” São Paulo em Perspectiva**. Revista da Fundação Seade. 13 (3). 1999.

_____. **Violência e Crime**. in: MICELI, S. (org), O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). Vol. 1 – Antropologia. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília: CAPES, p. 13-107. 1999.

_____. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SITES E ENTREVISTAS

Notícia “Ministro da Justiça diz que comandantes de batalhões da PM são sócios do crime organizado no RJ <https://oglobo.globo.com/rio/ministro-da-justica-diz-que-comandantes-de-batalhoes-da-pm-sao-socios-do-crime-organizado-no-rj-22013170>

ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO A: FOTOS DOS NOVOS EMPREENDIMENTOS EM GUARUS



Acervo Pessoal, 2017.



Acervo Pessoal, 2017.

**ANEXO B : IMAGEM DO FOLHETO INFORMATIVO SOBRE O
 LOTEAMENTO JARDINS DE CAMPOS, DA URBAMAIS, EMPRESA DO GRUPO
 MRV. ACERVO PESSOAL.2017**

**CONSTRUA SEU SONHO NA MELHOR LOCALIZAÇÃO
 DE GUARUS.**

**GUARUS - PRÓXIMO AO
 HOSPITAL GERAL, COMÉRCIO
 E SERVIÇOS**



APROVEITE CONDIÇÕES ESPECIAIS DE LANÇAMENTO

**Planos de financiamento
sem juros**



Entrada do bairro planejado

**Financiamento
sem burocracia**



Avenida de acesso



Infraestrutura

**Bairro planejado
com infraestrutura
completa e o padrão
de qualidade Urbamais.**

- Água tratada
- Energia elétrica
- Vias asfaltadas
- Rede de esgoto
- Belo projeto paisagístico
- Praça e área verde
- Perto do Hospital Geral e de ampla rede de comércio e serviços

Lotes a partir de
160 m²

**OBRAS
 ACELERADAS**

ANEXO C: CONDOMÍNIO TERRA NOVA



ANEXO D: REPORTAGEM DO JORNAL TERCEIRA VIA



ANEXO E: REPORTAGEM DO JORNAL TERCEIRA VIA COM O DELEGADO DE GUARUS.



ANEXO F: NOTÍCIA SOBRE A JUNÇÃO DAS FACÇÕES

Junção entre ADA e TCP x

noticiaurbana.com.br/juncao-entre-ada-e-tcp-em-campos-pode-trazer-tranquilidade-no-parque-santa-rosa-e-eldorado/

NOTÍCIA URBANA

HOME GERAL POLÍCIA REGIÃO POLÍTICA ESPORTE CULTURA ESTADO PAÍS COLUNAS PUBLICITÁRIA CONTATO SOBRE

Junção entre ADA e TCP em Campos pode trazer "tranquilidade" no Parque Santa Rosa e Eldorado

3 de Junho de 2017

LIGUE E ASSINE JÁ!
(22) 2101-7777

Minha Casa Minha Vida 2018 - Simule Agora Mesmo o

repare-se para o mercado de trabalho!
CLIQUE AQUI

Recopel
JÁ ESTAMOS RECEBENDO AS VAGAS ESCOLARES PARA ORÇAME

RECELE EM ATÉ

15:40
24/02/2018

ANEXO G - ROTEIROS DAS ENTREVISTAS



CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM

LABORATÓRIO DE ESTUDOS DA SOCIEDADE CIVIL E DO ESTADO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

Roteiro de Entrevista

- 1) Identificação (nome, profissão, naturalidade, idade)
- 2) Com que idade veio para cá, há quanto tempo reside aqui?
- 3) O que significa para senhor (a) morar aqui?
- 4) Qual é a história dessa região? Como se formou essa região?
- 5) Quem foram as pessoas que vieram para cá?
- 6) Como é a relação com os demais moradores?
- 7) Para o senhor, houve mudanças aqui na região depois dos conjuntos habitacionais (as casinhas)? Se sim, quais? Por que gosta?
- 8) Do que mais gosta e do que menos onde mora?
- 9) Como qualifica seu local de moradia?

9) Há quanto tempo você trabalha aqui em Santa Rosa (anos completos)? _____ anos.

BLOCO II – PERCEPÇÕES SOBRE SANTA ROSA

10) Qual foi o seu primeiro sentimento ao vir trabalhar em Santa Rosa? _____
11) Qual o seu sentimento hoje ao vir para Santa Rosa? _____
12) O que considera positivo em trabalhar em Santa Rosa? (1) _____ (2) Nada (77) NR/NS
13) O que considera negativo em trabalhar em Santa Rosa? (1) _____ (2) Nada (77) NR/NS
14) Se pudesse, trabalharia em outro lugar que não fosse Santa Rosa? (1) Sim (2) Não (77) NR/NS 14.1 Se sim, por quê? _____
14.2 Se não, por quê? _____
15) Por favor, cite um episódio bom vivido por você aqui em Santa Rosa _____
16) Por favor, cite um episódio ruim vivido por você aqui em Santa Rosa. _____
17) Quando você fala às pessoas que trabalha em Santa Rosa, quais são os principais comentários? _____
18) Conhece alguém que já tenha se recusado a vir trabalhar aqui? (1) Sim (2) Não (77) NR/NS 18.1) Se sim, qual foi a justificativa? _____
19) Numa escala de 0 a 10, qual o seu grau de satisfação em trabalhar em Santa Rosa (circule o número correspondente)? 1-----2-----3-----4-----5-----6-----7-----8-----9-----10
20) Caso queira tecer algum comentário breve a respeito de Santa Rosa que não tenha sido perguntado e que julgue importante, fique a vontade para fazê-lo aqui. _____ _____

ANEXO I: ROTEIRO DOS GRUPOS DE DISCUSSÃO



UENF

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM - CCH

LABORATÓRIO DE ESTUDOS DA SOCIEDADE CIVIL E ESTADO - LESCE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA - PPGSP

PLANEJAMENTO DOS GRUPO DE DISCUSSÃO

1 – Minha apresentação e explicação sobre a pesquisa

2- Apresentação de todos os participantes:

**ENDEREÇO, NOME, SEXO, IDADE, OCUPAÇÃO, PERSPECTIVAS DE VIDA,
GRUPOS DOS QUAIS PARTICIPAM, LOCAIS EM QUE SE DIVERTEM, ETC**

3 – Temas de Discussão:

Eu moro em Santa Rosa há...

Morar em Santa Rosa é...

Eu gosto de Santa porque...

Eu não gosto de Santa Rosa porque...

A melhor coisa que há em Santa Rosa é..

A pior coisa que há em Santa Rosa é...

Se pudesse, eu me mudaria de Santa Rosa porque...

Eu nunca me mudaria de Santa Rosa porque ...

COMENTÁRIOS FINAIS

GRUPOS

GJC: Grupo de Jovens Católicos

GJB: Grupo de Jovens Batista

GJC: Grupo de Jovens Congregacional

GHB: Grupo de Homens Batista

GCC: Grupo de Casais Congregacional

APÊNDICE A: PERFIL BÁSICO DOS INTERLOCUTORES

PERFIL BÁSICO DE ALGUNS INTERLOCUTORES

Nome (Fictício)	Papel	Colaboração
Dona Márcia	Moradora antiga contatada espontaneamente na pesquisa flutuante	Constituição da história de Santa Rosa
Dona Lídia	Moradora antiga indicada por Seu Antônio.	Constituição da história de Santa Rosa
Silmara	Moradora do Santa Rosa indicada por meu marido	Constituição da história de Santa Rosa
Ricardo da Baixada	Representante comunitário indicado pelas assistentes sociais da Secretaria de Assistência Social	Entendimento das relações políticas da região. Narrativas sobre as formas de interação
Cacá Carvalho	Supervisor de bairro indicado por Ricardo da Baixada, morador antigo de Custodópolis.	Entendimento das relações políticas da região. Narrativas sobre as formas de interação
Andreia	Conselheira Tutelar	Entendimento sobre a vida e as relações nas “casinhas”
Pedro Ernesto	Liderança comunitária. Conhecido comerciante da região com um supermercado e uma casa de festas em Santa Rosa	Entendimento das relações políticas da região. Narrativas sobre as formas de interação
Antônio	Personagem político, coordenador da equipe de supervisores de bairro	Entendimento das relações políticas da região.
Graziela	Personagem política, ex-secretária e ex-coordenadora da equipe de síndicos sociais	Entendimento sobre os aspectos políticos do PMF
Dona Estela	Moradora antiga do bairro, indicada por uma amiga moradora de Santa Rosa	Constituição da história de Santa Rosa
Seu Luizinho	Morador antigo de Santa Rosa, contatado no grupo de discussão da igreja batista	Constituição da história de Santa Rosa

Dona Inah	Moradora antiga de Santa Rosa, indicação de Dona Jeíza	Constituição da história de Santa Rosa
Dona Rita de Cássia	Moradora antiga de Santa Rosa, indicação de Dona Lídia	Constituição da história de Santa Rosa
Professora Paulina	Professora de História, antiga conhecedora da região. Trabalhou no CIEP no período de sua implantação	Constituição da história de Santa Rosa
Antônia	Moradora de Santa Rosa, contatada no grupo de discussão da igreja católica	Constituição da história de Santa Rosa
Seu Antonio	Morador antigo do bairro, indicação das assistentes sociais da secretaria de assistência social	Constituição da história de Santa Rosa. Entendimento das relações políticas da região. Narrativas sobre as formas de interação
Seu Everaldo	Morador antiga de Santa Rosa, indicação de Dona Jeíza	Constituição da história de Santa Rosa
Reginaldo	Ex-síndico social, indicação de Senhor Antônio	Entendimento das relações políticas da região. Narrativas sobre as formas de interação
Maria Clara	Moradora das casinhas do Novo Eldorado, professora e colega do Rotary	Entendimento sobre a vida e as relações nas “casinhas”
Rosana	Assistente Social da Secretaria Municipal de	Entendimento sobre os aspectos técnicos e políticos do PMF
Flávia	Técnica da Equipe do Morar Feliz.	Entendimento sobre os aspectos técnicos e políticos do PMF
D. Joana	Moradora das casinhas do Santa Rosa, avó de um aluno	Entendimento sobre a vida e as relações nas “casinhas”
Mathias	Morador das casinhas do Eldorado, indicação do meu marido	Entendimento sobre a vida e as relações nas “casinhas”

Fátima	Moradora das casinhas do Santa Rosa, busca espontânea na observação flutuante	Entendimento sobre a vida e as relações nas “casinhas”
D. Ilda	Moradora das casinhas do Eldorado, indicação de uma aluna	Entendimento sobre a vida e as relações nas “casinhas”
Quésia	Adolescente moradora das casinhas do Novo Eldorado, indicação de um aluno	Entendimento sobre a vida e as relações nas “casinhas”
Zito	Representante político, primeiro contato na secretaria de assistência social	Entendimento sobre os aspectos técnicos e políticos do PMF
Seu Toninho	Morador das casinhas do Eldorado, colega de trabalho, porteiro do Rotary	Entendimento sobre a vida e as relações nas “casinhas”
Beth	Zeladora do Ciep Santa Rosa, conversa espontânea durante a aplicação dos questionários	Entendimento sobre a vida e as relações nas “casinhas”
Mirma	Moradora antiga de Santa Rosa, indicação de uma colega de trabalho do Rotary	Constituição da história de Santa Rosa
Grupos de Discussão com Jovens da Igreja Católica	16 adolescentes de jovens com idades entre 14 e 25 anos	A vida em Santa Rosa
Grupo de Discussão Jovens da Igreja Batista	9 adolescentes femininas de 9 a 16 anos	A vida em Santa Rosa
Grupo de Discussão Mulheres da Igreja Batista	16 participantes com idades de 30 a 60 anos	A vida em Santa Rosa
Grupo de Discussão Homens da Igreja Batista	14 participantes com idades entre 32 e 70 anos	A vida em Santa Rosa
Grupos de Discussão Alunos do Rotary	117 alunos debatedores e textos produzidos	A vida em Santa Rosa
Grupo de Discussão com o grupo do Taekwondo	45 crianças e adolescentes. 2 adultos	A vida em Santa Rosa

Os narradores de Santa Rosa

Dona Estela: a matriarca da família Silva

D. Estela Silva é uma senhora de setenta e cinco anos, muito vívida, de tez clara e baixa estatura com uma voz firme, porém suave. Viúva e mãe de sete filhos disse ser uma das primeiras moradoras da região. Cheguei a ela por meio de sua neta, uma amiga, que a indicou com uma das moradoras mais antigas do bairro. Foram dois os momentos em que conversamos, e em ambos ela se mostrou sempre solícita em colaborar com a pesquisa.

Seu Everaldo: um pacato lavrador

Seu Everaldo, um pacato senhor de oitenta e seis anos, negro, pai de oito filhos e que mora com sua esposa quase no final da Rua Vinte e Quatro de Novembro, prolongamento da estrada Santa Rosa, no caminho da “Casa de Custódia”. Ele vive numa pequena propriedade que nos faz pensar estar na zona rural, com umas poucas vacas, algumas galinhas e poucas coisas plantadas. O contato com ele se deu por indicação de Seu Jorge e sua esposa, D. Joana, um casal que foi abordado fortuitamente no período da observação flutuante.

Seu Luizinho: o “arquiteto” da igreja

Seu Luizinho é um senhor de setenta e três anos, pele parda, casado, pai de cinco filhos. Ele veio de São Fidélis e mora em Santa Rosa desde os anos 1972/73. É membro da Igreja Batista de Santa Rosa, local onde nos conhecemos. Seu Luizinho foi contatado no grupo de discussão (GD) realizado entre os membros masculinos da igreja.

Dona Rita de Cássia: a filha de “gente que é nome de rua”

Dona Rita de Cássia é uma senhora branca de quarenta anos que vive há trinta e três em Santa Rosa. É casada e teve três filhos. D. Rita foi indicada por D. Lúcia, sobre quem falarei um pouco mais à frente. Elas frequentam a mesma igreja no bairro. Sua casa está localizada na Rua Cidade Lima, a principal rua que corta o bairro. Segundo D. Rita de Cássia ela vem de uma família de comerciantes. Dois dos seus três filhos têm comércio em Santa Rosa. Sua filha uma lanchonete e seu filho uma pequena loja de roupas e presentes.

Seu Antônio: o supervisor do bairro Santa Rosa

Ele veio como indicação do colaborador Ricardo da Baixada por sua função de supervisor do bairro de Santa Rosa. Seu Antônio é uma figura bem

conhecida na região por sua trajetória política e por sua função que exerceu até ano de 2016 como cargo de confiança. Um senhor negro, com mais de cinquenta anos. Vindo de Cardoso Moreira.

Dona Lídia: a “lutadora” pelo bairro

D. Lídia, uma senhora branca de sessenta e nove anos, vinda de Cardoso Moreira, mora há mais de quarenta e sete anos em Santa Rosa, sempre na mesma casa. É mãe de cinco filhas, duas residentes no bairro, outras duas em outros bairros de Guarus (Jardim Carioca e Presidente Vargas, dois bairros que não sofrem preconceitos como Santa Rosa) e outra na Pecuária (pertencente ao lado direito de Campos). Foi indicada pelo Sr. Antônio Malta.

Pedro Ernesto: o político comerciante

O senhor Pedro Ernesto tem quarenta e cinco anos, casado, pai de dois filhos e comerciante. O procurei porque havia sido citado como líder comunitário do bairro. Além de ser um importante comerciante da região, um supermercado de pequeno porte e também tem outro estabelecimento no bairro Santa Rosa, uma casa de festas que segundo ele ainda está sendo estruturada.

Silmara

Uma mulher branca de 44 anos, moradora da região central de Santa Rosa há 30 nos. Morava na região central de Campos dos Goytacazes, nas imediações da Avenida 28 de março indo morar em Santa Rosa após seu pai ter comprada o terreno junto com outro amigo. Ela foi uma indicação de meu marido, que foi seu advogado em uma causa consumerista.

Antônia

Antônia tem 50 anos e mora aqui no Santa Rosa há mais ou menos quarenta e dois anos. Antes morava em Lagoa de Cima, região mais interiorana de Campos dos Goytacazes. A encontrei na igreja católica quando organizava o grupo de discussão com os jovens da igreja.

APÊNDICE B: TABULAÇÃO DAS REPORTAGENS SOBRE SANTA ROSA – JANEIRO/2016 A JANEIRO/2017

REPORTAGEM	DATA / DIA DA SEMANA/PERÍODO DO DIA	NATUREZA DA NOTICIA	SITE
Maconha e cocaína apreendidas em terreno baldio no Santa Rosa	05/01/2016 11:17:03 / TERÇA-FEIRA / MANHÃ	APREENSÃO DE DROGAS/POLÍCIA	URURAU
Adolescente de 17 anos apreendida com mais de 500g de maconha no Parque Santa Rosa em Guarus	[11/01/2016 09:13/ TERÇA-FEIRA /MANHÃ	APREENSÃO DE DROGAS/POLÍCIA	URURAU
Menor de 15 anos executado com vários tiros no Sapo I	[17/01/2016 11:18 / SÁBADO/TARDE	HOMICÍDIO, TENTATIVA/POLÍCIA	URURAU
Escolas municipais de Campos inciarão aulas no dia 01 de fevereiro	26/01/2016 08:46 / NA	GERAL	URURAU
Menino de oito anos esfaqueado pela tia, no Santa Rosa	26/01/2016 10:56/ TERÇA-FEIRA /MANHÃ	HOMICÍDIO, TENTATIVA/POLÍCIA	URURAU
Homem baleado no Canaã e outro morto a tiros no Santa Rosa	31/01/2016 14:44/ DOMINGO/ TARDE	HOMICÍDIO, TENTATIVA/POLÍCIA	URURAU
Campos antecipa DIA D de combate ao Aedes aegypti para sexta	11/02/2016 16:51/NA	GERAL	URURAU
Cotações do suíno são as menores desde 2013	12/02/2016 17:15/ NA	RS (OUTRO ESTADO)	URURAU
Após Dia D, governo estuda aplicar multa para quem mantiver focos de Aedes aegypti em casa	15/02/2016 15:05/ NA	GERAL	URURAU
Professores fazem “vaquinha” para capina em creche municipal	19/02/2016 12:33 /NA	GERAL	URURAU
Adolescente de 17 anos assassinado no Santa Rosa	22/02/2016 08:55/ DOMINGO/ NOITE	HOMICÍDIO, TENTATIVA/POLÍCIA	URURAU
Detento e seguranças detidos com armas e drogas	22/02/2016 11:20 / DOMINGO/ NOITE	APREENSÃO DE DROGAS/POLÍCIA	URURAU
Morre vítima de tentativa de homicídio no Santa Rosa	09/03/2016 18:36/ QUARTA-FEIRA/ TARDE	HOMICÍDIO, TENTATIVA/POLÍCIA	URURAU
Dois homens mortos na manhã desta quarta-feira, em Campos	16/03/2016 08:41/ QUARTA-FEIRA /MANHÃ	HOMICÍDIO, TENTATIVA/POLÍCIA	URURAU

Jovem grávida e mais três baleados em bairros distintos de Guarus	17/03/2016 19:37/ QUINTA-FEIRA/ TARDE	HOMICÍDIO, TENTATIVA/ POLÍCIA	URURAU
Champions League Guarus pretende formar cidadãos	18/03/2016 18:42/NA	GERAL	URURAU
Maconha e balança de precisão em matagal no Santa Rosa	19/03/2016 11:11/ SÁBADO /MANHÃ	APREENSÃO DE DROGAS/POLÍCIA	URURAU
Homem e mulher assassinados e quatro baleados em Campos (MULHER NO SANTA ROSA)	22/03/2016 08:24/ SEGUNDA-FEIRA/ NOITE	HOMICÍDIO, TENTATIVA/ POLÍCIA	URURAU
Dois detidos com quase um quilo de crack no Santa Rosa	24/03/2016 08:42/ QUARTA-FEIRA/ NOITE	APREENSÃO DE DROGAS/POLÍCIA	URURAU
Jovem de 19 anos baleado em Guarus	28/03/2016 09:06/ SEGUNDA-FEIRA/ MANHÃ	HOMICÍDIO, TENTATIVA/ POLÍCIA	URURAU
Segundo caso de estupro em cinco dias em Campos	28/03/2016 11:07/ SEGUNDA /MANHÃ	MÃE MORAVA EM SANTA ROSA	URURAU
Meio quilo de maconha apreendido e três suspeitos detidos no Santa Rosa	30/03/2016 15:58/ QUARTA-FEIRA/ TARDE	APREENSÃO DE DROGAS/POLÍCIA	URURAU
Pouco mais de 5kg de cocaína pura apreendidos em Campos	03/04/2016 15:26/ DOMINGO /TARDE	APREENSÃO DE DROGAS/POLÍCIA	URURAU
Hemocentro com dificuldade para equilibrar estoque de sangue (CAMINHÃO NA IGREJA BATISTA DE SANTA ROSA)	14/04/2016 16:15/ NA	GERAL	URURAU
Dois homens mortos em intervalo de uma hora em Guarus	19/04/2016 09:02/ SEGUNDA-FEIRA/ NOITE	HOMICÍDIO, TENTATIVA/ POLÍCIA	URURAU
Dois detidos com cocaína e material do tráfico em bairros distintos de Campos (PQ. PRAZERES E SANTA ROSA)	24/04/2016 12:27/ DOMINGO /MANHÃ	APREENSÃO DE DROGAS/POLÍCIA	URURAU
Seis detidos e uma adolescente apreendida com drogas, arma e moto roubada	03/05/2016 19:50/ TERÇA-FEIRA/ TARDE	APREENSÃO DE DROGAS/POLÍCIA	URURAU
Identificado jovem assassinado e torturado em Brejo Grande (MORADOR DE SANTA ROSA)	06/05/2016 10:36/ QUINTA-FEIRA /TARDE	HOMICÍDIO, TENTATIVA/ POLÍCIA	URURAU
Pedreiro assassinado enquanto trabalhava, no Santa Rosa	16/05/2016 09:31/ SEGUNDA-FEIRA/ MANHÃ O MESMO A SEGUIR	HOMICÍDIO, TENTATIVA/ POLÍCIA	URURAU

Dois homicídios em menos de oito horas em Guarus	16/05/2016 16:32/SEGUNDA-FEIRA/ MANHÃ E TARDE	HOMICÍDIO, TENTATIVA/ POLÍCIA	URURAU
Às vésperas das Olimpíadas do Rio, Vilas Olímpicas abandonadas em Campos	22/05/2016 10:36/ NA	GERAL	URURAU
Dois homicídios registrados em Guarus em menos de uma hora (MOÇA MORTA COM BALA PERDIDA, SANTA ROSA)	24/05/2016 19:25/ TERÇA-FEIRA /TARDE	HOMICÍDIO, TENTATIVA/ POLÍCIA	URURAU
Dois homens assassinados a tiros no Parque Santa Rosa	26/05/2016 11:53 / QUINTA-FEIRA/ MANHÃ E TARDE	HOMICÍDIO, TENTATIVA/ POLÍCIA	URURAU
Homem morre, quatro adultos e um bebê ficam feridos em acidente	13/06/2016 07:55	MORADORES DE SANTA ROSA	URURAU
Homem executado no quintal de casa no Parque Santa Rosa	21/06/2016 15:22/ TERÇA-FEIRA/ TARDE	HOMICÍDIO, TENTATIVA/ POLÍCIA	URURAU
Homem assassinado dentro de carro no Santa Rosa	23/06/2016 08:39/ QUARTA-FEIRA/ NOITE	HOMICÍDIO, TENTATIVA/ POLÍCIA	URURAU
Corpo amordaçado e com mãos e pés amarrados é de adolescente de 14 anos	26/06/2016 10:41/ SÁBADO /MANHÃ	HOMICÍDIO, TENTATIVA/ POLÍCIA	URURAU
Delegado afirma que morte de menina de 14 anos foi passional	05/07/2016 18:21/NA	HOMICÍDIO, TENTATIVA/ POLÍCIA	URURAU
Seis quilos de maconha e de um de crack apreendidos no Santa Rosa	18/07/2016 16:22/ SEGUNDA-FEIRA/ MANHÃ	APREENSÃO DE DROGAS/POLÍCIA	URURAU
Cobrador de van executado a tiros no Santa Rosa	26/07/2016 16:42/ TERÇA-FEIRA/ TARDE	HOMICÍDIO, TENTATIVA/ POLÍCIA	URURAU
Corpo de jovem encontrado em terreno baldio no Santa Rosa	29/07/2016 09:52/ SEXTA-FEIRA/ MANHÃ	HOMICÍDIO, TENTATIVA/ POLÍCIA	URURAU
Homem de 57 anos executado na frente da neta no Santa Rosa	02/08/2016 19:12/ TERÇA-FEIRA /TARDE	HOMICÍDIO, TENTATIVA/ POLÍCIA	URURAU
Ex-presidiário alvejado com dois tiros na Estrada Santa Rosa	09/08/2016 19:46/ TERÇA-FEIRA / NOITE	HOMICÍDIO, TENTATIVA/ POLÍCIA	URURAU
Mulher sofre ataque cardíaco ao ver cunhado sendo assassinado	11/08/2016 08:04/ QUARTA-FEIRA/ NOITE	HOMICÍDIO, TENTATIVA/ POLÍCIA	URURAU

Polícia Civil próxima de elucidar morte de comerciante (ENVOLVIDOS COM O CRIME MORADORES DE SANTA ROSA)	12/08/2016 13:09/NA	HOMICÍDIO, TENTATIVA/ POLÍCIA	URURAU
Homens trocam tiros com a PM em frente a presídio	15/08/2016 09:24/ DOMINGO/ MANHÃ	POLÍCIA (ARMAS E MUNIÇÕES)	URURAU
Armas e munições com suspeitos de planejar ataque no Santa Rosa	16/08/2016 09:09/ SEGUNDA-FEIRA /NOITE	POLÍCIA (ARMAS E MUNIÇÕES)	URURAU
Jovem de 20 anos assassinado no Santa Rosa	16/08/2016 12:11/ TERÇA-FEIRA/ MANHÃ	HOMICÍDIO, TENTATIVA/ POLÍCIA	URURAU
Lançamento de campanha, caminhada e reuniões dos prefeitáveis em Campos nesta sexta	18/08/2016 18:52/NA	GERAL	URURAU
Campos: quinto dia de campanha com caminhadas e reuniões	20/08/2016 17:41/NA	GERAL	URURAU
Confira a agenda desta quinta dos candidatos à Prefeitura de Campos	31/08/2016 19:47/NA	GERAL	URURAU
Homem morre após ser baleado com cinco tiros no Santa Rosa	05/09/2016 17:17/ SEGUNDA –FEIRA /TARDE	HOMICÍDIO, TENTATIVA/ POLÍCIA	URURAU
Comício, caminhadas e reuniões na agenda deste sábado dos candidatos	09/09/2016 18:42/NA	GERAL	URURAU
Jovem assassinado quando andava de bicicleta no Santa Rosa	14/09/2016 08:36/ TERÇA-FEIRA/ NOITE	HOMICÍDIO, TENTATIVA/ POLÍCIA	URURAU
PM faz operação para retirada de barricadas no Santa Rosa	14/09/2016 15:29/NA	OPERAÇÃO POLICIAL	URURAU
Dois jovens detidos com materiais do tráfico na Codin	15/09/2016 09:43/NA	APREENSÃO DE DROGAS/POLÍCIA	URURAU
Adolescente morador de Itaocara morto no Santa Rosa	16/09/2016 12:41/ SEXTA-FEIRA /MANHÃ	HOMICÍDIO, TENTATIVA/ POLÍCIA	URURAU
Dois homicídios em menos de cinco horas em Guarus	16/09/2016 19:52/ SEXTA-FEIRA/ MANHÃ E TARDE	HOMICÍDIO, TENTATIVA/ POLÍCIA	URURAU
Confira a agenda desta quarta dos candidatos em Campos	20/09/2016 19:27/NA	GERAL	URURAU
Confira a agenda deste sábado dos prefeitáveis em Campos	23/09/2016 18:46/NA	GERAL	URURAU
Confira a agenda desta quarta dos prefeitáveis em Campos	27/09/2016 19:15/NA	GERAL	URURAU

Quadra poliesportiva coberta do Santa Rosa inaugurada nesta quinta	29/09/2016 / NA	GERAL	CAMPOS 24 HORAS
Prefeitura arboriza campo de futebol do Parque Santa Rosa	06/10/2016/ NA	GERAL	CAMPOS 24 HORAS
Mais um homicídio registrado na área de Guarus	10/11/2016 18:32/ QUINTA-FEIRA /TARDE	HOMICÍDIO, TENTATIVA/ POLÍCIA	URURAU
Adolescente de 16 anos e mulher assassinadas em Campos (Tapera e Santa Rosa)	14/11/2016 14:32/ SEGUNDA-FEIRA /TARDE	HOMICÍDIO, TENTATIVA/ POLÍCIA	URURAU
Dois mortos e duas menores de 11 e 15 anos baleadas	16/11/2016 09:38/ QUARTA-FEIRA /NOITE	HOMICÍDIO, TENTATIVA/ POLÍCIA	URURAU
Jovem executado com vários tiros em um terreno, em Guarus	19/11/2016 10:05 / SÁBADO/ MANHÃ	HOMICÍDIO, TENTATIVA/ POLÍCIA	URURAU
Jovem de 25 anos preso por tentativa de estupro em Campos	24/11/2016 17:50 / SI	POLÍCIA	URURAU
Homem preso tentando entrar no presídio com droga em chinelo	27/11/2016 14:01/NA	APREENSÃO DE DROGAS/POLÍCIA	URURAU
Suspeito de homicídios detido com arma e munições	01/12/2016 09:02/NA	POLÍCIA (ARMAS E MUNIÇÃO)	URURAU
Empresas de máquinas agrícolas apostam no setor arrozeiro	22/12/2016 18:12	RS (OUTRO ESTADO)	URURAU
Homem amarrado e assassinado no Santa Rosa	24/12/2016 09:46 /SÁBADO/ NOITE	HOMICÍDIO, TENTATIVA/ POLÍCIA	URURAU
Adolescente, mulher e jovem flagrados com drogas, armas e munições	08/01/2017 13:15/NA	APREENSÃO DE DROGAS/POLÍCIA	URURAU
Comerciante assassinado dentro de trailer no Santa Rosa	13/01/2017 08:42/ SEXTA-FEIRA /NOITE	HOMICÍDIO, TENTATIVA/ POLÍCIA	URURAU